

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210 Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://portal.uern.br/

EDITAL Nº 40/2025

Processo nº 04410035.001461/2025-42

PREGÃO 40/2025

Contratante:	Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte		
Código da UASG:	925543		
Contratação para prestação de serviços terceirizados de vigilância e vigilân motorizada, preventiva e contínua, com fornecimento de mão de obra e regi dedicação exclusiva e eventual, equipamentos de EPIs e equipamentos e ins necessários à execução dos serviços, a serem executados nas cidades de Mo Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal			
Valor da contratação:	R\$ 27.427.693,44		
Data da sessão pública:	17/10/2025		
Horário:	08:00 (horário oficial de Brasília)		
Local para o envio das propostas e da sessão pública:	Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras/pt-br		
Critério de Julgamento:	menor preço global		
Modo de Disputa:	aberto e fechado		
Modo de Execução:	Empreitada por preço global		
Preferência ME/EPP/Equiparadas:	sim		
Locais para obteção do edital:	UERN; COMPRASNET; TCE		

Torna-se público que a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - FUERN, por meio da Diretoria de Licitações e Contratos, sediada na Rua Quintino Bocaiuva, sn - Ed. Epílogo de Campos, Centro, Mossoró/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual 21.008, de 12 de janeiro de 2009, Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, Lei Complementar Estadual nº 675 de 06 de novembro de 2020, do Decreto Estadual nº 30.753, de 22 de julho de 2021) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. **DO OBIETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação para prestação de serviços terceirizados de vigilância e vigilância motorizada, preventiva e contínua, com fornecimento de mão de obra e regime de dedicação exclusiva e eventual, equipamentos de EPIs e equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, a serem executados nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 18 (dezoito) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei n^{o} 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n^{o} 123, de 2006 e do Decreto n^{o} 8.538, de 2015.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n^{o} 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4. e 2.8.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.8.4. e 2.8.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORCAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o Edital 40 (36724938) SEI 04410035.001461/2025-42 / pg. 2

percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos items 7.1.1. e 7.13.1. deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do <u>artigo 7°, XXXIII, da Constituição</u>;
 - 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos <u>incisos</u> III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
 - 4.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 4.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na <u>Lei Complementar nº 123, de 2006</u>, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n^{o} 123, de 2006, a pessoa jurídica:
 - 4.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar n° 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3° da referida lei;
 - 4.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 4.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 4.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 4.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.7. sujeitará o licitante às sanções previstas na <u>Lei</u> n° 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

 Edital 40 (36724938) SEI 04410035.001461/2025-42 / pg. 3

- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. valor unitário e total do item;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/ Projeto Básico.
- 5.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.14. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o Edital 40 (36724938) SEI 04410035.001461/2025-42 / pg. 4

licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

5.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
 - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do \S 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
 - 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
 - 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

Edital 40 (36724938) SEI 04410035.001461/2025-42 / pg. 5

- 6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5° do artigo 25 da IN SEGES/ME n° 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI n° 79, de 2024.
- 6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
 - 6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
 - 6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
 - 6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n^{o} 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5^{o} , 89^{o} , I, do Decreto $n.^{o}$ 8538, de 2015).
 - 6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
 - 6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 6.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
 - 6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que

se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no <u>art.</u> 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - 6.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 6.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.24.2. empresas brasileiras;
 - 6.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n^0 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 6.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
 - 6.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.26.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.26.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 7.1.1. SICAF:
 - 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e
 - 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
 - 7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei n^{o} 8.429, de1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o

pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de 7.3.3. participação.
- Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de 7.4. participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
 - Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- Convenção Coletiva de Trabalho registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº RN000199/2025;
 - Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s)no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 7.8.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/ Projeto Básico;
 - 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e 7.10.1.
 - 7.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 7.11.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semiintegrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem 7.11.3. inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orcado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas Edital 40 (36724938) SEI 04410035.001461/2025-42 / pg. 8

- (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.13.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.13.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.13.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.13.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 7.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 7.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.15.1. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.16. Caso o Termo de Referência/ Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.21. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
 - a) declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
 - b) cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
 - c) cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
 - d) declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.22. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 7.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 7.24. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Edital 40 (36724938) SEI 04410035.001461/2025-42 / pg. 9

Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.26. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

Das disposições do Decreto Estadual/RN nº 33.782/2024

- 7.27. Sem prejuízo do acima disposto, em relação a **fiscalização e gestão do contrato** o Decreto Estadual nº 33.782/2024 estabelece:
- 7.27.1. Os editais licitatórios e os contratos de prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, formalizados pela Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, deverão conter cláusulas relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas, constando especialmente:
- I Os percentuais das rubricas (13° salário, férias e abono de férias, impacto sobre férias e 13° salário e multa do FGTS), para fins de provisionamento;
- II A indicação de que eventuais despesas para abertura e manutenção da conta vinculada deverão ser suportadas pela própria empresa.
- § 1º Independentemente da modalidade de contratação realizada, os contratos vigentes deverão se adequar às regras deste Decreto quando da renovação contratual porventura formalizada.
- $\S~2^{\circ}$ As cláusulas e a obrigatoriedade disposta no caput deste artigo serão necessárias em todos os contratos celebrados pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte que possuem como objeto a prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, independentemente do tipo de vínculo estabelecido entre a empresa contratada e seus trabalhadores, objetivando seja garantido o cumprimento das obrigações trabalhistas dos empregados alocados para a execução do contrato.
- 7.27.2. Cada provisão constituirá percentual de retenção sobre o valor do salário bruto, e considerar-se-á como montante retido a soma dos percentuais individuais de cada uma delas.
- § 1º As provisões retidas do valor mensal do contrato serão depositadas exclusivamente em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em nome da empresa e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação mediante prévia e expressa autorização do órgão ou entidade contratante.
- $\S~2^{\circ}$ Para cada contrato formalizado com a Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, haverá uma conta vinculada aberta em nome da empresa.
- \S 3º Os valores referentes às provisões (13º salário, férias e abono de férias, impacto sobre férias e 13º salário e multa do FGTS) serão destacados, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço e outros congêneres.
- 7.27.3. O prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da assinatura ou renovação do contrato de prestação de serviços, devem ser providenciados:
- I Solicitação formal do órgão ou entidade contratante da abertura de conta corrente vinculada, em nome da empresa;
- II Assinatura pela contratada de termo específico da instituição financeira que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos extratos diários e mensais; e
- III Autorização da contratada para que a conta vinculada somente seja movimentada após determinação do órgão ou entidade contratante.
- 7.27.4. As empresas contratadas para prestação dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento de todas as obrigações contratuais, trabalhistas e com o FGTS em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto à(ao):
 - I Registro de ponto;
 - II Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e 13º salário;
 - III Comprovante de depósito do FGTS;
 - IV Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- V Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
 - VI Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva;
- VII À promoção de formações e treinamentos dos trabalhadores quanto às atividades que demandem formação técnica específica;
- VIII Comprovação de que a contratada atende às exigências concernentes aos percentuais mínimos de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica ou de outros eventualmente existentes na legislação local com vistas à promoção do trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade.
- 7.27.5. Todos os contratos de terceirização abrangidos pelo presente Decreto deverão possuir, no mínimo, um gestor de contrato e um fiscal de contrato, que se responsabilizarão pelo cumprimento das normas aqui inseridas, os quais deverão, periodicamente e ao final da vigência do instrumento celebrado, emitir relatórios acerca do seu cumprimento.

- §1º Ao gestor do contrato caberá requisitar à empresa contratada para prestação dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra dados estruturados referentes aos trabalhadores contratados pela empresa, além de outras informações necessárias para a correta gestão e fiscalização contratual.
- $\S2^{\circ}$ Os dados estruturados tratados no $\S1^{\circ}$ deverão contemplar o nome completo, a função, a formação, o registro de ponto e o tempo de serviço dos trabalhadores contratados pela empresa.
- §3º Desde que atendidos os parâmetros estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, os dados estruturados referentes aos trabalhadores contratados pela empresa deverão ser publicizados pela Administração Pública.

8. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos <u>arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.
 - 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
 - 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% (quinze por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n^{o} 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre o preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei n^{o} 5.452, de 1943. (art. 5^{o} do Decreto Estadual n^{o} 30.753/2021).
- 8.10. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. (art. 2º da Lei Estadual nº 10.171/2017).
- 8.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.12. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
 - 8.12.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h, devendo o agendamento ser efetuado previamentepelo e-mail diradm@uern.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
 - 8.12.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.13. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 - 8.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ($\underline{\text{IN n}^{\circ} 3/2018}$, art. $\underline{4^{\circ}}$, $\underline{\$1^{\circ}}$, e art. $\underline{6^{\circ}}$, $\underline{\$4^{\circ}}$).
- 8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ($\underline{\text{IN } n^0 3/2018, art. 7^0, caput}$).

- 8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.15. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - 8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro/Agente de Contratação.
 - 8.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
 - 8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
 - 8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.17. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.15.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:
 - 8.17.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
 - 8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 - 8.17.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
 - 8.17.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.18. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.
- 8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. **DO TERMO DE CONTRATO**

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
 - 9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
 - 9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n^{o} 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

- 9.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
 - 9.7.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.
- 9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4° -B da Lei n° 6.019/1974.
- 9.9. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.
- 9.10. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto n^{o} 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.rn.gov.br/.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta guando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
 - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no <u>art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013</u>.
- 11.2. Com fulcro na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa:
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1., 11.1.2. e 11.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4., 11.1.5., 11.1.6., 11.1.7. e 11.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1., 11.1.2. e 11.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4., 11.1.5., 11.1.6., 11.1.7. e 11.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1., 11.1.2. e 11.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. Edital 40 (36724938) SEI 04410035.001461/2025-42 / pg. 14

- 11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
 - 11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. **DA GARANTIA**

- 12.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 12.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 12.3. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 12.4. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 12.5. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 12.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 12.7. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 12.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica indicada pela Contratante, com correção monetária.
- 12.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 12.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 12.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 12.11.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8° , III, da Circular SUSEP n° 656, de 11 de março de 2022).
- 12.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 12.12.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 12.12.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 12.12.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 12.13. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 12.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 12.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 12.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 12.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 12.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa

do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

- 12.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 12.18.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 12.18.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 12.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 12.19.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 12.19.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 12.19.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 12.20. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 12.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 12.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

13. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

- 13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 13.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 13.6. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por 1 (um) ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do Art. 7° e 117 da Lei n° 14.133/2021.
- 13.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

Preposto

- 13.8. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 13.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

13.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

13.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as Edital 40 (36724938) SEI 04410035.001461/2025-42 / pg. 16

- condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 13.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 13.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 13.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 13.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 13.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 13.17. A fiscalização da execução dos serviços pelo Fiscal Técnico e/ou Setorial abrange, ainda, as seguintes rotinas:
 - 13.17.1. Acompanhar in loco a execução de serviço ou a entrega de material, dando recebimento e detalhando as quantidades recebidas e serviços executados, podendo excepcionalmente no caso de ausência do fiscal, esta atribuição ser exercida por outro servidor do quadro efetivo que esteja acompanhando in loco a prestação dos serviços, garantindo que:
 - a) os equipamentos que recebam o serviço componham comprovadamente o patrimônio da UERN;
- b) sejam utilizados todos os materiais, insumos, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, com qualidade e quantidades adequadas ao Contrato, ETP, Termo de Referência e planilha de composição de custos.
 - 13.17.2. Se inteirar das quantidades, itens, planilha de composição de custos e rotinas operacionais vinculadas ao contrato, mantendo e guardando cópia desses documentos, para fins de controle e fiscalização, não permitindo que as demandas, serviços e/ou materiais serviços superem as quantidades disponíveis ou estejam em desacordo com contrato.
 - 13.17.3. Manter contato direto preferencialmente por e-mail ou por telefone e correspondência oficial, com o fornecedor para encaminhamento de questões operacionais relativas ao serviço e às demandas;
 - 13.17.4. Solicitar ao fornecedor, por escrito, providências de correção de eventuais falhas, faltas ou imperfeições identificadas, a fim de sanar problemas de execução contratual.
 - 13.17.5. Elaborar e executar junto ao fornecedor cronograma de serviços, seguindo prioridades e orientações apontadas pelo gestor do contrato ou por superior hierárquico.
 - 13.17.6. Elaborar, emitir e assinar relatórios quantitativos e, quando houver, qualitativo de prestação do serviço, verificando as quantidades fornecidos no período de referência, em consonância com o contrato.
 - 13.17.7. No caso de serviços terceirizados, elaborar relatórios de frequência de funcionários, mediante conferência diária e verificação das folhas de registro de ponto/frequência, expedidas pela empresa prestadora do serviço.
 - 13.17.8. Emitir e assinar relatórios relativos à medição da qualidade do serviço, quando houver (IMR), mensurando, ao final, o percentual do valor da fatura a ser paga.
 - 13.17.9. Remeter relatórios e toda a documentação probatória relativa a execução técnica do serviço à Fiscalização Administrativa.
 - 13.17.10. Informar a fiscalização administrativa, acerca de ocorrências registradas na execução contratual não resolvidas no âmbito operacional, para fins de notificação formal ao fornecedor.
 - 13.17.11. Se reportar ao Gestor de Contrato e, se necessário, à autoridade superior, no caso de dúvidas acerca da execução do serviço que porventura não estejam expressos no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato, possam extrapolar a sua competência.
 - 13.17.12. Controlar, organizar e registrar em documentos adequados os aspectos relativos à execução dos serviços, de modo que seja possível fornecer dados estatísticos acerca dos serviços e propicie a administração o acompanhamento do cronograma de execução.
- 13.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 13.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP n^{o} 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME n^{o} 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 13.20. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.
- 13.21. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

- 13.22. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 13.23. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 13.24. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 13.25. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 13.26. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 13.27. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 13.28. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 13.28.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- 13.28.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 13.28.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 13.28.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 13.29. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.
- 13.30. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 13.31. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 13.31.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 13.31.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

- 13.32. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 13.33. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 13.34. Além do disposto nesta Sessão, o(s) fiscal (is) de contrato deverão observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.
- 13.35. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não aoebas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 13.36. Caberá ainda ao Fiscal Administrativo:
 - 13.36.1. Abrir processos de despesas mensais e estimativas, de modo anterior ao período de execução do serviço, com base em valores previstos em contrato e/ou cota mensal destinada à execução do serviço.
 - 13.36.2. Verificar documentação apresentada pela Fiscalização Técnica, diligenciando em caso de incorreções, solicitando documentos e informações que forem necessárias à comprovação da despesa.
 - 13.36.3. Se inteirar de todo o contrato, aditivos, termo de referência, planilha de composição de custos, valores, quantidades, convenção coletiva (no caso de terceirizadas), entre outros, para fins de controle e acompanhamento administrativo do contrato, mantendo cópia desses documentos, sempre atualizados.
 - 13.36.4. Elaborar e registrar em planilhas próprias:
 - a) dados do contrato, com nome de fornecedor, CNPJ, vigência e valor global;
- b) controle de vigência, execução e saldo de contrato, com lançamento de processos abertos, notas fiscais atestadas, valores faturados, data de emissão da nota, período de referência, data do atesto, entre outros, mantendo estas informações sempre atualizadas.
 - 13.36.5. Controlar todas as informações relativas aos contratos, dando início aos procedimentos de prorrogação, acréscimos e/ou supressões, reajustes e repactuações, mantendo sempre atualizados em planilhas próprias os processos abertos, as quantidades e os valores atualizados.
 - 13.36.6. Após verificação de conformidade, observar disponibilidade orçamentária (confirmação de empenho) e Edital 40 (36724938) SEI 04410035.001461/2025-42 / pg. 18

solicitar Nota Fiscal ao fornecedor.

- 13.36.7. No caso de contratos de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra:
- a) elaborar e preencher relatório mensal administrativo do serviço, COM INFORMAÇÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO, CPF, data de admissão, data de demissão, dados bancários, salário bruto, salário líquido e benefícios, juntando ao relatório de frequência emitido pela fiscalização técnica e anexando ao processo de despesa;
- b) verificar se os pagamentos de salários e benefícios realizados pela CONTRATADA estão em conformidade com a convenção coletiva vigente, realizando a comunicação com a empresa prestadora de serviço, para fins de regularização e não aceitando pagamento a menor do que o previsto em convenção e/ou acordo coletivo;
- c) verificar se os encargos na folha de pagamento estão compatíveis com a planilha de composição de custos vigente da contratada;
- d) elaborar e preencher relatório mensal de retenção em CONTA VINCULADA, regulada pela Instrução Normativa-SEI N^{o} 2, de 02 de julho de 2024, juntando no processo de despesa;
- e) elaborar e manter planilhas de controle de retenção de CONTA VINCULADA, por contrato, de forma a ser possível controlar os valores retidos por funcionário, bem como as liberações feitas para cada um destes e o respectivo saldo restante.
 - 13.36.8. Juntar nos processos de despesas abertos, após a instrução e tramitação inicial:
- a) relatório técnico, com os devidos comprovantes do serviço prestado (expedido pela fiscalização técnica);
 - b) comprovante de pagamento dos salários do mês da prestação do serviço (apenas terceirizados);
- c) comprovante de pagamento dos benefícios (vale-transporte, alimentação ou o que for exigido em convenção coletiva) do mês da prestação do serviço (apenas terceirizados);
 - d) folha de pagamento analítica, com detalhamento nominal dos contracheques dos funcionários;
- e) relatórios e/ou documentos comprobatórios contendo a relação nominal dos trabalhadores e os encargos trabalhistas de FGTS e INSS (apenas terceirizados);
- f) comprovante de pagamento de FGTS do mês de prestação do serviço ou da última competência vencida (apenas terceirizados);
- g) comprovante de pagamento de INSS do mês da prestação de serviço ou da última competência vencida (apenas terceirizados);
- h) relatório mensal administrativo do serviço, COM INFORMAÇÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO, constando atestados e faltas, CPF, data de admissão, data de demissão, dados bancários, salário bruto, salário líquido e benefícios (apenas terceirizados);
 - i) relatório mensal de retenção em CONTA VINCULADA (apenas terceirizados);
- j) certificado de regularidade do FGTS CRF (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
- k) certidão negativa de débitos trabalhistas CNDT (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
- l) certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
 - m) nota fiscal;
 - n) planilha de saldo de contrato.
 - 13.36.9. Juntar toda a documentação, expedir, no processo de despesa, despacho ao Gestor do Contrato, informando o valor a ser pago e solicitando atesto da despesa, indicando nota fiscal e relatórios correspondentes e descrevendo eventuais retenções e glosas.
 - 13.36.10. Realizar cálculos e memórias de cálculo necessárias a procedimentos iniciais de prorrogação, repactuação, supressões e acréscimos.
 - 13.36.11. Quando de descumprimentos pelo fornecedor, abrir processos, organizar documentação, redigir notificações, entre outras tarefas administrativas relativas a registro, apuração e aplicação de penalidades por descumprimento de fornecedor, apontando as cláusulas contratuais/legais de descumprimento e as penalidades aplicáveis previstas em ETP, Termo de Referência e/ou no Contrato.
 - 13.36.12. Verificar se há sub ou superdimensionamento da produtividade pactuada, comunicando à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitandose os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Art. 125, da Lei nº 14.133/2021.
 - 13.36.13. Apresentar ao representante da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
 - 13.36.14. Manter contato com o fornecedor sobre questões documentais, administrativas e burocráticas relativas ao contrato, diligenciando sempre que necessário com vistas às devidas correções.
 - 13.36.15. Nos casos de empresas terceirizadas, a fiscalização administrativa deve cumprir o que segue abaixo:
- a) efetuar fiscalização com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- b) na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por SEL 044 10035.00146 1/2025-42 / pg. 19

servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- c) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
 - c.1) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, guando for o caso;
 - c.2) carteira de trabalho e Previdência social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
 - c.3) exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
- d) entregar até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
 - d.1) certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União
 (CND);
 - d.2) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - d.3) certidão de regularidade do FGTS (CRF); e
 - d.4) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
 - e) entregar, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - e.1) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - e.2) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
 - e.3) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - e.4) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - e.5) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- f) entregar cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato administrativo, após o último mês de prestação dos serviços, ou no caso de demissão de trabalhador no curso do contrato, deve-se apresentar no prazo de até 30 (trinta) dias do fato gerador:
 - f.1) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - f.2) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - f.3) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - f.4) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- g) a CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea "f" acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- h) sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados para início de contrato em relação ao novo funcionário deverão ser apresentados.
- i) em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- j) em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- k) o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- l) a CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.37. Sobre a fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (valetransporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função poderá não coincidir com o previsto no contrato administrativo, nos casos de situações relacionadas aos postos de trabalho cuja execução depende do funcionamento de novos

prédios e/ou instalações previstos para ocorrerem durante a vigência do contrato.

- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
 - e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- g) A empresa deverá comprovar a entrega de 2 (dois) conjuntos de uniformes a cada colaborador, fazendo sua substituição sempre que necessário ou quando solicitado pela fiscalização contratual no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.
- h) Dentro do primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
 - h.1) relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - h.2) CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
 - h.3) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
 - h.4) declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

13.38. Sobre a fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
 - b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.39. Sobre a fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto/representante da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto/representante.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, uniformes e equipamentos e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
 - 13.39.1. Verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.
 - 13.39.2. Verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.
- 13.40. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
- 13.41. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.
- 13.42. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:
 - a) extrato da conta do INSS e do FGTS de gualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- 13.43. Além da aferição quantitativa do serviço, por meio de fiscalização de frequência e assiduidade, a fiscalização técnica dos contratos avaliará qualitativamente o serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme parâmetros estabelecidos, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com

qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 13.44. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- a) ao fechamento de cada mês, para fins de faturamento, a CONTRATADA deve emitir documentação comprobatória à fiscalização do contrato, para recebimento provisório, e posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, a qual deverá diligenciar junto à CONTRATADA eventuais inconformidades e incorreções, para imediata adequação, devendo, ao final da análise, dar visto e encaminhar documentação ao gestor do contrato, para recebimento definitivo.
- b) os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades que forem consideradas cabíveis.
- 13.45. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.46. Os representantes da CONTRATANTE na gestão e fiscalização contratual deverão ter a experiência e disponibilidade necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 13.47. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato.
- 13.48. Os mecanismos de comunicação entre a UERN e a prestadora de serviços serão, preferencialmente e-mail e contatos telefônicos, previamente informados.
- 13.49. A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento de todas as correspondências eletrônicas (email) recebidas da CONTRATANTE.
- 13.50. A CONTRATADA ficará ciente de que a confirmação de recebimento automático (cadastrada no email) de correspondências eletrônicas recebidas da CONTRATANTE também confirma/configura o seu recebimento.
- 13.51. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 104, 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e outros dispositivos legais.
- 13.52. As disposições previstas nesta cláusula não exclui o disposto no Anexo VIII da IN nº 05/2017 SEGES/MP, aplicável no que for pertinente e/ou complementar à fiscalização e aferição do serviço contratado.
- 13.53. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 13.53.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 13.53.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
 - c) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- 13.53.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
 - a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - b) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
 - c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 13.53.2.1. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
 - b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
 - c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, valealimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - $e) \ comprovantes \ de \ realização \ de \ eventuais \ cursos \ de \ treinamento \ e \ reciclagem \ que \ forem \ exigidos \ por$

lei ou pelo contrato.

- 13.53.2.2. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - b) quias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 13.54. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos iniciais deverão ser apresentados.

Gestor do Contrato

- 13.55. Cabe ao gestor do contrato:
- 13.55.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 13.55.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 13.55.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 13.55.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 13.55.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n^{o} 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 13.55.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 13.55.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 13.56. Além do disposto nesta Sessão, o gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.
- 13.57. Receber e dar encaminhamento imediato:
- 13.57.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 13.57.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.
- 13.58. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

14. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 14.1. O objeto da presente licitação, consistente na prestação de serviços terceirizados de vigilância e vigilância motorizada, preventiva e contínua, será recebido nos termos do art. 141 da Lei n^{o} 14.133/2021, observadas as condições abaixo:
 - I Recebimento provisório, realizado mensalmente, mediante a apresentação de relatórios de execução e comprovação do efetivo cumprimento das escalas de serviço, a serem conferidos pela fiscalização do contrato;
 - II Recebimento definitivo, ao término da vigência contratual, após a verificação do adimplemento integral das obrigações assumidas pela contratada, incluídas as comprovações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pertinentes.
- 14.2. O recebimento do objeto não eximirá a contratada de eventuais responsabilidades administrativas, civis ou penais, decorrentes da execução contratual, nem implicará quitação quanto a obrigações acessórias eventualmente descumpridas.

15. **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

15.1. Além da aferição quantitativa do serviço, por meio de fiscalização de frequência e assiduidade, a fiscalização técnica dos contratos avaliará qualitativamente o serviço por meio do Instrumento de Medição de

Resultado (IMR), conforme parâmetros estabelecidos, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- a) ao fechamento de cada mês, para fins de faturamento, a CONTRATADA deve emitir documentação comprobatória à fiscalização do contrato, para recebimento provisório, e posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, a qual deverá diligenciar junto à CONTRATADA eventuais inconformidades e incorreções, para imediata adequação, devendo, ao final da análise, dar visto e encaminhar documentação ao gestor do contrato, para recebimento definitivo.
- b) os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades que forem consideradas cabíveis.
- 15.3. A avaliação da execução do objeto pelo IMR servirá para a aferição/medição da qualidade do serviço, com impacto no faturamento mensal, com base nos serviços fornecidos e com base no resultado, conforme as seguintes diretrizes, no que couber:
- I Medição pela quantidade mensal, na razão de trinta dias e/ou dias efetivamente trabalhados, na medida da comprovação do fornecimento de materiais e de mão de obra relacionados ao serviços;
- $II-Medição\ pela\ qualidade\ mensal\ do\ serviço,\ obtida\ atrav\'es\ da\ soma\ das\ pontuaç\~oes\ parametrizadas\ de\ indicadores\ previamente\ definidos,\ conforme\ tabelas\ A\ e\ B,\ apresentadas\ abaixo:$

TABELA A - INDICADOF	RES E PARÂMETI	ROS DE QUALIDADE		
INDICADOR № 01 - EXECUÇÃO	DOS SERVIÇ	os		
Finalidade	Garantir a adequada execução dos serviços contratados, assegurando a qualidade, a continuidade e a eficiência das atividades.			
Meta a Cumprir	100% de qualidade na execução dos serviços contratados.			
Instrumento de Medição	loco, reclamad servidores, au	iscalização, verificações ções formais de usuários Iditorias internas, relatói rentuais notificações emi	e rios de	
Forma de Acompanhamento	Monitorament técnica do cor	to diário pela fiscalização ntrato.)	
Periodicidade	Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados.			
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada houver ocorrê	a pontuação atribuída q encia do caso.	uando	
Início da Vigência	Prazo estabele	ecido contratualmente.		
		Falha em registro de controle de chaves e entrada e saída de garagem	0,5 ponto	
		Falta de registro de ocorrência em livro de ocorrências	0,5 ponto	
		Ausência comunicação do responsável da empresa junto à fiscalização do contrato de ocorrência, para registro, ciência e eventuais providências	1,0 ponto	
		Permissão de acesso em horários não habituais a repartição, sem prévia comunicação do setor interessado	1,5 pontos	
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Permissão de acesso a local de pessoa estranha a repartição, sem prévia comunicação do setor interessado	2,0 pontos	
		Ausência de comunicação junto à Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros em caso de flagrante aplicável	2,0 pontos	
		Satisfação do usuário (caso haja instrumento)	2,0 pontos	
	Edital 4	Sumiço de chave de porta, portão, cadeado	2g³E∣	

		ou de veículo, deixada pon sob sua guarda				
	Furto ou sumiço de equipamento		5,0 pontos			
		Roubo	5,0 pontos			
		Suspensão do serviço	20,0 pontos			
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.					
		amulados em cada indica ros aos pontos dos demai				
Observações	O acúmulo de aplicado o des	pontos é mensal, sendo sconto relativo às ocorrê estação de serviços.				
	A pontuação s seguinte.	será zerada para o mês				
INDICADOR № 02 - FUNCIONÁ	RIOS					
Finalidade	necessários à	antidade de funcionários plena execução dos serv atível com o objeto e loc serviços.	iços e			
Meta a Cumprir		ença dos funcionários e à conduta e demais cond contrato.	ições			
Instrumento de Medição	Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada.					
Forma de Acompanhamento	Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato.					
Periodicidade		n aferição diária e conso ados coletados.	lidação			
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada houver ocorrê	a pontuação atribuída q ència do caso.	uando			
Início da Vigência	Prazo estabel	ecido contratualmente.				
		Aglomeração de dois ou mais vigilantes em um setor/prédio/área de atuação, sem prévia solicitação da UERN	0,5 ponto			
		Falta de polidez e presteza no atendimento ao público usuário	1,0 ponto			
		Vigilante flagrado usando celular para fins pessoais, sem prévia comunicação à empresa	1,0 ponto			
		Ausência do vigilante no posto	1,5 pontos			
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Permissão de prática de ato de violência física praticada por terceiros	2,0 pontos			
		Vigilante flagrado dormindo no posto	10,0 pontos			
		Uso de violência física ou verbal contra público usuário	10,0 pontos			
		Uso de arma de fogo em serviço sem autorização formal da Uern	10,0 pontos			
		Assédio	15,0 pontos			
		Acidente de trabalho ocasionado por negligência da CONTRATADA	15,0 pontos			
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.					
	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.					
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.					
	A pontuação será zerada para o mês segunte al 40 (36724938)					

necessários para a execução segura e padronizada dos serviços contratados. 100% dos funcionários devidamente uniformizados e equipados com os EPIs obrigatórios. 100% dos funcionários devidamente uniformizados e equipados com os EPIs obrigatórios. 100% dos funcionários devidamente uniformizados e equipados com os EPIs obrigatórios. 100% dos funcionários devidamente uniformizados e equipados com os EPIs obrigatórios. 100% dos funcionários com os EPIs obrigatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. 100ma de Acompanhamento 100ma de Acom	INDICADOR № 03 - UNIFORMI INDIVIDUAL - EPI	ES E EQUIPAM	IENTOS DE PROTEÇÃO	0	
mstrumento de Medição mstrumento discription de la contratada. Forma de Acompanhamento Monitoramento diário pela fiscalização verificações emitidas à contratada. Granda de Acompanhamento Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso. Mecanismo de Cálculo Será aplicada a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contratualmente. Prazo estabelecido contratualmente. Debar de fornecer conjunto completo de uniforme ease seus fancionarios, nos prazos e condições previstas no TR. Debar de substituir peca de uniforme inadequada ao tamanho do calaborador ou excessivamente e calaborador ou excessivamente e calaborador ou excessivamente e colaborador ou excessivamente e equipamentos e proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições proteção individual - EPI aos seus funcionários dos proteção individual - EPI aos seus funcionários dos proteção individual - EPI aos seus funcionários e constituados e a somatoria dos pontos a cumulados pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto relativo ás ocorrências constatuados e excessãos dos descontos dos demais i	Finalidade	uniformes adequados e possuam os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para a execução segura e			
loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Meriodicidade Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Meriodicidade Prazo estabelecido contratualmente. Prazo estabelecido contratualmente. Periodicidade Prazo estabelecido contratualmente. Prazo estabelecido contratualmente. Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme incompleto de equipamento de de equipamento de de equipamento de equipamento de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Palta de fornecimento completo de equipamentos de equipamento de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens de equipamento de colaborador de colaborador de colaborador de colaborador completo de equipamento de colaborador de colab	Meta a Cumprir	uniformizados e equipados com os EPIs			
eriodicidade Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso. Prazo estabelecido contratualmente. Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR. Deixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade de tenha sido equipamento se de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade de tenha sido recusada Serviço/Ocorrência/Pontuação VIGILÂNCIA Não utilização do uniforme inadequada, sen a devida justificativa Falta de fornecimento completo de equipamentos de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI de colaborador Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatoria dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. Sobservações NDICADOR Nº 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços, ce eventuais notificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, o eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização térnica do contrato. Geriodicidade Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos ados coletad	Instrumento de Medição	Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à			
Mecanismo de Cálculo Mecanismo de Cálculo Micio da Vigência Prazo estabelecido contratualmente. Prazo estabelecido contratualmente. Prazo estabelecido contratualmente. Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme aos seus e condições previstas no TR. Deixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade tenha sido recusada VIGILÂNCIA Prazo estabelecido contratualmente. Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade tenha sido recusada Prazo esta de substituir peça de uniforme incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa Palta de fornecimento completo de equipamentos de proteção individual - EPI aos seus funcionários, possible de equipamento de equipamento de proteção individual - EPI aos seus funcionários, possible de colaborador de colaborador conforme tabela de descontos. Prazo estabelecido contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. Diservações Os combos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. A pontuação será zerada para o mês seguinto. Prato de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinto. MICADOR Nº 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinto. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e actiginações formais de usuários e actiginações formais de usuários e actiginações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Periodicidade Continua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando	Forma de Acompanhamento			0	
nouver ocorrência do caso. Prazo estabelecido contratualmente. Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme aos seus funcionários, nos prazos e condições provistas no TR. Deixar de substituir peça de uniforme indequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danfircada ou cuja qualidade tenha sido recusada Não utilização do uniforme; uso de uniforme incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo de equipamentos de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI de colaborador Serão registradas as occorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados sem cada indicador são cumuladivos aos pontos dos demais indicadores. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. NDICADOR Nº 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. A pontuação será zerada para o mes seguinte. Montuações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Montoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Continua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando	Periodicidade			lidação	
Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR. Deixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente damificada ou cuja qualidade tenha sido recusada VIGILÂNCIA VIGILÂNCIA Não utilização do uniforme; uso de uniforme incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo de quipamentos de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens do equipamento de constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo ás ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. NDICADOR Nº 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços en exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Vorma de Acompanhamento Periodicidade Continua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando	Mecanismo de Cálculo			uando	
erviço/Ocorrência/Pontuação VIGILÂNCIA Poixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente damíficada ou cuja qualidade tenha sido recusada Não utilização do uniforme incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo ou inadequado a desconto completo de equipamento de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens do equipamento de constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulados em cada indicador são esserviços. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulados em cada indicador são cumulados em cada indicador são esserviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. NDICADOR № 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. 100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as ex	Início da Vigência	Prazo estabel	ecido contratualmente.		
de uniforme inadequada a tamanho do colaborador ou excessivamente danificado ou cuja qualidade tenha sido recusada VIGILÂNCIA Não utilização do uniforme incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa Falta de fornecimento completo de equipamentos de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI de colaborador Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI de colaborador Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. NDICADOR Nº 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. NOICADOR Nº 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Cormá de Acompanhamento Monitoramento diário pela fiscalização descridodicidade Monitoramento diário pela fiscalização descridodicados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando			conjunto completo de uniforme aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no		
Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI de colaborador Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulados em cada indicador são cumulados em cada indicadores. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. NDICADOR № 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. 100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Será aplicada a pontuação atribuída quando			de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade tenha sido	2,5	
completo de equipamentos de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI de colaborador Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. NDICADOR Nº 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. 100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Cortínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando	Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	uniforme; uso de uniforme incompleto ou inadequado, sem a		
equipamento de proteção individual - EPI de colaborador 2,5 pontos de contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. 2,5 pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. 2,5 pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. 2,5 pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. 2,5 pontos desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. 2,5 pontos desconto no pagamento, conforme tabela de descontos de serviços. 2,5 pontos de serviços de serviços de serviços de serviços. 2,5 pontos de conforme de con			completo de equipamentos de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições		
constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. NDICADOR Nº 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. 100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Cortínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando			equipamento de proteção individual - EPI		
São cumulativos aos pontos dos demais indicadores. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. NDICADOR № 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. 100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando	Faixas de ajustes no pagamento	constatadas e acumulados, p efetuado o de	constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento,		
O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. NDICADOR Nº 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. 100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando		são cumulativ			
A pontuação será zerada para o mês seguinte. NDICADOR Nº 04 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. 100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando	Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências			
Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. 100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando		A pontuação será zerada para o mês			
Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços. 100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando	INDICADOR № 04 - MATERIAI	S E EOIHPAMI	ENTOS		
100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição. Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando	Finalidade	Garantir a que materiais e ec	Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à		
loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando	Meta a Cumprir	100% das ferr disponíveis, e exigências co	ramentas e equipamentos m conformidade com as ntratuais, sem atrasos na		
técnica do contrato. Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando	Instrumento de Medição	loco, reclama servidores, au inspeção, e ev	loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à		
mensal dos dados coletados. Será aplicada a pontuação atribuída quando	Forma de Acompanhamento	Monitoramento diário pela fiscalização			
	Periodicidade			lidação	
	Mecanismo de Cálculo				
nício da Vigência Prazo estabelecido contratualmente. Edital 40 (36724938) SEI	Início da Vigência				

		Atraso no fornecimento das materiais/equipamentos, conforme condições previstas em Edital, necessários à execução dos serviços Atraso na substituição dos materiais/equipamentos que tenham sido	2,5 pontos 2,5 pontos	
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	danificados durante seu uso Entrega de material em quantidade inferior ao estipulado no Termo de Referência	2,5 pontos	
		Não substituição de materiais/equipamentos em desconformidade com a qualidade especificada no Termo de Referência	2,5 pontos	
Faixas de ajustes no pagamento	constatadas e acumulados, r efetuado o de	a das as ocorrências a somatória dos pontos pelo fiscal do contrato, e sconto no pagamento, pla de descontos.		
		mulados em cada indica os aos pontos dos demai		
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.			
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.			
INDICADOR № 05 - DESCUMPI TRABALHISTAS E OUTRAS OCC FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATI FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATI	ORRÊNCIAS R IVA (PREENCH IVA)	ELACIONADAS À HIMENTO EXCLUSIVO		
Finalidade	cumpra integra fiscais e traba regularidade o	e a empresa contratada ralmente suas obrigaçõe lhistas, garantindo a dos pagamentos e s devidos aos trabalhado tentes.		
Meta a Cumprir	e trabalhistas	Manter a regularidade das obrigações fiscais e trabalhistas durante toda a execução do contrato, sem ocorrência de atrasos ou pendências.		
Instrumento de Medição	documental, r formais de tra	Registros de fiscalização, verificação documental, registros de reclamações formais de trabalhadores ou entidades representativas.		
Forma de Acompanhamento	administrativa documentos a	to contínuo pela fiscaliza a, por meio da análise de presentados pela contra ireta do contrato e regist clamações.	tada,	
Periodicidade		análise sempre que houv ndício de descumprimen		
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada houver ocorrê	a pontuação atribuída q ncia do caso.	uando	
Início da Vigência	Prazo estabele	ecido contratualmente.	0.5	
		Atraso na entrega da documentação mensal	0,5 ponto	
		Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE	0,5 ponto	
		Não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados	0,5 ponto	
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Ameaças públicas ou reservadas do sindicato sobre possível paralisação do serviço motivada por descumprimentos trabalhistas da empresa	2,5 pontos	
		Certidões fiscais vencidas	2,5 pontos	
		Atraso na realização dos cursos de capacitação/reciclagem	5,0 pontos	
		Atraso no recolhimento de FGTS, INSS dos trabalhadores	10,0 pontos	
	Edital 4	0 (36724938)	SEI	

	Atraso no pagamento de benefícios previstos em convenção coletiva para os trabalhadores				
	Atraso salarial dos 20,0 trabalhadores pontos				
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.				
	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.				
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.				
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.				

TABELA B - IMPACTO DOS INDICADORES NA MENSURAÇÃO DAS FATURAS MENSAIS

	·
DESCONTOS	
Pontos	Medida
Até 2,0	Não haverá desconto
2,1 a 5,0	0,1% de desconto sobre o valor mensal faturado
5,1 a 10,0	0,2% de desconto sobre o valor mensal faturado
10,1 a 15,0	0,3% de desconto sobre o valor mensal faturado
15,1 a 20,0	0,5% de desconto sobre o valor mensal faturado
20,1 a 25,0	0,7% de desconto sobre o valor mensal faturado
Acima de 25,1	1,0% de desconto sobre o valor mensal faturado
OBSERVAÇÕES	Condutas reincidentes no decorrer do contrato ou casos de acúmulo acima de 25,1 (vinte e cinco vírgula um) pontos em meses consecutivos devem ser avaliadas pela gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.

- 15.4. A avaliação da qualidade de prestação será feita pela equipe de fiscalização técnica e setorial de cada Campi e pela fiscalização administrativa (no indicador que lhe compete), de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.
- 15.5. A nota final da avaliação ficará demonstrada em um único instrumento de medição de qualidade consolidado.
- 15.6. O resultado da avaliação incidirá sobre as faturas mensais da mão de obra, sendo estes pagamentos proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas, observando-se os indicadores acima mencionados.
- 15.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.8. Antes de encaminhar a respectiva fatura mensal ao Gestor de Contrato, para atesto, a fiscalização técnica/administrativa do contrato irá preencher Instrumento de Medição de Resultados, denominado IMR, informando a pontuação de cada indicador pré-determinado, seguindo o modelo sugerido no documento, Id. 33082378.
- 15.9. Tanto os indicadores (incluindo as pontuações), quanto o modelo de IMR poderão ser objeto de revisão e alteração, com inclusão ou supressão de itens, de modo unilateral, no interesse da FUERN, desde que sejam considerados pertinentes para a melhor avaliação da qualidade do serviço.
- 15.10. A alteração dos itens constantes no IMR não será objeto de aditivo contratual, devendo apenas ser informado à CONTRATADA, na medida do que for efetivamente alterado, sendo tais alterações efetivadas no mês seguinte, para fins de medição.
- 15.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico/administrativo, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores (25,1 pontos), além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato.
- 15.13. O IMR não impede o faturamento. Caso ele não seja concluído a tempo no mês de referência, os seus efeitos poderão ser aplicado em faturas subsequentes.
- 15.14. Os descontos serão aplicados **em todas as notas fiscais/faturas emitidas pela empresa** considerando que a avaliação da qualidade de prestação do serviço, apesar de ser realizada por cada *campi*, é depois consolidada de forma global para uniformizar os referidos descontos.

15.15. Do recebimento provisório e definitivo do objeto

- 15.15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços.
- 15.15.2. Ao fechamento de cada mês, para fins de faturamento, a CONTRATADA deve emitir documentação comprobatória à fiscalização do contrato, para recebimento provisório, e posterior verificação de sua Edital 40 (36724938) SEI 04410035.001461/2025-42 / pg. 28

conformidade com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, a qual deverá diligenciar junto à CONTRATADA eventuais inconformidades e incorreções, para imediata adequação, devendo, ao final da análise, dar visto e encaminhar documentação ao gestor do contrato, para recebimento definitivo.

- 15.15.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades que forem consideradas cabíveis.
- 15.15.4. Antes de emitir a Nota Fiscal, para fins de comprovação dos serviços, controle, acompanhamento, conferência, recebimento e autorização de faturamento pela fiscalização, a CONTRATADA deve apresentar, de forma mensal documentação listada abaixo:
- a) Relação atualizada dos funcionários no mês da prestação de serviços, através de planilha, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo do empregado, CPF, CTPS, função exercida, local de lotação, dias efetivamente trabalhados, dados bancários, diárias, horas extras, férias, licenças, faltas, ocorrências, entre outras a serem exigidas pela fiscalização;
- b) Relatório descritivo/analítico da folha de pagamento do mês da prestação de serviço, com listagem nominal dos empregados alocados na execução dos serviços contratados e detalhamento dos contracheques;
- c) Relatório de controle de rondas/patrulhas realizadas (motorizadas e a pé) informando, além do quantitativo de rondas realizadas por turno, a quilometragem percorrida por motocicleta, como também o número de toques nos *buttons*, estrategicamente localizados, contendo os respectivos horários. O referido relatório poderá ser extraído de *software* de monitoramento.
 - d) Comprovantes de frequência dos trabalhadores;
- e) Comprovantes de pagamento salários e benefícios, bem como quaisquer outras obrigações definidas em lei, convenção coletiva acordo coletivo ou sentenças normativas, do mês de prestação dos serviços;
- f) Demonstrativos e respectivos comprovantes de pagamentos relativos ao FGTS e Previdência Social, referentes ao mês de prestação do serviço. Caso os prazos de pagamento de INSS e FGTS do mês de referência ainda não tiverem vencido, aceita-se a comprovação da última competência vencida.
 - 15.15.5. A CONTRATADA deve apresentar os relatórios e seus respectivos comprovantes até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao último dia do mês de execução dos serviços para recebimento provisório do objeto.
 - 15.15.6. A CONTRATADA se responsabiliza pela exatidão das informações prestadas e por elaborar, juntar e organizar os relatórios e toda a documentação comprobatória necessária, não podendo, ao longo da prestação do serviço, extrapolar os limites previstos em contrato.
 - 15.15.7. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de solicitar quaisquer adequações nos relatórios e documentação comprobatória, que forem necessárias à transparência e à conferência dos serviços prestados, **que devem ser realizadas no prazo de 5 (cinco) dias corridos.**
 - 15.15.8. A cada correção/adequação necessária o prazo de Liquidação retorna a estaca ZERO.
 - 15.15.9. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.
 - 15.15.10. Não será aceita pela CONTRATANTE, para fins de faturamento, nenhuma fatura/nota fiscal sem os devidos relatórios e documentação comprobatória.
 - 15.15.11. A emissão de Nota Fiscal pela CONTRATADA somente poderá ser feita após autorização expressa da CONTRATANTE, a qual está condicionada à análise dos relatórios e respectivos comprovantes exigidos.
 - 15.15.12. Após conferida a documentação e resolvidas eventuais pendências, a fiscalização administrativa da CONTRATANTE remete os autos ao Gestor do Contrato, que analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso identifique irregularidades que impeçam o atesto da despesa, devolverá à fiscalização, para providências de correções junto ao fornecedor.
 - 15.15.13. Resolvidas as pendências e conferida toda a documentação, o Gestor do Contrato autoriza a fiscalização administrativa a solicitar à CONTRATADA a emissão das Notas Fiscais, com valores proporcionais ao que foi efetivamente comprovado, incluindo análises quantitativas (relatórios de prestação de serviço) e qualitativas (instrumento de medição de resultados) da prestação do serviço.
 - 15.15.14. A fiscalização administrativa remeterá comunicação a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado, com base na avaliação dos relatórios e Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto **em até 20 (vinte) dias contados do recebimento provisório do objeto.**
 - 15.15.15. As Notas Fiscais devem vir acompanhadas dos documentos abaixo:
 - a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - c) Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
 - 15.15.16. Após emitida a Nota Fiscal e havendo conformidade, a fiscalização administrativa junta as planilhas de

controle de saldo de contrato e remete o faturamento para atesto pelo Gestor do Contrato.

15.15.17. A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da Administração do UERN/RN, não exime a CONTRATADA de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, e se a Administração julgar necessário deverá a mesma (CONTRATADA), corrigir falhas, sem que tal fato represente ou importe em ônus para a CONTRATANTE.

15.15.18. O recebimento definitivo, concretizado com o atesto da Nota Fiscal, será realizado pelo Gestor do Contrato.

- 15.15.19. Ressalvadas pendências e desconformidades documentais e comprobatórias por parte da empresa, o procedimento de análise, até o atesto da Nota Fiscal deve ser concluído em até 20 dias corridos.
- 15.15.20. A cada pendência documental identificada pela fiscalização por culpa da empresa, o prazo de análise é retomado à estaca zero.
- 15.15.21. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 15.15.22. Todos os fatos anormais, verificados no decorrer da entrega/execução do objeto contratado, deverão ter suas ocorrências registradas, pela equipe de fiscalização e gestão de contrato, no qual deverão ser registradas também as providências tomadas pela CONTRATADA.
- 15.15.23. Caberá à CONTRATANTE rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue em desacordo com as especificações ou com irregularidades.
- 15.15.24. A UERN, a seu critério e sempre que julgar necessário poderá designar pessoas devidamente qualificadas, para realizar verificações, testes ou inspeções que comprovem a perfeita execução dos serviços contratados.
- 15.15.25. Será considerada falta grave, motivo de rescisão, a constatação através de comprovada inspeção pela UERN, da falsidade de quaisquer informações (quantitativos de peças ou serviços) constantes no orçamento autorizado que não tenham sido efetivamente executados/empregados.
- 15.16. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 15.17. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 15.18. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 15.19. Ao final de cada período/evento de faturamento:
 - 15.19.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
 - 15.19.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 15.20. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 15.21. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 15.22. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 15.23. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 15.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 15.25. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.26. Procedido o recebimento definitvo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 15.26.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
 - 15.26.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

- 15.26.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 15.26.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 15.26.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 15.27. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 15.28. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 15.29. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 15.30. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7° , § 3° da Instrução Normativa SEGES/ME n° 77/2022.
- 15.31. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n^{o} 14.133, de 2021
- 15.32. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - I o prazo de validade;
 - II a data da emissão;
 - III os dados do contrato e do órgão contratante;
 - IV o período respectivo de execução do contrato;
 - V o valor a pagar; e
 - VI eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.33. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 15.34. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.35. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
 - 15.35.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 15.35.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 15.36. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 15.37. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.38. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 15.39. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

15.40. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

- 15.41. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 15.42. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.43. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.43.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.44. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n^{o} 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

- 15.45. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.
- 15.46. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 15.46.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 15.46.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.
- 15.47. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 15.47.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.
- 15.48. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- 15.49. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.
- 15.50. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 15.51. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 15.52. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 15.52.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 15.52.2. A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma
- 15.52.2.1. Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.
- 15.52.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).
- 15.53. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, com base na seguinte fórmula:
 - $R = V (I I^{\underline{o}}) / I^{\underline{o}}$, onde:
 - R = Valor do reajustamento procurado;
 - V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;
 - Iº = índice inicial refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;
 - I = Índice relativo ao mês do reajustamento
- 15.54. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 15.55. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 15.56. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 15.57. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto as partes elegerão novo índice oficial, para

reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

- 15.58. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 15.59. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 15.60. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 15.61. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 15.62. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 15.63. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 15.64. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 15.65. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 dias (sessenta dias), contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 15.66. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 15.67. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 15.68. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.69. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 15.70. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 15.71. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
 - 15.71.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de crédito

- 15.72. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 15.73. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 15.74. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 15.75. A eficácia da cessão de crétido não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está consolidada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 15.76. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.
- 15.77. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 15.77.1. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 15.78. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI n^{o} 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

15.79. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por

parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1° da IN SEGES/ME n° 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

- 15.80. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.
 - 15.80.1. Considerando decreto estadual nº 33.782, de 15 de julho de 2024, deve-se garantir implantação de conta vinculada, bloqueada para movimentação, relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas, previstas em lei, normas e regulamentos aplicáveis.
 - 15.80.2. A operacionalização da Conta Vinculada, seus limites de uso e seu funcionamento como um todo, devem atender Lei estadual nº 10.841, de 14 de janeiro de 2021, decreto estadual nº 33.782, de 15 de julho de 2024, bem como observar, no que couber e no que não conflitar com as regras estaduais, regras e procedimentos para Conta Vinculada estabelecidos nas minutas de Termo de Referência da AGU para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.
- 15.81. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 15.82. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 15.83. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 15.84. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
 - 15.84.1. 13º (décimo terceiro) salário;
 - 15.84.2. Férias e um terço constitucional de férias;
 - 15.84.3. Multa sobre o FGTS; e
 - 15.84.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 15.85. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 15.86. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 15.87. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 15.88. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 15.89. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na contadepósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 15.90. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 15.91. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 15.92. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da <u>Lei nº</u> 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: contratacoes@uern.br.
- 16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://portal.uern.br/.
- 17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 17.11.1. ANEXO I Termo de Referência (ID nº 36663326)
 - 17.11.1.1. Apêndice do Anexo I Estudo Técnico Preliminar (ID nº 36657844)
 - 17.11.1.2. Apêndice do Anexo I Planilha de Custos e Formação de Preços (ID nº 35705105)
 - 17.11.2. ANEXO II Minuta de Termo de Contrato (ID n^{o} 36514853)
 - 17.11.3. ANEXO III Termo de Ciência e concordância
 - 17.11.4. ANEXO IV Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical (ID nº 36103894)
 - 17.11.5. ANEXO V Minuta de Proposta de Preços (ID nº 36041171)
 - 17.11.6. ANEXO VI Pesquisa de Preços (35704788)

Mossoró/RN, 29 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Victor Pinheiro Azevedo**, **Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 29/09/2025, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do <u>Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Cicília Raquel Maia Leite, Presidente(a) da FUERN**, em 29/09/2025, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do <u>Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador 36724938 e o código CRC 416FA811.

Referência: Processo nº 04410035.001461/2025-42 SEI nº 36724938



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210 Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://portal.uern.br/

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 04410035.001461/2025-42

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação para prestação de serviços terceirizados de vigilância e vigilância motorizada, preventiva e contínua, com fornecimento de mão de obra e regime de dedicação exclusiva e eventual, equipamentos de EPIs e equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, a serem executados nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM			UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO (mês)	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO (24 meses)	VALOR ESTIMADO TOTAL (24 meses)
1	Patu/RN	CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAP – Campus Avançado de Patu.	Posto	1	R\$ 12.546,56	R\$ 301.117,44	R\$ 301.117,44
2	Patu/RN	CATSER 23957 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAP — Campus Avançado de Patu.	Posto	1	R\$ 13.692,38	R\$ 328.617,12	R\$ 328.617,12
3	Patu/RN	CATSER 23507 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAP — Campus Avançado de Patu.	Posto	1	R\$ 6.253,37	R\$ 150.080,88	R\$ 150.080,88
		TOTAL - PATU/RN		3	R\$ 32.492,31	R\$ 779.815,44	R\$ 779.815,44
4	Assu/RN	CATSER 23647 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA — Campus Avançado de Assu.	Posto	2	R\$ 12.546,98	R\$ 301.127,52	R\$ 602.255,04
5	Assu/RN	CATSER 23957 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA — Campus Avançado de Assu.	Posto	2	R\$ 13.692,80	R\$ 328.627,20	R\$ 657.254,40
6	Assu/RN	CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu.	Posto	1	R\$ 6.253,58	R\$ 150.085,92	R\$ 150.085,92
		TOTAL - ASSU/RN		5	R\$ 32.493,36	R\$ 779.840,64	R\$ 1.409.595,36
7	Caicó/RN	CATSER 23647 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAC — Campus Avançado de Caicó.	Posto	3	R\$ 12.547,30	R\$ 301.135,20	R\$ 903.405,60
8	Caicó/RN	CATSER 23957 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAC — Campus Avançado de Caicó.	Posto	3	R\$ 13.693,12	R\$ 328.634,88	R\$ 985.904,64
9	Caicó/RN	CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAC – Campus Avançado de Caicó.	Posto	1	R\$ 6.292,05	R\$ 151.009,20	R\$ 151.009,20
	TOTAL - CAICÓ/RN				R\$ 32.532,47	R\$ 780.779,28	R\$ 2.040.319,44
10	Pau dos Ferros/RN	CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAPF – Campus Avançado de Pau dos Ferros.	Posto	2	R\$ 12.546,98	R\$ 301.127,52	R\$ 602.255,04

/09/2025, 18	3:11	SEI/SEAD -	36663326 -	Termo de Referên	cia		
11	Pau dos Ferros/RN	CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAPF – Campus Avançado de Pau dos Ferros.	Posto	2	R\$ 13.692,80	R\$ 328.627,20	R\$ 657.254,40
12	Pau dos Ferros/RN	CATSER 23507 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAPF — Campus Avançado de Pau dos Ferros.	Posto	1	R\$ 6.253,58	R\$ 150.085,92	R\$ 150.085,92
		TOTAL - PAU DOS FERROS/RN		5	R\$ 32.493,36	R\$ 779.840,64	R\$ 1.409.595,36
13	Natal/RN	CATSER 23647 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN — Campus Avançado de Natal	Posto	8	R\$ 12.603,34	R\$ 302.480,16	R\$ 2.419.841,28
14	Natal/RN	CATSER 23957 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN — Campus Avançado de Natal.	Posto	8	R\$ 13.749,16	R\$ 329.979,84	R\$ 2.639.838,72
		TOTAL - NATAL/RN		<mark>16</mark>	R\$ 26.352,50	R\$ 632.460,00	R\$ 5.059.680,00
15	Mossoró/RN	CATSER 23647 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CC — Campus Central Mossoró	Posto	24	R\$ 12.546,84	R\$ 301.124,16	R\$ 7.226.979,84
16	Mossoró/RN	CATSER 23957 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CC — Campus Central Mossoró.	Posto	25	R\$ 13.692,66	R\$ 328.623,84	R\$ 8.215.596,00
17	Mossoró/RN	CATSER 30129 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância motorizada desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CC – Campus Central Mossoró.	Posto	2	R\$ 12.824,08	R\$ 307.777,92	R\$ 615.555,84
18	Mossoró/RN	CATSER 30129 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância motorizada desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CC – Campus Central Mossoró.	Posto	2	R\$ 13.969,92	R\$ 335.278,08	R\$ 670.556,16
		TOTAL - MOSSORÓ/RN		<mark>53</mark>	R\$ 53.033,50	R\$ 1.272.804,00	R\$ 16.728.687,84
		TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		89	-	-	R\$ 27.427.693,44

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados do dia 05 de dezembro de 2025 ou outra data expressamente autorizada pela contratante, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
 - 1.3.1. Caso necessário o início da vigência em data diversa do dia 05 de dezembro de 2025, a expressa autorização da contratante deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis à contratada.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a Portaria nº 2320/2025 GP/FUERN de Serviços Contínuos id <u>35780478</u>.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, nos termos do artigo 6º, XXIII, b) da Lei nº 14.133/2021, pelo qual a fundamentação da contratação no Termo de Referência consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual sob o código 925543/2025; publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas conforme link https://pncp.gov.br/app/pca/08258295000102/2025/1, bem como no portal da instituição no link de acesso: https://portal.uern.br/acessoainformacao/planejamento/.
- 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO
- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. A vigilância patrimonial é uma atividade meio da Administração, um serviço contínuo exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, o qual busca garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local. Assim, algumas práticas sustentáveis devem ser incluídas na contratação desses serviços. Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, para o objeto em tela, não se identificou exigência de critérios a serem atendidos. Contudo, em observação aos preceitos e a boa prática da sustentabilidade ambiental, sugere-se que a empresa, se for o caso, adote as medidas previstas no Decreto nº 7.746/2012 e, no que couber, nas disposições da IN nº 05/2017.
- 4.2. São boas práticas sustentáveis para os serviços de Vigilância conforme o <u>Caderno de Logistica</u> para a Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial da Presidência da República (p. 13):
 - a) A CONTRATADA deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

- b) É dever da contratada a promoção de cursos de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.
- c) É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.
- d) A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- e) Só será admitido o uso de veículos eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa de Controle da Poluição por Veículos Automotores (PROCONVE) / Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (PROMOT) e movidos a biocombustível.
- f) A CONTRATADA deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.
- g) Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.
- h) A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.
- i) A CONTRATADA deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.
- j) A gestão de segurança patrimonial da CONTRATADA deverá utilizar monitores LCD ou LED que reduzam o consumo de energia face aos convencionais, quando da vigilância eletrônica.
- k) A CONTRATADA deverá utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel.
- I) É obrigação da CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.
- m) O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Acordos de Níveis de Serviços (ANS) que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas com as seguintes condições:
- I Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.
- II Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior.
- III Permitir a presença de vigilante sem uniforme, em condições inapropriadas de apresentação ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência.
- IV Não zelar pelas instalações do órgão, por posto e por dia.
- V Deixar de fornecer os EPIs, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.
- VI Não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.
- VII Deixar de estabelecer cotas para mulheres e portadores de necessidades especiais, conforme definido no Termo de Referência.
- VIII Deixar de observar as especificações de materiais de consumo e bens na prestação dos serviços.
- IX Não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares.
- X Deixar de destinar de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço, por ocorrência.
- XI Deixar de observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias, por ocorrência.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

- 4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.6. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.7. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.8. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.9. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.10. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.11. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica indicada pela Contratante, com correção monetária.
- 4.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.14. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.14.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.15. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.15.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.15.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.15.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.16. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.17. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.18. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

- 4.19. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.20. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.20.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.20.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.21. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.21.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.21.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.22. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.22.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.22.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.22.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.23. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.24. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.25. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

- 4.26. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá optar por realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, por e-mail, nos endereços eletrônicos a seguir:
 - 4.26.1. Campus Central Mossoró: Diretoria de Administração e Serviços DAS/PROAD (diradm@uern.br);
 - 4.26.2. Campus Avançado de Patu (patu@uern.br CAP);
 - 4.26.3. Campus Avançado de Assu (governanca.assu@uern.br CAA);
 - 4.26.4. Campus Avançado de Caicó (caico@uern.br CAC);
 - 4.26.5. Campus Avançado de Pau dos Ferros (secretaria.pferros@uern.br CAPF);
 - 4.26.6. Campus Avançado de Natal (governanca.natal@uern.br CAN).
- 4.27. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. A realização da vistoria poderá ser comprovada por:
 - 4.27.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017;
 - 4.27.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com esta entidade.
- 4.28. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 4.29. Será realizado agendamento, disponibilizando data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.30. As informações relativas ao objeto da licitação serão publicizadas eletronicamente via internet aos licitantes nos meios devidos, pelo setor responsável pela licitação.
- 4.31. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.32. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DE OBJETO**

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 5.1.1. Início da execução do objeto: Como indica o item 1.3 acima a execução contratual deve iniciar-se em 05 de dezembro de 2025, junto com a vigência contratual; contudo, caso se faça forçoso à Administração começar antes da data prevista, o início da execução do contrato deve ocorrer mediante expressa Autorização da Contratante à Contratada em documento que autorize o início da execução, reservando-se à contratada o prazo mínimo de até 5 (cinco) dias entre o recebimento do documento que a autorize e a efetiva prestação dos serviços.
- 5.2. Os mecanismos de comunicação entre a UERN e a prestadora de serviços serão, preferencialmente e-mail e contatos telefônicos, previamente informados.
- 5.3. A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento de todas as correspondências eletrônicas (e-mail) recebidas da CONTRATANTE.
- 5.4. A CONTRATADA ficará ciente de que a confirmação de recebimento automático (cadastrada no e-mail) de correspondências eletrônicas recebidas da CONTRATANTE também confirma/configura o seu recebimento.
- 5.5. Descrição sumária do que se espera ser realizado pela empresa:
- a) Contratação de posto de trabalho de vigilante para vigiar dependências de áreas públicas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos e outras irregularidades, com ou sem utilização de motocicleta conforme o caso;
 - b) Disponibilizar os trabalhadores para a prestação dos serviços;
 - c) Realizar o quantitativo de rondas/patrulhas em pontos/rotas demarcados pela administração;
- d) Controlar o acesso de pessoas/usuários, fornecedores e comunidade usuária, bem como de veículos em geral no Campus Central e demais *Campi* e prédios, principalmente em horários de menos movimento, com registro das movimentações da comunidade externa;
 - e) Abrir e fechar os portões de acesso ao Campus Central e demais *Campi* e prédios, por conveniência da administração, e horários indicados;
 - f) Ligar, monitorar e desligar o sistema de monitoramento, se necessário, e se demandado;
 - g) Manter um livro de registro diário;
 - h) Acionar a iluminação externa/pátio, se houver;

i) Comunicar ao fiscal de contrato sobre ocorrências, respeitando a ética profissional;

j) Fazer registro da entrada de veículo de carga em planilha específica, se demandado;

k) Guardar chaves de alguns setores quando solicitados, em claviculários instalados, quando for o caso, anotação da retirada e da entrega, colhimento da assinatura do responsável em planilha específica;

l) Horário de troca do pessoal: 6h e às 18h;

m) Outras demandas compatíveis ao posto de acordo com a CCT utilizada.

Local e horário da prestação dos serviços

5.6. Os serviços serão executados nas dependências da UERN, nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal, nos endereços indicados abaixo:

5.6.1. SEDE: Mossoró/RN

- a) Campus Central Av. Francisco Mota, nº 572 Presidente Costa e Silva.
- b) Edifício Epílogo de Campos Praça Miguel Faustino, s/n Centro.
- c) Faculdade de Enfermagem Rua Dionísio Filgueira, nº 383 Centro.
- d) Faculdade de Ciências da Saúde Rua Atirador Miguel Antônio da Silva Neto, s/n, Aeroporto.
- e) Núcleo de Prática Jurídica/Arquivo Central Avenida Rio Branco, nº 1902 Centro.
- f) Reitoria Rua Almino Afonso, nº 478 Centro.
- g) Associação Cultural e Esportiva Universitária (ACEU) Rua Dr. Mário Negócio, nº 58-120 Centro.
- h) Almoxarifado Av. Lauro Monte, nº 340 Abolição.
- 5.6.2. SEDE: Natal/RN
 - a) Campus Avançado de Natal Av. Dr. João Medeiros Filho, nº 3419 Potengi (Zona Norte).
- 5.6.3. SEDE: Assu/RN
 - a) Campus Avançado de Assu Rua Sinhazinha Wanderley, nº 871, Centro.
- 5.6.4. SEDE: Caicó/RN
 - a) Campus Avançado de Caicó Av. Rio Branco, nº 725 Centro.
 - b) Clínicas Odontológicas Rua André Sales, nº 667 Paulo XI.
- 5.6.5. **SEDE: Pau dos Ferros/RN**
 - a) Campus Avançado de Pau dos Ferros BR 405, Km 3, Arizona.
- 5.6.6. SEDE: Patu/RN
 - a) Campus Avançado de Patu Rua Lauro Maia, s/n Centro.
- 5.7. Nas cidades de Mossoró e Natal: Os serviços serão executados através de postos fixos, e funcionarão ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, cada posto envolvendo 02 (dois) vigilantes, com ou sem utilização de motocicleta, em escala de 12 horas de serviço por 36 de folga (12x36).
- 5.8. Nas cidades de Assu, Caicó, Pau dos Ferro e Patu: Os serviços serão executados através de postos fixos, e funcionarão de duas formas:
 - a) Ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, cada posto envolvendo 02 (dois) vigilantes, em escala de 12 horas de serviço por 36 de folga (12x36);
 - b) Funcionando por dia, de segunda à sábado, inclusive feriados, com posto envolvendo 01 (um) vigilante, com 44 horas de serviço.
- 5.9. Requisitos da contratação:
 - 5.9.1. Fornecer mão de obra qualificada para o serviço, na quantidade pactuada em contrato, a fim de garantir a sua perfeita execução, distribuídos conforme orientação da CONTRATANTE.
 - 5.9.2. Atender todos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista previstos na Lei nº 14.133/21.
 - 5.9.3. Indicar a CCT a que se refere a Proposta, devidamente registrada no Ministério do Trabalho.
 - 5.9.4. Possuir qualificação econômico-financeira que contemple todos os itens da licitação.
 - 5.9.5. Atender todas as exigências previstas no processo licitatório.
 - 5.9.6. Alocar os empregados observando as descrições dos cargos, as atribuições e os requisitos de grau de instrução, exigências legais, experiências, conhecimentos e habilidades.
- 5.10. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), assim identificadas por órgão demandante é:

CBO - Código Brasileiro de Ocupações	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
5173-30 (Vigilante)	Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

- 5.11. Requisitos do profissional dos serviços de vigilância:
 - a) Ser brasileiro, nato ou naturalizado;
 - b) Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
 - c) Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
 - d) Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83;
 - e) Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental;
 - f) Não ter antecedentes criminais registrados;
 - g) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
 - h) Carteira Nacional de Habilitação-CNH, no mínimo na categoria A, para o caso de vigilância motorizada.
- 5.12. Será assegurado ao vigilante:
 - a) Uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;
 - b) Prisão especial por ato decorrente do serviço;
 - c) Seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

Discriminações das atividades a serem executadas por cargo

- 5.13. VIGILANTE DIURNO E NOTURNO (12x36): Postos fixos de vigilantes, funcionando ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, envolvendo 02 (dois) vigilantes desarmados, em escala 12 horas de serviço por 36 horas de folga, por posto, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes, nos prédios e dependências indicadas pela FUERN.
- 5.14. VIGILANTE DIURNO (44h): Postos fixos de vigilantes, funcionando por dia, de segunda à sábado, inclusive feriados, envolvendo 02 (dois) vigilantes desarmados, com 44 horas de serviço, por posto, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes, nos prédios e dependências indicadas pela FUERN.
- 5.15. VIGILANTE DIURNO E NOTURNO (12x36): Postos fixos de vigilantes, funcionando ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, envolvendo 02 (dois) vigilantes desarmados, em escala 12 horas de serviço por 36 horas de folga, por posto, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes do Campus Central da UERN (Mossoró), através de patrulhamento motorizado desarmado, com a utilização de motocicleta.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.16. Na execução contratual os vigilantes alocados para o serviço, deverão executar, entre outras tarefas correlatadas, as seguintes rotinas:
- a) Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto de Vigilância, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- b) Manter afixado no Posto de Vigilância, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- c) Colaborar e acionar as Polícias Civil e Militar do RN e a Federal, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da CONTRATANTE, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
 - d) Acionar o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e apoiar a prestação dos primeiros socorros às possíveis vítimas;
 - e) Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados por ocasião da vistoria dos ambientes;
- f) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;
- g) Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
 - h) Zelar pela apresentação pessoal, mantendo unhas e cabelos limpos e aparados, sapatos e/ou coturnos engraxados, uniforme limpo e bem apresentável;
- i) Efetuar revista em bolsas ou sacolas, quando conveniente e necessário, solicitando ao transeunte, abrir sua própria bolsa, em abordagem discreta, com polidez e
 - j) Receber e transmitir, de forma discreta, mensagens via rádio HT;
 - k) Organizar filas e o trânsito no acesso e interior dos prédios e dependências, quando houver necessidade;
 - l) Responsabilizar-se pela guarda, organização e controle das chaves das salas que forem colocadas sob seus cuidados pela CONTRATANTE;
- m) Verificar, diariamente, as portas, janelas, portões, etc., trancando os que forem encontrados abertos e desligando o ar-condicionado ao final do horário de aula, caso tenha sido deixado ligado, registrando a ocorrência em livro próprio, salvo instrução em contrário;
 - n) Acionar a iluminação dos pontos predeterminados pela CONTRATANTE e verificar se todas as demais luzes do prédio se encontram desligadas;
- o) Efetuar vistoria em todo o ambiente do posto quando da troca de turno, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível e de fácil leitura, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda;
- p) Controlar e acompanhar a circulação de veículos e pessoas, especialmente em horários além do funcionamento normal do setor, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, placa, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, agindo de modo preventivo a fim de evitar riscos à segurança do patrimônio e das pessoas;
- q) Controlar e acompanhar movimentação de materiais e equipamentos, observando que os bens patrimoniais de propriedade da CONTRATANTE, só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Materiais, após serem vistoriados, sendo imprescindível a sua descrição e número do Patrimônio;
 - r) Acompanhar e revistar a saída de lixo e entulhos;
 - s) Preencher corretamente quaisquer formulários de controle, na forma orientada pela CONTRATANTE;
 - t) Apresentar postura impecável, o que significa não se encostar a paredes e pontos de apoio, evitar as mãos nos bolsos, bem como permanecer de costas para o

u) Ajudar aos portadores de deficiência física na locomoção quando do acesso e trânsito pelo prédio do órgão, inclusive no que diz respeito ao desembarque de

público; viaturas;

respeito;

- v) Proibir a colocação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita nos muros e paredes do órgão, sem a prévia autorização do responsável;
- w) Impedir, pelos meios necessários, a circulação de animais de médio e grande porte no interior dos prédios e estruturas da FUERN, a fim de garantir a segurança e integridade pessoal e material da instituição;
 - x) Garantir a ordem e obediência quanto à organização e fluxo do trânsito de pessoas e veículos nos campi e órgãos da FUERN;
- y) Atender demandas de setores relativas a reforço localizado de vigilância no âmbito da FUERN, de forma momentânea e em situações excepcionais devidamente justificadas, no interesse do serviço, desde que não incorra em prejuízo às rotinas ordinárias do serviço e da execução como um todo;
- z) Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto de Vigilância, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;
 - aa) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
 - ab) Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- ac) Executar a(s) ronda(s) diária(s) em todas as áreas, nas dependências interna e externa, quando for o caso, conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, vias de acesso, corredores, garagem e pátios, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da segurança e tranquilidade dos ambientes, em especial às assinaladas pela Administração, onde deverão acionar o botão de ronda, no mínimo, 12 (doze) vezes por turno.
 - ad) Se adaptar e se integrar, conforme a necessidade, a sistemas de segurança eletrônicos e alarmes que a CONTRATANTE possua ou venha a possuir;
 - ae) Não se ausentar do posto de serviço, salvo por situação justificada e no interesse do serviço;
 - af) Utilizar telefone (fixo ou móvel) apenas no estrito interesse do serviço, quando autorizado pela CONTRATANTE;
 - ag) Se abster de conversas e relações interpessoais não relacionadas a sua tarefa no seu posto de serviço, a fim de evitar distrações que venham a prejudicar o serviço;
 - ah) Zelar pela ordem, segurança e limpeza no seu local de trabalho;
- ai) Cumprir programação dos serviços feita pela Administração, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;
 - aj) Participar de treinamentos regulares e atualizações sobre práticas de segurança e procedimentos operacionais.
- 5.17. Os vigilantes alocados para o serviço de VIGILANTE DIURNO E NOTURNO (12x36), deverão executar, entre outras tarefas correlatadas, as seguintes rotinas:
 - a) Realizar patrulhas regulares e sistemáticas nas áreas designadas, utilizando motocicleta;
 - b) Monitorar e observar o entorno das instalações, identificando e reportando qualquer atividade suspeita ou anormal;
 - c) Verificar e registrar a entrada e saída de pessoas e veículos nas áreas sob vigilância;

- d) Controlar o acesso a áreas restritas, conforme as instruções específicas fornecidas;
- e) Reagir rapidamente a alarmes, incidentes ou emergências, e tomar as medidas iniciais necessárias até a chegada de suporte adicional, se necessário;
- f) Comunicar qualquer ocorrência relevante ao centro de controle, se houver, ou à equipe responsável;
- g) Manter comunicação constante com a central de monitoramento, se houver, e outros membros da equipe de vigilância.
- h) Elaborar e submeter relatórios regulares sobre atividades realizadas, incidentes observados e outras informações pertinentes;
- i) Realizar a manutenção básica das motocicletas e equipamentos de comunicação, assegurando que estejam em boas condições de funcionamento;
- j) Reportar qualquer necessidade de manutenção ou reparo à CONTRATADA;
- k) Fornecer informações e assistência básica ao público, conforme necessário;
- I) Manter uma postura profissional e cortês em todas as interações;
- m) Apresentar-se com uniforme padronizado e identificável, conforme normas da empresa de vigilância, bem como a motocicleta deve permanecer em bom estado de conservação, equipada com sistema de comunicação e outros acessórios necessários;
 - n) Seguir rigorosamente os procedimentos de segurança estabelecidos e as políticas da empresa;
 - o) Participar de treinamentos regulares e atualizações sobre práticas de segurança e procedimentos operacionais.
 - 5.17.1. As patrulhas/rondas serão realizadas na cidade de Mossoró, nos turnos (manhã, tarde e noite) de acordo com a planilha de estimativo de rondas/patrulhas, Id. 33082336.
 - 5.17.2. As patrulhas/rondas devem percorrer nas dependências da UERN a distância mínima de 900 (novecentos) Km/mês por motocicleta, no Campus Central Mossoró.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.18. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades suficientes à perfeita execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.
- 5.19. Consta na Planilha de Itens, uniformes e EPIs relação de materiais, elencando-se os essenciais e necessários para a execução.

Especificação da garantia do serviço

5.20. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

- 5.21. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto na Planilha de Itens, Uniformes e EPIs id 33065028.
- 5.21.1. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, e, quando possível, sustentáveis ou reciclados.
- 5.21.1.1. A empresa deverá comprovar a entrega de 2 (dois) conjuntos de uniformes a cada colaborador, fazendo sua substituição sempre que necessário ou quando solicitado pela fiscalização contratual no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.
- 5.21.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- 5.21.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do origianl para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.22. A transição entre a atual e a nova empresa deverá ser planejada para evitar descontinuidade dos serviços.
- 5.23. A nova empresa deverá iniciar as atividades imediatamente após o término do contrato vigente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por 1 (um) ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do Art. 7º e 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

Preposto

- 6.8. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

- 6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.17. A fiscalização da execução dos serviços pelo Fiscal Técnico e/ou Setorial abrange, ainda, as seguintes rotinas:
 - 6.17.1. Acompanhar in loco a execução de serviço ou a entrega de material, dando recebimento e detalhando as quantidades recebidas e serviços executados, podendo excepcionalmente no caso de ausência do fiscal, esta atribuição ser exercida por outro servidor do quadro efetivo que esteja acompanhando in loco a prestação dos serviços, garantindo que:
 - a) os equipamentos que recebam o serviço componham comprovadamente o patrimônio da UERN;
- b) sejam utilizados todos os materiais, insumos, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, com qualidade e quantidades adequadas ao Contrato, ETP, Termo de Referência e planilha de composição de custos.
 - 6.17.2. Se inteirar das quantidades, itens, planilha de composição de custos e rotinas operacionais vinculadas ao contrato, mantendo e guardando cópia desses documentos, para fins de controle e fiscalização, não permitindo que as demandas, serviços e/ou materiais serviços superem as quantidades disponíveis ou estejam em desacordo com contrato.
 - 6.17.3. Manter contato direto preferencialmente por e-mail ou por telefone e correspondência oficial, com o fornecedor para encaminhamento de questões operacionais relativas ao serviço e às demandas;
 - 6.17.4. Solicitar ao fornecedor, por escrito, providências de correção de eventuais falhas, faltas ou imperfeições identificadas, a fim de sanar problemas de execução contratual.
 - 6.17.5. Elaborar e executar junto ao fornecedor cronograma de serviços, seguindo prioridades e orientações apontadas pelo gestor do contrato ou por superior hierárquico.
 - 6.17.6. Elaborar, emitir e assinar relatórios quantitativos e, quando houver, qualitativo de prestação do serviço, verificando as quantidades fornecidos no período de referência, em consonância com o contrato.
 - 6.17.7. No caso de serviços terceirizados, elaborar relatórios de frequência de funcionários, mediante conferência diária e verificação das folhas de registro de ponto/frequência, expedidas pela empresa prestadora do serviço.
 - 6.17.8. Emitir e assinar relatórios relativos à medição da qualidade do serviço, quando houver (IMR), mensurando, ao final, o percentual do valor da fatura a ser paga.
 - 6.17.9. Remeter relatórios e toda a documentação probatória relativa a execução técnica do serviço à Fiscalização Administrativa.
 - 6.17.10. Informar a fiscalização administrativa, acerca de ocorrências registradas na execução contratual não resolvidas no âmbito operacional, para fins de notificação formal ao fornecedor.
 - 6.17.11. Se reportar ao Gestor de Contrato e, se necessário, à autoridade superior, no caso de dúvidas acerca da execução do serviço que porventura não estejam expressos no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato, possam extrapolar a sua competência.
 - 6.17.12. Controlar, organizar e registrar em documentos adequados os aspectos relativos à execução dos serviços, de modo que seja possível fornecer dados estatísticos acerca dos serviços e propicie a administração o acompanhamento do cronograma de execução.
- 6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.20. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.
- 6.21. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.
- 6.22. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.23. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.24. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.25. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.26. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.27. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.28. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.28.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- 6.28.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 6.28.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.28.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.
- 6.30. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.31. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.31.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.31.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

- 6.32. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.33. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.34. Além do disposto nesta Sessão, o(s) fiscal (is) de contrato deverão observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.
- 6.35. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não aoebas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

- 6.36. Caberá ainda ao Fiscal Administrativo:
 - 6.36.1. Abrir processos de despesas mensais e estimativas, de modo anterior ao período de execução do serviço, com base em valores previstos em contrato e/ou cota mensal destinada à execução do serviço.
 - 6.36.2. Verificar documentação apresentada pela Fiscalização Técnica, diligenciando em caso de incorreções, solicitando documentos e informações que forem necessárias à comprovação da despesa.
 - 6.36.3. Se inteirar de todo o contrato, aditivos, termo de referência, planilha de composição de custos, valores, quantidades, convenção coletiva (no caso de terceirizadas), entre outros, para fins de controle e acompanhamento administrativo do contrato, mantendo cópia desses documentos, sempre atualizados.
 - 6.36.4. Elaborar e registrar em planilhas próprias:
 - a) dados do contrato, com nome de fornecedor, CNPJ, vigência e valor global;
- b) controle de vigência, execução e saldo de contrato, com lançamento de processos abertos, notas fiscais atestadas, valores faturados, data de emissão da nota, período de referência, data do atesto, entre outros, mantendo estas informações sempre atualizadas.
 - 6.36.5. Controlar todas as informações relativas aos contratos, dando início aos procedimentos de prorrogação, acréscimos e/ou supressões, reajustes e repactuações, mantendo sempre atualizados em planilhas próprias os processos abertos, as quantidades e os valores atualizados.
 - 6.36.6. Após verificação de conformidade, observar disponibilidade orçamentária (confirmação de empenho) e solicitar Nota Fiscal ao fornecedor.
 - 6.36.7. No caso de contratos de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra:
- a) elaborar e preencher relatório mensal administrativo do serviço, COM INFORMAÇÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO, CPF, data de admissão, data de demissão, dados bancários, salário bruto, salário líquido e benefícios, juntando ao relatório de frequência emitido pela fiscalização técnica e anexando ao processo de despesa;
- b) verificar se os pagamentos de salários e benefícios realizados pela CONTRATADA estão em conformidade com a convenção coletiva vigente, realizando a comunicação com a empresa prestadora de serviço, para fins de regularização e não aceitando pagamento a menor do que o previsto em convenção e/ou acordo coletivo;
 - c) verificar se os encargos na folha de pagamento estão compatíveis com a planilha de composição de custos vigente da contratada;
- d) elaborar e preencher relatório mensal de retenção em CONTA VINCULADA, regulada pela Instrução Normativa-SEI Nº 2, de 02 de julho de 2024, juntando no processo de despesa;
- e) elaborar e manter planilhas de controle de retenção de CONTA VINCULADA, por contrato, de forma a ser possível controlar os valores retidos por funcionário, bem como as liberações feitas para cada um destes e o respectivo saldo restante.
 - 6.36.8. Juntar nos processos de despesas abertos, após a instrução e tramitação inicial:
 - a) relatório técnico, com os devidos comprovantes do serviço prestado (expedido pela fiscalização técnica);
 - b) comprovante de pagamento dos salários do mês da prestação do serviço (apenas terceirizados);
- c) comprovante de pagamento dos benefícios (vale-transporte, alimentação ou o que for exigido em convenção coletiva) do mês da prestação do serviço (apenas terceirizados);
 - d) folha de pagamento analítica, com detalhamento nominal dos contracheques dos funcionários;
 - e) relatórios e/ou documentos comprobatórios contendo a relação nominal dos trabalhadores e os encargos trabalhistas de FGTS e INSS (apenas terceirizados);
 - f) comprovante de pagamento de FGTS do mês de prestação do serviço ou da última competência vencida (apenas terceirizados);
 - g) comprovante de pagamento de INSS do mês da prestação de serviço ou da última competência vencida (apenas terceirizados);
- h) relatório mensal administrativo do serviço, COM INFORMAÇÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO, constando atestados e faltas, CPF, data de admissão, data de demissão, dados bancários, salário bruto, salário líquido e benefícios (apenas terceirizados);
 - i) relatório mensal de retenção em CONTA VINCULADA (apenas terceirizados);
 - j) certificado de regularidade do FGTS CRF (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
 - k) certidão negativa de débitos trabalhistas CNDT (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
 - l) certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
 - m) nota fiscal;
 - n) planilha de saldo de contrato.
 - 6.36.9. Juntar toda a documentação, expedir, no processo de despesa, despacho ao Gestor do Contrato, informando o valor a ser pago e solicitando atesto da despesa, indicando nota fiscal e relatórios correspondentes e descrevendo eventuais retenções e glosas.
 - 6.36.10. Realizar cálculos e memórias de cálculo necessárias a procedimentos iniciais de prorrogação, repactuação, supressões e acréscimos.
 - 6.36.11. Quando de descumprimentos pelo fornecedor, abrir processos, organizar documentação, redigir notificações, entre outras tarefas administrativas relativas a registro, apuração e aplicação de penalidades por descumprimento de fornecedor, apontando as cláusulas contratuais/legais de descumprimento e as penalidades aplicáveis previstas em ETP, Termo de Referência e/ou no Contrato.
 - 6.36.12. Verificar se há sub ou superdimensionamento da produtividade pactuada, comunicando à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Art. 125, da Lei nº 14.133/2021.
 - 6.36.13. Apresentar ao representante da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
 - 6.36.14. Manter contato com o fornecedor sobre questões documentais, administrativas e burocráticas relativas ao contrato, diligenciando sempre que necessário com vistas às devidas correções.
 - 6.36.15. Nos casos de empresas terceirizadas, a fiscalização administrativa deve cumprir o que segue abaixo:
- a) efetuar fiscalização com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- b) na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
 - c) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
 - c.1) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - c.2) carteira de trabalho e Previdência social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
 - c.3) exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
- d) entregar até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
 - d.1) certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União (CND);
 - d.2) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - d.3) certidão de regularidade do FGTS (CRF); e
 - d.4) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
 - e) entregar, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

- e.1) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- e.2) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- e.3) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- e.4) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - e.5) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- f) entregar cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato administrativo, após o último mês de prestação dos serviços, ou no caso de demissão de trabalhador no curso do contrato, deve-se apresentar no prazo de até 30 (trinta) dias do fato gerador:
 - categoria;
- f.1) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da
- f.2) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- f.3) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- f.4) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- g) a CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea "f" acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- h) sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados para início de contrato em relação ao novo funcionário deverão ser apresentados.
- i) em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
 - j) em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- k) o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- l) a CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 6.37. Sobre a fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (valetransporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função poderá não coincidir com o previsto no contrato administrativo, nos casos de situações relacionadas aos postos de trabalho cuja execução depende do funcionamento de novos prédios e/ou instalações previstos para ocorrerem durante a vigência do contrato.
 - d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
 - e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- g) A empresa deverá comprovar a entrega de 2 (dois) conjuntos de uniformes a cada colaborador, fazendo sua substituição sempre que necessário ou quando solicitado pela fiscalização contratual no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.
 - h) Dentro do primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
 - h.1) relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - h.2) CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
 - h.3) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
 - h.4) declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 6.38. Sobre a fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):
- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
 - b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.39. Sobre a fiscalização diária:
- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto/representante da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto/representante.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, uniformes e equipamentos e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
 - 6.39.1. Verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.
 - 6.39.2. Verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.
- 6.40. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
- 6.41. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.
- 6.42. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:
 - a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos

bancários; e

- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- 6.43. Além da aferição quantitativa do serviço, por meio de fiscalização de frequência e assiduidade, a fiscalização técnica dos contratos avaliará qualitativamente o serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme parâmetros estabelecidos, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 6.44. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- a) ao fechamento de cada mês, para fins de faturamento, a CONTRATADA deve emitir documentação comprobatória à fiscalização do contrato, para recebimento provisório, e posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, a qual deverá diligenciar junto à CONTRATADA eventuais inconformidades e incorreções, para imediata adequação, devendo, ao final da análise, dar visto e encaminhar documentação ao gestor do contrato, para recebimento definitivo.
- b) os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades que forem consideradas cabíveis.
- A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- Os representantes da CONTRATANTE na gestão e fiscalização contratual deverão ter a experiência e disponibilidade necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 6.47. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato.
- 6.48. Os mecanismos de comunicação entre a UERN e a prestadora de serviços serão, preferencialmente e-mail e contatos telefônicos, previamente informados.
- 6.49. A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento de todas as correspondências eletrônicas (e-mail) recebidas da CONTRATANTE.
- 6.50. A CONTRATADA ficará ciente de que a confirmação de recebimento automático (cadastrada no e-mail) de correspondências eletrônicas recebidas da CONTRATANTE também confirma/configura o seu recebimento.
- 6.51. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 104, 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e outros dispositivos legais.
- 6.52. As disposições previstas nesta cláusula não exclui o disposto no Anexo VIII da IN nº 05/2017 SEGES/MP, aplicável no que for pertinente e/ou complementar à fiscalização e aferição do serviço contratado.
- 6.53. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 6.53.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 6.53.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
 - c) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- 6.53.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
 - a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - b) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
 - c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.53.2.1. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
 - b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
 - c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, valealimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 6.53.2.2. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.54. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos iniciais deverão ser apresentados.

Gestor do Contrato

- 6.55. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.55.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.55.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.55.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.55.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.55.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

- 6.55.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.55.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.56. Além do disposto nesta Sessão, o gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.
- 6.57. Receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.57.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.57.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.
- 6.58. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

6.59

Das disposições do Decreto Estadual/RN nº 33.782/2024

- 6.60. Sem prejuízo do acima disposto, em relação a **fiscalização e gestão do contrato** o Decreto Estadual nº 33.782/2024 estabelece:
- Os editais licitatórios e os contratos de prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, formalizados pela Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, deverão conter cláusulas relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas, constando especialmente:
 - I Os percentuais das rubricas (13º salário, férias e abono de férias, impacto sobre férias e 13º salário e multa do FGTS), para fins de provisionamento;
 - II A indicação de que eventuais despesas para abertura e manutenção da conta vinculada deverão ser suportadas pela própria empresa.
- § 1º Independentemente da modalidade de contratação realizada, os contratos vigentes deverão se adequar às regras deste Decreto quando da renovação contratual porventura formalizada.
- § 2º As cláusulas e a obrigatoriedade disposta no caput deste artigo serão necessárias em todos os contratos celebrados pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte que possuem como objeto a prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, independentemente do tipo de vínculo estabelecido entre a empresa contratada e seus trabalhadores, objetivando seja garantido o cumprimento das obrigações trabalhistas dos empregados alocados para a execução do contrato.
- 6.60.2. Cada provisão constituirá percentual de retenção sobre o valor do salário bruto, e considerar-se-á como montante retido a soma dos percentuais individuais de cada uma delas.
- § 1º As provisões retidas do valor mensal do contrato serão depositadas exclusivamente em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em nome da empresa e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação mediante prévia e expressa autorização do órgão ou entidade contratante.
- § 2º Para cada contrato formalizado com a Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, haverá uma conta vinculada aberta em nome da empresa.
- § 3º Os valores referentes às provisões (13º salário, férias e abono de férias, impacto sobre férias e 13º salário e multa do FGTS) serão destacados, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço e outros congêneres.
- 6.60.3. O prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da assinatura ou renovação do contrato de prestação de serviços, devem ser providenciados:
 - I Solicitação formal do órgão ou entidade contratante da abertura de conta corrente vinculada, em nome da empresa;
 - II Assinatura pela contratada de termo específico da instituição financeira que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos extratos diários e mensais; e
 - III Autorização da contratada para que a conta vinculada somente seja movimentada após determinação do órgão ou entidade contratante.
- As empresas contratadas para prestação dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento de todas as obrigações contratuais, trabalhistas e com o FGTS em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto à(ao):
 - I Registro de ponto;
 - II Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e 13º salário;
 - III Comprovante de depósito do FGTS;
 - IV Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
 - V Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
 - VI Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva;
 - VII À promoção de formações e treinamentos dos trabalhadores quanto às atividades que demandem formação técnica específica;
- VIII Comprovação de que a contratada atende às exigências concernentes aos percentuais mínimos de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica ou de outros eventualmente existentes na legislação local com vistas à promoção do trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade.
- 6.60.5. Todos os contratos de terceirização abrangidos pelo presente Decreto deverão possuir, no mínimo, um gestor de contrato e um fiscal de contrato, que se responsabilizarão pelo cumprimento das normas aqui inseridas, os quais deverão, periodicamente e ao final da vigência do instrumento celebrado, emitir relatórios acerca do seu cumprimento.
- §1º Ao gestor do contrato caberá requisitar à empresa contratada para prestação dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra dados estruturados referentes aos trabalhadores contratados pela empresa, além de outras informações necessárias para a correta gestão e fiscalização contratual.
- §2º Os dados estruturados tratados no §1º deverão contemplar o nome completo, a função, a formação, o registro de ponto e o tempo de serviço dos trabalhadores contratados pela empresa.
- §3º Desde que atendidos os parâmetros estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, os dados estruturados referentes aos trabalhadores contratados pela empresa deverão ser publicizados pela Administração Pública.
- 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
- 7.1. Além da aferição quantitativa do serviço, por meio de fiscalização de frequência e assiduidade, a fiscalização técnica dos contratos avaliará qualitativamente o serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme parâmetros estabelecidos, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- a) ao fechamento de cada mês, para fins de faturamento, a CONTRATADA deve emitir documentação comprobatória à fiscalização do contrato, para recebimento provisório, e posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, a qual deverá diligenciar junto à CONTRATADA eventuais inconformidades e incorreções, para imediata adequação, devendo, ao final da análise, dar visto e encaminhar documentação ao gestor do contrato, para recebimento definitivo.
- b) os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades que forem consideradas cabíveis.

7.3. A avaliação da execução do objeto pelo IMR servirá para a aferição/medição da qualidade do serviço, com impacto no faturamento mensal, com base nos serviços fornecidos e com base no resultado, conforme as seguintes diretrizes, no que couber:

I - Medição pela quantidade mensal, na razão de trinta dias e/ou dias efetivamente trabalhados, na medida da comprovação do fornecimento de materiais e de mão de obra relacionados ao serviços;

II - Medição pela qualidade mensal do serviço, obtida através da soma das pontuações parametrizadas de indicadores previamente definidos, conforme tabelas A e B, apresentadas abaixo:

TABELA A - INDICADORES E PARÂMETROS DE QUALIDADE

		TABELA A - INDICADORES E PARÂMETROS DE QUALIDADE		
INDICADOR NO 04 - EVECUSÃO	Of free was			
INDICADOR № 01 - EXECUÇÃO D				
Finalidade	Garantir a adequada execução dos serviços contratados, assegurando a qualidade, a continuidade e a eficiência das atividades.			
Meta a Cumprir	100% de qualidade na execução dos serviços contratados.			
Instrumento de Medição	Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada.			
Forma de Acompanhamento	Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato.			
Periodicidade				
	Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados.			
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.			
Início da Vigência	Prazo estabel	ecido contratualmente.		
		Falha em registro de controle de chaves e entrada e saída de garagem	0,5 ponto	
		Falta de registro de ocorrência em livro de ocorrências	0,5 ponto	
		Ausência comunicação do responsável da empresa junto à fiscalização do contrato de ocorrência, para registro, ciência e eventuais providências	1,0 ponto	
		Permissão de acesso em horários não habituais a repartição, sem prévia comunicação do setor interessado	1,5 pontos	
		Permissão de acesso a local de pessoa estranha a repartição, sem prévia comunicação do setor interessado	2,0 pontos	
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Ausência de comunicação junto à Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros em caso de flagrante aplicável	2,0 pontos	
		Satisfação do usuário (caso haja instrumento)	2,0 pontos	
		Sumiço de chave de porta, portão, cadeado ou de veículo, deixada sob sua guarda	2,0 pontos	
		Furto ou sumiço de equipamento	5,0 pontos	
		Roubo	5,0 pontos	
		Suspensão do serviço	20,0 pontos	
Faixas de ajustes no				
pagamento	Serão registra	idas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos		
	Os pontos aci	umulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.		
Observações				
Observações		e pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.		
	A pontuação	será zerada para o mês seguinte.		
INDICADOR № 02 - FUNCIONÁRI	os			
Finalidade		antidade de funcionários necessários à plena execução dos serviços e conduta compatível com o objeto e local da prestação de serviços.		
Meta a Cumprir	100% da pres	ença dos funcionários e atendimento à conduta e demais condições previstas no contrato.		
Instrumento de Medição	Registros de f	iscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contra	tada.	
Forma de Acompanhamento	Monitoramer	nto diário pela fiscalização técnica do contrato.		
Periodicidade	Contínua, con	n aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados.		
Mecanismo de Cálculo		a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.		
Início da Vigência	Prazo estabel	ecido contratualmente.	I	
		Aglomeração de dois ou mais vigilantes em um setor/prédio/área de atuação, sem prévia solicitação da UERN	0,5 ponto	
		Falta de polidez e presteza no atendimento ao público usuário	1,0 ponto	
		Vigilante flagrado usando celular para fins pessoais, sem prévia comunicação à empresa	1,0 ponto	
		Ausência do vigilante no posto	1,5 pontos	
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Permissão de prática de ato de violência física praticada por terceiros	2,0 pontos	
Serviço/Ocorrencia/Pontuação	VIGILANCIA	Vigilante flagrado dormindo no posto	10,0 pontos	
		Uso de violência física ou verbal contra público usuário	10,0 pontos	
		Uso de arma de fogo em serviço sem autorização formal da Uern	10,0 pontos	
		Assédio	15,0 pontos	
		Acidente de trabalho ocasionado por negligência da CONTRATADA	15,0 pontos	
Faixas de ajustes no				
pagamento	Serão registra	idas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.		
	Os pontos acu	umulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.		
Observações	O acúmulo de	e pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.		
	_			
	A pontuação	será zerada para o mês seguinte.		
INDICADOR Nº 03 - LINIFORMES	F FOLIIPAMENT	OS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI		
			os sonvicos contratados	
Finalidade		e todos os funcionários utilizem uniformes adequados e possuam os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para a execução segura e padronizada d	บร จะหงเ _ร บร บบทเทสต์สินิบิร์.	
Meta a Cumprir	100% dos fun	cionários devidamente uniformizados e equipados com os EPIs obrigatórios.		
Instrumento de Medição	Registros de f	iscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contra	tada.	
Forma de Acompanhamento	Monitoramer	nto diário pela fiscalização técnica do contrato.		
Periodicidade	Contínua, con	n aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados.		
Mecanismo de Cálculo		a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.		
Início da Vigência	rrazo estábel	ecido contratualmente.		
		Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR.	2,5 pontos	
		Deixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade tenha sido recusada	2,5 pontos	
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Não utilização do uniforme; uso de uniforme incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa	2,5 pontos	
		Falta de fornecimento completo de equipamentos de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR	2,5 pontos	
		Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI de colaborador	2,5 pontos	
Faixas de ajustes no	Serão registra	idas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos		
pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.			
	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.			
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.			
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.			
	n pontuação sera zerada para o mes segunite.			
INDICADOR № 04 – MATERIAIS E	EQUIPAMENTO	os		
Finalidade		antidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços.		
Meta a Cumprir	100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição.			
Instrumento de Medição	Registros de f	iscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contra	tada.	
Forma de Acompanhamento	Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato.			
Periodicidade	Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados.			
Mecanismo de Cálculo	ismo de Cálculo Será aplicada a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.			
Início da Vigência	Frazo estabel	eciao contrataariii ente.		

		Atraso no fornecimento das materiais/equipamentos, conforme condições previstas em Edital, necessários à execução dos serviços	2,5 pontos
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Atraso na substituição dos materiais/equipamentos que tenham sido danificados durante seu uso	2,5 pontos
		Entrega de material em quantidade inferior ao estipulado no Termo de Referência	2,5 pontos
		Não substituição de materiais/equipamentos em desconformidade com a qualidade especificada no Termo de Referência	2,5 pontos
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.		
	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.		
Observações			
	A pontuação	será zerada para o mês seguinte.	
INDICADOR № 05 - DESCUMPRIM	MENTO DE OBR	RIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS E OUTRAS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS À FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA FISCALIZAÇ	ÃO ADMINISTRATIVA)
Finalidade	Assegurar qu	le a empresa contratada cumpra integralmente suas obrigações fiscais e trabalhistas, garantindo a regularidade dos pagamentos e recolhimentos devidos aos tra	balhadores e órgãos competentes.
Meta a Cumprir	Manter a reg	ularidade das obrigações fiscais e trabalhistas durante toda a execução do contrato, sem ocorrência de atrasos ou pendências.	
Instrumento de Medição	Registros de	fiscalização, verificação documental, registros de reclamações formais de trabalhadores ou entidades representativas.	
Forma de Acompanhamento	Monitoramento contínuo pela fiscalização administrativa, por meio da análise de documentos apresentados pela contratada, fiscalização direta do contrato e registros formais de reclamações.		
Periodicidade	Mensal, com análise sempre que houver denúncia ou indício de descumprimento.		
	Será aplicada a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.		
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada	a a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.	
Mecanismo de Cálculo Início da Vigência		a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso. lecido contratualmente.	
			0,5 ponto
		lecido contratualmente.	0,5 ponto 0,5 ponto
		Atraso na entrega da documentação mensal	
		Atraso na entrega da documentação mensal Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE	0,5 ponto
		Atraso na entrega da documentação mensal Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE Não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados	0,5 ponto 0,5 ponto
Início da Vigência	Prazo estabe	Atraso na entrega da documentação mensal Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE Não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados Ameaças públicas ou reservadas do sindicato sobre possível paralisação do serviço motivada por descumprimentos trabalhistas da empresa	0,5 ponto 0,5 ponto 2,5 pontos
Início da Vigência	Prazo estabe	Atraso na entrega da documentação mensal Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE Não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados Ameaças públicas ou reservadas do sindicato sobre possível paralisação do serviço motivada por descumprimentos trabalhistas da empresa Certidões fiscais vencidas	0,5 ponto 0,5 ponto 2,5 pontos 2,5 pontos
Início da Vigência	Prazo estabe	Atraso na entrega da documentação mensal Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE Não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados Ameaças públicas ou reservadas do sindicato sobre possível paralisação do serviço motivada por descumprimentos trabalhistas da empresa Certidões fiscais vencidas Atraso na realização dos cursos de capacitação/reciclagem	0,5 ponto 0,5 ponto 2,5 pontos 2,5 pontos 5,0 pontos
Início da Vigência	Prazo estabe	Atraso na entrega da documentação mensal Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE Não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados Ameaças públicas ou reservadas do sindicato sobre possível paralisação do serviço motivada por descumprimentos trabalhistas da empresa Certidões fiscais vencidas Atraso na realização dos cursos de capacitação/reciclagem Atraso no recolhimento de FGTS, INSS dos trabalhadores	0,5 ponto 0,5 ponto 2,5 pontos 2,5 pontos 5,0 pontos 10,0 pontos
Início da Vigência	Prazo estabe	Atraso na entrega da documentação mensal Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE Não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados Ameaças públicas ou reservadas do sindicato sobre possível paralisação do serviço motivada por descumprimentos trabalhistas da empresa Certidões fiscais vencidas Atraso na realização dos cursos de capacitação/reciclagem Atraso no recolhimento de FGTS, INSS dos trabalhadores Atraso no pagamento de benefícios previstos em convenção coletiva para os trabalhadores	0,5 ponto 0,5 ponto 2,5 pontos 2,5 pontos 5,0 pontos 10,0 pontos 10,0 pontos 20,0 pontos
Início da Vigência Serviço/Ocorrência/Pontuação Faixas de ajustes no	Prazo estabe VIGILÂNCIA Serão registra	Atraso na entrega da documentação mensal Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE Não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados Ameaças públicas ou reservadas do sindicato sobre possível paralisação do serviço motivada por descumprimentos trabalhistas da empresa Certidões fiscais vencidas Atraso na realização dos cursos de capacitação/reciclagem Atraso no recolhimento de FGTS, INSS dos trabalhadores Atraso no pagamento de benefícios previstos em convenção coletiva para os trabalhadores Atraso salarial dos trabalhadores	0,5 ponto 0,5 ponto 2,5 pontos 2,5 pontos 5,0 pontos 10,0 pontos 10,0 pontos 20,0 pontos
Início da Vigência Serviço/Ocorrência/Pontuação Faixas de ajustes no	Prazo estabe VIGILÂNCIA Serão registro Os pontos ac	Atraso na entrega da documentação mensal Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE Não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados Āmeaças públicas ou reservadas do sindicato sobre possível paralisação do serviço motivada por descumprimentos trabalhistas da empresa Certidões fiscais vencidas Atraso na realização dos cursos de capacitação/reciclagem Atraso no recolhimento de FGTS, INSS dos trabalhadores Atraso no pagamento de benefícios previstos em convenção coletiva para os trabalhadores Atraso salarial dos trabalhadores adas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de desco	0,5 ponto 0,5 ponto 2,5 pontos 2,5 pontos 5,0 pontos 10,0 pontos 10,0 pontos 20,0 pontos

TABELA B - IMPACTO DOS INDICADORES NA MENSURAÇÃO DAS FATURAS MENSAIS

DESCONTOS	ESCONTOS	
Pontos	Medida	
Até 2,0	Não haverá desconto	
2,1 a 5,0	0,1% de desconto sobre o valor mensal faturado	
5,1 a 10,0	0,2% de desconto sobre o valor mensal faturado	
10,1 a 15,0	0,3% de desconto sobre o valor mensal faturado	
15,1 a 20,0	0,5% de desconto sobre o valor mensal faturado	
20,1 a 25,0	0,7% de desconto sobre o valor mensal faturado	
Acima de 25,1	1,0% de desconto sobre o valor mensal faturado	
OBSERVAÇÕES	Condutas reincidentes no decorrer do contrato ou casos de acúmulo acima de 25,1 (vinte e cinco vírgula um) pontos em meses consecutivos devem ser avaliadas pela gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.	

- 7.4. A avaliação da qualidade de prestação será feita pela equipe de fiscalização técnica e setorial de cada Campi e pela fiscalização administrativa (no indicador que lhe compete), de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.
- 7.5. A nota final da avaliação ficará demonstrada em um único instrumento de medição de qualidade consolidado.
- 7.6. O resultado da avaliação incidirá sobre as faturas mensais da mão de obra, sendo estes pagamentos proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas, observando-se os indicadores acima mencionados.
- 7.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.8. Antes de encaminhar a respectiva fatura mensal ao Gestor de Contrato, para atesto, a fiscalização técnica/administrativa do contrato irá preencher Instrumento de Medição de Resultados, denominado IMR, informando a pontuação de cada indicador pré-determinado, seguindo o modelo sugerido no documento, Id. <u>33082378</u>.
- 7.9. Tanto os indicadores (incluindo as pontuações), quanto o modelo de IMR poderão ser objeto de revisão e alteração, com inclusão ou supressão de itens, de modo unilateral, no interesse da FUERN, desde que sejam considerados pertinentes para a melhor avaliação da qualidade do serviço.
- 7.10. A alteração dos itens constantes no IMR não será objeto de aditivo contratual, devendo apenas ser informado à CONTRATADA, na medida do que for efetivamente alterado, sendo tais alterações efetivadas no mês seguinte, para fins de medição.
- 7.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico/administrativo, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 7.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores (25,1 pontos), além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato.
- 7.13. O IMR não impede o faturamento. Caso ele não seja concluído a tempo no mês de referência, os seus efeitos poderão ser aplicado em faturas subsequentes.
- 7.14. Os descontos serão aplicados **em todas as notas fiscais/faturas emitidas pela empresa** considerando que a avaliação da qualidade de prestação do serviço, apesar de ser realizada por cada *campi*, é depois consolidada de forma global para uniformizar os referidos descontos.
- 7.15. **Do recebimento provisório e definitivo do objeto**
 - 7.15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços.
 - 7.15.2. Ao fechamento de cada mês, para fins de faturamento, a CONTRATADA deve emitir documentação comprobatória à fiscalização do contrato, para recebimento provisório, e posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, a qual deverá diligenciar junto à CONTRATADA eventuais inconformidades e incorreções, para imediata adequação, devendo, ao final da análise, dar visto e encaminhar documentação ao gestor do contrato, para recebimento definitivo.
 - 7.15.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades que forem consideradas cabíveis.
 - 7.15.4. Antes de emitir a Nota Fiscal, para fins de comprovação dos serviços, controle, acompanhamento, conferência, recebimento e autorização de faturamento pela fiscalização, a CONTRATADA deve apresentar, de forma mensal documentação listada abaixo:
- a) Relação atualizada dos funcionários no mês da prestação de serviços, através de planilha, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo do empregado, CPF, CTPS, função exercida, local de lotação, dias efetivamente trabalhados, dados bancários, diárias, horas extras, férias, licenças, faltas, ocorrências, entre outras a serem exigidas pela fiscalização;

- b) Relatório descritivo/analítico da folha de pagamento do mês da prestação de serviço, com listagem nominal dos empregados alocados na execução dos serviços contratados e detalhamento dos contracheques;
- c) Relatório de controle de rondas/patrulhas realizadas (motorizadas e a pé) informando, além do quantitativo de rondas realizadas por turno, a quilometragem percorrida por motocicleta, como também o número de toques nos *buttons*, estrategicamente localizados, contendo os respectivos horários. O referido relatório poderá ser extraído de *software* de monitoramento.
 - d) Comprovantes de frequência dos trabalhadores;
- e) Comprovantes de pagamento salários e benefícios, bem como quaisquer outras obrigações definidas em lei, convenção coletiva acordo coletivo ou sentenças normativas, do mês de prestação dos serviços;
- f) Demonstrativos e respectivos comprovantes de pagamentos relativos ao FGTS e Previdência Social, referentes ao mês de prestação do serviço. Caso os prazos de pagamento de INSS e FGTS do mês de referência ainda não tiverem vencido, aceita-se a comprovação da última competência vencida.
 - 7.15.5. A CONTRATADA deve apresentar os relatórios e seus respectivos comprovantes até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao último dia do mês de execução dos serviços para recebimento provisório do objeto.
 - 7.15.6. A CONTRATADA se responsabiliza pela exatidão das informações prestadas e por elaborar, juntar e organizar os relatórios e toda a documentação comprobatória necessária, não podendo, ao longo da prestação do serviço, extrapolar os limites previstos em contrato.
 - 7.15.7. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de solicitar quaisquer adequações nos relatórios e documentação comprobatória, que forem necessárias à transparência e à conferência dos serviços prestados, **que devem ser realizadas no prazo de 5 (cinco) dias corridos.**
 - 7.15.8. A cada correção/adequação necessária o prazo de Liquidação retorna a estaca ZERO.
 - 7.15.9. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.
 - 7.15.10. Não será aceita pela CONTRATANTE, para fins de faturamento, nenhuma fatura/nota fiscal sem os devidos relatórios e documentação comprobatória.
 - 7.15.11. A emissão de Nota Fiscal pela CONTRATADA somente poderá ser feita após autorização expressa da CONTRATANTE, a qual está condicionada à análise dos relatórios e respectivos comprovantes exigidos.
 - 7.15.12. Após conferida a documentação e resolvidas eventuais pendências, a fiscalização administrativa da CONTRATANTE remete os autos ao Gestor do Contrato, que analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso identifique irregularidades que impeçam o atesto da despesa, devolverá à fiscalização, para providências de correções junto ao fornecedor.
 - 7.15.13. Resolvidas as pendências e conferida toda a documentação, o Gestor do Contrato autoriza a fiscalização administrativa a solicitar à CONTRATADA a emissão das Notas Fiscais, com valores proporcionais ao que foi efetivamente comprovado, incluindo análises quantitativas (relatórios de prestação de serviço) e qualitativas (instrumento de medição de resultados) da prestação do serviço.
 - 7.15.14. A fiscalização administrativa remeterá comunicação a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado, com base na avaliação dos relatórios e Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto **em até 20 (vinte) dias contados do recebimento provisório do objeto.**
 - 7.15.15. As Notas Fiscais devem vir acompanhadas dos documentos abaixo:
 - a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - c) Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
 - 7.15.16. Após emitida a Nota Fiscal e havendo conformidade, a fiscalização administrativa junta as planilhas de controle de saldo de contrato e remete o faturamento para atesto pelo Gestor do Contrato.
 - 7.15.17. A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da Administração do UERN/RN, não exime a CONTRATADA de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, e se a Administração julgar necessário deverá a mesma (CONTRATADA), corrigir falhas, sem que tal fato represente ou importe em ônus para a CONTRATANTE.
 - 7.15.18. O recebimento definitivo, concretizado com o atesto da Nota Fiscal, será realizado pelo Gestor do Contrato.
 - 7.15.19. Ressalvadas pendências e desconformidades documentais e comprobatórias por parte da empresa, o procedimento de análise, até o atesto da Nota Fiscal deve ser concluído em até 20 dias corridos.
 - 7.15.20. A cada pendência documental identificada pela fiscalização por culpa da empresa, o prazo de análise é retomado à estaca zero.
 - 7.15.21. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
 - 7.15.22. Todos os fatos anormais, verificados no decorrer da entrega/execução do objeto contratado, deverão ter suas ocorrências registradas, pela equipe de fiscalização e gestão de contrato, no qual deverão ser registradas também as providências tomadas pela CONTRATADA.
 - 7.15.23. Caberá à CONTRATANTE rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue em desacordo com as especificações ou com irregularidades.
 - 7.15.24. A UERN, a seu critério e sempre que julgar necessário poderá designar pessoas devidamente qualificadas, para realizar verificações, testes ou inspeções que comprovem a perfeita execução dos serviços contratados.
 - 7.15.25. Será considerada falta grave, motivo de rescisão, a constatação através de comprovada inspeção pela UERN, da falsidade de quaisquer informações (quantitativos de peças ou serviços) constantes no orçamento autorizado que não tenham sido efetivamente executados/empregados.
- 7.16. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.17. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.18. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.19. Ao final de cada período/evento de faturamento:
 - 7.19.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
 - 7.19.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.20. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.21. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.22. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.23. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.25. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- 7.26. Procedido o recebimento definitvo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 7.26.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
 - 7.26.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.26.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.26.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 7.26.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.27. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.28. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.29. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.30. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.31. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.32. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - I o prazo de validade;
 - II a data da emissão;
 - III os dados do contrato e do órgão contratante;
 - IV o período respectivo de execução do contrato;
 - V o valor a pagar; e
 - VI eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.33. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.34. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.35. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
 - 7.35.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 7.35.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.36. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.37. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.38. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.39. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.40. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

- 7.41. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.42. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.43. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.43.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.44. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

- 7.45. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.
- 7.46. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 7.46.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 7.46.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.
- 7.47. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 7.47.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.
- 7.48. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- 7.49. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

- 7.50. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 7.51. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 7.52. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 7.52.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 7.52.2. A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma
- 7.52.2.1. Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.
- 7.52.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).
- 7.53. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, com base na seguinte fórmula:
 - $R = V (I I^{o}) / I^{o}$, onde:
 - R = Valor do reajustamento procurado;
 - V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;
 - Iº = índice inicial refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;
 - I = Índice relativo ao mês do reajustamento
- 7.54. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.55. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.56. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.57. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 7.58. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.59. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.60. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.61. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.62. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.63. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.64. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.65. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 dias (sessenta dias), contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.66. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.67. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.68. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.69. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.70. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.71. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
 - 7.71.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de crédito

- 7.72. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.73. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.74. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.75. A eficácia da cessão de crétido não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está consolidada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.76. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.
- 7.77. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

- A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado. 7.77.1.
- 7.78. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

- 7.79. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.
- Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias. 7.80.
 - Considerando decreto estadual nº 33.782, de 15 de julho de 2024, deve-se garantir implantação de conta vinculada, bloqueada para movimentação, relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas, previstas em lei, normas e regulamentos aplicáveis.
 - A operacionalização da Conta Vinculada, seus limites de uso e seu funcionamento como um todo, devem atender Lei estadual nº 10.841, de 14 de janeiro de 2021, decreto estadual nº 33.782, de 15 de julho de 2024, bem como observar, no que couber e no que não conflitar com as regras estaduais, regras e procedimentos para Conta Vinculada estabelecidos nas minutas de Termo de Referência da AGU para servicos com dedicação exclusiva de mão de obra.
- O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos 7.81. salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
 - 13º (décimo terceiro) salário; 7.84.1.
 - Férias e um terco constitucional de férias: 7.84.2.
 - Multa sobre o FGTS; e 7.84.3.
 - Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário. 7.84.4.
- Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017. 7.85.
- 7.86. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 7.88. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 7.89. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na contadepósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 7.90. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 7.91. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 7.92. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- Os editais licitatórios e os contratos de prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, formalizados pela Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, deverão conter cláusulas relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas conforme previsto no item 6.60 e seguintes.
- 7.94. Para a liberação parcial dos valores retidos, a empresa deve apresentar pedido formal ao órgão ou entidade contratante, mediante planilha eletrônica, acompanhada de documentos comprobatórios da ocorrência da situação que gere o pagamento das provisões, devidamente assinada pelo contador e pelo responsável pela empresa.
 - § 1º A planilha eletrônica deve conter os seguintes dados:
 - I Nome e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do empregado beneficiado;
 - II Período da vinculação do empregado na empresa;
 - III Período da vinculação do empregado no órgão ou entidade contratante
 - IV Base salarial que alicerça o montante a ser liberado, por empregado e somatório;
 - V Memória de cálculo individualizada por tipo de provisão; e
 - VI Montante a ser liberado
- § 2º Para a movimentação da conta vinculada, em qualquer que seja o tempo de serviço prestado pelo empregado, a empresa deverá apresentar documento comprobatório dos cálculos dos valores a que o trabalhador faça jus, devidamente assinado pelo profissional responsável pelo cálculo, pelo empregador e pelo empregado.
 - § 3º O órgão ou entidade contratante poderá requerer, a seu critério, outros dados e informações à contratada.
- § 4º Na hipótese de o empregado deixar de prestar serviços ao órgão ou entidade contratante, ainda que permaneça vinculado à empresa contratada, as provisões serão liberadas proporcionalmente ao tempo que tenha prestado serviços ao órgão ou entidade contratante, quando da ocorrência do fato gerador para a liberação das provisões.
- Quando do encerramento do contrato, o saldo da conta vinculada somente será liberado à empresa contratada mediante apresentação da autorização do órgão ou entidade contratante, além da documentação indicada no item 6.60 e seguintes.
- § 1º Para a liberação do saldo da conta vinculada a empresa deverá, obrigatoriamente, comprovar a quitação de todas as provisões objeto deste Decreto e apresentar declaração formal do Sindicato da Categoria correspondente aos serviços contratados, que ateste a quitação de todos os direitos trabalhistas.
- § 2º Na ausência de declaração indicada no parágrafo anterior deverá ser juntado, pela contratada, documento comprobatório de comunicação ao Sindicato com prova de recebimento, para fins de verificação da ocorrência da previsão contida no art. 13 da Lei Estadual nº 10.841, de 2021.
- § 3º O órgão contratante entenderá como aceitação tácita da quitação de todos os direitos trabalhistas quando o Sindicato não se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de encerramento do contrato de trabalho.
- § 4º O órgão ou entidade contratante terá prazo de 48h (quarenta e oito horas) para liberar o saldo dos recursos provisionados na respectiva conta vinculada da empresa contratada, contado da apresentação dos documentos exigidos no § 1º deste artigo ou do decurso do prazo para manifestação do Sindicato.

Serão considerados os seguintes percentuais para fins de retenção de acordo com o caderno de logística - CONTA VINCULADA (Orientações básicas sobre a 7.96. operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017):

I - 8,33% para 13º décimo terceiro salário;

II - 12,10% para férias e 1/3 constitucional;

III - 5,00% para multa sobre o FGTS;

IV - 7,39%, 7,60% ou 7,82% para os encargos incidentes sobre o pagamento de férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário considerando o grau de risco SAT/GIIL-RAT.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - i) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado
- 8.2. De acordo com o Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
 - 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
 - 8.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - I a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II as peculiaridades do caso concreto;
 - III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
 - 8.2.5. Especificamente, serão aplicadas as sanções administrativamente de acordo com tabela abaixo elaborada com base na Lei nº 14.133/2021:

GRUPO	Infração cometida	Sanção aplicada
A	 dar causa à inexecução parcial do contrato: atraso na entrega/substituição de uniformes e equipamentos/EPIs; atraso na entrega da documentação mensal; atraso na realização dos cursos de capacitação/reciclagem; falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE; descaracterização da prestação de mão de obra exclusiva; conduta inadequada dos colaboradores na prestação do serviço; não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados; outras que derem causa à inexecução parcial do contrato. 	<mark>Advertência</mark>
В	 dar causa à inexecução parcial do contrato: 1.1. atraso na entrega/substituição de uniformes e equipamentos/EPIs; 1.2. atraso ou falta da entrega da documentação mensal; 1.3. atraso e/ou falta de realização dos cursos de capacitação/reciclagem; 1.4. falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE; 1.5. descaracterização da prestação de mão de obra exclusiva; 1.6. conduta inadequada dos colaboradores na prestação do serviço; 1.7. não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados; 1.8. outras que derem causa à inexecução parcial do contrato. 	Multa de 1% sobre 1/12 avos do valor globa da contração em caso de reincidência no mês que ocorrer o fato
C	 pagamento de salários e benefícios em desacordo com a convenção coletiva de trabalho da categoria; atraso e/ou falta de pagamento de salário e benefícios; atraso ou falta de pagamento/depósitos referentes ao FGTS e INSS. 	Multa de 3% sobre 1/12 avos do valor globa da contração no mês que ocorrer o fato
D	 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013. 	Multa de 5% do valor da contratação
Ē	 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. 	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos
F	 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

	 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013. 	
G	 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. 	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar ou contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

- 8.3. Entende-se como inexecução parcial do contrato o atraso/falta da prestação do serviço como também o descumprimento das demais cláusulas contratuais que não se enquadrem em outras infrações.
- 8.4. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.
- 8.6. Os demais atos referentes às irregularidades, prazos, impugnações, pedidos de esclarecimentos e dos recursos serão regidos pela Lei nº 14.133.2021.
- 8.7. Os descontos serão aplicados em todas as notas fiscais/faturas emitidas pela empresa nas hipóteses previstas nos grupos B e C.
- 8.8. O desconto referente ao grupo D será executado de acordo com a conveniência, podendo ser aplicado **em todas as notas fiscais/faturas emitidas pela emp**resa caso exista.
- 8.9. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.10. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.13. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
 - 8.14.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
 - 8.14.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.20. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
- 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO global id 35771219.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº RN000199/2025 (id 35716488), utilizado(a) como paradigma, bem como as Planilhas de custos e formações de preços constantes neste processo.
 - 9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;
 - 9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;
 - 9.3.3. Os valores orçados pela Administração constam nas Planilhas de Custos e formação de preços id <u>35705105</u>.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, l e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

- 9.25.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e
- 9.25.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao Sped.
- 9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.29. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:
 - 9.29.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
 - 9.29.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.
- 9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanco de abertura.
- 9.31. A escolha dos critérios acima, nesta contratação de serviço terceirizado de vigilância, levou em consideração o vulto e a complexidade do objeto a ser contratado, a essencialidade dos serviços a serem prestados e os riscos decorrentes da paralisação da prestação do serviços em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar vicissitudes contratuais. Ponderou ainda a margem de discricionariedade da Administração em que somente pode trazer ao certame exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (Inciso XXI, do Artigo 37 da CF/88), além de respeitar o princípio da competitividade. Isto tudo e mais em consonância com a INSTRUÇÃO NORMATIVA № 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, ANEXO VII-A pela qual no item 11.1 os citados critérios deverão ser exigidos em contratações dessa natureza.

Qualificação Técnica

- 9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
 - 9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.33. Apresentar o Alvará de Funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, no caso da função/serviço que for exigível, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20.06.83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e Portaria/DPF/MJ nº 387, de 28/08/2006;
- 9.34. Apresentar o documento referente à Renovação/Revisão do Alvará de Funcionamento da empresa na atividade objeto desta contratação Preliminar em plena validade, conforme determina a Portaria nº 387/DPF/MJ de 28/08/2006;
- 9.35. Ser empresa que tenha descrito em sua atividade econômica principal ou secundária códigos relacionados a atividade de vigilância e segurança privada; outras atividades de serviços de segurança;
- 9.36. Possuir Certificado de Segurança Válido do registro da atividade, emitido pela Polícia Federal, conforme Portaria 3.233/2012 da MJ-DPF;

- 9.37. Publicação da autorização para a execução da atividade no Diário Oficial da União, nos termos da Portaria 3.233/2012 do MJ-DPF;
- 9.38. Apresentar o Certificado de Regularidade ou documento equivalente emitido por órgão estatal competente, autorizando o funcionamento da empresa no âmbito do Rio Grande do Norte;
- 9.39. Possuir atestado de capacidade técnica emitido por empresa pública ou privada para o qual tenha prestado serviço compatível à proposta da licitação;
- a) O atestado de capacidade técnica deverá ser emitido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, devendo referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
 - b) Poderá ser solicitado, se necessário, a comprovação da origem do atestado apresentado.
 - c) A empresa deve comprovar que prestou ou já presta por, no mínimo, 12 (doze) meses, o serviço de vigilância junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- d) O atestado de capacidade técnica é crucial para assegurar que a empresa possui experiência comprovada na execução de serviços semelhantes aos que serão contratados. A comprovação de experiência anterior reduz os riscos de problemas operacionais e garante que a empresa possui o conhecimento e a competência necessários para realizar os serviços com a qualidade e eficiência esperadas.
- 9.40. Estes critérios de qualificação técnica foram definidos com base na necessidade de garantir a contratação de uma empresa capacitada, que possua a expertise técnica necessária para cumprir com as obrigações contratuais de forma contínua e eficiente, conforme previsto no art. 18, IX da Lei 14.133/2021.

Disposições gerais sobre habilitação

30/09/2025, 18:11

- 9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

- 9.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
 - 9.46.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
 - 9.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - 9.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - 9.46.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
 - 9.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
 - 9.46.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - 9.46.6.1. ata de fundação;
 - 9.46.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 9.46.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 9.46.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 9.46.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - 9.46.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - 9.46.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 27.427.693,44 (vinte e sete milhões, quatrocentos e vinte e sete mil seiscentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos Pesquisa de Preços id 35704788 e demais Planilhas de Custos constantes no processo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da FUERN.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação (id <u>35749593</u>):

Unidade Gestora	182021 – Fundação Universidade do Estado do RN – FUERN
Subação (ões)	229501 - Manutenção e funcionamento da FUERN
Fonte(s)	0.5.00 - Recursos não vinculados de Impostos0.5.01 - Outros Recursos não Vinculados
Natureza(s)	3.3.90.37.03 - Locação de mão de obra (vigilância)
Pré-Empenho:	2025PE0001173
Valor	R\$ 27.427.693,44 (vinte e sete milhões, quatrocentos e vinte e sete mil seiscentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos)

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

O presente documento foi elaborado com base no modelo de Termo de Referência - Obras e Serviços, exceto TIC - Lei nº 14.133/2021 - Atualização: ABRIL/2025, bem como pela minuta padronizada da SEAD/RN no que cabe à legislação estadual, e segue assinado pela servidora Elaboradora, para ser aprovado pela Autoridade Competente.

Mossoró, data da assinatura eletrônica.

Amábilis de Oliveira e Silva - Mat.: 13.194-6
Chefe do Setor de Planejamento/DLC − Port. № 3414/2022 GP/FUERN
Diretoria de Licitações e Contratos - DLC/PROAD/FUERN

Ilânio Mauricio Nunes Diretoria de Licitações e Contratos





Documento assinado eletronicamente por Amábilis de Oliveira e Silva, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade, em 25/09/2025, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por Ilânio Maurício Nunes, Assistente Técnico(a) da Unidade, em 25/09/2025, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 36663326 e o código CRC 5C0B71E5.

Referência: Processo nº 04410035.001461/2025-42 SEI nº 36663326

Criado por amabilisoliveira, versão 5 por amabilisoliveira em 25/09/2025 15:58:52.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 04410035.001461/2025-42 Processo nº 04410035.001461/2025-42

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN
ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES
Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º: O estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

1. Dados do Processo		
Órgão Responsável pela Contratação:	Diretoria de Administração e Serviços - DAS/PROAD-UERN	
Objeto:	Prestação de serviços terceirizados de vigilância e vigilância motorizada, preventiva e contínua, com fornecimento de mão de obra e regime de dedicação exclusiva e eventual, equipamentos de EPIs e equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, a serem executados nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal.	
Local da entrega ou prestação do serviço:	Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal.	
Nº do Processo:	04410035 001461/2025-42	

2. Necessidade da Contratação

A necessidade da contratação se materializa através da identificação de um problema ou uma situação que deve ser resolvida pela Administração.

Portanto, com o intuito de se evitar uma contratação emergencial para o Campus Central, localizado na cidade de Mossoró e para os demais *Campi* localizados nas cidades de Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal, entende-se como necessário a instauração de novo processo licitatório de modo que os serviços não sejam interrompidos.

Os atuais contratos de vigilância da UERN nas cidades de Mossoró, Assu, Patu, Caicó, Pau dos Ferros e Natal, não possuem alguns equipamentos essenciais de comunicação e monitoramento (rádios comunicadores e equipamentos de controle de ronda). Esses itens são essenciais para a comunicação rápida e eficiente entre os vigilantes, especialmente em áreas mais amplas ou durante a realização de rondas, no caso dos rádios comunicadores, e necessários para monitorar e registrar as rondas realizadas pelos vigilantes, garantindo que todas as áreas estejam sendo vigiadas conforme o planejamento de segurança, no caso dos equipamentos de controle de ronda.

Existe no Campus Central, na cidade de Mossoró, a previsão de entrega/funcionamento integral do prédio da FANAT e de mais dois novos prédios em 2025 que, além de sua localização mais afastada da área central e mais povoada da UERN, o que demanda uma maior presença de vigilância para assegurar a cobertura adequada e proteger as novas instalações.

Existe no Campus Avançado de Assu a previsão de reforma do prédio doado pela prefeitura, onde funcionarão setores administrativos da UERN naquela cidade.

Existe no Campus Avançado de Caicó a previsão de aposentadoria de servidores vigilantes efetivos sendo necessária a reposição imediata.

Existe no Campus Avançado de Patu a necessidade de auxílio na ronda interna do prédio e nos setores, visto que o campus universitário possui apenas 1 posto diurno atualmente.

Houve no Campus Avançado de Pau dos Ferros a expansão da área construída em virtude de obras e a construção de novos prédios.

No Campus Avançado de Natal atualmente existem 2 (dois) contratos de vigilância. Contudo, busca-se a contratação de uma única empresa para a prestação de serviços naquela

2.1. Identificação do problema

cidade.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, como instituição pública, recebe, diariamente, um vasto número de pessoas que acessam os seus espaços físicos de atuação para diversas finalidades. Comumente, são alunos regularmente matriculados no Campus Central e demais *Campi*, servidores, fornecedores ou visitantes. Contudo, não raro é acessado de curiosos das quais seus objetivos são desconhecidos pela Administração.

Neste sentido, precaver a instituição de ações nocivas ou mesmo ter um mínimo de controle de acesso é entendido ser primordial para prevenir danos como furtos de materiais nos mais diversos espaços, prejuízos à integridade dos bens imóveis e às pessoas, dentre outros.

Diante disso, a instituição vem se precavendo com a construção de muro (no Campus Central - em andamento) que delimitam sua área bem como os principais acessos são controlados por guaritas e portarias (no Campus Central e demais *Campi*). Porém, esta medida por si só é insuficiente devido às características diversas das unidades. Além de possuir equipamentos de alto custo e desenvolver projetos de ensino, pesquisa (laboratoriais) e extensão que por si necessitam de um ambiente seguro para evitar perdas e danos, a vasta área territorial do Campus Central e demais *Campi* também merecem uma maior atenção. Ver tabela de levantamento de áreas da UERN, Id. <u>22065409</u>.

O problema em tela que se configura é a necessidade de se garantir a proteção contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio e para assegurar a integridade física dos servidores e demais colaboradores no desempenho de suas atividades, e, ainda, daqueles que eventualmente transitem pelas instalações desta Instituição, ou seja, dar a todos os envolvidos na execução das competências incumbidas a esta Instituição a sensação de estarem seguros em seus locais de trabalho.

2.2. Justificativa da necessidade da contratação

A garantia da integridade física e patrimonial de pessoas e dos bens públicos é poder/dever da Administração e, portanto afigura-se, objetivamente, conveniente ao interesse público, por se tratar de serviço de grande relevância e que abrange as necessidades públicas permanentes.

A manutenção da segurança patrimonial dos bens e de pessoal, bem como controle de acesso e portaria nos locais em que exerce suas atribuições em suas instalações físicas é fundamental para o bom funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas nas dependências da FUERN, nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal.

A demanda se justifica pelas necessidades da FUERN referentes à segurança de seus espaços físicos, de seus bens e das pessoas, que demandam continuamente os serviços a serem contratados, proporcionando um ambiente mais seguro.

O serviço demandado tem característica ostensiva, consistindo em vigiar alunos, servidores, terceirizados e comunidade externa ao acessar as dependências da instituição, fazendo abordagens caso necessário; acompanhar e monitorar toda movimentação de pessoas e veículos; Fazer verificações *in loco* através de rondas (a pé ou motorizada); registrar ocorrências e informar a administração de toda e qualquer movimentação anormal identificada, dentre outras atribuições, objetivando uma segurança eficiente no local. É importante também, para inibir qualquer tentativa de ato contra a instituição, a presença do profissional em seu posto.

Considerando que a vigilância é um serviço comum e essencial ao funcionamento da Instituição, assim entendido a partir do Art. 1º da lei 10.520/02, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Considerando que sua interrupção ou ausência dos serviços de vigilância compromete a segurança patrimonial e das pessoas bem como o desenvolvimento das atividades acima arroladas, fazendo com que sejam primordiais e imprescindíveis ao funcionamento na instituição para trazer mais segurança e bem-estar à comunidade, torna-se imprescindível à contratação de empresa para a prestação de serviços de vigilância desarmada.

As atividades de segurança privada são reguladas, autorizadas e fiscalizadas pelo Departamento de Polícia Federal - DPF e são complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica. (Portaria Nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 do MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL).

As atividades de segurança privada, de acordo com a citada portaria, tem por objetivo preservar:

- a) a dignidade da pessoa humana;
- b) a segurança dos cidadãos;
- c) a prevenção de eventos danosos e diminuição de seus efeitos;
- d) o aprimoramento técnico dos profissionais de segurança privada, e
- e) o estímulo ao crescimento das empresas que atuam no setor.
- São consideradas, ainda de acordo com a portaria, atividades de segurança privada:
- a) vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;
 - b) transporte de valores: atividade de transporte de numerário, bens ou valores, mediante a utilização de veículos, comuns ou especiais;
- c) **escolta armada**: atividade que visa garantir o transporte de qualquer tipo de carga ou de valor, incluindo o retorno da equipe com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários;
- d) segurança pessoal: atividade de vigilância exercida com a finalidade de garantir a incolumidade física de pessoas, incluindo o retorno do vigilante com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários; e
 - e) curso de formação: atividade de formação, extensão e reciclagem de vigilantes.

Assim, os objetivos da segurança complementar previstos na citada portaria e os da Administração se fundem, encontrando esse amparo legal para a contratação deste serviço prestado por empresas privadas atuantes no mercado.

A IN SEGES nº 5, de 25 de maio de 2017, detalha os procedimentos para a contratação de serviços sob o regime de execução indireta, sendo, então, o normativo base a ser considerado nesta fase de planejamento, visto o enquadramento dos serviços neles previsto como de dedicação exclusiva de mão de obra.

Sendo significativamente relevante o enquadramento do serviço a ser prestado, considerada a possibilidade de responsabilização subsidiária da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional no caso de eventual inadimplência da empresa contratada no cumprimento de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, a IN SEGES nº 5/2017 assim define os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra:

Art. 17. Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, que: I - os empregados da contratada fiquem a disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços; II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto a distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos. Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III.

Enfatiza-se que os serviços de vigilância patrimonial e de segurança desarmada não estão incluídos no rol de atividades cuja terceirização é vedada pela legislação vigente.

A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) e a legislação trabalhista permitem a terceirização de atividades-meio e, nas situações reguladas pela Lei nº 13.429/2017 (Lei da Terceirização), também a terceirização de atividades-fim, sem configurar vínculo empregatício direto entre o tomador de serviços e o empregado da contratada e desde que respeitados os direitos trabalhistas e previdenciários dos empregados contratados pela empresa prestadora.

A Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017, em seu Anexo I, lista os serviços que não podem ser objeto de contratação indireta pela Administração Pública, e os serviços de vigilância não constam entre as vedações. Pelo contrário, tratam-se de serviços expressamente admitidos e de natureza contínua, comumente executados por meio de empresas especializadas, registradas e fiscalizadas pelo Departamento de Polícia Federal, conforme dispõe a Lei nº 14.967/2024.

Portanto, a terceirização dos serviços de vigilância encontra-se plenamente respaldada no ordenamento jurídico, constituindo prática usual na Administração Pública e compatível com as exigências legais de eficiência, economicidade e segurança institucional.

Outrossim, o serviço que se pretende contratar tem caráter meramente acessório. Nesse sentido, de acordo com o Decreto nº 9.507/2018 em seu §1º do artigo 3º e a Instrução Normativa nº 5/2017 da SEGES, justifica-se a contratação indireta sob o regime de execução global pelo menor valor dos serviços em comento.

Pelo exposto, justifica-se a contratação de serviços terceirizados de vigilância e vigilância motorizada desarmada, preventiva e contínua, com fornecimento de mão de obra e regime de dedicação exclusiva, equipamentos de EPIs e equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, a serem executados nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal

3. Referência ao Plano Anual de Contratações, entre outros Documentos Institucionais (PDI, PPA, etc.)

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP foi elaborado de acordo com o Art. 7º, I da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

A presente contratação faz-se necessária, na forma da lei, no exercício financeiro de 2025 conforme previsto no PCA/PCAE (codificação 925543/2025 - Id. 30822681) nos autos do processo 04410034.002257/2024-78.

Este instrumento visa analisar a viabilidade da presente contratação de que trata o Processo SEI nº 04410035.001461/2025-42, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

4. Requisitos da Contratação:

4.1. Os requisitos da contração abrangem o seguinte:

- 4.1.1. Fornecer mão de obra qualificada para o serviço, na quantidade pactuada em contrato, a fim de garantir a sua perfeita execução, distribuídos conforme orientação da CONTRATANTE.
 - 4.1.2. O serviço é contínuo e ininterrupto.
 - 4.1.3. A duração inicial do contrato será de 05 de dezembro de 2025 a 04 de dezembro de 2027 e prorrogável dentro dos limites legais.
 - 4.1.4 Quadro com possíveis Soluções de Mercado:

NECESSIDADE	POSSÍVEIS SOLUÇÕES DE MERCADO
Vigilância patrimonial: evitar invasões, depredações, roubos e demais danos ao patrimônio público	Posto de vigilante e vigilante motorizado diurno e noturno desarmado
Registro de ronda do vigilante	Kit controlador de ronda com bastão, butons e software para visualização das informações
Controle de acesso ao Campus Central e aos <i>Campi</i>	Portaria Posto de Vigilante (guarita)

4.1.5 - O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), assim identificadas por órgão demandante é:

CBO - Código Brasileiro de Ocupações	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
5173-30 (Vigilante)	Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

- $4.1.6.\ Atender\ todos\ os\ requisitos\ de\ habilitação\ jurídica,\ fiscal\ e\ trabalhista\ previstos\ na\ Lei\ nº\ 14.133/21;$
- 4.1.7. Indicar a CCT a que se refere a Proposta, devidamente registrada no Ministério do Trabalho;
- ${\bf 4.1.8.\ Possuir\ qualificação\ econômico-financeira\ que\ contemple\ todos\ os\ itens\ da\ licitação;}$
- 4.1.9. Atender todas as exigências previstas no Edital;
- 4.1.10. Alocar os empregados observando as descrições dos cargos, as atribuições e os requisitos de grau de instrução, exigências legais, experiências, conhecimentos e habilidades;
- 4.1.11. Requisitos do profissional dos serviços de vigilância:
- a) Ser brasileiro, nato ou naturalizado;
- b) Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- c) Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- d) Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83;
- e) Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental;
- f) Não ter antecedentes criminais registrados;
- g) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- h) Carteira Nacional de Habilitação-CNH, no mínimo na categoria A, para o caso de vigilância motorizada.
- 4.1.12. Será assegurado ao vigilante:
- a) Uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;
- b) Prisão especial por ato decorrente do serviço;
- c) Seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

4.2. Discriminações das atividades a serem executadas por cargo:

a) VIGILANTE DIURNO E NOTURNO (12x36): Postos fixos de vigilantes, funcionando ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, envolvendo 02 (dois) vigilantes desarmados, em escala 12 horas de serviço por 36 horas de folga, por posto, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes, nos prédios e dependências indicadas pela FUERN.

b) VIGILANTE DIURNO (44h): Postos fixos de vigilantes, funcionando por dia, de segunda à sábado, inclusive feriados, envolvendo 02 (dois) vigilantes desarmados, com 44 horas de serviço, por posto, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes, nos prédios e dependências indicadas pela FUERN.

c) VIGILANTE DIURNO E NOTURNO (12x36): Postos fixos de vigilantes, funcionando ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, envolvendo 02 (dois) vigilantes desarmados, em escala 12 horas de serviço por 36 horas de folga, por posto, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes do Campus Central da UERN (Mossoró), através de patrulhamento motorizado desarmado, com a utilização de motocicleta.

4.3. Os vigilantes alocados para o serviço, deverão executar, entre outras tarefas correlatadas, as seguintes rotinas:

a) Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto de Vigilância, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

- b) Manter afixado no Posto de Vigilância, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- c) Colaborar e acionar as Polícias Civil e Militar do RN e a Federal, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da CONTRATANTE, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
 - d) Acionar o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e apoiar a prestação dos primeiros socorros às possíveis vítimas;
 - e) Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados por ocasião da vistoria dos ambientes;
- f) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;
- g) Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
 - h) Zelar pela apresentação pessoal, mantendo unhas e cabelos limpos e aparados, sapatos e/ou coturnos engraxados, uniforme limpo e bem apresentável;
 - i) Efetuar revista em bolsas ou sacolas, quando conveniente e necessário, solicitando ao transeunte, abrir sua própria bolsa, em abordagem discreta, com polidez e respeito;
 - j) Receber e transmitir, de forma discreta, mensagens via rádio HT;
 - k) Organizar filas e o trânsito no acesso e interior dos prédios e dependências, quando houver necessidade;
 - I) Responsabilizar-se pela guarda, organização e controle das chaves das salas que forem colocadas sob seus cuidados pela CONTRATANTE;
- m) Verificar, diariamente, as portas, janelas, portões, etc., trancando os que forem encontrados abertos e desligando o ar-condicionado ao final do horário de aula, caso tenha sido deixado ligado, registrando a ocorrência em livro próprio, salvo instrução em contrário;
 - n) Acionar a iluminação dos pontos predeterminados pela CONTRATANTE e verificar se todas as demais luzes do prédio se encontram desligadas;
- o) Efetuar vistoria em todo o ambiente do posto quando da troca de turno, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível e de fácil leitura, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda;
- p) Controlar e acompanhar a circulação de veículos e pessoas, especialmente em horários além do funcionamento normal do setor, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, placa, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, agindo de modo preventivo a fim de evitar riscos à segurança do patrimônio e das pessoas;
- q) Controlar e acompanhar movimentação de materiais e equipamentos, observando que os bens patrimoniais de propriedade da CONTRATANTE, só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Materiais, após serem vistoriados, sendo imprescindível a sua descrição e número do Patrimônio;
 - r) Acompanhar e revistar a saída de lixo e entulhos;
 - s) Preencher corretamente quaisquer formulários de controle, na forma orientada pela CONTRATANTE;
 - t) Apresentar postura impecável, o que significa não se encostar a paredes e pontos de apoio, evitar as mãos nos bolsos, bem como permanecer de costas para o público;
 - u) Ajudar aos portadores de deficiência física na locomoção quando do acesso e trânsito pelo prédio do órgão, inclusive no que diz respeito ao desembarque de viaturas;
 - v) Proibir a colocação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita nos muros e paredes do órgão, sem a prévia autorização do responsável;
- w) Impedir, pelos meios necessários, a circulação de animais de médio e grande porte no interior dos prédios e estruturas da FUERN, a fim de garantir a segurança e integridade pessoal e material da instituição;
 - x) Garantir a ordem e obediência quanto à organização e fluxo do trânsito de pessoas e veículos nos campi e órgãos da FUERN;
- y) Atender demandas de setores relativas a reforço localizado de vigilância no âmbito da FUERN, de forma momentânea e em situações excepcionais devidamente justificadas, no interesse do serviço, desde que não incorra em prejuízo às rotinas ordinárias do serviço e da execução como um todo;
 - z) Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto de Vigilância, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;
 - aa) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
 - ab) Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- ac) Executar a(s) ronda(s) diária(s) em todas as áreas, nas dependências interna e externa, quando for o caso, conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, vias de acesso, corredores, garagem e pátios, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da segurança e tranquilidade dos ambientes, em especial às assinaladas pela Administração, onde deverão acionar o botão de ronda, no mínimo, 12 (doze) vezes por turno.
 - ad) Se adaptar e se integrar, conforme a necessidade, a sistemas de segurança eletrônicos e alarmes que a CONTRATANTE possua ou venha a possuir;
 - ae) Não se ausentar do posto de serviço, salvo por situação justificada e no interesse do serviço;
 - af) Utilizar telefone (fixo ou móvel) apenas no estrito interesse do serviço, quando autorizado pela CONTRATANTE;
 - ag) Se abster de conversas e relações interpessoais não relacionadas a sua tarefa no seu posto de serviço, a fim de evitar distrações que venham a prejudicar o serviço;
 - ah) Zelar pela ordem, segurança e limpeza no seu local de trabalho;
- ai) Cumprir programação dos serviços feita pela Administração, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;
 - aj) Participar de treinamentos regulares e atualizações sobre práticas de segurança e procedimentos operacionais.
- 4.4. Os vigilantes alocados para o serviço (alínea c) do item 4.2.), deverão executar, entre outras tarefas correlatadas, as seguintes rotinas:
 - a) Realizar patrulhas regulares e sistemáticas nas áreas designadas, utilizando motocicleta;
 - b) Monitorar e observar o entorno das instalações, identificando e reportando qualquer atividade suspeita ou anormal;
 - c) Verificar e registrar a entrada e saída de pessoas e veículos nas áreas sob vigilância;
 - d) Controlar o acesso a áreas restritas, conforme as instruções específicas fornecidas;
 - e) Reagir rapidamente a alarmes, incidentes ou emergências, e tomar as medidas iniciais necessárias até a chegada de suporte adicional, se necessário;
 - f) Comunicar qualquer ocorrência relevante ao centro de controle, se houver, ou à equipe responsável;
 - g) Manter comunicação constante com a central de monitoramento, se houver, e outros membros da equipe de vigilância.
 - h) Elaborar e submeter relatórios regulares sobre atividades realizadas, incidentes observados e outras informações pertinentes;
 - i) Realizar a manutenção básica das motocicletas e equipamentos de comunicação, assegurando que estejam em boas condições de funcionamento;
 - j) Reportar qualquer necessidade de manutenção ou reparo à CONTRATADA;
 - k) Fornecer informações e assistência básica ao público, conforme necessário;
 - l) Manter uma postura profissional e cortês em todas as interações;
- m) Apresentar-se com uniforme padronizado e identificável, conforme normas da empresa de vigilância, bem como a motocicleta deve permanecer em bom estado de conservação, equipada com sistema de comunicação e outros acessórios necessários;
 - n) Seguir rigorosamente os procedimentos de segurança estabelecidos e as políticas da empresa;
 - $o)\ Participar\ de\ treinamentos\ regulares\ e\ atualizações\ sobre\ práticas\ de\ segurança\ e\ procedimentos\ operacionais.$
 - 4.4.1. As patrulhas/rondas serão realizadas na cidade de Mossoró, nos turnos (manhã, tarde e noite) de acordo com a planilha de estimativo de rondas/patrulhas, Id. <u>33082336</u>.
 - 4.4.2. As patrulhas/rondas devem percorrer nas dependências da UERN a distância mínima de 900 (novecentos) Km/mês por motocicleta, no Campus Central Mossoró.
 - 4.4.3. Os serviços serão executados nas dependências da UERN, nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal, nos endereços indicados abaixo:

SEDE: Mossoró/RN

- Campus Central Av. Francisco Mota, nº 572 Presidente Costa e Silva.
- Edifício Epílogo de Campos Praça Miguel Faustino, s/n Centro.
- Faculdade de Enfermagem Rua Dionísio Filgueira, nº 383 Centro.
- Faculdade de Ciências da Saúde Rua Atirador Miguel Antônio da Silva Neto, s/n, Aeroporto.
- Núcleo de Prática Jurídica/Arquivo Central Avenida Rio Branco, nº 1902 Centro.
- Reitoria Rua Almino Afonso, nº 478 Centro.
- Associação Cultural e Esportiva Universitária (ACEU) Rua Dr. Mário Negócio, nº 58-120 Centro.
- Almoxarifado Av. Lauro Monte, nº 340 Abolição.

SEDE: Assu/RN

- Campus Avançado de Assu - Rua Sinhazinha Wanderley, nº 871, Centro.

SEDE: Caicó/RN

- Campus Avançado de Caicó Av. Rio Branco, nº 725 Centro.
- Clínicas Odontológicas Rua André Sales, nº 667 Paulo XI.

SEDE: Patu/RN

- Campus Avançado de Patu - Rua Lauro Maia, s/n - Centro.

SEDE: Pau dos Ferros/RN

- Campus Avançado de Pau dos Ferros - BR 405, Km 3, Arizona.

SEDE: Natal/RN

- Campus Avançado de Natal - Av. Dr. João Medeiros Filho, nº 3419 - Potengi (Zona Norte).

4.5. Natureza da contratação

- 4.5.1. Os serviços a serem contratados se enquadram como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.
 - 4.5.1. Também se enquadram como servicos contínuos, conforme Portaria nº 929/2025 GP/FUERN, Id. 33065030.

4.6. Duração inicial do contrato

- 4.6.1. A vigência contratual, bem como a efetiva execução, <u>deve iniciar no dia 05 de dezembro de 2025</u>, salvo autorização da CONTRATANTE, encaminhada à empresa, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, em outra data, por conveniência da Administração.
 - 4.6.2. O objetivo da Administração é formalizar o contrato pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
 - 4.6.3. A Administração poderá prorrogar o contrato, por interesse das partes, até o limite de 10 (dez) anos, com base no Art. 107 da Lei 14.133/2021.
 - 4.6.4. Poderá haver acréscimo ou redução dos valores contratados através de apostilamento ou aditivos e mediante apresentação de justificativa para tal fim.

4.7. Sustentabilidade

- 4.7.1. A vigilância patrimonial é uma atividade meio da Administração, um serviço contínuo exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, o qual busca garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local. Assim, algumas práticas sustentáveis devem ser incluídas na contratação desses serviços. Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, para o objeto em tela, não se identificou exigência de critérios a serem atendidos. Contudo, em observação aos preceitos e a boa prática da sustentabilidade ambiental, sugere-se que a empresa, se for o caso, adote as medidas previstas no Decreto nº 7.746/12 e na IN SLTI/MP nº 01/2010.
- 4.7.2. Já o Caderno de Logística para a Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial da Presidência da República sugere a inclusão de itens relevantes ao Termo de Referência e/ou Minuta do Contrato:
- a) Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a empresa contratada o Acordo de Nível de Serviço (ANS), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.
- b) A CONTRATADA deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.
- c) É de responsabilidade da CONTRATADA reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e portadores de deficiência, de acordo com o Inciso III, do Item 1.5., do Capítulo I, do Caderno de Logística PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL (Guia de Orientação sobre os aspectos gerais na contratação de Serviços de Vigilância Patrimonial no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, nos termos da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores).
 - d) São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa.
 - e) É responsabilidade da CONTRADADA a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente.
- f) É dever da contratada a promoção de cursos de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.
- g) É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.
- h) A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- i) A CONTRATADA deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.
- j) Só será admitido o uso de veículos eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa de Controle da Poluição por Veículos Automotores (PROCONVE) / Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (PROMOT) e movidos a biocombustível.
- k) A CONTRATADA deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.
 - l) Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.
- m) A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.
- n) A CONTRATADA deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.
- o) A gestão de segurança patrimonial da CONTRATADA deverá utilizar monitores LCD ou LED que reduzam o consumo de energia face aos convencionais, quando da vigilância eletrônica.
- p) A CONTRATADA deverá utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel.
 - q) A CONTRATADA deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade.
 - r) É obrigação da CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.
- s) A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.
- t) O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Acordos de Níveis de Serviços (ANS) que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas com as seguintes condições:
 - u) Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.
 - v) Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior.
 - w) Permitir a presença de vigilante sem uniforme, em condições inapropriadas de apresentação ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência.
 - x) Não zelar pelas instalações do órgão, por posto e por dia.
 - y) Deixar de fornecer os EPIs, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.
 - z) Não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.
 - aa) Deixar de estabelecer cotas para mulheres e portadores de necessidades especiais, conforme definido no Termo de Referência.
 - ab) Deixar de observar as especificações de materiais de consumo e bens na prestação dos serviços.
 - ac) Não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares.
 - ad) Deixar de destinar de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço, por ocorrência.
 - ae) Deixar de observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias, por ocorrência.

4.8. Padrões mínimos de qualidado

A empresa deve garantir padrões elevados de qualidade nos serviços prestados, com monitoramento contínuo e relatórios periódicos que serão mensurados pela CONTRATANTE de acordo com as especificações do **item 7.11..**

4.9. Relevância dos requisitos estipulados

Os requisitos estabelecidos são essenciais para garantir a qualidade, eficiência e sustentabilidade dos serviços, além de assegurar a segurança e o bem-estar de todos os usuários do Campus Central e demais *Campi*.

5. Estimativa das Quantidades e Valores

5.1. Quantidades estimadas

O quantitativo de mão de obra definido para os serviços tomam por base a realidade instalada da instituição, contratações vigentes para serviços similares, bem como se referencia, no que couber, em parâmetros de produtividade recomendados pela Instrução Normativa 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal e suas atualizações, adaptada ao contexto e especificidades da instituição, podendo tal quantitativo ser revisto, caso se identifique sub ou superdimensionamento.

A previsão de postos de vigilância motorizada nesta contratação decorre da necessidade de ampliar a cobertura da segurança patrimonial, garantindo maior agilidade nas rondas e monitoramento das áreas de difícil acesso pela vigilância a pé.

Por se tratar de modalidade ainda não contemplada nos contratos anteriores, a estimativa de quilometragem a ser percorrida pelos vigilantes motorizados Id. 33082422 foi definida a partir de levantamento técnico preliminar, realizado pela equipe de fiscalização do contrato vigente. Esse levantamento consistiu na execução de rondas experimentais, percorrendo o trajeto que será objeto de vigilância no Campus Central, o que possibilitou calcular, de forma prática, a distância aproximada a ser percorrida.

Embora não exista documento formal específico desse levantamento, a metodologia utilizada — baseada em medição direta no local — garante que a estimativa apresentada no ETP possui lastro técnico e razoabilidade, servindo como parâmetro inicial para a execução contratual. Ressalta-se que o quantitativo poderá ser ajustado durante a gestão do contrato, de acordo com a realidade operacional observada.

5.2. Valores estimados

- 5.2.1. Os valores são os dispostos nos contratos atuais vigentes, no momento da elaboração deste estudo técnico preliminar, os quais foram utilizados como parâmetro para fundamentar o presente instrumento.
- 5.2.2. Destacamos que os valores previstos estão atualizados, em virtude das últimas repactuações dos atuais contratos ocorridas no ano de 2024 nos autos dos processos SEI nº 04410035.001064/2020-66, Id. 28822243 CTR 09/2020, nº 04410035.000848/2020-77, Id. 28832726 CTR 14/2020 e nº 04410158.000428/2022-66, Id. 28923287 CTR 104/2022 de acordo com Convenção Coletiva de Trabalho RN000117/2024, Id 24867423, protocolada em 04.04.2024, vigente até 31.01.2025, celebrada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SINDESP/RN, CNPJ n. 40.811.549/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDMILSON PEREIRA DE ASSIS e SIND. INT.DOS TRAB VIG. EM EMP. DE VIG. E SEG .PRIV., MONIT. ELET., AG. TATICO MOVEL-ATM, VIG. ORG., CURSOS DE FORM. DE VIG., VIGIAS E CINOFILOS DO RN-SINDSEGUR, CNPJ n. 14.008.958/0001-33, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). MARCIO DA SILVA LUCENA.

- 5.2.3. Constam na Convenção Coletiva de Trabalho RN000117/2024, Id. 24867423, cláusulas que impactam a contratação, dentre elas podemos destacar a CLÁUSULA TERCEIRA DO PISO SALARIAL (LEI № 7.102 de 20.06.1983, ART, 10, §4º), CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE SALARIAL, CLÁUSULA SEXTA DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE (LEI № 12.740 de 08.12.2012), CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO VALOR DO ADICIONAL NOTURNO, CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO PRÊMIO ASSIDUIDADE, CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO PORTARIA № 03/2002 DO MTE, CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO SEGURO DE VIDA, CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA BENEFÍCIO SOCIAL, CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA CONTRATAÇÃO DO JOVEM APRENDIZ e CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA DA JORNADA DE REVEZAMENTO 12x36.
- 5.2.4. Observou-se que, no decorrer do andamento processual, a Convenção Coletiva de Trabalho RN000117/2024, Id. 24867423, teve sua vigência encerrada. Para tanto, utilizou-se a Convenção Coletiva de Trabalho RN000199/2025, Id. 35716488, para composição do orçamento estimativo conforme informado em Despacho, Id. 35704788.
- 5.2.5. Não há previsão de valores para a função/cargo de Vigilante (44 horas) e Vigilante Motorizado (12x36) pois os contratos atuais não possuem esses cargos, devendo estes serem acrescidos na nova contratação.
 - 5.2.6. As especificações, quantidades, valores estimados e demais exigências estão detalhadas na planilha, Id. 33065027.

6. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do tipo de Solução a Contratar

O Governo Federal, a partir da publicação da Portaria nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019, estabeleceu diretrizes para o redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais - Uasg, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, visando a centralização de contratações entre as unidades administrativas que estão na sua esfera de atuação.

6.1. A proposta inicial da centralização

- 6.1.1. A Diretoria Administrativa-PROAD, discutiu ideias para a futura gestão do contrato, pensando na consolidação de toda a demanda numa única contratação para a instituição, tendo chegado ao seguinte:
 - a) Realização de um único contrato para todos os Campi da UERN;
 - b) Vigência do contrato por 24 (vinte e quatro) meses, com possibilidade de prorrogação nos limites da legislação vigente;
 - c) O valor do contrato é o somatório dos valores individuais de cada um dos Campi da UERN;
 - d) Os valores devidos à empresa serão definidos conforme o cronograma da execução contratual.

6.2. Apresentação da lógica de execução contratual centralizada

6.2.1. A proposta sob um único contrato contemplando todas as unidades participantes para um período de 24 (vinte e quatro) meses seria realizado pela demandante pelo serviço para todas as unidades participantes seguindo o calendário dos términos de vigência dos contratos atuais. Sendo assim, todas as participantes estariam sob a égide de um único contrato, e as vigências contratuais serão unificadas.

Vantagens

- a) Padronizar o serviço de vigilância patrimonial ostensiva;
- b) Padronizar a vigência dos contratos na instituição;
- c) Simplificação do processo de licitação na instituição;
- d) Gestão contratual centralizada e fiscalização técnica descentralizada;
- e) Redução no quantitativo de contratos.

Desvantagens

- a) Resistência à proposta da implantação da unificação dos contratos;
- b) Aumento do risco da vulnerabilidade da instituição no caso de não prorrogação contratual ou falência da empresa;
- c) Aumento de responsabilidade ao gestor do contrato.

6.3. Os moldes tradicionais de contratação na instituição

- 6.3.1. A metodologia da execução contratual praticada no âmbito da UERN é da gestão centralizada. Contudo, os prazos de vigência são independentes e com empresas diferentes, conforme resultado das licitações.
- 6.3.2. Raramente os prazos de início e fim da vigência contratual estão em sincronia. Por este motivo é alta a probabilidade de ser necessária a licitação do mesmo objeto contratual com frequência anual ou bianual.

Vantagens

- a) Redução no número de contratos fiscalizados administrativamente;
- b) Gerenciamento dos contratos com maior autonomia e liberdade.

Desvantagens

- a) Dependência na participação em IRP ou gerenciamento de licitação para a contratação do objeto;
- b) Repetição da licitação de mesmo objeto com maior incidência na instituição;
- c) Sobrecarga do capital humano com licitações.

6.4. Do modelo proposto para esta contratação

- 6.4.1. A preocupação desta Diretoria Administrativa em reunir as demandas num único objeto e contrato, de forma a atender expectativas nas diversas unidades, é de equalizar (reduzir toda possibilidade de diferenças) entre estas a forma da execução dos serviços.
- 6.4.2. O objeto do presente estudo é a expectativa da viabilidade de contratação de serviço de vigilância patrimonial ostensiva, dando o entendimento que a ligação se dê sob a égide da CCT da vigilância. Assim sendo, os participantes estarão contratando postos de vigilância, no caso específico, vigilância desarmada, conforme a necessidade, diurna e noturna.
 - 6.4.3. Quanto às características para esta contratação, elenca-se:
 - a) Contratação de posto de trabalho de vigilante para vigiar dependências de áreas públicas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos e outras irregularidades;
 - b) Manipulação dos instrumentos de trabalho como: motocicleta, cassetete/tonfa, dispositivo de controle de ronda, lanterna, dentre outros, com os devidos cuidados;
 - c) Aplicação de equipamentos de tecnologia para maximizar a eficiência na prestação dos serviços, se necessário;
 - d) Proceder à vigilância patrimonial da propriedade, dos estabelecimentos, bens e equipamentos públicos, bem como a segurança de pessoas físicas que regularmente circulam.
 - e) O valor da contratação será para um período de 24 (vinte e quatro) meses;
- f) O quantitativo de vigilantes para o(s) posto(s) diurno e noturno(s), desarmado(s) conforme a demanda apresentada, com o fornecimento, manutenção e operacionalização dos equipamentos de trabalho, conforme for o caso.

6.5. Possibilidades de soluções para atender as demandas apresentadas

- 6.5.1. Solução 1 Atividades de vigilância serem exercidas por servidores de carreira:
- a) Constituiria uma solução vantajosa economicamente a utilização de servidores já remunerados, dispensando contratação de mais serviços.
- b) Não existe no quadro atual de servidores da UERN o cargo de vigilância previsto nesse estudo.
- c) Não se mostra viável tecnicamente, pois não há servidores efetivos especializados em prestar este tipo de serviço.
- 6.5.2. Solução 2 Única contratação centralizada por meio de terceirização dos serviços de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva de mão de obra:
- a) Disponibilização dos serviços para atendimento da demanda da UERN na integridade, em todos os turnos, feriados e recessos.
- b) Valores compatíveis com os praticados no mercado, justificado por meio de pesquisa de preços e utilização dos valores previstos em convenção coletiva de trabalho.
- c) Possibilidade de controle, fiscalização e mensuração do serviço, tendo pagamento proporcional a qualidade e quantidade executada de serviço.
- 6.5.3. Solução 3 Utilização de Policiais Militares para o serviço de vigilância patrimonial:
- a) Não há Termo de Cooperação Técnica firmado nesse sentido e requer regulamentação específica no âmbito da UERN. Logo, tal cenário mostra-se inviável para atender a pretensa necessidade.

6.6. Análise e descrição da solução a contratar

No presente estudo, foram avaliadas três alternativas para atender à necessidade de prestação de serviços de vigilância patrimonial e motorizada na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos.

Solução 1 – Atividades de vigilância exercidas por servidores de carreira:

Do ponto de vista técnico, esta alternativa não se mostra viável, pois o quadro de servidores da UERN não contempla cargos destinados à atividade de vigilância, tampouco há profissionais efetivos especializados nesse serviço. Embora economicamente pudesse parecer vantajosa em função da utilização de pessoal já remunerado, a solução apresenta risco de ineficiência operacional, impossibilitando atendimento adequado da demanda e cobertura de todos os turnos, inclusive feriados e recessos.

Solução 2 – Contratação centralizada por meio de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra:

Técnica e operacionalmente, esta solução se mostra totalmente adequada, garantindo cobertura completa e contínua da vigilância patrimonial e motorizada, com capacidade de atender todas as áreas críticas da Universidade em qualquer turno e situação. Economicamente, os valores são compatíveis com o mercado, respaldados por pesquisa de preços e parâmetros da convenção coletiva de trabalho, apresentando boa relação custo-benefício. Além disso, a terceirização permite gestão eficiente dos serviços, com controle e mensuração da execução, possibilitando pagamentos proporcionais à qualidade e quantidade de serviços prestados. A padronização e especialização da mão de obra, aliadas à fiscalização dedicada, reduzem riscos trabalhistas e legais, protegendo a UERN de responsabilidades adicionais.

Solução 3 – Utilização de Policiais Militares para vigilância patrimonial:

Esta alternativa apresenta viabilidade técnica limitada, pois depende da celebração de termos de cooperação e regulamentação interna específica, não existente atualmente na UERN. Economicamente, essa solução não se mostra atrativa, pois pode gerar custos adicionais com logística, plantões e regulamentações. Logo, não atende de forma prática e imediata à necessidade da Universidade.

Conclusão

Diante da análise técnica e econômica, a Solução 2 – contratação centralizada por terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra se apresenta como a alternativa mais eficiente, segura e vantajosa, garantindo cobertura contínua, cumprimento das exigências legais, otimização de recursos e alta qualidade na execução dos serviços. Esta opção atende integralmente ao interesse público e às demandas institucionais da UERN, sendo recomendada como a forma ideal para a prestação dos serviços de vigilância patrimonial e motorizada.

6.7. Adequação da contratação para atendimento da necessidade

A contratação centralizada dos serviços de vigilância patrimonial e vigilância motorizada, por meio de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra, revela-se a solução mais adequada para atender às necessidades da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

A vigilância patrimonial fixa garante presença constante em pontos estratégicos, controlando acessos, preservando o patrimônio e promovendo a segurança da comunidade acadêmica, enquanto a vigilância motorizada amplia o alcance do serviço, cobrindo áreas extensas e de difícil acesso e aumentando a capacidade de resposta em situações críticas.

Espera-se que a contratação proporcione maior segurança patrimonial, proteção da integridade física de servidores, estudantes e visitantes, redução de furtos, roubos e danos ao patrimônio, além de fortalecer a confiança da sociedade na segurança institucional e minimizar riscos trabalhistas e legais para a UERN.

Entre os principais benefícios estão a continuidade e padronização dos serviços em todos os campi, cobertura de áreas críticas com maior eficiência, melhor alocação de recursos

humanos e materiais, maior eficácia na gestão e fiscalização contratual, bem como o cumprimento das obrigações trabalhistas e legais pela empresa contratada.

Em termos técnicos, administrativos e econômicos, a solução permite padronização de procedimentos, centralização da responsabilidade da contratada facilitando a fiscalização,

redução de custos operacionais e administrativos e maior eficiência na supervisão da execução contratual.

O plano de implementação prevê a ativação dos postos de vigilância conforme a necessidade identificada nos diferentes campi, coordenação entre a administração da UERN,

O plano de implementação prevê a ativação dos postos de vigilância conforme a necessidade identificada nos diferentes campi, coordenação entre a administração da UERN, fiscalização contratual e empresa contratada, acompanhamento inicial rigoroso das rondas e registros de ocorrências, bem como ajustes periódicos de acordo com a demanda real observada.

Dessa forma, conclui-se que a contratação centralizada de vigilância patrimonial e motorizada é tecnicamente adequada, juridicamente segura e administrativamente vantajosa, atendendo integralmente ao interesse público e às necessidades institucionais da UERN, garantindo a proteção eficiente do patrimônio, a segurança da comunidade acadêmica e a otimização de recursos

7. Descrição da Solução como um todo

A contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária.

7.1. Descrição das atividades realizadas pela empresa

- 7.1.1. Descrição do que se espera ser realizado pela empresa:
- a) Contratação de posto de trabalho de vigilante para vigiar dependências de áreas públicas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos e outras irregularidades, com ou sem utilização de motocicleta conforme o caso;
 - b) Disponibilizar os trabalhadores para a prestação dos serviços;
 - c) Realizar o quantitativo de rondas/patrulhas em pontos/rotas demarcados pela administração;
- d) Controlar o acesso de pessoas/usuários, fornecedores e comunidade usuária, bem como de veículos em geral no Campus Central e demais *Campi* e prédios, principalmente em horários de menos movimento, com registro das movimentações da comunidade externa;
 - e) Abrir e fechar os portões de acesso ao Campus Central e demais Campi e prédios, por conveniência da administração, e horários indicados;
 - f) Ligar, monitorar e desligar o sistema de monitoramento, se necessário, e se demandado;
 - g) Manter um livro de registro diário;
 - h) Acionar a iluminação externa/pátio, se houver;
 - i) Comunicar ao fiscal de contrato sobre ocorrências, respeitando a ética profissional;
 - j) Fazer registro da entrada de veículo de carga em planilha específica, se demandado;
 - k) Guardar chaves de alguns setores quando solicitados, em claviculários instalados, quando for o caso, anotação da retirada e da entrega, colhimento da assinatura do responsável em planilha específica;
 - I) Horário de troca do pessoal: 6h e às 18h;
 - m) Outras demandas compatíveis ao posto de acordo com a CCT utilizada.

7.2. Atendimentos propostos para o edital

7.2.1. Para a elaboração do Edital, sugere-se que os itens inseridos sejam desdobrados por campus (local da execução) e reunidos em torno de grupo único, possibilitando a Administração ter uma única empresa para a prestação dos serviços no Campus Central e demais *Campi* já que UERN mantém o modelo de gestão contratual centralizada.

7.2.2. Quanto a modalidade de licitação a ser adotada para serviços de vigilância são as consideradas comuns no mercado, o que traz os elementos necessários para propor a adoção da modalidade de licitação pregão eletrônico.

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; (LEI 14.133, ART 6º).

7.3. Horários de execução dos serviços

- 7.3.1. Os serviços que serão executados nas cidades de Mossoró e Natal através de postos fixos, funcionarão ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, cada posto envolvendo 02 (dois) vigilantes, com ou sem utilização de motocicleta, em escala de 12 horas de serviço por 36 de folga (12x36).
 - 7.3.2. Os serviços que serão executados nas cidades de Assu, Patu, Caicó e Pau dos Ferros, através de postos fixos, funcionarão de duas formas:
 - a) Ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, cada posto envolvendo 02 (dois) vigilantes, em escala de 12 horas de serviço por 36 de folga (12x36);
 - b) Funcionando por dia, de segunda à sábado, inclusive feriados, com posto envolvendo 01 (um) vigilante, com 44 horas de serviço.

7.4 Procedimentos de transição e finalização do contrato

A transição entre a atual e a nova empresa deverá ser planejada para evitar descontinuidade dos serviços. A nova empresa deverá iniciar as atividades imediatamente após o término do contrato vigente.

7.5. Modelo de gestão de contrato

- 7.5.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.5.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por 1 (um) ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do Art. 7º e 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.5.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 7.5.4. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, devendo este, dada a complexidade do serviço, ser auxiliado por equipe de fiscalização técnica, setorial e administrativa, as quais devem ser designadas pela administração, de acordo com as seguintes disposições:
- I Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao acompanhamento/autorização para início dos processos e documentos pertinente à formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, aplicação de sanções, rescisão, extinção do contrato, dentre outros;
- II Fiscalização Técnica: é o acompanhamento in loco dos serviços, com o objetivo de acompanhar e avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;
- III Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento e execução dos aspectos administrativos/burocráticos dos contratos e da execução dos serviços, dos processos de despesa, aditivos, relatórios, planilhas, penalidades, bem como verificação de questões, previdenciárias, fiscais e trabalhistas;
 - IV Fiscalização Setorial: realização de tarefas de fiscalização técnica, com o acompanhamento in loco da execução do contrato em unidades descentralizadas, inclusive em outras cidades-sede.
- 7.5.5. Ao Gestor do Contrato caberá gerenciar o trabalho de fiscalização técnica, administrativa e setorial, autorizar o início de procedimentos relacionadas a aditivos, prorrogações, reajustes, repactuações e penalidades, e, ao final de cada faturamento, atestar as notas fiscais devidamente conferidas e instruídas pela fiscalização.
 - 7.5.6. Ao Fiscal Técnico e/ou Setorial caberá:
- 7.5.6.1. Acompanhar in loco a execução de serviço ou a entrega de material, dando recebimento e detalhando as quantidades recebidas e serviços executados, podendo excepcionalmente no caso de ausência do fiscal, esta atribuição ser exercida por outro servidor do quadro efetivo que esteja acompanhando in loco a prestação dos serviços, garantindo que:
 - a) os equipamentos que recebam o serviço componham comprovadamente o patrimônio da UERN;
- b) sejam utilizados todos os materiais, insumos, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, com qualidade e quantidades adequadas ao Contrato, ETP, Termo de Referência e planilha de composição de custos.
- 7.5.6.2. Se inteirar das quantidades, itens, planilha de composição de custos e rotinas operacionais vinculadas ao contrato, mantendo e guardando cópia desses documentos, para fins de controle e fiscalização, não permitindo que as demandas, serviços e/ou materiais serviços superem as quantidades disponíveis ou estejam em desacordo com contrato.
 - 7.5.6.3. Manter contato direto preferencialmente por e-mail ou por telefone e correspondência oficial, com o fornecedor para encaminhamento de questões operacionais relativas ao serviço e às demandas;
 - 7.5.6.4. Solicitar ao fornecedor, por escrito, providências de correção de eventuais falhas, faltas ou imperfeições identificadas, a fim de sanar problemas de execução contratual.
 - 7.5.6.5. Elaborar e executar junto ao fornecedor cronograma de serviços, seguindo prioridades e orientações apontadas pelo gestor do contrato ou por superior hierárquico.
 - 7.5.6.6. Elaborar, emitir e assinar relatórios quantitativos e, quando houver, qualitativo de prestação do serviço, verificando as quantidades fornecidos no período de referência, em consonância com o contrato.
 - 7.5.6.7. No caso de serviços terceirizados, elaborar relatórios de frequência de funcionários, mediante conferência diária e verificação das folhas de registro de ponto/frequência, expedidas pela empresa prestadora do serviço.
 - 7.5.6.8. Emitir e assinar relatórios relativos à medição da qualidade do serviço, quando houver (IMR), mensurando, ao final, o percentual do valor da fatura a ser paga.
 - 7.5.6.9. Remeter relatórios e toda a documentação probatória relativa a execução técnica do serviço à Fiscalização Administrativa.
 - 7.5.6.10. Informar a fiscalização administrativa, acerca de ocorrências registradas na execução contratual não resolvidas no âmbito operacional, para fins de notificação formal ao fornecedor.

- 7.5.6.11. Se reportar ao Gestor de Contrato e, se necessário, à autoridade superior, no caso de dúvidas acerca da execução do serviço que porventura não estejam expressos no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato, possam extrapolar a sua competência.
- 7.5.6.12. Controlar, organizar e registrar em documentos adequados os aspectos relativos à execução dos serviços, de modo que seja possível fornecer dados estatísticos acerca dos serviços e propicie a administração o acompanhamento do cronograma de execução.
 - 7.5.7. Ao Fiscal Administrativo caberá:
 - 7.5.7.1. Abrir processos de despesas mensais e estimativas, de modo anterior ao período de execução do serviço, com base em valores previstos em contrato e/ou cota mensal destinada à execução do serviço.
 - 7.5.7.2. Verificar documentação apresentada pela Fiscalização Técnica, diligenciando em caso de incorreções, solicitando documentos e informações que forem necessárias à comprovação da despesa.
- 7.5.7.3. Se inteirar de todo o contrato, aditivos, termo de referência, planilha de composição de custos, valores, quantidades, convenção coletiva (no caso de terceirizadas), entre outros, para fins de controle e acompanhamento administrativo do contrato, mantendo cópia desses documentos, sempre atualizados.
 - 7.5.7.4. Elaborar e registrar em planilhas próprias:
 - a) dados do contrato, com nome de fornecedor, CNPJ, vigência e valor global;
- b) controle de vigência, execução e saldo de contrato, com lançamento de processos abertos, notas fiscais atestadas, valores faturados, data de emissão da nota, período de referência, data do atesto, entre outros, mantendo estas informações sempre atualizadas.
- 7.5.7.5. Controlar todas as informações relativas aos contratos, dando início aos procedimentos de prorrogação, acréscimos e/ou supressões, reajustes e repactuações, mantendo sempre atualizados em planilhas próprias os processos abertos, as quantidades e os valores atualizados.
 - 7.5.7.6. Após verificação de conformidade, observar disponibilidade orçamentária (confirmação de empenho) e solicitar Nota Fiscal ao fornecedor.
 - 7.5.7.7. No caso de contratos de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra:
- a) elaborar e preencher relatório mensal administrativo do serviço, COM INFORMAÇÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO, CPF, data de admissão, data de demissão, dados bancários, salário bruto, salário líquido e benefícios, iuntando ao relatório de frequência emitido pela fiscalização técnica e anexando ao processo de despesa:
- b) verificar se os pagamentos de salários e benefícios realizados pela CONTRATADA estão em conformidade com a convenção coletiva vigente, realizando a comunicação com a empresa prestadora de serviço, para fins de regularização e não aceitando pagamento a menor do que o previsto em convenção e/ou acordo coletivo;
 - c) verificar se os encargos na folha de pagamento estão compatíveis com a planilha de composição de custos vigente da contratada;
 - d) elaborar e preencher relatório mensal de retenção em CONTA VINCULADA, regulada pela Instrução Normativa-SEI Nº 2, de 02 de julho de 2024, juntando no processo de despesa;
- e) elaborar e manter planilhas de controle de retenção de CONTA VINCULADA, por contrato, de forma a ser possível controlar os valores retidos por funcionário, bem como as liberações feitas para cada um destes e o respectivo saldo restante.
 - 7.5.7.8. Juntar nos processos de despesas abertos, após a instrução e tramitação inicial:
 - a) relatório técnico, com os devidos comprovantes do serviço prestado (expedido pela fiscalização técnica);
 - b) comprovante de pagamento dos salários do mês da prestação do serviço (apenas terceirizados);
 - c) comprovante de pagamento dos benefícios (vale-transporte, alimentação ou o que for exigido em convenção coletiva) do mês da prestação do serviço (apenas terceirizados);
 - d) folha de pagamento analítica, com detalhamento nominal dos contracheques dos funcionários;
 - e) relatórios e/ou documentos comprobatórios contendo a relação nominal dos trabalhadores e os encargos trabalhistas de FGTS e INSS (apenas terceirizados);
 - f) comprovante de pagamento de FGTS do mês de prestação do serviço ou da última competência vencida (apenas terceirizados);
 - g) comprovante de pagamento de INSS do mês da prestação de serviço ou da última competência vencida (apenas terceirizados);
- h) relatório mensal administrativo do serviço, COM INFORMAÇÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO, constando atestados e faltas, CPF, data de admissão, data de demissão, dados bancários, salário bruto, salário líquido e benefícios (apenas terceirizados);
 - i) relatório mensal de retenção em CONTA VINCULADA (apenas terceirizados);
 - j) certificado de regularidade do FGTS CRF (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
 - k) certidão negativa de débitos trabalhistas CNDT (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
 - l) certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
 - m) nota fiscal;
 - n) planilha de saldo de contrato.
- 7.5.7.9. Juntar toda a documentação, expedir, no processo de despesa, despacho ao Gestor do Contrato, informando o valor a ser pago e solicitando atesto da despesa, indicando nota fiscal e relatórios correspondentes e descrevendo eventuais retenções e glosas.
 - 7.5.7.10. Realizar cálculos e memórias de cálculo necessárias a procedimentos iniciais de prorrogação, repactuação, supressões e acréscimos.
- 7.5.7.11. Quando de descumprimentos pelo fornecedor, abrir processos, organizar documentação, redigir notificações, entre outras tarefas administrativas relativas a registro, apuração e aplicação de penalidades por descumprimento de fornecedor, apontando as cláusulas contratuais/legais de descumprimento e as penalidades aplicáveis previstas em ETP, Termo de Referência e/ou no Contrato.
- 7.5.7.12. Verificar se há sub ou superdimensionamento da produtividade pactuada, comunicando à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitandose os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Art. 125, da Lei nº 14.133/2021.
 - 7.5.7.13. Apresentar ao representante da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
 - 7.5.7.14. Manter contato com o fornecedor sobre questões documentais, administrativas e burocráticas relativas ao contrato, diligenciando sempre que necessário com vistas às devidas correções.
 - 7.5.7.15. Nos casos de empresas terceirizadas, a fiscalização administrativa deve cumprir o que segue abaixo:
- a) efetuar fiscalização com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- b) na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
 - c) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
- c.1) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - c.2) carteira de trabalho e Previdência social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
 - c.3) exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
- d) entregar até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
 - d.1) certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União (CND);
 - d.2) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - d.3) certidão de regularidade do FGTS (CRF); e
 - d.4) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
 - e) entregar, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - e.1) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - e.2) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
 - e.3) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- e.4) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - e.5) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- f) entregar cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato administrativo, após o último mês de prestação dos serviços, ou no caso de demissão de trabalhador no curso do contrato, deve-se apresentar no prazo de até 30 (trinta) dias do fato gerador:
 - f.1) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - f.2) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - f.3) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - f.4) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
 - g) a CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea "f" acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
 - h) sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados para início de contrato em relação ao novo funcionário deverão ser apresentados.
 - i) em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB). j) em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
 - J) em caso de indicio de irregulandade no recominiento da contribuição para o FG15, os fiscais ou gestores do contrato deverado oficiar ao Ministerio do Trabalho.
 - k) o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- l) a CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

- 7.5.7.15. Sobre a fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função poderá não coincidir com o previsto no contrato administrativo, nos casos de situações relacionadas aos postos de trabalho cuja execução depende do funcionamento de novos prédios e/ou instalações previstos para ocorrerem durante a vigência do contrato.
 - d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
 - e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
 - f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- g) A empresa deverá comprovar a entrega de 2 (dois) conjuntos de uniformes a cada colaborador, fazendo sua substituição sempre que necessário ou quando solicitado pela fiscalização contratual no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.
 - h) Dentro do primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
- h.1) relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - h.2) CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
 - h.3) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
 - h.4) declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
 - 7.5.7.16. Sobre a fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):
 - a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
 - b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
 - d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - 7.5.7.17. Sobre a fiscalização diária:
- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto/representante da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto/representante.
 - b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
 - c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, uniformes e equipamentos e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
- 7.5.7.18. Verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.
 - 7.5.7.19. Verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.
 - 7.5.8. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
 - 7.5.9. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.
 - 7.5.10. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:
 - a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
 - c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- 7.5.11. Além da aferição quantitativa do serviço, por meio de fiscalização de frequência e assiduidade, a fiscalização técnica dos contratos avaliará qualitativamente o serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme parâmetros deste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
 - 7.5.11.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
 - 7.5.12. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- a) ao fechamento de cada mês, para fins de faturamento, a CONTRATADA deve emitir documentação comprobatória à fiscalização do contrato, para recebimento provisório, e posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, a qual deverá diligenciar junto à CONTRATADA eventuais inconformidades e incorreções, para imediata adequação, devendo, ao final da análise, dar visto e encaminhar documentação ao gestor do contrato, para recebimento definitivo.
- b) os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades que forem consideradas cabíveis.
- 7.5.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
 - 7.5.14. Os representantes da CONTRATANTE na gestão e fiscalização contratual deverão ter a experiência e disponibilidade necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
 - 7.5.15. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato.
 - 7.5.16. Os mecanismos de comunicação entre a UERN e a prestadora de serviços serão, preferencialmente e-mail e contatos telefônicos, previamente informados.
 - 7.5.17. A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento de todas as correspondências eletrônicas (e-mail) recebidas da CONTRATANTE.
 - 7.5.18. A CONTRATADA ficará ciente de que a confirmação de recebimento automático (cadastrada no e-mail) de correspondências eletrônicas recebidas da CONTRATANTE também confirma/configura o seu recebimento.
- 7.5.19. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 104, 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e outros dispositivos legais.
 - 7.5.20. As disposições previstas nesta cláusula não exclui o disposto no Anexo VIII da IN nº 05/2017 SEGES/MP, aplicável no que for pertinente e/ou complementar à fiscalização e aferição do serviço contratado.
 - 7.5.21. Em relação a fiscalização e gestão do contrato o Decreto Estadual nº 33.782/2024 estabelece:
- 7.5.21.1. Os editais licitatórios e os contratos de prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, formalizados pela Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, deverão conter cláusulas relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas, constando especialmente:
 - I Os percentuais das rubricas (13º salário, férias e abono de férias, impacto sobre férias e 13º salário e multa do FGTS), para fins de provisionamento;
 - II A indicação de que eventuais despesas para abertura e manutenção da conta vinculada deverão ser suportadas pela própria empresa.
 - § 1º Independentemente da modalidade de contratação realizada, os contratos vigentes deverão se adequar às regras deste Decreto quando da renovação contratual porventura formalizada.
- § 2º As cláusulas e a obrigatoriedade disposta no caput deste artigo serão necessárias em todos os contratos celebrados pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte que possuem como objeto a prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, independentemente do tipo de vínculo estabelecido entre a empresa contratada e seus trabalhadores, objetivando seja garantido o cumprimento das obrigações trabalhistas dos empregados alocados para a execução do contrato.
 - 7.5.21.2. Cada provisão constituirá percentual de retenção sobre o valor do salário bruto, e considerar-se-á como montante retido a soma dos percentuais individuais de cada uma delas.
- § 1º As provisões retidas do valor mensal do contrato serão depositadas exclusivamente em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em nome da empresa e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação mediante prévia e expressa autorização do órgão ou entidade contratante.
 - § 2º Para cada contrato formalizado com a Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, haverá uma conta vinculada aberta em nome da empresa.
- § 3º Os valores referentes às provisões (13º salário, férias e abono de férias, impacto sobre férias e 13º salário e multa do FGTS) serão destacados, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço e outros congêneres.
 - 7.5.21.3. O prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da assinatura ou renovação do contrato de prestação de serviços, devem ser providenciados:
 - I Solicitação formal do órgão ou entidade contratante da abertura de conta corrente vinculada, em nome da empresa;
 - II Assinatura pela contratada de termo específico da instituição financeira que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos extratos diários e mensais; e
 - III Autorização da contratada para que a conta vinculada somente seja movimentada após determinação do órgão ou entidade contratante.
- 7.5.21.4. As empresas contratadas para prestação dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento de todas as obrigações contratuais, trabalhistas e com o FGTS em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto à(ao):
 - I Registro de ponto;
 - II Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e 13º salário;
 - III Comprovante de depósito do FGTS;
 - IV Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
 - V Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
 - VI Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva;
 - VII À promoção de formações e treinamentos dos trabalhadores quanto às atividades que demandem formação técnica específica;
- VIII Comprovação de que a contratada atende às exigências concernentes aos percentuais mínimos de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica ou de outros eventualmente existentes na legislação local com vistas à promoção do trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade.
- 7.5.21.5. Todos os contratos de terceirização abrangidos pelo presente Decreto deverão possuir, no mínimo, um gestor de contrato e um fiscal de contrato, que se responsabilizarão pelo cumprimento das normas aqui inseridas, os quais deverão, periodicamente e ao final da vigência do instrumento celebrado, emitir relatórios acerca do seu cumprimento.

- §1º Ao gestor do contrato caberá requisitar à empresa contratada para prestação dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra dados estruturados referentes aos trabalhadores contratados pela empresa, além de outras informações necessárias para a correta gestão e fiscalização contratual.
 - §2º Os dados estruturados tratados no §1º deverão contemplar o nome completo, a função, a formação, o registro de ponto e o tempo de serviço dos trabalhadores contratados pela empresa.
 - §3º Desde que atendidos os parâmetros estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, os dados estruturados referentes aos trabalhadores contratados pela empresa deverão ser publicizados pela Administração Pública.

7.6. Subcontratação

- 7.6.1. O Art. 122 da Lei 14.133/21 diz que:
 - Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.
- 7.6.2. À Administração contratante cabe, exercitando a previsão do edital, autorizar a subcontratação. Esta, mais do que possível, é desejável, na medida em que o Termo de Referência demonstrou-lhe a necessidade, de acordo com a complexidade do objeto, cuia execução carece de especialização encontrável na subcontratada.
- 7.6.3 A subcontratação parcial é permitida e deverá ser analisada pela Administração com base em estudos preliminares, em cada caso concreto. Admitindo-se a contratação, devem ser estabelecidos com detalhamento seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas
- 7.6.4. A prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, como é o caso em tela, deve ser considerada como a parcela principal da obrigação e não pode ser subcontratada. É importante verificar que são vedadas (i) a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas; (ii) a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório; (iii) a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e (iv) a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em
- 7.6.5. Contudo, a partir das vedações encontradas, NÃO se vislumbra possibilidade de subcontratação, dado que o objeto em tela é a Contratação de Serviço de Vigilância Patrimonial, devendo a contratada dispor de todos os recursos necessários à execução dos serviços.
 - 7.6.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7.7. Alteração subjetiva

- 7.7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:
- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e;
- d) haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7.8. Garantia da contratação

- 7.8.1. Para garantia, serão observadas regras e parâmetros previstos na Nota Técnica nº 1/2024/UERN PROAD ASSESSORIA/UERN PROAD/UERN REITORIA, Id. 27540073:
 - V garantia da contratação: tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, podendo ser prestada nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, ou, fiança bancária, conforme caso, conforme disciplinado nos artigos 6º, LIV, 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.
- 7.8.2. Podem ser utilizadas demais regras e procedimentos previstos nas minutas de Termo de Referência da AGU a respeito destes tópicos, desde que não conflitem com os parâmetros da Nota Técnica mencionada acima.
- 7.8.3. Neste sentido, esta Diretoria opina, além dos elementos usuais previstos nos modelos apresentados pela AGU, pela exigência de Garantia Contratual no valor de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, podendo a empresa escolher entre as alternativas disponibilizadas pela lei, mediante a seguinte justificativa:

A exigência de prestação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato justifica-se pela natureza essencial e contínua do serviço de vigilância, que é diretamente ligado à segurança patrimonial e à integridade física de servidores, discentes, colaboradores e da comunidade em geral

A adoção da garantia contratual tem como finalidade:

- a) Resguardar a Administração Pública contra riscos de inadimplemento contratual, como paralisação dos serviços, descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e de fornecimento de benefícios;
- b) Assegurar o cumprimento das cláusulas contratuais, em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Proteger a continuidade da prestação do serviço essencial, visto que a interrupção ou execução inadequada poderia comprometer a segurança dos campi da Universidade;
- d) Minimizar riscos financeiros e jurídicos para a Administração, garantindo que haja recursos para eventual recomposição de prejuízos.

O percentual de 5% foi fixado por se tratar de valor razoável e proporcional ao risco do objeto, atendendo ao princípio da proporcionalidade, sendo suficiente para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada sem inviabilizar a competitividade do certame. 7.9. Vistoria

- 7.9.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá optar por realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, por e-mail, junto à Diretoria de Administração e Serviços – DAS/PROAD (diradm@uern.br - Campus Central Mossoró), Campus Avançado de Patu (patu@uern.br - CAP), Campus Avançado de Assu (governanca.assu@uern.br - CAA), Campus Avançado de Caicó (caico@uern.br - CAC), Campus Avançado de Pau dos Ferros (secretaria.pferros@uern.br - CAPF), Campus Avançado de Natal (governança,natal@uern.br - CAN), podendo sua realização ser comprovada por:
 - I Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP № 05/2017;
- II Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com esta entidade.
 - 7.9.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.9.3. Será realizado agendamento, disponibilizando data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
 - 7.9.4. As informações relativas ao objeto da licitação serão publicizadas eletronicamente via internet aos licitantes nos meios devidos, pelo setor responsável pela licitação.
- 7.9.5. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.9.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
 - 7.9.7. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.10. Critérios de medição e pagamento

Instrumento de Medição

Mecanismo de Cálculo

Periodicidade

Forma de Acompanhamento

Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato.

Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados

Será aplicada a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso

7.10.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual servirá para a aferição/medição da qualidade do serviço, com impacto no faturamento mensal, com base nos serviços fornecidos e com base no resultado, conforme as seguintes diretrizes, no que couber:

Tabela A - Indicadores e Parâmetros de qualidade

- I Medição pela quantidade mensal, na razão de trinta dias e/ou dias efetivamente trabalhados, na medida da comprovação do fornecimento de materiais e de mão de obra relacionados ao serviços;
- II Medição pela qualidade mensal do serviço, obtida através da soma das pontuações parametrizadas de indicadores previamente definidos, conforme tabelas A e B, apresentadas abaixo:

INDICADOR № 01 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS **Finalidade** Garantir a adequada execução dos serviços contratados, assegurando a qualidade, a continuidade e a eficiência das atividades. Meta a Cumprir 100% de qualidade na execução dos serviços contratados. Instrumento de Medição Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato. Forma de Acompanhamento Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados. Periodicidade Mecanismo de Cálculo Será aplicada a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso Início da Vigência Prazo estabelecido contratualmente. Falha em registro de controle de chaves e entrada e saída de garagem 0,5 ponto Falta de registro de ocorrência em livro de ocorrências 0,5 ponto Ausência comunicação do responsável da empresa junto à fiscalização do contrato de ocorrência, para registro, ciência e eventuais providências 1,0 ponto Permissão de acesso em horários não habituais a repartição, sem prévia comunicação do setor interessado 1,5 pontos Permissão de acesso a local de pessoa estranha a repartição, sem prévia comunicação do setor interessado 2,0 pontos Serviço/Ocorrência/Pontuação VIGILÂNCIA Ausência de comunicação junto à Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros em caso de flagrante aplicável 2,0 pontos Satisfação do usuário (caso haja instrumento) 2,0 pontos Sumiço de chave de porta, portão, cadeado ou de veículo, deixada sob sua guarda 2,0 pontos Furto ou sumiço de equipamento 5,0 pontos Roubo 5,0 pontos 20.0 pontos Suspensão do serviço Faixas de ajustes no pagamento | Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços Observações A pontuação será zerada para o mês seguinte. INDICADOR № 02 - FUNCIONÁRIOS Finalidade Garantir a quantidade de funcionários necessários à plena execução dos serviços e conduta compatível com o objeto e local da prestação de serviços Meta a Cumprir 100% da presença dos funcionários e atendimento à conduta e demais condições previstas no contrato.

Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada.

09/2025, 18:13		SEI/SEAD - 36657844 - Estudo Técnico Preliminar da Contratação				
nício da Vigência	Prazo estabel	ecido contratualmente.				
		Aglomeração de dois ou mais vigilantes em um setor/prédio/área de atuação, sem prévia solicitação da UERN	0,5 ponto			
		Falta de polidez e presteza no atendimento ao público usuário	1,0 ponto			
		Vigilante flagrado usando celular para fins pessoais, sem prévia comunicação à empresa	1,0 ponto			
		Ausência do vigilante no posto	1,5 pontos			
erviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Permissão de prática de ato de violência física praticada por terceiros	2,0 pontos			
.,,		Vigilante flagrado dormindo no posto	10,0 pontos			
		Uso de violência física ou verbal contra público usuário	10,0 pontos			
		Uso de arma de fogo em serviço sem autorização formal da Uern	10,0 pontos			
		Assédio Asidonte de trabalho esasionado por podigência da CONTRATADA	15,0 pontos			
aixas de ajustes no pagamento	Serão registra	Acidente de trabalho ocasionado por negligência da CONTRATADA das as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de d	15,0 pontos			
aixas de ajustes no pagamento		unas as ocorrencias constatadas e a somatoria dos pontos acumulados, pelo fiscar do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, como me tabela de c Imulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	iesconios.			
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.					
Onscivações	A pontuação será zerada para o mês seguinte.					
		INDICADOR № 03 - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI				
inalidade	Assegurar que	e todos os funcionários utilizem uniformes adequados e possuam os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para a execução segura e padr	onizada dos servicos contratados.			
leta a Cumprir						
estrumento de Medição	100% dos funcionários devidamente uniformizados e equipados com os EPIs obrigatórios. Perietros de fiscalização, verificaçãos in loca, reclamações formais de usuários e carvidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais potificações emitidas à contratada.					
orma de Acompanhamento	Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada. Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato.					
eriodicidade		n aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados.				
lecanismo de Cálculo		a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.				
ício da Vigência		ecido contratualmente.				
-		Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR.	2,5 pontos			
		Deixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade tenha sido recusada	2,5 pontos			
erviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Não utilização do uniforme; uso de uniforme incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa	2,5 pontos			
		Falta de fornecimento completo de equipamentos de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR	2,5 pontos			
		Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI de colaborador	2,5 pontos			
aixas de ajustes no pagamento	Serão registra	das as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de d	lescontos.			
	Os pontos acu	umulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.				
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.					
	A pontuação s	será zerada para o mês seguinte.				
		INDICADOR № 04 – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS				
inalidade	Garantir a qua	antidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços.				
Neta a Cumprir	100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição.					
nstrumento de Medição	Registros de f	iscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitida	s à contratada.			
orma de Acompanhamento	Monitoramen	ito diário pela fiscalização técnica do contrato.				
Periodicidade	Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados.					
lecanismo de Cálculo	Será aplicada	a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.				
nício da Vigência	Prazo estabel	ecido contratualmente.				
		Atraso no fornecimento das materiais/equipamentos, conforme condições previstas em Edital, necessários à execução dos serviços	2,5 pontos			
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Atraso na substituição dos materiais/equipamentos que tenham sido danificados durante seu uso	2,5 pontos			
		Entrega de material em quantidade inferior ao estipulado no Termo de Referência	2,5 pontos			
		Não substituição de materiais/equipamentos em desconformidade com a qualidade especificada no Termo de Referência	2,5 pontos			
aixas de ajustes no pagamento		das as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de d	lescontos.			
		umulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.				
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.					
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.					
INDICADOR № 05	- DESCUMPRI	MENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS E OUTRAS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS À FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (PREENCHIMENTO EXCL	USIVO DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA)			
inalidade	Assegurar que	e a empresa contratada cumpra integralmente suas obrigações fiscais e trabalhistas, garantindo a regularidade dos pagamentos e recolhimentos devidos a	os trabalhadores e órgãos competentes.			
leta a Cumprir	Manter a regu	ularidade das obrigações fiscais e trabalhistas durante toda a execução do contrato, sem ocorrência de atrasos ou pendências.				
nstrumento de Medição	Registros de f	iscalização, verificação documental, registros de reclamações formais de trabalhadores ou entidades representativas.				
orma de Acompanhamento	Monitoramen	ito contínuo pela fiscalização administrativa, por meio da análise de documentos apresentados pela contratada, fiscalização direta do contrato e registros f	formais de reclamações.			
eriodicidade		análise sempre que houver denúncia ou indício de descumprimento.	<u> </u>			
lecanismo de Cálculo	-	a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.				
ício da Vigência	Prazo estabel	ecido contratualmente.				
		Atraso na entrega da documentação mensal	0,5 ponto			
		Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE	0,5 ponto			
Serviço/Ocorrência/Pontuação		Não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados	0,5 ponto			
	VIGILÂNCIA	Ameaças públicas ou reservadas do sindicato sobre possível paralisação do serviço motivada por descumprimentos trabalhistas da empresa	2,5 pontos			
		Certidões fiscais vencidas	2,5 pontos			
		Atraso na realização dos cursos de capacitação/reciclagem	5,0 pontos			
		Atraso no recolhimento de FGTS, INSS dos trabalhadores	10,0 pontos			
		Atraso no pagamento de benefícios previstos em convenção coletiva para os trabalhadores	10,0 pontos			
		Atraso salarial dos trabalhadores	20,0 pontos			
aixas de ajustes no pagamento	Serão registra	das as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de d	lescontos.			
	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.					
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.					
Observações	O acúmulo de	e pontos e mensar, sendo apricado o desconto relativo as ocorrencias do mes de prestação de serviços.				

Tabela B - Impacto dos indicadores na mensuração das faturas mensais

DESCONTOS					
Pontos	Medida				
Até 2,0	Não haverá desconto				
2,1 a 5,0	0,1% de desconto sobre o valor mensal faturado				
5,1 a 10,0	0,2% de desconto sobre o valor mensal faturado				
10,1 a 15,0	0,3% de desconto sobre o valor mensal faturado				
15,1 a 20,0	0,5% de desconto sobre o valor mensal faturado				
20,1 a 25,0	0,7% de desconto sobre o valor mensal faturado				
Acima de 25,1	1,0% de desconto sobre o valor mensal faturado				
OBSERVAÇÕES	Condutas reincidentes no decorrer do contrato ou casos de acúmulo acima de 25,1 (vinte e cinco vírgula um) pontos em meses consecutivos devem ser avaliadas pela gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.				

- 7.10.2. A avaliação da qualidade de prestação será feita pela equipe de fiscalização técnica e setorial de cada *Campi* e pela fiscalização administrativa (no indicador que lhe compete), de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.
 - 7.10.3. A nota final da avaliação ficará demonstrada em um único instrumento de medição de qualidade consolidado.

A pontuação será zerada para o mês seguinte.

- 7.10.4. O resultado da avaliação incidirá sobre as faturas mensais da mão de obra, sendo estes pagamentos proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas, observando-se os indicadores acima mencionados.
- 7.10.5. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.10.6. Antes de encaminhar a respectiva fatura mensal ao Gestor de Contrato, para atesto, a fiscalização técnica/administrativa do contrato irá preencher Instrumento de Medição de Resultados, denominado IMR, informando a pontuação de cada indicador pré-determinado, seguindo o modelo sugerido no documento, Id. 33082378.
- 7.10.7. Tanto os indicadores (incluindo as pontuações), quanto o modelo de IMR poderão ser objeto de revisão e alteração, com inclusão ou supressão de itens, de modo unilateral, no interesse da FUERN, desde que sejam considerados pertinentes para a melhor avaliação da qualidade do serviço.
- 7.10.8. A alteração dos itens constantes no IMR não será objeto de aditivo contratual, devendo apenas ser informado à CONTRATADA, na medida do que for efetivamente alterado, sendo tais alterações efetivadas no mês
- seguinte, para fins de medição.
 7.10.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico/administrativo, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 7.10.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores (25,1 pontos), além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato.

- 7.10.11. O IMR não impede o faturamento. Caso ele não seja concluído a tempo no mês de referência, os seus efeitos poderão ser aplicado em faturas subsequentes.
- 7.10.12. Os descontos serão aplicados em todas as notas fiscais/faturas emitidas pela empresa considerando que a avaliação da qualidade de prestação do serviço, apesar de ser realizada por cada campi, é depois consolidada de forma global para uniformizar os referidos descontos.

7.11. Do recebimento provisório e definitivo do objeto

- 7.11.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços.
- 7.11.2. Ao fechamento de cada mês, para fins de faturamento, a CONTRATADA deve emitir documentação comprobatória à fiscalização do contrato, para recebimento provisório, e posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, a qual deverá diligenciar junto à CONTRATADA eventuais inconformidades e incorreções, para imediata adequação, devendo, ao final da análise, dar visto e encaminhar documentação ao gestor do contrato, para recebimento definitivo.
- 7.11.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades que forem consideradas cabíveis.
- 7.11.4. Antes de emitir a Nota Fiscal, para fins de comprovação dos serviços, controle, acompanhamento, conferência, recebimento e autorização de faturamento pela fiscalização, a CONTRATADA deve apresentar, de forma mensal documentação listada abaixo:
- a) Relação atualizada dos funcionários no mês da prestação de serviços, através de planilha, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo do empregado, CPF, CTPS, função exercida, local de lotação, dias efetivamente trabalhados, dados bancários, diárias, horas extras, férias, licenças, faltas, ocorrências, entre outras a serem exigidas pela fiscalização;
 - b) Relatório descritivo/analítico da folha de pagamento do mês da prestação de serviço, com listagem nominal dos empregados alocados na execução dos serviços contratados e detalhamento dos contrachegues:
- c) Relatório de controle de rondas/patrulhas realizadas (motorizadas e a pé) informando, além do quantitativo de rondas realizadas por turno, a quilometragem percorrida por motocicleta, como também o número de toques nos buttons, estrategicamente localizados, contendo os respectivos horários. O referido relatório poderá ser extraído de software de monitoramento.
 - d) Comprovantes de frequência dos trabalhadores;
 - e) Comprovantes de pagamento salários e benefícios, bem como quaisquer outras obrigações definidas em lei, convenção coletiva acordo coletivo ou sentenças normativas, do mês de prestação dos serviços;
- f) Demonstrativos e respectivos comprovantes de pagamentos relativos ao FGTS e Previdência Social, referentes ao mês de prestação do serviço. Caso os prazos de pagamento de INSS e FGTS do mês de referência ainda não tiverem vencido, aceita-se a comprovação da última competência vencida.
 - 7.11.5. A CONTRATADA deve apresentar os relatórios e seus respectivos comprovantes até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao último dia do mês de execução dos serviços para recebimento provisório do objeto.
- 7.11.6. A CONTRATADA se responsabiliza pela exatidão das informações prestadas e por elaborar, juntar e organizar os relatórios e toda a documentação comprobatória necessária, não podendo, ao longo da prestação do serviço, extrapolar os limites previstos em contrato.
- 7.11.7. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de solicitar quaisquer adequações nos relatórios e documentação comprobatória, que forem necessárias à transparência e à conferência dos serviços prestados, que devem ser realizadas no prazo de 5 (cinco) dias corridos.
 - 7.11.8. A cada correção/adequação necessária o prazo constante no item 17.13. retorna a estaca ZERO.
- 7.11.9. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.
 - 7.11.10. Não será aceita pela CONTRATANTE, para fins de faturamento, nenhuma fatura/nota fiscal sem os devidos relatórios e documentação comprobatória.
 - 7.11.11. A emissão de Nota Fiscal pela CONTRATADA somente poderá ser feita após autorização expressa da CONTRATANTE, a qual está condicionada à análise dos relatórios e respectivos comprovantes exigidos
- 7.11.12. Após conferida a documentação e resolvidas eventuais pendências, a fiscalização administrativa da CONTRATANTE remete os autos ao Gestor do Contrato, que analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso identifique irregularidades que impeçam o atesto da despesa, devolverá à fiscalização, para providências de correções junto ao fornecedor.
- 7.11.13. Resolvidas as pendências e conferida toda a documentação, o Gestor do Contrato autoriza a fiscalização administrativa a solicitar à CONTRATADA a emissão das Notas Fiscais, com valores proporcionais ao que foi efetivamente comprovado, incluindo análises quantitativas (relatórios de prestação de serviço) e qualitativas (instrumento de medição de resultados) da prestação do serviço.
- 7.11.14. A fiscalização administrativa remeterá comunicação a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado, com base na avaliação dos relatórios e Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto em até 20 (vinte) dias contados do recebimento provisório do objeto.
 - 7.11.15. As Notas Fiscais devem vir acompanhadas dos documentos abaixo:
 - a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - c) Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
 - 7.11.16. Após emitida a Nota Fiscal e havendo conformidade, a fiscalização administrativa junta as planilhas de controle de saldo de contrato e remete o faturamento para atesto pelo Gestor do Contrato.
- 7.11.17. A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da Administração do UERN/RN, não exime a CONTRATADA de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, e se a Administração julgar necessário deverá a mesma (CONTRATADA), corrigir falhas, sem que tal fato represente ou importe em ônus para a CONTRATANTE.
 - 7.11.18. O recebimento definitivo, concretizado com o atesto da Nota Fiscal, será realizado pelo Gestor do Contrato.
 - 7.11.19. Ressalvadas pendências e desconformidades documentais e comprobatórias por parte da empresa, o procedimento de análise, até o atesto da Nota Fiscal deve ser concluído em até 20 dias corridos.
 - 7.11.20. A cada pendência documental identificada pela fiscalização por culpa da empresa, o prazo de análise é retomado à estaca zero.
 - 7.11.21. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 7.11.22. Todos os fatos anormais, verificados no decorrer da entrega/execução do objeto contratado, deverão ter suas ocorrências registradas, pela equipe de fiscalização e gestão de contrato, no qual deverão ser registradas também as providências tomadas pela CONTRATADA.
 - 7.11.23. Caberá à CONTRATANTE rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue em desacordo com as especificações ou com irregularidades.
 - 7.11.24. A UERN, a seu critério e sempre que julgar necessário poderá designar pessoas devidamente qualificadas, para realizar verificações, testes ou inspeções que comprovem a perfeita execução dos serviços contratados.
- 7.11.25. Será considerada falta grave, motivo de rescisão, a constatação através de comprovada inspeção pela UERN, da falsidade de quaisquer informações (quantitativos de peças ou serviços) constantes no orçamento autorizado que não tenham sido efetivamente executados/empregados.
 - 7.11.26. As demais regras e procedimentos de recebimento devem seguir padrões estabelecidos nas minutas de Termo de Referência da AGU para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

7.12. Liquidação

Os prazos, regras e procedimentos de liquidação devem seguir padrões estabelecidos nas minutas de Termo de Referência da AGU para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. 7.13. Pagamento

Os prazos, regras e procedimentos de pagamento devem seguir padrões estabelecidos nas minutas de Termo de Referência da AGU para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. 7.14. Repactuação

Os prazos, regras e procedimentos de repactuação devem seguir padrões estabelecidos nas minutas de Termo de Referência da AGU para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

7.15. Conta-Depósito Vinculada

- 7.15.1. Considerando decreto estadual nº 33.782, de 15 de julho de 2024, deve-se garantir implantação de conta vinculada, bloqueada para movimentação, relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas, previstas em lei, normas e regulamentos aplicáveis.
- 7.15.2. A operacionalização da Conta Vinculada, seus limites de uso e seu funcionamento como um todo, devem atender Lei estadual nº 10.841, de 14 de janeiro de 2021, decreto estadual nº 33.782, de 15 de julho de 2024, bem como observar, no que couber e no que não conflitar com as regras estaduais, regras e procedimentos para Conta Vinculada estabelecidos nas minutas de Termo de Referência da AGU para serviços com dedicação exclusiva de mão de
- 7.15.3. Os editais licitatórios e os contratos de prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, formalizados pela Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, deverão conter cláusulas relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas conforme previsto no item 7.5.21.1.
- 7.15.4. Para a liberação parcial dos valores retidos, a empresa deve apresentar pedido formal ao órgão ou entidade contratante, mediante planilha eletrônica, acompanhada de documentos comprobatórios da ocorrência da situação que gere o pagamento das provisões, devidamente assinada pelo contador e pelo responsável pela empresa.
 - § 1º A planilha eletrônica deve conter os seguintes dados:
 - I Nome e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do empregado beneficiado;
 - II Período da vinculação do empregado na empresa;
 - III Período da vinculação do empregado no órgão ou entidade contratante;
 - IV Base salarial que alicerça o montante a ser liberado, por empregado e somatório;
 - V Memória de cálculo individualizada por tipo de provisão; e
 - VI Montante a ser liberado
- § 2º Para a movimentação da conta vinculada, em qualquer que seja o tempo de serviço prestado pelo empregado, a empresa deverá apresentar documento comprobatório dos cálculos dos valores a que o trabalhador faça jus, devidamente assinado pelo profissional responsável pelo cálculo, pelo empregador e pelo empregado.
 - § 3º O órgão ou entidade contratante poderá requerer, a seu critério, outros dados e informações à contratada.
- § 4º Na hipótese de o empregado deixar de prestar serviços ao órgão ou entidade contratante, ainda que permaneça vinculado à empresa contratada, as provisões serão liberadas proporcionalmente ao tempo que tenha prestado serviços ao órgão ou entidade contratante, quando da ocorrência do fato gerador para a liberação das provisões.
- 7.15.5. Quando do encerramento do contrato, o saldo da conta vinculada somente será liberado à empresa contratada mediante apresentação da autorização do órgão ou entidade contratante, além da documentação indicada no item 7.15.4
- § 1º Para a liberação do saldo da conta vinculada a empresa deverá, obrigatoriamente, comprovar a quitação de todas as provisões objeto deste Decreto e apresentar declaração formal do Sindicato da Categoria correspondente aos serviços contratados, que ateste a quitação de todos os direitos trabalhistas.
- § 2º Na ausência de declaração indicada no parágrafo anterior deverá ser juntado, pela contratada, documento comprobatório de comunicação ao Sindicato com prova de recebimento, para fins de verificação da ocorrência da previsão contida no art. 13 da Lei Estadual nº 10.841, de 2021.
- § 3º O órgão contratante entenderá como aceitação tácita da quitação de todos os direitos trabalhistas quando o Sindicato não se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de encerramento do contrato de trabalho.

- § 4º O órgão ou entidade contratante terá prazo de 48h (quarenta e oito horas) para liberar o saldo dos recursos provisionados na respectiva conta vinculada da empresa contratada, contado da apresentação dos documentos exigidos no § 1º deste artigo ou do decurso do prazo para manifestação do Sindicato.
- 7.15.6. Serão considerados os seguintes percentuais para fins de retenção de acordo com o caderno de logística CONTA VINCULADA (Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017):
 - I 8,33% para 13º décimo terceiro salário;
 - II 12,10% para férias e 1/3 constitucional;
 - III 5,00% para multa sobre o FGTS;
 - IV 7,39%, 7,60% ou 7,82% para os encargos incidentes sobre o pagamento de férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário considerando o grau de risco SAT/GIIL-RAT.

7.16. Infrações e sanções administrativas

- 7.16.1. De acordo com o Art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será responsabilizado administrativamente o licitante ou contratado pelas seguintes infrações:
- I dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III dar causa à inexecução total do contrato;
- IV deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.16.2. De acordo com o Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- I advertência;
- II multa;
- III impedimento de licitar e contratar;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- $V-a\ implantação\ ou\ o\ aperfeiçoamento\ de\ programa\ de\ integridade,\ conforme\ normas\ e\ orientações\ dos\ órgãos\ de\ controle.$
- 7.16.4. Especificamente, serão aplicadas as sanções administrativamente de acordo com tabela abaixo elaborada com base na Lei nº 14.133/2021:

GRUPO	Infração cometida	Sanção aplicada
А	1. dar causa à inexecução parcial do contrato: 1.1. atraso na entrega/substituição de uniformes e equipamentos/EPIs; 1.2. atraso na entrega da documentação mensal; 1.3. atraso na realização dos cursos de capacitação/reciclagem; 1.4. falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE; 1.5. descaracterização da prestação de mão de obra exclusiva; 1.6. conduta inadequada dos colaboradores na prestação do serviço; 1.7. não manter os contatos de comunicação (<i>e-mail</i> e telefone) atualizados; 1.8. outras que derem causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência
В	1. dar causa à inexecução parcial do contrato: 1.1. atraso na entrega/substituição de uniformes e equipamentos/EPIs; 1.2. atraso ou falta da entrega da documentação mensal; 1.3. atraso e/ou falta de realização dos cursos de capacitação/reciclagem; 1.4. falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE; 1.5. descaracterização da prestação de mão de obra exclusiva; 1.6. conduta inadequada dos colaboradores na prestação do serviço; 1.7. não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados; 1.8. outras que derem causa à inexecução parcial do contrato.	Multa de 1% sobre 1/12 avos do valor global da contração em caso de reincidência no mês que ocorrer o fato
С	 pagamento de salários e benefícios em desacordo com a convenção coletiva de trabalho da categoria; atraso e/ou falta de pagamento de salário e benefícios; atraso ou falta de pagamento/depósitos referentes ao FGTS e INSS. 	Multa de 3% sobre 1/12 avos do valor global da contração no mês que ocorrer o fato
D	1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 2. dar causa à inexecução total do contrato; 3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame; 4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; 7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; 8. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 10. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; 11. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Multa de 5% do valor da contratação
E	1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 2. dar causa à inexecução total do contrato; 3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame; 4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos
F	 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013. 	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
G	 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. 	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar ou contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

- 7.16.5. Entende-se como inexecução parcial do contrato o atraso/falta da prestação do serviço como também o descumprimento das demais cláusulas contratuais que não se enquadrem em outras infrações.
- 7.16.6. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 7.16.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.
- 7.16.8. Os demais atos referentes às irregularidades, prazos, impugnações, pedidos de esclarecimentos e dos recursos serão regidos pela Lei nº 14.133.2021.
- 7.16.9. Os descontos serão aplicados em todas as notas fiscais/faturas emitidas pela empresa nas hipóteses previstas nos grupos B e C.
- 7.16.10. O desconto referente ao grupo D será executado de acordo com a conveniência, podendo ser aplicado em todas as notas fiscais/faturas emitidas pela empresa caso exista.

7.17. Forma e critérios de seleção do fornecedor e regime de execução

- 7.17.1. Para fins de participação no processo, a licitante deverá atender ao que segue:
- I Apresentar o Alvará de Funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, no caso da função/serviço que for exigível, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20.06.83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e Portaria/DPF/MJ nº 387, de 28/08/2006;

- II Apresentar o documento referente à Renovação/Revisão do Alvará de Funcionamento da empresa na atividade objeto deste Termo de Referência em plena validade, conforme determina a Portaria nº 387/DPF/MJ de 28/08/2006;
 - III Ser empresa que tenha descrito em sua atividade econômica principal ou secundária códigos relacionados a atividade de vigilância e segurança privada; outras atividades de serviços de segurança;
 - IV Possuir Certificado de Segurança Válido do registro da atividade, emitido pela Polícia Federal, conforme Portaria 3.233/2012 da MJ-DPF;
 - V Publicação da autorização para a execução da atividade no Diário Oficial da União, nos termos da Portaria 3.233/2012 do MJ-DPF;
 - VI Apresentar o Certificado de Regularidade ou documento equivalente emitido por órgão estatal competente, autorizando o funcionamento da empresa no âmbito do Rio Grande do Norte;
 - VII Possuir atestado de capacidade técnica emitido por empresa pública ou privada para o qual tenha prestado serviço compatível à proposta da licitação;
 - VIII A empresa deve comprovar que prestou ou já presta por, no mínimo, 12 (doze) meses, o serviço de vigilância junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - IX Poderá ser solicitado, se necessário, a comprovação da origem do atestado apresentado.
 - X Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato, obrigatório para o provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- XI O início da execução do contrato deve ocorrer na data informada no contrato ou em documento que autorize o início da execução, reservando-se à contratada o prazo mínimo de até 05 (cinco) dias entre o recebimento do documento que a autorize e o da execução.

Parágrafo único: Para assegurar a prestação contínua e indireta dos serviços de vigilância e vigilância motorizada, preventiva e contínua, com fornecimento de mão de obra e regime de dedicação exclusiva, equipamentos de EPIs e equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, a serem executados nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal e garantir a qualidade e eficiência na execução desses serviços, estabelecemos os critérios de qualificação técnica e econômico-financeira.

7.17.2. Em relação a habilitação econômico-financeira a ser incluída no Termo de Referência e Edital será restrita à apresentação de:

- I Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
 - II Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- III Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e,
 - IV Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.
- §2º. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
 - §3º. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
 - §4º. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao Sped.

7.17.3. Em relação a habilitação técnica

- 7.17.3.1. Para fins de participação no processo, a licitante deverá atender ao que segue:
- I Apresentar o Alvará de Funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, no caso da função/serviço que for exigível, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20.06.83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e Portaria/DPF/MJ nº 387, de 28/08/2006;
- II Apresentar o documento referente à Renovação/Revisão do Alvará de Funcionamento da empresa na atividade objeto deste Estudo Técnico Preliminar em plena validade, conforme determina a Portaria nº 387/DPF/MJ de 28/08/2006;
 - III Ser empresa que tenha descrito em sua atividade econômica principal ou secundária códigos relacionados a atividade de vigilância e segurança privada; outras atividades de serviços de segurança;
 - IV Possuir Certificado de Segurança Válido do registro da atividade, emitido pela Polícia Federal, conforme Portaria 3.233/2012 da MJ-DPF;
 - V Publicação da autorização para a execução da atividade no Diário Oficial da União, nos termos da Portaria 3.233/2012 do MJ-DPF;
 - VI Apresentar o Certificado de Regularidade ou documento equivalente emitido por órgão estatal competente, autorizando o funcionamento da empresa no âmbito do Rio Grande do Norte;
 - VII Possuir atestado de capacidade técnica emitido por empresa pública ou privada para o qual tenha prestado serviço compatível à proposta da licitação;
- a) O atestado de capacidade técnica deverá ser emitido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, devendo referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
 - b) Poderá ser solicitado, se necessário, a comprovação da origem do atestado apresentado.
 - c) A empresa deve comprovar que prestou ou já presta por, no mínimo, 12 (doze) meses, o serviço de vigilância junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- d) O atestado de capacidade técnica é crucial para assegurar que a empresa possui experiência comprovada na execução de serviços semelhantes aos que serão contratados. A comprovação de experiência anterior reduz os riscos de problemas operacionais e garante que a empresa possui o conhecimento e a competência necessários para realizar os serviços com a qualidade e eficiência esperadas.
 - VIII Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato, obrigatório para o provisoriamente classificado em primeiro lugar.

Parágrafo único: Estes critérios de qualificação técnica e econômico-financeira foram definidos com base na necessidade de garantir a contratação de uma empresa capacitada, que possua não apenas a expertise técnica necessária, mas também a solidez financeira para cumprir com as obrigações contratuais de forma contínua e eficiente, conforme previsto no art. 18, IX da Lei 14.133/2021.

7.17.4. Regime de execução

7.17.4.1. O regime de execução será o de empreitada por preço global conforme previsto no artigo 6º, Inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021.

8. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na Lei 14.133/2021.

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

(...)

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado... (LEI 14.133).

O objeto em questão refere-se à contratação de serviços de vigilância e vigilância motorizada desarmadas, de natureza contínua e essencial à segurança patrimonial e pessoal da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

O parcelamento do objeto não se mostra viável em razão dos seguintes aspectos:

- a) Unidade técnica do objeto O serviço de vigilância exige padronização de procedimentos operacionais, de supervisão e de controle, a fim de garantir a efetividade da segurança em todos os campi da Instituição. O fracionamento poderia comprometer a eficiência, gerando discrepâncias de condutas entre empresas distintas.
- b) Responsabilidade contratual A centralização da execução em uma única empresa assegura a responsabilização integral por eventuais falhas, atrasos ou descumprimentos de obrigações trabalhistas, previdenciárias e contratuais. O parcelamento poderia dispersar responsabilidades e dificultar a aplicação de sanções.

 c) Economia de escala A contratação unificada permite obter melhores condições econômicas em virtude da otimização de custos operacionais e administrativos, o que poderia
- não ocorrer caso houvesse múltiplos contratos.

 d) Gestão e fiscalização contratual A existência de um único contrato facilita o acompanhamento e a fiscalização, reduzindo a complexidade administrativa. O fracionamento aumentaria a necessidade de fiscais específicos e de maior aparato de controle, onerando a Administração.
- e) Continuidade do serviço O serviço de vigilância tem caráter contínuo e não admite descontinuidade. A contratação de uma única empresa mitiga riscos de paralisação parcial em razão de conflitos operacionais ou de gestão entre empresas diferentes.

Contudo, em razão da grande possibilidade de se obter economia na contratação, esta licitação deverá ser realizada em único grupo, contemplando todas unidades/cidades/campi da UERN.

Para o objeto em tela, por se tratar de serviço essencial de natureza continuada, cujo objetivo maior é a preservação da integridade do patrimônio público, sujeito a ataques de vândalos, invasores ou outras intenções desconhecidas de terceiros, a administração demanda da sua vigilância patrimonial.

Portanto, a solução converge para o não parcelamento, ou seja, a contratação de todos os itens do grupo único, podendo variar no quantitativo inicialmente apurado neste estudo, preservando a eficiência, a economicidade, a responsabilidade contratual e segurança institucional.

9. Benefícios e Resultados Esperados

9.1. Benefícios

Inicialmente, cabe destacar que a terceirização de serviços é uma opção viável quando o órgão está impedido de realizar concurso público para contratação de servidores para desempenhar um cargo específico.

Quando a contratação de uma empresa é antecedida de licitação, ocorre que existe uma alta possibilidade de a Administração obter economia na contratação já que existirá uma disputa entre os fornecedores na fase de lances podendo reduzir os preços em valores significativos.

Neste sentido, a presente licitação objetiva uma contratação para 24 (vinte e quatro) meses, deixando o objeto mais interessante e atrativo aos potenciais interessados, bem como a perspectiva em a administração atingir maiores ganhos de economia e escala.

Em relação ao capital humano, o pouco ou quase ausência de pessoal do quadro próprio de servidores para o cargo de vigilante e a terceirização do serviço, onera a administração com a necessidade de dispor fiscal(is) de contrato, fiscal(is) administrativo(s) e gestor(es) de contrato, conforme o caso, para o gerenciamento e fiscalização do contrato.

Por mais que a função de fiscal de contrato seja uma atribuição extra para o servidor, é notório que um mesmo servidor, auxiliado de um fiscal administrativo e um fiscal setorial, todos devidamente capacitados, conseguem fiscalizar um contrato de prestação de serviços de maneira eficiente, dispensando a necessidade de se demandar outros servidores para fiscalizar o

contrato

Em relação a disponibilização de materiais, estes estão previstos na Planilha de Custos e Formação de Preços, elencando-se os essenciais e necessários para a execução.

9.2. Resultados

- a) Oferecer segurança e proteção ao patrimônio móvel e imóvel da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN;
- b) Apoiar atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas em setores diversos;
- c) Desenvolver atribuições de pouca complexidade, condizentes com a função a qual foi contratada;
- d) Desenvolver atividades de apoio, acessórias na consecução dos objetivos da Universidade de ensino, pesquisa e extensão;
- e) Atendimento à comunidade acadêmica e servidores da UERN;
- f) Garantir a melhoria efetiva da qualidade de vida para que as atividades acadêmicas/administrativas de ensino, pesquisa e extensão seja prestada de forma efetiva;
- g) Melhor aproveitamento dos recursos humanos.

10. Providências a serem Adotadas pela Administração

Em relação às adequações nos ambientes do órgão, inicialmente:

- a) Definição e estabelecimento do perímetro do Campus Central Mossoró;
- b) Análise e estudo das fragilidades de segurança nos locais limítrofes ao perímetro do Campus Central e Campi Avançados;
- c) Estudo da viabilidade da implantação de cercamento eletrônico no Campus Central e demais Campi Avançados;
- d) Adequação, instalação ou construção de guaritas com condições adequadas de trabalho ao vigilante e demais demandas necessárias;
- e) Capacitação/treinamento aos fiscais técnicos e/ou técnico setorial e administrativos, bem como o gestor do contrato em cada unidade, se for o caso.
- A administração deverá realizar o processo licitatório conforme a Lei 14.133/2021, elaborar o Termo de Referência, publicar o Edital e acompanhar a execução do contrato.

11. Descrição de Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços de vigilância e vigilância motorizada, podem causar impactos ambientais negativos. Entretanto, existem medidas que, ao serem aplicadas, diminuem esses impactos.

11.1. Potenciais impactos ambientais e as medidas para reduzi-los

- 11.1.1. Serviços de Vigilância e Vigilância Motorizada
- a) Usar sistemas de iluminação eficientes, como LEDs, nos postos de vigilância e áreas monitoradas, para reduzir o consumo de energia;
- b) Escolher produtos e equipamentos com embalagens recicláveis ou reutilizáveis e promover o descarte responsável de resíduos;
- c) Garantir que os funcionários de vigilância tenham condições de trabalho seguras, saudáveis e justas. Isso inclui salários adequados, benefícios e oportunidades de desenvolvimento profissional;
 - d) Para serviços que envolvem deslocamentos (como patrulhas a pé), otimizar rotas para reduzir o consumo de energia e minimizar o impacto ambiental;
 - e) Oferecer treinamento regular em práticas sustentáveis e de segurança para todos os funcionários;
 - f) Priorizar o uso de motocicletas com baixos níveis de emissão, como modelos mais novos que atendam a padrões ambientais rigorosos ou veículos elétricos, se disponíveis;
 - g) Garantir que as motocicletas sejam mantidas em bom estado para minimizar emissões e consumo de combustível;
 - h) Adotar práticas que reduzam o consumo de combustível, como otimização das rotas de patrulhamento e monitoramento contínuo para evitar deslocamentos desnecessários;
 - i) Oferecer treinamento para condutores sobre técnicas de condução econômica, que podem reduzir o consumo de combustível e emissões;
 - j) Optar por uniformes e equipamentos fabricados com materiais sustentáveis ou reciclados, quando possível;
 - k) Implementar programas de reciclagem e reuso para equipamentos de vigilância e materiais relacionados;
 - l) Reduzir o uso de papel por meio da implementação de sistemas de documentação digital e relatórios eletrônicos;
 - m) Planejar as rotas de patrulhamento para otimizar a cobertura e minimizar deslocamentos desnecessários, reduzindo o impacto ambiental;
 - n) Investir em treinamentos para a equipe, promovendo práticas de segurança e sustentabilidade;
 - o) Preferir empresas de vigilância que possuam certificações ambientais, como ISO 14001, que garantem que elas seguem práticas de gestão ambiental eficazes;
 - p) Assegurar que as práticas da empresa estejam em conformidade com as regulamentações ambientais locais e nacionais;
 - q) Incentivar a empresa de vigilância a participar de programas comunitários de conscientização ambiental e sustentabilidade;
 - r) Incorporar $\it feedback$ da comunidade sobre a eficiência e impacto ambiental dos serviços prestados;
 - s) Exigir relatórios periódicos sobre o desempenho ambiental e a eficácia das práticas sustentáveis adotadas pela empresa de vigilância;
 - t) Realizar auditorias para garantir que as práticas de sustentabilidade estejam sendo seguidas e identificar áreas para melhorias.

12. Contratações Correlatas ou Interdependentes

Contratações correlatas são aqui entendidas como aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

Já as contratações interdependentes são aqui entendidas como aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

Diante disso, vislumbra-se, conforme a realidade do Campus Central e de cada Campi participante deste Estudo Técnico, a contratação correlata para o seguinte:

Serviço de Monitoramento por Imagem (Monitoramento através de circuito fechado de TV).

13. Declaração da Viabilidade ou não da Contratação

A contratação pretendida mostra-se viável, atendendo adequadamente às demandas da UERN, o fornecimento dos serviços aqui descritos são necessários e indispensáveis para o funcionamento da instituição, pelo que recomendamos viável a contratação, obedecendo o regramento legal.

Com base neste Estudo Técnico Preliminar, o qual levou em consideração a essencialidade da prestação do serviço e a crescente demanda da UERN no seu processo de expansão, entendemos ser RAZOÁVEL e VIÁVEL a contratação da solução demandada.

Ressalte-se ainda que a contratação em tela é IMPRESCINDÍVEL para que não ocorra descontinuidade dos serviços e comprometimento das missões.

14. Responsabilidade pela Elaboração e Conteúdo do Documento

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares desta unidade demandante e que o mesmo traz os conteúdos, conforme diretrizes estabelecidas pela Universidade.

Tannara Fontes Amorim Cavalcante
Diretora Administrativa
Matrícula nº 11.044-2

Diego Allan Pinto de Abreu Técnico Administrativo Matrícula nº 08.221-0



Documento assinado eletronicamente por Diego Allan Pinto de Abreu, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade, em 25/09/2025, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por Tannara Fontes Amorim, Diretor(a) da Unidade, em 25/09/2025, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 36657844 e o código CRC F8F5619C.

Referência: Processo nº 04410035.001461/2025-42 SEI nº 36657844

Criado por diegopinto, versão 5 por diegopinto em 25/09/2025 13:30:56.

QUADRO RESUMO

CATSER 23647 - Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços confirmados de trabalho de 12 (doza) x 36 (direita eses plinas, com dedicação exclusiva de mão de bran e formecimento de materiales equipamentos, nas dependências do CAP - Campus Avançado de Patu. Posto 1	QUADRO RESUMO							Т.	
PatuRN P			Item	Unidade	Quantidade				
prestação de serviços continuados de vigilância desamnada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dos) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (tinta e ses) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materialisfequipamentos, nas dependências do CAP - Campus Avançado de Patu. CATSER 23507 - Contratação de pessos jurídica para prestação de serviços continuados de vigilancia desamnada dulurra, de segunda-feira a sábado, envolvendo 2 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de bôra e fornecimento de materialisfequipamentos, nas dependências do CAP - Campus Avançado de Patu. CATSER 23647 - Contratação de pessos jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desamnada diurra, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dos) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (tinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de de roba de obra e fornecimento de materialisfequipamentos, nas dependências do CAP - Campus Avançado de Assu. CATSER 23967 - Contratação de pessos jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desamnada noturra, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dos) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (tinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materialisfequipamentos, nas dependências do CAP - Campus Avançado de Assu. CATSER 23967 - Contratação de pessos jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desamnada noturra, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 ((dose) x 36 (tinta e seis) horas, controlação de vigilancia desamnada diura, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 (horas semanas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materias/equipamentos, nas dependências do CAA - Campus Avançado de Assu. CATSER 23847 - Contratação de pessos jurídica para prestação de serviços continuados de vigilancia desamn	1	Patu/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do	Posto	1	R\$ 12,54	6.56	R\$ 301,117.44	R\$ 301,117.44
Pestur Pestação de serviços continuados de vigilância desarmada diuma, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (µm) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra formecimento de materialis/equipamentos, nas dependências do CAP – Campus Avançado de Patu. Posto	2	Patu/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do	Posto	1	R\$ 13,69)2.38	R\$ 328,617.12	R\$ 328,617.12
CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diuma, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu. CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu. CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diuma, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 14 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu. CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diuma, de segunda-feira a esbado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 14 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu. TOTAL - ASSU/RN CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diuma, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois)	3	Patu/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAP – Campus Avançado de Patu.	Posto	1	R\$ 6,25	53.37	R\$ 150,080.88	R\$ 150,080.88
prestação de serviços contínuados de vigilância desarmada diuma, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu. CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada notuma, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu. CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diuma, de segunda-feira a admão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu. CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diuma, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu. TOTAL - ASSU/RN CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diuma, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois)			TOTAL - PATU/RN	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	3	R\$ 32,49	2.31	R\$ 779,815.44	R\$ 779,815.44
prestação de serviços continuados de vigilância desarmada notuma, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) Negilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (tirinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu. CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu. CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) Posto 1 R\$ 6,253.58 R\$ 150,085.92 R\$ 150,085.92 R\$ 150,085.92 R\$ 1409,595.36	4	Assu/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do	Posto	2	R\$ 12,54	6.98	R\$ 301,127.52	R\$ 602,255.04
prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu. TOTAL - ASSU/RN 5 R\$ 32,493.36 R\$ 779,840.64 R\$ 1,409,595.36 CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois)	5	Assu/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do	Posto	2	R\$ 13,69	92.80	R\$ 328,627.20	R\$ 657,254.40
CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois)	6	Assu/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu.	Posto	1	R\$ 6,25	i3.58	R\$ 150,085.92	R\$ 150,085.92
prestação de serviços contínuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois)			TOTAL - ASSU/RN		5	R\$ 32,49	3.36	R\$ 779,840.64	R\$ 1,409,595.36
7 Caicó/RN vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAC – Campus Avançado de Caicó.	7	Caicó/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do	Posto	3	R\$ 12,54	7.30	R\$ 301,135.20	R\$ 903,405.60
CATSER 23957 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAC — Campus Avançado de Caicó.	8	Caicó/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do	Posto	3	R\$ 13,69	93.12	R\$ 328,634.88	R\$ 985,904.64
CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAC – Campus Avançado de Caicó.	9	Caicó/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAC – Campus	Posto	1	R\$ 6,29	92.05	R\$ 151,009.20	R\$ 151,009.20
<u> </u>			TOTAL - CAICÓ/RN	1	7	R\$ 32,53	2 47	R\$ 780,779.28	R\$ 2,040,319.44

10 Pau dos Ferro	CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois)								
	ns/RN vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAPF – Campus Avançado de Pau dos Ferros.		2	R\$	12,546.98	R\$	301,127.52	R\$	602,255.04
11 Pau dos Ferro	CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAPF – Campus Avançado de Pau dos Ferros.		2	R\$	13,692.80	R\$	328,627.20	R\$	657,254.40
12 Pau dos Ferro	CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAPF – Campus Avançado de Pau dos Ferros.	Posto	1	R\$	6,253.58	R\$	150,085.92	R\$	150,085.92
	TOTAL - PAU DOS FERROS/RN	_	5	R\$	32,493.36	R\$	779,840.64	R\$	1,409,595.36
13 Natal/RN	CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN – Campus Avançado de Natal	l l	8	R\$	12,603.34	R\$	302,480.16	R\$	2,419,841.28
14 Natal/RN	CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN – Campus Avançado de Natal.		8	R\$	13,749.16	R\$	329,979.84	R\$	2,639,838.72
	TOTAL - NATAL/RN		16	R\$	26,352.50	R\$	632,460.00	R\$	5,059,680.00
15 Mossoró/F	CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CC – Campus Central Mossoró		24	R\$	12,546.84	R\$	301,124.16	R\$	7,226,979.84
16 Mossoró/F	CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CC – Campus Central Mossoró.		25	R\$	13,692.66	R\$	328,623.84	R\$	8,215,596.00
17 Mossoró/F	CATSER 30129 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância motorizada desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CC – Campus Central Mossoró.	Posto	2	R\$	12,824.08	R\$	307,777.92	R\$	615,555.84
18 Mossoró/F	CATSER 30129 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância motorizada desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de	Posto	2	R\$	13,969.92	R\$	335,278.08	R\$	670,556.16
	obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CC – Campus Central Mossoró. TOTAL - MOSSORÓ/RN		53	R\$	53,033.50		1,272,804.00		16,728,687.84

	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - F	ATII		
	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados refere apresentação de proposta (dia/mês/ano)	intes à contratação)		Memorial
Data de	apresentação de proposta (dia/mês/ano) ITEM	MOCH ANTE OF		
Acordo, Cresse	nção ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	VIGRANTE DI NDESP/RN e SINDSEGUR/R	8N000199/2025	
	nero de meses de execução contratual	06/0	15/25	
NU				
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO Categoria	CONTRATUAL		Memorial
	Jornada	12X36 - Segunda a	Domines - Diumo	
Clas	sificação Brasileira de Ocupação (CBO)		3-30	
Salti	rio Normativo da Categoria Profesional Salário Minimo Virente	2,04	18.75	Clâusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Dec. nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024
٥	Salário Minimo Vigente ata base da categoria (dia/měs/ano)	1/1/	2025	
	Base de Cálculo de Hara Mensal Días trabalhados Mensal	2		
			15	1
	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMU	INERAÇÃO	_	Memorial
1 A	Composição da Remuneração Salário Base	Percentual 200%	Valor RS 2.048.75	Cláusula terceira da CCT. Paniarafo Primeiro
9	Adicional de Periculosidade	30%		Art. 199, II da CLT e NR 16. Calculo realizado sobre o salário base do trabalhador
<u>c</u>	Adicional de Insalubridade Adicional Naturno	0% 0%	RS 0.00	Art. 193 e seguintes da CLT. Art. 73 da CLT e Cláusula décima primeira da CCT.
i i	Adicional de Hora Notuma Reduzida	0%	R\$ 0.00	Cliusula quadragisima, parágrafo segundo da CCT.
		on.	R\$ 0.00	
	Valor da I Reserva Técnica (Variação de O a GN) - Nota S	lemuneração (A+B+C+D+E) ON	R\$ 2,663.38 R\$ 0.00	
	Total/Valor da Remu	neração + Reserva Técnica)	R\$ 2,663.38	
	ida de acordo com consulta ao Ministério Público Estadual - PARCELAS INDENIZATÓRIA	MP/FN		Memorial
A	intrajornada	50%	R\$ 272.39	Cláusula quadragitima, partigrafo quinto da CCT.
		Total	R\$ 272.39	
_	AÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor d	a remuneração + reserva té	cnical	Memorial
UEMÓDULO 2.1	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor	
A	INSS SESI/SESC	1 50%	R\$ 532.68 R\$ 29.95	
·	SENAC	1.00%	R\$26.63	1
0	INCRA SALÁRIO EDUCAÇÃO	0.20%	R\$ 5.33 R\$ 66.58	
-	PALAMO LENICAÇÃO FGTS	2.50% 8.00%	R\$ 213.07	
G	EGTS SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (BAT X FAR SEERE	2.00% 0.60%	R\$79.90 R\$15.98	
н	Scenes Total Submidulo 2.1	0.60% 36.80%	R\$ 15.98 R\$ 990.12	
UEMÓDULO 2.2	12º Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor	
A	Férias Assilio Doença	11.11N 1.39%	R\$ 295.90 R\$ 37.02	
- e	Licença Maternidade/Paternidade	0.02%	R\$ 0.53	
D	Faltas Legals	0.28%	R\$ 7.46	
	Acidente de Trabalho Aulso Prévio	0.20% 1.94%	R\$ 5.22 R\$ 51.67	
Ğ	13º Saltino	E32%	R\$ 221.86	
umadou o a a	Total Submödulo 2.2 Indeniusções	23.27%	R\$ 619.77	
USMÓDULO 2.3	Aviso Prévio Indenizado	Percentual 0.45%	R\$ 11.99	
A		0.08%	85 2.13	
-	Indenização Adicional		N5 2.14	
e C	Indenização (rescisões sem justs causa) Total Submédulo 2.3	4.00% 4.52%	R\$ 106.54 R\$ 120.65	
	indenização (necisões sem justa causa) Total Submiddulo 2.3 Incidência Encargos	4.00% 4.52% Percentual	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor	
e C	indenização (rescisões sem justa causa) Total Subendidulo 2.3 Incidência Encargos Incidência Encargos do grupo A sobre os ibens do gr	4.00% 4.52% Percentual 8.56%	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07	
B C SUBMÓDILO 2.4 A	Indenização (neccides sem justa causa) Total Submidulo 2.2 Incidência Encargos Incidência dos Encargos Incidência dos Encargos do grupo A sobre se itens do gra Valor dos Encargos Sociale Total dos Médulos 1-2+ indenizações	4.00% 4.51% Percentual 8.56% 72.10% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61	
B C SUBMÓDILO 2.4 A	indenização (rescisões sem justa causa) Total Subendidulo 2.3 Incidência Encargos Incidência Encargos do grupo A sobre os ibens do gr	4.00% 4.51% Percentual 8.56% 72.10% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61	
B C SUBMODULO 2.4 A A a 2 - Os indices dos	Jedenizsckia (sescialas sem juris cassa) Tatal Glamidulo 2.3 Incidência Encargos incidência dos Encargos (operado a obre os Ress do pr Valendo Encargos (operado a obre os Ress do pr Valendo SE Encargos Socials Tatal dos Módulos 5-23 - Indenizações Encargos Socials foram baseadas de acorfo com Planihas júl MÓDULO 2. INSURINOS.	4.00% 4.51% Percentual 8.56% 72.10% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 106.54 R\$ 126.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,894.16 Co da União (MPU) e Suprem	Mende
B C SUBMÓDILO 2.4 A	Indemização (micibles sem justo casas) Total Selembidos 2.3 Incidência facinação Incidência facinação Incidência facinação de grupa A cobre os tens do pre Valde dos facinações facinação. Total dos Micibles 1.2-3 indemizações Total dos Micibles 1.2-3 indemizações Total dos Micibles 2.2-3 indemizações MICIBLES SELEMBIA	4.00% 4.51% Percentual 8.56% 72.10% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 221.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,884.28 Ico da União (MPU) e Suprem	Monada
B C SUBMODULO 2.4 A A a 2 - Os indices dos	Jedenizsckia (sescialas sem juris cassa) Tatal Glamidulo 2.3 Incidência Encargos incidência dos Encargos (operado a obre os Ress do pr Valendo Encargos (operado a obre os Ress do pr Valendo SE Encargos Socials Tatal dos Módulos 5-23 - Indenizações Encargos Socials foram baseadas de acorfo com Planihas júl MÓDULO 2. INSURINOS.	4.00% 4.51% Percentual 8.56% 72.10% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 106.54 R\$ 126.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,894.16 Co da União (MPU) e Suprem	Menodel
B C UEMÓDULO 2.4 A s 2 - Os Indices dos A1 A2 A3 B	Indenticação (mencânis uma (junto cumo) Tatal Galemánalia 2.3 Indicidanta Texapas Indicidanta Indicidanta 1.24 indenticação Indicidanta Indicidanta 1.24 indenticação Indicidanta Indicida	4.00% 4.51% Percentual 8.56% 72.10% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 100.55 Walor R\$ 120.65 Walor R\$ 220.07 R\$ 3,948.61 R\$ 4,884.28 R\$ 4,084.21 R\$ 2.7.84 R\$ 12.78 R\$ 2.2.78 R\$ 2.2.78	Mensical
B C UEMÓDULO 2.4 A s 2 - Os indices dos: A1 A2	Indemzia (d. (michiles sem justi cassa) Total Salmeldiale 2.3 Indidicial Energies Indidicial Contrages Indidicial Contrages Indidicial Contrages (d. (michiles 1.42) indemzia (d. (michil	4.00% 4.51% Percentual 8.56% 72.10% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 206.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 120.65 R\$ 1,984.65 R\$ 4,984.12 R\$ 2,784 R\$ 2,784 R\$ 2,784 R\$ 2,784 R\$ 2,784 R\$ 2,784	Mensical
B C C USENGOULO 2.4 A S 2 - Os indices dos A1 A2 A3 B B1	Interinsia (includes use juint carea) Maria (includes use juint carea) Maria (includes in la carea de la carea del la carea de la carea del la carea de la carea del la carea de la carea del la carea de la carea del la	4.00% 4.51% Percentual 8.56% 72.10% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 500.55 R\$ 520.65 Valor R\$ 520.65 \$5,944.61 R\$ 5,944.61 R\$ 4,941.95 R\$ 4,941.95 R\$ 4,941.95 R\$ 2,748.95 R\$ 3,000	Mensical
B C UIENÓOULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B B 1 A 2 B 2 A 3 B 2	Intering the county as each county of the County County of the County Co	4.00% 4.51% Percentual 8.56% 72.10% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 100.55 R\$ 120.65 R\$ 120.65 R\$ 120.65 R\$ 1,048.61 R\$ 1,048.61 R\$ 1,048.61 R\$ 2,048.61 R\$	Memodel Memode
B C UIENÓOULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B B 1 A 2 B 2 A 3 B 2	Internation for model on the case of the c	4.00% 4.51% Percentual 8.56% 72.10% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#5 100.54 #5 230.55 #5 230.07 #5 1946.07 #5 1946.07 #6 200.07 #6 200.07	Manual Companion and transport public County to the county and
B C UIENÓOULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B B 1 A 2 B 2 A 3 B 2	Intering the county as each county of the County County of the County Co	4.00% 4.51% Percentual 8.56% 72.10% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	RS 100.65 RS 120.65 RS 120.65 RS 120.65 RS 1,984.65 RS 4,984.18 RS 4,984.18 RS 2,100 RS 2,100 RS 2,000	Manual Ma
B C UIENÓOULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B B 1 A 2 B 2 A 3 B 2	Interings in small are as and a season of the comment of the comme	4.00% 4.00% Processad 5.00% 7.1.00% 7.1.00% (2.1-2.3-3.3-2, - Neta 2.2 4.00% 4	#5 100.54 #5 230.55 #5 230.07 #5 1946.07 #5 1946.07 #6 200.07 #6 200.07	Manual Companion and transport public County to the county and
B C UIENÓOULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B B 1 A 2 B 2 A 3 B 2	Interducing the control and appear control appear control and appear control a	4.00% 4.00% Processad 5.00% 7.1.00% 7.1.00% (2.1-2.3-3.3-2, - Neta 2.2 4.00% 4	85 100.5 6 95 120.6 7 96 120	Manual Ma
B C UIENÓOULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B B 1 A 2 B 2 A 3 B 2	Interings in small are as and a season of the comment of the comme	4.00% 4.00% Processad 5.00% 7.1.00% 7.1.00% (2.1-2.3-3.3-2, - Neta 2.2 4.00% 4	#5 100.14 #5130256	Manual Ma
B C UIENÓOULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B B 1 A 2 B 2 A 3 B 2	Interducing the control and appear control appear control and appear control a	4.00% 4.00% Processed 1 1.00% 1.10% 7.110% 7	85 100.5 6 95 120.6 7 96 120	Manual Ma
B C UIENÓOULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B B 1 A 2 B 2 A 3 B 2	Amenda in his half am opin amed more of the control	4.00% 4.00% Processed 1.00% 1.	#5 100.54 #8 120.54 #8 120.55 Value of 2,120 Valu	Manual Ma
B C C GUIMMOOULO 2.4 A A 2 - Os indices dos A 2 - Os indices dos A 2 - Os indices dos A 3 - A 2	Menting in Institute on any in an angle and any in the institute of the in	4.00% 4.50% Proceedings 1.50%	#5 100.146 #8 120.06 #8 5 220.07	Manual Ma
B C UBMOOULO 2.4 A 2 - On Indicase does does does does does does does do	Monthly Environment and any street any street and any street and any street and any street any street and any street any street any street and any street any	4.00% 4.00% Percentual 1.50% 1	#5 100.54 #8 120.54 #8 120.55 Value of 2,120 Valu	Manual Microsoft de pares transport publica Microsoft de pares transport publica Single principal publication on parts Microsoft de publication on parts Microsof
B C UBMOOULO 2.4 A 2 - On Indicase does does does does does does does do	Monthly Environment and any street any street and any street and any street and any street any street and any street any street any street and any street any	4.00% 4.50% Proceedings 1.50%	#5 100.14 #8 210.05 Value 7 220.07 #8 220	Manual Microsoft de pares transport publica Microsoft de pares transport publica Single principal publication on parts Microsoft de publication on parts Microsof
B C UBMOOULO 2.4 A 2 - On Indicase does does does does does does does do	Menting in least an angle acred Menting in least acred Menting i	4.00% 4.50% Proceedings 1.50%	#5 100.14 #8 210.05 Value 7 220.07 #8 220	Manual Microsoft de pares français pales. Microsoft de pares français pales. Sincipal de pares pares (C.S. Sincipal de pares pares pares (C.S. Sincipal de pares pares (C.S. Sincipal de pares par
B C UBMOOULO 2.4 A 2 - On Indicase does does does does does does does do	Among Limited and other an	4.00% A10% Processing State of the State of	#5 100.14 #8 210.05 Value 7 220.07 #8 220	Manual Microsoft de pares français pales. Microsoft de pares français pales. Sincipal de pares pares (C.S. Sincipal de pares pares pares (C.S. Sincipal de pares pares (C.S. Sincipal de pares par
8 C USENDOULO 2.6 A A 1 A A A A A A A A A A A A A A A A	Menting his residence of the control	4.00% 4.00% 1.00%	8 10 10 14 14 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15	Manual Microsoft de pares français pales. Microsoft de pares français pales. Sincipal de pares pares (C.S. Sincipal de pares pares pares (C.S. Sincipal de pares pares (C.S. Sincipal de pares par
B C C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Among Limited and other an	4.00% A10% Processing State of the State of	# 5 0 0 0 1 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Manual Microsoft de pares français pales. Microsoft de pares français pales. Sincipal de pares pares (C.S. Sincipal de pares pares pares (C.S. Sincipal de pares pares (C.S. Sincipal de pares par
8 C CUUMMODULO 2.4 A A A A A A A A A A B B B B B B B B B	Menting in least an unit areas of the control of th	4.00% A10% Processing State of the State of	# 0 000 14 0 000 000 000 000 000 000 000	Manual Microsoft de pares français pales. Microsoft de pares français pales. Sincipal de pares pares (C.S. Sincipal de pares pares pares (C.S. Sincipal de pares pares (C.S. Sincipal de pares par
B C C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Among Limited and other an	40% 41% 11% 11% 11% 11% 11% 11% 11% 11% 11	# 9 000 14 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Manuals Concept the proof transport publics Concept the public transport publics Concept the proof transport publics C
8 C CUUMMODULO 2.4 A A A A A A A A A A B B B B B B B B B	Monthly in the state of any in credit Monthly in the state of the stat	4.00% A10% Processing State of the State of	# 0 000 14 0 000 000 000 000 000 000 000	Manuals Concept the proof transport publics Concept the public transport publics Concept the proof transport publics C
B C C DISMONS AND A C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Monthly Envision and the state of the state	4000 A 1200 A 12	# 9 000 14 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Manuals Concept the proof transport publics Concept the public transport publics Concept the proof transport publics C
B C C DISMONS AND A C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Mention in the man of the control of	40% 41% 41% 41% 41% 41% 41% 41% 41% 41% 41	# 9 000 14 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Manuals Concept the proof transport publics Concept the public transport publics Concept the proof transport publics C
8 C C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Monthly Envision and the condition of th	400 A STATE OF THE	9 0 0 1 1 0 1 0 1 0 1 0 1 0 1 0 1 0 1 0	Manuals Concept the proof transport publics Concept the public transport publics Concept the proof transport publics C
B C C DISMONS AND A C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Mention in the man of the control of	40% 41% 41% 41% 41% 41% 41% 41% 41% 41% 41	\$1,000 to \$1,000	Manager data grant stranger a palling. Consideration and processing and processi
8 C C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Monthly Emile and put more and	400 A STATE OF THE	# 10 00 14 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Manuals Concept the proof transport publics Concept the public transport publics Concept the proof transport publics C
8 C	Mentings in the state of any access of the state of the s	4000 4000	# 3 00 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Memorial Companies de prince i transporte publica Chandra de prince i transporte publica Chandra de prince publica publica publica Chandra de prince publica publi
8	Monthly Emile and put more and	4000 4000	# 10 00 14 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Memorial Consistent de prince i transporte publica Chandra Bibliora questo de CO: Chandra Bibliora que Co: Chandra B
8	Monthly in the state of any in condition of the state of	AGE TOTAL TO	# 0 000 41 00 000 000 000 000 000 000 000	Memorial Consistent de prince i transporte publica Chandra Bibliora questo de CO: Chandra Bibliora que Co: Chandra B
8	Amenda in the state of the control o	AGE TOTAL TO	# 0 000 41 00 000 000 000 000 000 000 000	Memorial Consistent de prince i transporte publica Chandra Bibliora questo de CO: Chandra Bibliora que Co: Chandra B
8	Monthly in the state of any in condition of the state of	400. 400.	\$ 0.00 LEA	Memorial Consistent de prince i transporte publica Chandra Bibliora questo de CO: Chandra Bibliora que Co: Chandra B
8	Amenda in the state of the control o	400. 400.	\$ 0.00 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A	Memorial Consistent de prince i transporte publica Chandra Bibliora questo de CO: Chandra Bibliora que Co: Chandra B
8	Monthly Emiles and pure more and the control of the	400. 400.	\$ 0.00 LEA	Memorial Consistent de prince i transporte publica Chandra Bibliora questo de CO: Chandra Bibliora que Co: Chandra B
8	Monthly in the state of any state of the sta	400. 400.	# 10 00 14 15 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Memorial Consistent de prince i transporte publica Chandra Bibliora questo de CO: Chandra Bibliora que Co: Chandra B
8	Amenda in the state of the control o	4.00 (1.00 (# 10 000 41 000 000 000 000 000 000 000 0	Memorial Consistent de prince i transporte publica Chandra Bibliora questo de CO: Chandra Bibliora que Co: Chandra B
8	Amende in the state of the stat	400. 400.	# 10 00 14 15 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Memorial Consistent de prince i transporte publica Chandra Bibliora questo de CO: Chandra Bibliora que Co: Chandra B

	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - PA	U es à contratacion		Manusial
Data	le apresentação de proposta (dia/mês/ano)	unen	NOTURNO 12 x 16	
Acordo, Conv	enção ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	ESP/RN e SINDSEGU	RN000199/2025	
	imero de meses de execução contratual		06/05/25 24	
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO C	ONTRATUAL		Memorial
	Categoria Jornada		IGILANTE la a Domineo - Noturno	
Ch	ssificação Brasileira de Ocupação (CBO)		5173-30	
	ário Normativo da Categoria Profissional Salário Minimo Vigente		2,048.75 1,518.00	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Dec. nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024
	Data base da categoria (dia/més/ano) Base de Cálculo de Hora Mensal		1/1/2025	
L	Dias trabalhados Mensal		15	
- 1	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUN Composição da Remuneração	Percentual	Valor	Memorial
A	Salário Base	100%		Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
c	Adicional de Periculosidade Adicional de Insalubridade	30% 0%	R\$ 0.00	Art. 193, II da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador Art. 189 e seguintes da CLT.
D E	Adicional Notumo Adicional de Hora Notuma Reduzida	20% 0%	R\$ 0.00	Art. 73 da CT e Cláusula décima primeira da CCT. Cláusula quadragisima, parágrafo segundo da CCT.
	Valor da Remun	0% eracijo (A+B+C+D+E)	R\$ 0.00	
	Valor da Remun Reserva Técnica (Variação de O a 6%) - Nota 1 Total(Valor da Remuneçã	a t Barners Tricales	R\$ 0.00	
Nota 1 - Variação De	finida de acordo com consulta ao Ministério Público Estad PARCELAS INDENIZATÓRIAS	al - MP/RN	1,717.01	
A	PARCELAS INDENIZATÓRIAS Intrajornada		R\$ 326.87	Memorial Cláusula quadragésima, parágrafo quinto da CCT.
		Total	R\$ 326.87	
SUBMÓDULO 2.1	OULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da o GPS, FGTS e outras contribuições	emuneração + reser Percentual	va técnica) Valor	Memorial
A	INSS SES/SESC	20%	R\$ 583.52 R\$ 43.76	
c	SENAC	1.00%	R\$ 29.18	
D E	INCRA SALÁRIO EDUCAÇÃO	0.20% 2.50%	R\$ 5.84 R\$ 72.94	
g g	PGTS SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (RAT X FAP	8.00% 3.00%	R\$ 233.41 R\$ 87.53	
н	SERRE Total Submidulo 2.1	0.60% 36.80%	R\$ 17.51	
SUBMÓDULO 2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor	
A B	Férias Auxilio Doença	11.11%	R\$ 324.15 R\$ 40.55	
C	Licença Maternidade/Paternidade Faltas Legais	0.02%	R\$ 0.58 R\$ 8.17	
	Acidente de Trabalho Aviso Prévio	0.20% 1.94%	R\$ 5.84 R\$ 56.60	
G	13º Salário	8.33% 23.27%	R\$ 243.04 R\$ 678.93	
SUBMÓDULO 2.3	Indenizações	Percentual	Valor	
â	Aviso Prévio Indenizado Indenização Adicional	0.45% 0.08%	R\$ 13.13 R\$ 2.33	
·	Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submódulo 2.3	4.53%	R\$ 116.70 R\$ 132.17	
SUBMÓDULO 2.4	Incidência Encargos	Percentual	Valor	
A	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gra		R\$ 249.85	
A	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gru Valor dos Encargos Sociais Total dos Módulos 1+2+ indenizacões (2.1+	8.56% 73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62 R\$ 5.379.09	
A Nota 2 - Os indices d	incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gru Valor dos Encargos Sociais Total dos Módulos 1+2+ indenizações (2.1+ os Encargos Sociais foram baseadas de acordo com Planišh	8.56% 73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62 R\$ 5.379.09	
	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gr Valor dos Encargos Socials Total dos Módulos 142+ indentrações (2.14: os Encargos Sociais foram baseadas de scordo com Planith MÓDULO 3: INSUMIOS	8.56% 73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62 R\$ 5,379.09 nistério Público da União (M	Mennyl
A1 A2	locidincia des Enzargos de grupo A sobre os Rans de gr Valor des Enzarges Socials Total des Módules 142s indenizações (2.1s. os Enzargos Socials foram baseadas de acordo com Planifis MÓDULO 3: PRIJAMOS Unisformas (ouato mensal por empregado) 1976 (cuato mensal por empregado)	8.56% 73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,194.62 R\$ 5,179.09 nistério Público da União (M R\$ 27.84 R\$ 12.78	Manual
A1 A2 A3	Incidence dos tracegos de grupo A sobre os liems de grupo. Valor dos Tracegos Socials Total des Médidas 1-12 indentacybes (2.1-1 to Tracegos Socials foram baseadas de accedo capacidas (1.1-1 MACOLUS INDUMOS L'Assistemas (outes marrail por empregado) Usistemas (outes marrail por empregado) Equipamentes (outes marrail por empregado) L'applicamentes (outes marrail por empregado) Valor (outes marrail por empregado)	8.56% 73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 85 2,134.62 85 5,379.60 nistério Público da Unillo (M 85 27.84 85 12.78 85 0.00 85 0.00	Memoral
A1 A2 A3	Incidence dos tracegos de grupo A sobre on liems de grupo. Valor dos Tracegos Socials Total des Médielas 1-2º Indentegologo (2-1) Total des Médielas 1-2º Indentegologo (2-1) MODILLO S. NOLINOS MODILLO S. NOLINOS (Uniformia (pusto manual por empregado) Otro (casto messal por empregado) Maria Franciparte (E. s. 2.2 - 8.3 - 8.4) unter otro (casto messal por empregado) ander franciparte (casto messal por empregado) unter otro (casto messal por empregado) ander franciparte (casto messal por empregado) unter otro (casto messal por empregado) anter otro (casto messal por em	8.56% 73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 240.85 R\$ 2,194.62 R\$ 5,379.09 Initiativio Público da Unilio (M R\$ 27.84 R\$ 12.78 R\$ 0.00	Memorial Consign dis pensa transpirta politica
A1 A2 A3 B	Incidinate das Tracagas da prupa A sobre on litera da pu- Valor das Tracagas Socials Total das Midoladas 12-2 indentargolas 12-1. Total das Midoladas 12-2 indentargolas 12-1. Total das Midoladas 12-2 indentargolas 12-1. MCOULD 3: MCSAMOS MCOULD 3: MCSAMOS Carlos Gusta mercal por empregado) Equipamentos (costa mercal por empregado) Equipamentos (costa mercal por empregado) Equipamentos (costa mercal por empregado) Valor Tracagas 12-1. Valor Tracagas 1	8.56% 73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 85 2,134.62 85 5,379.60 nistério Público da Unillo (M 85 27.84 85 12.78 85 0.00 85 0.00	Mineral Minera
A1 A2 A3 B 81 82	Institution for Transpare day agrees A water on time of a pre- Valide first Transpare Socials ** Uniformity Social Transpare Socials ** Uniformity Socials Transpare Socials Transpare Socials Transpare Socials Transpare Social	8.56% 73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 240.55 \$5.2,134.67 \$5.2,734.60 \$5.5,779.00 \$5.5,779.00 \$5.77.94 \$5.77.94 \$5.77.94 \$5.77.94 \$5.77.94 \$5.77.95 \$5.97.95 \$5.	Manuarii Sanaine dia penna transporta andites Sanaine dannona transporta andites Sanaine dannona punta da CCS.
A1 A2 A3 B 81 82	Institution due Tourgen du grape A solder en trees de pr Walle de Française Seales. Marcha Service Seales	8.56% 73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 240.85 \$5.114.62 \$5.114.63	Manusidi Antinigina dela pessat transporta giblina
A1 A2 A3 B 81 82	besident in the foreign of a clear to the set per Work for To Deepen Set 20.2. 2. The section 20.2. 2. The Work for To Deepen Set 20.2. 2. The section 20.2. 2. The The section 20.2. 2. The section 20.2. 2. The section 20.2. 2. The Company Section Section Section Section 20.2. 2. The Section Section Section 20.2. 2. The Section Section Section Section 20.2. 2. The Section 20.2. 2. The	8.59% 73.16% (2.3+2.3+2.4) - Nota 3 is já adotas pelo Mi	R2 240.55 R5 1214.62 R5 1214.62 R5 1214.62 R5 1214.60 R5 127.84 R5 12.78	Manuscial Manuscial de de la constantina del constantina del constantina de la constantina del cons
A1 A2 A3 B 81 82	Institution due Tourgen du grape A solder en trees de pr Walle de Française Seales. Marcha Service Seales	8.59% 73.16% (2.3+2.3+2.4) - Nota 3 is já adotas pelo Mi	R\$ 240.85 \$5.114.62 \$5.114.63	Manuscial Manuscia cile genna transporta politica Cinnada distinua quadro da CCC Cinnada distinua di CCC Cinnada distinua di CCC Cinnada
A1 A2 A3 B 81 22 22 24 C C D	Institute on the Courge of Audion A whee is the Courge of Audion And Audion Andreas Andreas Audion Andreas Audio Audion Andreas Audio Andreas Andreas Audio Andreas Audio Andreas Andreas Audio Andreas Andreas Audio Andreas A	8.55% 73.16W 73.16W 1.3+2.3+2.4() - Note 3 o pi adotas pelo Mi 0.00%	#5 2 40 5.0 5.0 5.0 5.0 5.0 5.0 5.0 5.0 5.0 5.	Manusel Manusia dia ganua transporta politica Cinsula dislama quadra di CCI Cinsula dislama antica di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI
A1 A2 A3 B 81 82	The control of the co	8.0% 73.0% 73.0% (232.34.28) Note 3 paid adotes pelo Mi adotes pelo Mi adotes pelo Mi 0.00% (200.00% (#5 240 E.S. \$ 2124E.S. \$ 5 2124E.S. \$ 5 2177.00 \$ 5 277.00 \$ 5 200 \$	Manusel Manusia dia ganua transporta politica Cinsula dislama quadra di CCI Cinsula dislama antica di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI
A.1 A.2 A.3 B B B B B B B C C C D E F B A A B	The state of the company is a whole to the state of the company is a whole the company is a state of the company in the company is a state of the company in the company is a state of the company in the company in the company is a state of the company in the company in the company is a state of the company in the comp	9.00% 73.109 73.109 73.109 73.109 Note 20 9.000% Note 3 Per Secretaria 2.00%	55,246.50 56,214.50 56,214.50 56,214.50 56,214.50 56,217.50	Manusel Manusia dia ganua transporta politica Cinsula dislama quadra di CCI Cinsula dislama antica di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI
A1 A2 A3 B 81 82 82 82 62 C D F F F A4 A	The state of the company is a whole to the state of the company is a whole the company is a state of the company in the company is a state of the company in the company is a state of the company in the company in the company is a state of the company in the company in the company is a state of the company in the comp	3.205 73.105 73.105 mp is adotas pelo Mi o o o o o o o o o o o o o o o o o o	#5 2 40 5.0	Manusel Manusia dia ganua transporta politica Cinsula dislama quadra di CCI Cinsula dislama antica di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI
A.1 A.2 A.3 B B B B B B B C C C D E F B A A B	The state of the company is a whole to the state of the company is a whole the company is a state of the company in the company is a state of the company in the company is a state of the company in the company in the company is a state of the company in the company in the company is a state of the company in the comp	S. 105% 73 109% 73 109% 73 109% Nets 21 S. 100 100 100 100 100 100 100 100 100 10	65,246.50 85,217.60 85,127.60	Manusel Manusia dia ganua transporta politica Cinsula dislama quadra di CCI Cinsula dislama antica di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI
A1 A2 A3 B B B1 A2	The state of the s	S. 10% 73.10% 73.10% 73.10% Nets 21 S. 10% S. 10	#5 2 240 AC #5 2 2	Manusel Manusia dia ganua transporta politica Cinsula dislama quadra di CCI Cinsula dislama antica di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI
A.1 A.2 A.3 B B B B B B B C C C D E F B A A B	The state of the s		65,246.50 85,217.60 85,127.60	Manusel Manusia dia ganua transporta politica Cinsula dislama quadra di CCI Cinsula dislama antica di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI
A1 A2 A3 B1	The control of the co	5.05% 73.16%	# \$2 and not \$2 and no	Manuscial Manuscia cile genna transporta politica Cinnada distinua quadro da CCC Cinnada distinua di CCC Cinnada distinua di CCC Cinnada
A1 A2 A3 B B B1 A2	The state of the s	5.05% 73.16%	# 2 am not yet and not yet and	Manusel Manusia dia ganua transporta politica Cinsula dislama quadra di CCI Cinsula dislama antica di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI
A1 A2 A3 B	The control of the co	1.05% 73.10% 73.10% 173.10% 10.10%	# 2 to 00 to	Manusel Manusia dia ganua transporta politica Cinsula dislama quadra di CCI Cinsula dislama antica di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI
A.1 A.2 A.3 B.1 B.1 B.1 B.1 B.2 B.2 B.2 B.3 B.3 B.4	The state of the s	5.05% 73.10%	# 2 am not yet and not yet and	Manusel Manusia dia ganua transporta politica Cinsula dislama quadra di CCI Cinsula dislama antica di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI Cinsula di Colora antica di CCI Cinsula di CCI
A1 A2 A3 B	The state of the s	5.05% 73.15% 73.15% 73.15% 10.207.207.207.108.	# 2 000 000 TO 100 A 100	Manufact de ground transporter política Standar descriva de ground transporter política Standar descriva pouvo de CES Chandar delicina andre del CES Chandar del CE
A.1 A.2 A.3 B.1 B.1 B.1 B.1 B.2 B.2 B.2 B.3 B.3 B.4	The control of the co	5.95% 73.19% 73.19% 73.19% 10.20.23.2.5.2.6.1812 2.7.2.6.1812 10.20.20.2.6.1812 1	# 0 an on of a control of the contro	Manuscial Manuscia cile genna transporta politica Cinnada distinua quadro da CCC Cinnada distinua di CCC Cinnada distinua di CCC Cinnada
A.1 A.2 A.3 A.3 A.3 A.3 A.3 A.4 A.4 A.4 A.5 A.5 A.6 A.7	Southern can be thought a five an interest part of the common and	5.05% 73.16%	# 2 con the control	Managed to your strangers galders Standard dearning unless du CCT. Stand
A.1 A.2 A.3 A.3 A.3 A.3 A.3 A.4 A.4 A.4 A.5 A.5 A.6 A.7	The second section of the se	5.05% 73.16%	# 5 to 00 to	Managing sits grown transports publics Standard determination and provided and CET. Standard determination and CET. Standard determination of CET. Controlled come below no resolution desire suppose to vide provided service action planelinary/controlled and CET. Controlled come below no resolution desire suppose to vide provided service action planelinary/controlled and CET. Controlled come below no resolution desire suppose to vide provided service action planelinary/controlled and CET. Controlled come below no resolution desired and controlled and con
A 1 A 2 A 3 A 4 A 5 A 5 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7	The control of the co	Substance Tables Tab	# 5 to 00 to	Managing sits grown transports publics Standard determination and provided and CET. Standard determination and CET. Standard determination of CET. Controlled come below no resolution desire suppose to vide provided service action planelinary/controlled and CET. Controlled come below no resolution desire suppose to vide provided service action planelinary/controlled and CET. Controlled come below no resolution desire suppose to vide provided service action planelinary/controlled and CET. Controlled come below no resolution desired and controlled and con
A.1 A.2 A.3 A.3 A.3 A.3 A.3 A.4 A.4 A.4 A.5 A.5 A.6 A.7	The state of the s	1.00% 7.30% 7	# 2 can de la constant l'action de la constant l'actio	Managing sits grown transports publics Standard determination and provided and CET. Standard determination and CET. Standard determination of CET. Controlled come below no resolution desire suppose to vide provided service action planelinary/controlled and CET. Controlled come below no resolution desire suppose to vide provided service action planelinary/controlled and CET. Controlled come below no resolution desire suppose to vide provided service action planelinary/controlled and CET. Controlled come below no resolution desired and controlled and con
A 1 A 3 A 5 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7	The control of the co	1.00% 7.30% 7	# 2 and not all the second of	Managing sits grown transports politics Standard determination and provided and CET. Standard determination of CET. Standar
A 1 A 3 A 5 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7	The state of the s	1.00% 7.30% 7	# 2 - 20 m m m m m m m m m m m m m m m m m m	Managing sits grown transports politics Standard determination and provided and CET. Standard determination of CET. Standar
A 1 A 3 A 5 A 6 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7	The control of the co	4.950 4.	# 2 and not a control of the control	Managing sits grown transports politics Standard determination and provided and CET. Standard determination of CET. Standar
\$\begin{array}{cccccccccccccccccccccccccccccccccccc	Transport of the property and property and the property and property a	8.00% July pl dollar pith Maria Salar Sala	# 2 co m on a common with the common way and a common way are a common way and a common way are a common way and a common way and a common way are a common way and a common way and a common way are a common way and a common way are a common way	Managing sits grown transports politics Standard determination and provided and CET. Standard determination of CET. Standar
A 1 A 3 A 5 A 6 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7	Transport of the proper a factor of the prope	4.95% 4.	# 5 cm on the control of the control	Name of considers, do and 19 to 3, minor (do let or 3231), 6 200 on 123, minor (a 190 do minor) homeline (H + 2 1), 6 200 one and considers, do and 19 to 3, minor (do let or 3231), 6 200 on 123, minor (a 190 do minor) homeline (H + 2 1), 6 200 one and considers, do and 19 to 3, minor (do let or 3231), 6 200 on 123, minor (a 190 do minor) homeline (H + 2 1), 6 200 one and considers, do and 19 to 3, minor (do let or 3231), 6 200 on 123, minor (a 190 do minor) homeline (H + 2 1), 6 200 one and considers, do and 19 to 3, minor (do let or 3231), 6 200 on 123, min

	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - PATU			
	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referentes	U s à contratação)		Memorial
Data de	apresentação de proposta (dia/mês/ano) ITEM	VISILAN	TE DIURNO 44H	
Acordo, Conve	nção ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	ESP/RN e SINDSEGU	RN000199/2025 5/6/2025	
Nús	mero de meses de execução contratual		24	
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CO	INTRATUAL		Memorial
	Categoria Jornada	V	IGRANTE la a Sábado - Diurno	
Clas	sificação Brasileira de Ocupação (CBO)		5173-30	
Salá	rio Normativo da Categoria Profissional Salário Minimo Vigente		2,048.75 1,518.00	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Dec. nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024
	ata base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2025	DOL IT 12.244 OF 30 OF ORIENTATO OF 3004
	Base de Cálculo de Hora Mensal Dias trabalhados Mensal		220 26	
	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNES			
1	Composição da Remuneração	Percentual	Valor	Memoria
A	Salário Base Adicional de Periculosidade	10% 10%	RS 2,048.75	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Art. 193, E da CLT e NR. 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador
c	Adicional de Insalubridade	0%	R\$ 0.00	Art. 189 e seguintes da CLT.
D E	Adicional Noturno Adicional de Hora Noturna Reduzida	0% 0%	R\$ 0.00	Art. 73 da CLT e Clausula décima primeira da CCT. Cláusula quadragés/ma, parágrafo segundo da CCT.
		0% eração (A+B+C+D+E)	R\$ 0.00 R\$ 2,663.38	
	Reserva Técnica (Variação de 0 a 6%) - Nota 1	0%	R\$ 0.00	
ota 1 - Variação Defin	Total(Valor da Remuneção ida de acordo com consulta ao Ministério Público Estadual	io + Reserva Técnica) I - MP/RN	R\$ 2,663.38	
	ida de acordo com comulta ao Ministério Público Estadual PARCELAS INDENIZATÓRIAS Intrajornada	0%		Memorial Ciáusda quadranísima, parámsfo quinto da CCT.
. A	Intrajornada	O% Total	R\$ 0.00	Clausula quadrageisima, paràgrafo quinto da CCT.
246	OULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre o valor da re	muneração + reserv	a técnica)	Memorial
SUBMÓDULO 2.1	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor	MATION IN
â	NSS SES/SESC	20% 1.50%	R\$ 532.68 R\$ 39.95	
c	SENAC INCRA	1.00% 0.20%	R\$ 26.63 R\$ 5.33	
t	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.50%	R\$ 66.58	
g g	FGTS SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (RAT X FAP)	3.00%	R\$ 213.00 R\$ 79.90	
н	SEERE	0.60%	R\$ 15.90	
SUBMÓDULO 2.2	Total Submódulo 2.1 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	36.80% Percentual	R\$ 980.12 Valor	
A B	Périas Auxilio Doença	11.11% 1.39%	R\$ 295.90 R\$ 37.00	
- i	Licença Maternidade/Paternidade	0.02%	R\$ 0.53	
D E	Faltas Legals Acidente de Trabalho	0.20%	R\$ 5.33	
g G	Aviso Prévio 13º Salário	1.94% 8.33%	R\$ 51.67 R\$ 221.86	
	Total Submódulo 2.2	23.27%	R\$ 619.77	
	Indenizações Aviso Prévio Indenizado	Percentual 0.45%	Valor RS 11.99	
SUBMÓDULO 2.3 A				
A B	Indenização Adicional	0.08%	R\$ 2.11	
A B C	Indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submódulo 2.3	4.00% 4.53%	R\$ 106.54 R\$ 120.65	
A B C SUBMODULO 2.4	indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submódulo 2.3 Incidência Encargos	4.00% 4.53% Percentual	R\$ 106.54	
A B C	indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submidulo 2.3 Incidência Encargos Indélncia dos Encargos do Grupo A sobre os items do gra Valor dos Encargos Socials	4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16%	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.67	
A B C SUBMÓDULO 2.4 A	Indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submódulo 2.3 Incidência Encagos Incidência dos Encagos do Grupo A sobre os items do gru	4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.242 342 41, Note 2	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.67	
A B C SUBMÓDULO 2.4 A	Indemizza Adlicional Indemizza Adlicional Indemizza (restribes sem justa causa) Total Submidulo Z.3 Incidencia Incarges Incidencia dos Tracagos os Crupo A sobre os Rens do pre Vider dos Tracagos do Crupo A sobre os Rens do pre Vider dos Tracagos Socials Total dos Módelas I - 22 indemizações (2.1-2 Incargos Socials foram baseadas de acordo com Planiflus	4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.242 342 41, Note 2	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.00 R\$ 1,948.63	Name of the Control o
A B C SUBMODULO 2.4 A atta 2 - Os indices dos	Indemiscrate Antionnal Indemiscrate (sersibles seem justs causa) Indemiscrate (sersibles seem justs causa) Indemiscrate (sersibles seem justs causa) Indefinica forcaspa de Grupa Aubre as liems de partider des Tecaspas de Grupa Aubre as liems de partider des Tecaspas des Sersibles 12 à indemiscrate (sersibles 12 à indemissables 12 à in	4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.242 342 41, Note 2	R \$ 100.54 R \$ 210.65 Valor R \$ 228.00 R \$ 1,948.61 R \$ 4,611.95 R \$ 6,011.95 R \$ 7,048.61 R \$ 7,048.61	
A B C SUBMODULO 2.4 A Data 2 - Os índices dos A.1 A.2 A.3	Indemiração Addisoral Indemiração (presidente sem justa causa) Texto (seminda 2.3) Indefinida Transges Indefinida for Transges Indefinida for Transges do Grupa A sobre a Nama do pre Valvade das Transges Setima 1.3 Texto (das Nationals Setima 1.3 Texto (das Nationals das Causas de	4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.242 342 41, Note 2	R\$ 100.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.00 R\$ 1,986.65 R\$ 4,9611.95 R\$ 4,9611.95 R\$ 5,27.86 R\$ 5,27.86 R\$ 5,27.86 R\$ 5,27.86	
A B C C SUBMÓDULO 2.4 A A A 1 A 2	Interinsipal Automati Interinsipal Interins	4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.242 342 41, Note 2	#\$ 106.54 ##\$ 120.65 Valor #\$ 228.00 #\$ 1,948.61 #\$ 4,011.90 ##\$ 27.64 #\$ 27.64	
A B C C SUBMODULD 2.4 A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	International Assistance monotogical functionals sum justs caused monotogical functionals are might caused monotogical functionals are might monotogical functional are might monotogical functional are might monotogical functional are might monotogical functional might monotogical monotogic	4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.242 342 41, Note 2	R\$ 200.65 Waler R\$ 120.65 Valor R\$ 212.60 R\$ 1,946.61 R\$ 4,911.90 R\$ 5,21.90 R\$ 5,21.90 R\$ 5,21.90 R\$ 5,21.90 R\$ 5,21.90 R\$ 5,21.90 R\$ 5,22.90	Monorid
A B C C SUBMODULO 24 A A Data 2 - Os índices dos A A B A 2 A 3 B B B I	The control of the co	4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.242 342 41, Note 2	R\$ 100.55 R\$ 120.65 R\$ 120.65 R\$ 5.78.60 R\$ 5.78.60 R\$ 5.27.60	Manufal Manufal Research publics
A B C C SUBMODULD 2.4 A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	Memoraph Antional Memoraph Invalidates was in less causal Medicine for request Medicine for reference for representation Medicine for reference for representation Medicine for	4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.242 342 41, Note 2	R\$ 100.55 Waler R\$ 120.65 R\$ 120.65 R\$ 1.98.61 R\$ 1.98.61 R\$ 4.611.55 R\$ 4.611.55 R\$ 4.611.55 R\$ 1.00 R\$ 27.84 R\$ 20.05 R\$ 3.00	Manufact Man
A B C SUBMODULO 24 A A 2 - Os indices dos B B B B B B B B B B B B B B B B B B B	Antonical Individual control and antonical individual control and antonical individual foreigns. Bellificial Fore	4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.242 342 41, Note 2	#5 005.56 #3 206.50 #3 206.00 #5 21.00 #5 21.00 #5 21.00 #5 21.00 #5 21.00 #5 21.00 #5 20.00	Mension sits press transporte publica Mensions sits press transporte publica Commissions delina supera del CCT. Consult delina supera del CCT.
A B C SUBMODULO 24 A A State 2 - Os índices dos A 1 A 2 A 3 B B B 1 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2	Memorals defined histories in mista seed histories freezing and histories freezing a histories histories freezing a histories histories freezing histories histories freezing histories histories freezing histories histories freezing histories histori	4.00% 4.33% Percentual 8.16% 73.16% 73.16% 1.00%	#5 000 5 45 May 1	Manufact Man
A B C SUBMODULO 24 A A State 2 - Os índices dos A 1 A 2 A 3 B B B 1 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2	Antonical Antonical Individual Control Control Control Individual Control Control Individual Control Individ	4.00% 4.33% Percentual 8.16% 73.16% 73.16% 1.00%	#5 100.5 45 #5 220.00 56 #5 220.00 16 #5 220.00 16 #5 220.00 16 #5 27.54 16 #5 27.54 16 #5 27.54 16 #5 20.00 16 #5 27.54 16 #5 20.00 16 #	Manuscial Manuscian del primo transporte publica Chinada délense quante del CCT Chinada délense quante del CCT Chinada délense quante del CCT Chinada délense al CCT - Crimelese com loser na mediana des superios de prida pretaculata um sustena
A B C SUBMODULO 24 A A State 2 - Os índices dos A 1 A 2 A 3 B B B 1 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2	Sectional Antimized Michigals invalidate the model according to the section of t	4.00% 4.12% Percentual 7.15% 7.15% 7.15% 7.2.15% 1.2.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.2.8.1 Note 2 1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.	#5 000 5 45 May 1	Manuscial Manuscian del primo transporte publica Chinada délense quante del CCT Chinada délense quante del CCT Chinada délense quante del CCT Chinada délense al CCT - Crimelese com loser na mediana des superios de prida pretaculata um sustena
A B C SUBMODULO 24 A A State 2 - Os índices dos A 1 A 2 A 3 B B B 1 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2	Antonian Antonian Medicine Provides are mid-timed Medicine Provides are mid-timed Medicine Provides are mid-timed Medicine Provides are mid-timed by- Medicine Provides Area mid-timed by- Medicine Provides	4.00% 4.23% Percentual 5.50% 5.50% 5.50% 2.22.2.2.6) Nega ji ji adatas prio Minis 0.00%	#5 200 - 5	Manuscial Manuscian del primo transporte publica Chinada délense quante del CCT Chinada délense quante del CCT Chinada délense quante del CCT Chinada délense al CCT - Crimelese com loser na mediana des superios de prida pretaculata um sustena
A B C C SUMMODULO 24 A A 14 a 2 · Os indices dos	Sectional Antimized Michigan Provides are print secured Michigan Provides Michigan	0.00%	#5 200 - 14 #5 200 - 14 #5 200 - 14 #5 200 - 14 #5 200 - 15 #5 20	Manuscial Manuscian also possed transporte publica Chandrida ridden servicia (C.C. Chandrid
A B C C SUMMODULO 24 A A 14 a 2 · Os indices dos	Antonian Antonian Medicine Provides on India and Controlled 124 Medicine Provides on India and Controlled 124 Medicine Provides on India and India and India and India Medicine Provides on India and India and India The data Middel 12-2 india and India and India The data Middel 12-2 india and India The data Middel 12-2 india and India Medicine Provides on India and India Medicine India and India Medicine India and India Medicine India The India and India Medicine India The India	0.00% 4.32% Percentual 5.50% 5.50% 2.22.73.26, No.22 ji ji addas pdlo Minis 0.00% No.62 T Percentual 2.00%	#5 200 - 5	Managina also general transporte guidano Managina also general transporte guidano Chanado Rifelina marteri da CCC. Chanado Rifelina marteri
A 8 8 C C A SUBMODULO 24 A A 1 A 1 A 2 - Os indices don	Antonical Antonical Antonical Antonical Antonical Provides to mysels assess Bellines de Norques de Osco Antona Nam de la publicación de Norques de Osco Antona Nam de la publicación de Norques de Osco Antona Nam de la publicación de Norques de Osco Antona Nam de la publicación de Norques de Osco Antona Nam de Osco Antona Nam de Osco Antona Nam de Osco Antona Nam de Osco Antonica Nam de Osco Antonica de Antonica de Antonica de Osco Antonica de Antonica de Osco Antonica de Osco Antonica de Osco Antonica de Antonica de Osco Antonica de Antonica de Osco Antonica de	4.00% 4.52% Percentual 1.50% 1	#5 100 - 64 #5 12 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 3 2 #5 3 3 2 #5 3 3 2 #5 3 3 3 2 #5 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3	Manuscial Manuscian also possed transporte publica Chandrida ridden servicia (C.C. Chandrid
A 8 8 C C A SUBMODULO 24 A A 1 A 1 A 2 - Os indices don	Antonian Antonian Medicine Provides on India and Controlled Service Medicine Provides Service Service Medicine	4.00% 4.12% Percentual 5.10% All 10.10% All	#5 100 - 64 #5 12 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 3 2 #5 3 3 2 #5 3 3 2 #5 3 3 3 2 #5 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3	Manuscial Manuscian also possed transporte publica Chandrida ridden servicia (C.C. Chandrid
A	Antonical Antonical Intelligence of the Control of	4.00% 4.12% Percentual 5.10% All 10.10% All	# \$ 200.000 \$1.000	Manuscial Manuscian also possed transporte publica Chandrida ridden servicia (C.C. Chandrid
A 8 8 C C A SUBMODULO 24 A A 1 A 1 A 2 - Os indices don	Sectional Antimized Michael Section 1 (1997) A 1997 A 199	4.00% 4.52% Percentual 1.52% 1	#5 100 - 64 #5 12 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 2 #5 3 3 2 #5 3 3 2 #5 3 3 2 #5 3 3 2 #5 3 3 3 2 #5 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 2 #5 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3	Manuscial Manuscian also possed transporte publica Chandrida ridden servicia (C.C. Chandrid
A	Antonical Antoni	4.00% 4.10% Percentual 1.10% 1	# 5 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Manuscial Manuscian also possed transporte publica Chandrida ridden servicia (C.C. Chandrid
A	Memorals defined which provides are just a season memorals and provides and provi	4.00% 4.10% Percentage 77-10% 2.202.27-2.01 Nets 2:0 2.202.27-2.01 Nets 2:0 2.202.27-2.01 Nets 2:0 2.202.27-2.01 Nets 2:0 2.200 Nets 3:0 2.20	# 50 to 50 t	Manuscial Manuscian also possed transporte publica Chandrida ridden servicia (C.C. Chandrid
A B B SIMMODULO 2.4 A A B B B B B B B B B B B B B B B B B	Antonical Antoni	4.00% 4.00% 7.00%	\$1 000 000 000 000 000 000 000 000 000 0	Manuscial Manuscian also possed transporte publica Chandrida ridden servicia (C.C. Chandrid
A B B SIMMODULO 2.4 A A B B B B B B B B B B B B B B B B B	Memorals defined which provides are just a sense medical frequent better for the provides of the provides medical frequent better for togget from the rest of the provides of the provides of the provides medical frequent better for the provides of the provides medical frequent Moderal & Alleman Moderal & Moderal Moderal Moderal & Moderal Moderal Moderal Moderal Mode	4.000-4.000-4.000-6.000-	# 2 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Manuscial Manuscian also possed transporte publica Chandrida ridden servicia (C.C. Chandrid
A B B SIMMODULO 2.4 A A B B B B B B B B B B B B B B B B B	Memorals defined which provides are just a sense medical frequent better for the provides of the provides medical frequent better for togget from the rest of the provides of the provides of the provides medical frequent better for the provides of the provides medical frequent Moderal & Alleman Moderal & Moderal Moderal Moderal & Moderal Moderal Moderal Moderal Mode	4.000-4.000-4.000-6.000-	# 50 to 50 t	Manuscial Manuscian also possed transporte publica Chandrida ridden servicia (C.C. Chandrid
A B B SIMMODULO 2.4 A A B B B B B B B B B B B B B B B B B	Antonical Antoni	4.00% 4.00% 7.81	# 2 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Manuscial Manuscian also possed transporte publica Chandrida ridden servicia (C.C. Chandrid
A 2 C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Antoniana Indiana and Carlo Ca	4.00% 4.00% 7.81	# 2 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Montagine dal gened transparte pública. Standard dellema augusta del CCT. Chanda delema augu
A SUMMODURE 26 A SUMO	Antonical Antonical International Control Cont	4.000- 4.100- 4.100- 7.	# 50 to 50 t	Managing also good to prograte piloting Standard Relation guidant da CCT
A 2 C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Antonical Antonical International Control Cont	4.000- 4.100- 4.100- 4.100- 7.	# 50 to 50 t	Managing also good to prograte piloting Standard Relation guidant da CCT
A 1 A 2 C 3 SMANNGOLOGO Z.4 A 1 A 2 A 2 A 3 A 4 A 4 A 5 A 5 A 6 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 8 A 8 A 8 A 9 A 9 A 9 A 9 A 9	Antonical Antoni	4,000 A 500	# 2 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Managing also good to prograte piloting Standard Relation guidant da CCT
A 1 A 2 C 3 SMANNGOLOGO Z.4 A 1 A 2 A 2 A 3 A 4 A 4 A 5 A 5 A 6 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 8 A 8 A 8 A 9 A 9 A 9 A 9 A 9	Antonical Antoni	4,000 A 500	# 2 000 Dec # 2 00	Managing also good to progents piloting Standard Relation guidant da CCT
A 1 A 2 C 3 SMANNGOLOGO Z.4 A 1 A 2 A 2 A 3 A 4 A 4 A 5 A 5 A 6 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 8 A 8 A 8 A 9 A 9 A 9 A 9 A 9	Antonical Antoni	4,000 A 500	# 2 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Managing also good to progents piloting Standard Relation guidant da CCT
A 1 A 2 C 3 SMANNGOLOGO Z.4 A 1 A 2 A 2 A 3 A 4 A 4 A 5 A 5 A 6 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 8 A 8 A 8 A 9 A 9 A 9 A 9 A 9	Antonian Antonian Medical Program and Control Program Medical Program and Control Program Medical Program and Control Program The day Medical Schrift Schr	4,000 A 500	# 2 000 MeV 200 MeV 20	Managing also good to progents piloting Standard Relation guidant da CCT
A 1 A 2 C 3 SMANNGOLOGO Z.4 A 1 A 2 A 2 A 3 A 4 A 4 A 5 A 5 A 6 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 8 A 8 A 8 A 9 A 9 A 9 A 9 A 9	Antonical authorized including in control and including	4,000 A 500	# 2 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Managing also good to progents piloting Standard Relation guidant da CCT
A 1 A 2 C 3 SMANNGOLOGO Z.4 A 1 A 2 A 2 A 3 A 4 A 4 A 5 A 5 A 6 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 8 A 8 A 8 A 9 A 9 A 9 A 9 A 9	Amenda Andread Medical Provides an initial collection of the Section of the Sect	400 ASS ASS ASS ASS ASS ASS ASS ASS ASS A	# 2 000 MeV 200 MeV 20	Managing also good to progents piloting Standard Relation guidant da CCT

	SERVICOS DE VIGILÂNCIA -	ASSU		
Data de	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados refer	entes à contratação)		Memorial
0313 91	ITEM	VIGILANTE DI	IURNO 12 x 26	
Acordo, Conve	nção ou Sentença Normativa em Dixsidio Coletivo	NDESP/RN a SINDSEGUR/R 06/E	RN000199/2025 05/25	
Nús	mero de meses de execução contratual	,	14	
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO	CONTRATUAL		Memorial
	Categoria Jornada	VIGIL 12X36 - Segunda a		
Clas	ssificação Brasileira de Ocupação (CBO)	517	3-30	
Salá	rio Normativo da Categoria Profissional Salário Minimo Vigente	2,04 1,51	18.75	Ciliusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Dec. nº 12.342 de 30 de desembro de 2024
٥	uta base da categoria (dia/mēs/ano)	1/1/	2025	
	Base de Cálculo de Hora Mensal Dias trabalhados Mensal	2	20	
	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMI	UNERAÇÃO		Manadal
1		Percentual	Valor	
A	Satário Base Adicional de Periculasidade	200% 30%	RS 2,048.75 RS 614.63	Ciliusula terceira da CCT. Parigrafo Primeiro Art. 193, II da CLT e NR 16. Ciliculo realizado sobre o xalário base do trabalhador
c	Adicional de Insalubridade	0%	R\$ 0.00	Art. 199 e seguintes da CLT.
E E	Adicional Noturno Adicional de Hora Noturna Reduzida	0% 0%	R\$ 0.00	Art. 73 da CLT e Cláusula décima primeira da CCT. Cláusula quadragésima, parágrafo segundo da CCT.
	Molecule	Q% Remuners(So (A+B+C+D+E)	RS 0.00 RS 2,663.38	
	Reserva Técnica (Variação de O a 6%) - Nota 1	0%	R\$ 0.00	
1 - Variacão Defin	Total/Valor da Remu ida de acordo com consulta ao Ministério Público Estadual	ineração + Reserva Técnica)	R\$ 2,663.28	
	PARCELAS INDENIZATÓRIA	ıs .		Memorial
A	intrajornada	SON Total	R\$ 272.39 R\$ 272.39	Cláusula quadragitima, parágrafo quinto da CCT.
	MÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS fincidentes sobre o valor o			Margarial
JEMÓDULO 2.1	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor	
A	INSS SESI/SESC	20% 1.50%	R\$ 532.68 R\$ 29.95	
- C	SENAC	1.00%	R\$26.63	
E E	INCRA SALÁRIO EDUCAÇÃO	0.20% 2.50%	R\$ 5.33 R\$ 66.58	
F G	EGTS SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS IRAT X FAP	8.00% 1.00%	R\$213.07 R\$79.90	
H	SCHOOL	0.60%	R\$ 15.98	
JEMÓDULO 2.2	Total Submidulo 2.1 12º Salário, Férias e Adicional de Férias	36.50% Decreptual	R\$ 980.12 Valor	
Α.	Férias	Percentual 11.11%	R\$ 295.90	
č	Auxilio Doença Licença Maternidade/Paternidade	1.39% 0.02%	R\$ 37.02 R\$ 0.53	
6	Faltas Legals	0.29%	R\$ 7.46	
F	Acidente de Trabalho Aulso Prévio	0.20% 1.94%	R\$ 5.22 R\$ 51.67	
G	12º Salário Total Submádulo 2.2	8.33% 23.27%	R\$ 221.86 R\$ 619.77	
JEMÓDULO 2.3	Indenizações	Percentual	Valor	
	Aviso Právio Indenizado		8511.99	
A		0.45%		
	Indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa)	0.08% 4.00%	R\$ 2.13 R\$ 106.54	
A B C	Indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submideulo 2.2 Incidência Encares	0.08% 4.00% 4.52%	RS 2.13	
A B C JEMÓDULO 2.4 A	ndenizsção Adicianal refereizsção (recibide sum justs casus) Total Submidido 2.2 incidência facanges incidência dos Encargos of pago 4 nobre os items do gre Valor dos Encargos 60 pago 4 nobre os items do gre Valor dos Encargos 60 pago 4 nobre os items do gre Valor dos Encargos 60 pago 16 nobre os items do gre Valor dos Encargos 60 pago 16 nobre os items do gre Valor dos Encargos 60 pago 16 nobre os items do green dos faces	0.00% 4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% 1(2.1+2.2+3.4+2.4) - Nota 2	R\$ 2.13 R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 220.07 R\$ 1,948.61	
A B C C JEMÓDULO 2.4 A A 2 - Os indices dos	Indentização Addicional Indentização (procedure seme junit crosso) Teod di submidida (2.2) Incidência Excerges Incidência Excerges do prayo A sobre os Rens do pro Videndo dos Excerges do prayo A sobre os Rens do pro Videndo dos Excerges dos prayo A sobre os Rens do pro Videndo dos Excerges dos prayo A sobre os Rens do pro Videndo dos Excerges dos prisos Total dos Médicios i 3.0 indenticios por Excerges Socials forem basedas de acordo com Patricipios JAMOULO 2: INSTANCIO	0.00% 4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% 1(2.1+2.2+3.4+2.4) - Nota 2	RS 2.12 RS 106.54 RS 120.65 Valor RS 120.67 RS 1,98.61 RS 4,884.18 Ico da União (MPU) e Suprem	Montel
A B C JEMÓDILO 2.4 A 2 - Os indices dos	Indentitypia Anticional Indentitypia (Installate see jueta count) Teod finalmendele 2.3 Teod finalmendele 2.3 Installate Staceges Installate Staceges Installate Staceges Installate Staceges for grape A subm es hen de gra Valler des Encarges for grape A subm es hen de gra Valler des Encarges for grape A subm es hen de gra Valler des Encarges for cisis Tatal des Medicale 1.3 in Indentitypia Teodor of the Company of the Comp	0.00% 4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% 1(2.1+2.2+3.4+2.4) - Nota 2	RS 2.13 RS 100.55 RS 120.65 Valor RS 228.07 RS 3,948.61 RS 4,884.28 RS 4,884.28 RS 4,884.28 RS 27.84 RS 12.56	
A B C JEMODUKO 2.A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	Interiorización deliciosal professional professional deliciosal professional profe	0.00% 4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% 1(2.1+2.2+3.4+2.4) - Nota 2	85 2.21 R5 106.55 R5 120.65 P5 120.6	Mangdal
A B C C JEMODULO 2.A A 2 - Os indices dos	Indexessa, de Adicianal front Sond Constitute son junta Casan) Trada Sonnedado S. Trada Sonnedado S. 2. Sena Son	0.00% 4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% 1(2.1+2.2+3.4+2.4) - Nota 2	85 2.21 R5 106.55 R5 120.65 P5 120.6	
A B C C JENNÓOULO 2.A A A 2 A 2 A 2 B 2 E 2 E 2 E 2 E 2 E 2 E 2 E 2 E 2 E	Interesting Authorized Techniques (Interesting Interesting Authorized Interesting Interest	0.00% 4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% 1(2.1+2.2+3.4+2.4) - Nota 2	86 2 31 3 RE 1985 54 RE 1985 55 4 RE 1985 56 7 RE 2016 7 RE 2	Mangdal
A B C C JBMODUCO 2.A A A A A A A B E 2 A A A B E 2 A A A B E 2 A A A B E 2 A A A B E 2 A A A B E 2 A A A B E 2 A A A B E 2 A A A B E 2 A A A B E 2 A A A B E 2 A A A B E 2 A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A A B E 2 A A A A B E 2 A A A A A A A B E 2 A A A A A A B E 2 A A A A A A B E 2 A A A A A A A A A A A A A A A A A A	Interesting Authorized Techniques (Interesting Interesting Authorized Interesting Interest	0.00% 4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% 1(2.1+2.2+3.4+2.4) - Nota 2	86 2.13 R5 106.54 Walter Walter R5 208.65 R5 108.65 R5 1	Mangdal
A B C C JENNÓOULO 2.A A A 2 A 2 A 2 B 2 E 2 E 2 E 2 E 2 E 2 E 2 E 2 E 2 E	International Antherine International Translation and print record International Translation and print record International Translational T	0.00% 4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% 1(2.1+2.2+3.4+2.4) - Nota 2	85 313 6 5 31 6 5 5 31 6 5 5 31 6 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	Manager and a series frequent a political control of the control o
A B C JEMODULO 2.A A 2 A 2 A 2 B B B B B B B B B B B B B	Contenting Auditional Proceedings of the Contenting Audition Contenting Conte	0.00% 4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% 1(2.1+2.2+3.4+2.4) - Nota 2	85.313 65.9046 85.23467 785.23467 785.23467 85.23467 85.23467 85.23467 85.23467 85.2346 85.2346 85.200 85.2	Memorial Managing day press transporte pilling (Standard and press transporte pilling
A B C JEMODULO 2.A A 2 A 2 A 2 B B B B B B B B B B B B B	Section (A. Addissed Production (A. Addissed Productio	6.00% 4.00% Percentagi Florida 12,00% 12,00% 12,00% 12,00% (2,00%) (2,	65 101.56 85 100.56 85 100.65	Manager and a series frequent a political control of the control o
A B C JEMODULO 2.A A 2 A 2 A 2 B B B B B B B B B B B B B	Contemporary Andrewson Meditoring the Investment of Contemporary Contemporary Meditoring the Contempo	6.00% 4.00% Percentagi Florida 12,00% 12,00% 12,00% 12,00% (2,00%) (2,	85 313 6 5 31 6 5 5 31 6 5 5 31 6 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	Manual II
A B C C C I I I I I I I I I I I I I I I I	Control of Mental Control of M	6.00% 4.00%	62 3.11 65 5.00 65 5.0	Manual II
A B C JEMODULO 2.A A 2 A 2 A 2 B B B B B B B B B B B B B	Control of Medical Control of Me	6.00% 4.00%	65 3.11 6 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	Manual II
A B C C C C Indices dos C C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Antonia Antoni	6.00% 4.00%	05 2.11 05 2.01 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.03 05 2.04 05 2.0	Manual II
A B C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Antonia Antoni	6.00% 4.00% 4.00% 4.00% 4.00% Percentage 7.24.05% 4.00% 4.00% 4.00% 4.00% 5.5. Nate 3 Percentage Percentage 2.00%	62.212 85.2026 86.2026	Manual II
A B C C C C Indices dos C C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Antonia America de Companya de	6.695 4.000	05 2.11 05 2.01 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.03 05 2.04 05 2.0	Manual II
A B B C C C D E E E E E E E E E E E E E E E E	Common American Common	6.000	05 2.11 05 2.01 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.03 05 2.04 05 2.0	Manual II
A B C C S INGGENE (S A C C C M A C C C M A C C C M A C C C C	Annual An	6.000	# \$1.100 PM 100 PM	Manual II
A B B C C C D E E E E E E E E E E E E E E E E	Common American Common	6.000	05 2.11 05 2.01 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.02 05 2.03 05 2.04 05 2.0	Manual II
### ### ##############################	Among Alexandra (1997)	6.000. 1.000. 1	# 51.11 (1.1	Manual II
A B B C C D Indicate door 1 A 1 A 1 A A A A A A A A A A A A A A	Control of Marchine I	6.000. 6.	# \$1.00 PM 10 PM 1	Memorial Constant dis pressi in regioni publica Constant dispressi in regioni publica Constant dispressi in CCT Constant disp
A B B C C D Indicate door 1 A 1 A 1 A A A A A A A A A A A A A A	Control of Marchine I	4.00 4.00 4.00 4.00 4.00 4.00 4.00 4.00	# \$1.00 PM 10 PM 1	Memorial Constant dis pressi in regioni publica Constant dispressi in regioni publica Constant dispressi in CCT Constant disp
A B B C C D Indicate door 1 A 1 A 1 A A A A A A A A A A A A A A	Control of Marchael Control of Co	### 100	# \$1.00 PM 10 PM 1	Memorial Constant dis pressi in regioni publica Constant dispressi in regioni publica Constant dispressi in CCT Constant disp
A B B C C C C C C C C C C C C C C C C C	Johnson Markett (1997) And Controlled State (1997) And Con	4.000. 4.	# 51.11.20 PM 10.11.20 PM 10.1	Memorial Constant dis pressi in regioni publica Constant dispressi in regioni publica Constant dispressi in CCT Constant disp
A 2 - 2 - 0 indices date A 3 - 0 indices da	Section of the control of the contro	1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000 100	# 51.11.11.11.11.11.11.11.11.11.11.11.11.1	Memorial Memorial dispersiva di presenti a regioni professioni Collegia di lori della presenti di regioni di dispersiva di CO. Collegia di lori di segli di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di collegia di lori di collegia di lori giorni di solo gratita dei con solore di collegia di colleg
A 2 - 2 - 0 indices date A 3 - 0 indices da	Section Assessment Control of the Co	4600 1000	# 51.11.10 # 51.1	Memorial Memorial dispersiva di presenti a regioni professioni Collegia di lori della presenti di regioni di dispersiva di CO. Collegia di lori di segli di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di collegia di lori di collegia di lori giorni di solo gratita dei con solore di collegia di colleg
A B B C C C C C C C C C C C C C C C C C	Section 1. Medical Control of the Co	\$100.000	# \$1.11.00 # \$1.	Memorial Memorial dispersiva di presenti a regioni professioni Collegia di lori della presenti di regioni di dispersiva di CO. Collegia di lori di segli di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di collegia di lori di collegia di lori giorni di solo gratita dei con solore di collegia di colleg
A 2 - 2 - 0 indices date A 3 - 0 indices da	Section 1. Audition 1. Control 1.	1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000 100	### ### ### ### ### ### ### ### ### ##	Memorial Memorial dispersiva di presenti a regioni professioni Collegia di lori della presenti di regioni di dispersiva di CO. Collegia di lori di segli di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di collegia di lori di collegia di lori giorni di solo gratita dei con solore di collegia di colleg
A	Control of March 1997 (1997) (\$ 0.00	# \$1,114.00 # \$1,000	Memorial Memorial dispersiva di presenti a regioni professioni Collegia di lori della presenti di regioni di dispersiva di CO. Collegia di lori di segli di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di collegia di lori di collegia di lori giorni di solo gratita dei con solore di collegia di colleg
A 2 - 2 - 0 indices date A 3 - 0 indices da	Section 1. Authorized Section 2. Authorized	### 1000	# 51.14 1	Memorial Memorial dispersiva di presenti a regioni professioni Collegia di lori della presenti di regioni di dispersiva di CO. Collegia di lori di segli di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di collegia di lori di collegia di lori giorni di solo gratita dei con solore di collegia di colleg
A	Control of March 1997 (1997) (### 1000	# \$1,114.10 # \$1,000 # \$	Memorial Memorial dispersiva di presenti a regioni professioni Collegia di lori della presenti di regioni di dispersiva di CO. Collegia di lori di segli di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di collegia di lori di collegia di lori giorni di solo gratita dei con solore di collegia di colleg
A	Johnson March 1997 (1997) (199	### 1000	## 12.11.11 ## 12.11 ##	Memorial Memorial dispersiva di presenti a regioni professioni Collegia di lori della presenti di regioni di dispersiva di CO. Collegia di lori di segli di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di CO. Collegia di lori di collegia di collegia di lori di collegia di lori giorni di solo gratita dei con solore di collegia di colleg
A	Section 1. Audition 1. Auditio	### 1000	# \$1,114.00 # \$1,000	Memorial Constant dis press's recognit publics Constant dispersion of CT. Constant
A	Section 1. March 1. M	2-000	## 12.11.11 ## 12.11 ##	Memorial de princir la regionir publica Compani de princir la regionir publica Compa
A	Section 1. Authorized Section 2. Authorized	\$ 0.00 1.00	## 51.11.11 ## 10.11 ## 10.11	Memorial de princir la regionir publica Compani de princir la regionir publica Compa

	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - AS	U		
Data	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referent de apresentação de proposta (dia/mês/ano)	es à contratação)		Memorial
	пем	VIGILANTE ESP/RN e SINDSEGU	NOTURNO 12 x 36	
	rvenção ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	ESP/RN e SINDSEGU	RN000199/2025 06/05/25	
N	Número de meses de execução contratual	_	24	
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO C			Memorial
	Categoria Jornada	12815 5	/IGILANTE da a Domingo - Noturno	
- 0	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)		5173-30	
Sal	alário Normativo da Categoria Profissional Salário Minimo Vigente		2,048.75 1,518.00	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Dec. nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024
	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2025	ORF II. TV-NAT DE 30 DE SESELIEU D DE YONA
	Base de Cálculo de Hora Mensal Dias trabalhados Mensal		220 15	
	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUN Composição da Remuneração	Percentual	Valor	Memorial
A	Salário Base Adicional de Periculosidade	100%	R\$ 2,048.75	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
- B	Adicional de Periculosidade Adicional de Insalubridade	30%	R\$ 614.63	Art. 193, Il da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador Art. 180 e seguintes da CLT.
D	Adicional Notumo Adicional de Hora Notuma Reduzida	20% 0%	R\$ 254.23	Art. 73 da CLT e Cláusula décima primeira da CCT.
	Adicional de Hora Notuma Redutida		R\$ 0.00 R\$ 0.00	Cláussia quadragésima, parágrafo segundo da CCT.
	Valor da Reman Reserva Técnica (Variação de 0 a 6%) - Nota 1	eração (A+B+C+D+E) 0%	R\$ 2,917.61 R\$ 0.00	
	Total(Valor da Remuneçã	o + Reserva Técnica		
ota 1 - Variação De	Pefinida de acordo com consulta ao Ministério Público Estad PARCELAS INDENIZATÓRIAS	ui - MP/RN		Manadal
A	Intrajornada	50%	R\$ 326.87	Cláusula quadragisima, parágrafo quinto da CCT.
		Total	R\$ 326.87	
M	RÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre o valor da	emuneração + reser	rva técnica)	Memorial
SUBMÓDULO 2.1 A	GPS, FGTS e outras contribuições INSS	Percentual 20%	Valor R\$ 583.52	
î	SESI/SESC	1.50%	R\$ 43.76	
C	SENAC	0.20%	R\$ 29.18 R\$ 5.84	
	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.50%	R\$ 72.94	
- F	FGTS SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (RAT X FAP	8.00% 3.00%	R\$ 233.41 R\$ 87.53	
н	SZ SPEC Total Submédulo 2.1	0.60% 36.80%	8\$ 17.51 8\$ 1,073.68	
SUBMÓDULO 2.2	2 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor	
A B	Périas Auxilio Doença	11.11% 1.39%	R\$ 324.15 R\$ 40.55	
c	Licença Maternidade/Paternidade	0.02%	R\$ 0.58	
D E	Faltas Legals Acidente de Trabalho	0.28%	R\$ 8.17 R\$ 5.84	
-	Astso Prévio	1.94%	R\$ 56.60	
G	13º Salário Total Submódulo 2.2	1.11% 23.27%	R\$ 243.04 R\$ 678.93	
SUBMÓDULO 2.3	I Indenizações Aviso Prévio Indenizado	Percentual 0.45%	Valor 85 13.13	
-î	Indenização Adicional	0.08%	R\$ 2.33	
	Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submódulo 2.3	4.00% 4.53%	R\$ 116.70 R\$ 132.17	
SUBMÓDULO 2.4	Incidência Encargos	Percentual	Valor	
^	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gru Valor dos Encargos Sociais	8.56% 73.16%	R\$ 249.85 R\$ 2,114.62	
	Total dos Módulos 1+2+ indenizações (2.1+	242 342 4) - Note 2	RS 5,379.09	
	dos Encarens Sociais foram baseadas de arredo com Monito	us tá arintus mai- **	inistrin Diblim da Helin (S.	
	dos Encargos Sociais foram baseadas de acordo com Planilh	ıs já adotas pelo M	inistério Público da União (M	
A.1	MÓDULO 3: INSUMOS Uniformes (custo mensal por empresado)	ss já adotas pelo Mi	inistério Público da União (M R\$ 27.84	Managrid
A.1 A.2	MÓDULO 3: INSUMOS Uniformes (custo mensal por empresado)	ss já adotas pelo Mi	inistério Público da União (M 8\$ 27.84 8\$ 12.96	Menorial
A.1	MÓDELO 3: INSUMOS Uniformes (custo mensal por empregado) Ello (custo mensal por empregado) Equipamentos (custo mensal por empregado) Yale Transporte (E.3 x 8.2 x 8.3 - 8.4)	ss jā adotas pelo Mi	### ##################################	Monetal
A1 A2 A3 B 81	MOOULD 3: INSUMOS (Datispress (Quato mensal por empregado) (Dis (custo mensal por empregado) (Equipamentos (custo mensal por empregado) (Equipamentos (custo mensal por empregado) viale Trampper (E.1 x 8.2 x 8.3 - 8.4) usilo et sorgi da passagon parentidad et evila por alla	is já adotas pelo Mi	R\$ 27.84 R\$ 12.96 R\$ 0.00	Manuful Man
A1 A2 A3 B 81 82 83	MODELO 3: INSUMOS Uniformas (outo mensal por empregado) Dis (outo mensal por empregado) Dis (outo mensal por empregado) Valo Tramporte (E. 1: e. 2: v. 2: 3: 8:4) usin de to logi, a possegore questidade de valos por dis	ss já adotas pelo Mi	######################################	Meneral Menera
A1 A2 A3 B 81 82 82 84 C	MOOULD 3: INSUMOS (Datispress (Quato mensal por empregado) (Dis (custo mensal por empregado) (Equipamentos (custo mensal por empregado) (Equipamentos (custo mensal por empregado) viale Trampper (E.1 x 8.2 x 8.3 - 8.4) usilo et sorgi da passagon parentidad et evila por alta	is já adotas pelo Mi	### ##################################	Menorid Manifere de ground transporte giblere Workst Recorn grants & CCT.
A1 A2 A3 B 81 82 83	Conformac (author messed prot empreyageds) Conformac (author messed prot empreyageds) Conformac (author messed prot empreyageds) Valor Temperatrica (butto messed prot empreyageds) Valor Temperatrica (butto messed prot empreyaged) Valor Temperatrica (butto messed prot empreyaged) valor Temperatrica (butto messed prot empreyaged) portificate prot a temperatrica (butto messed prot empreyaged) portificate prot a temperatrica (butto messed prot empreyaged) control prot de la residencia (butto della prot empreyaged) control prot de la residencia (butto della prot empreyaged) control prot della prot empreyaged control prot empreyaged Author (butto messed)	n jā adotas pelo Mi	R5 27.64 R5 27.64 R5 27.64 R5 12.60 R5 12.60 R5 0.00 R5 0.00 R5 0.00 R5 12.60	Maximal Maximal Paragraphia palating
A1 A2 A3 B 81 82 82 84 C	MODULO 3: PREJIMOS Distributuras (quato mensal por empregado) (Distributuras por empregado) Distributuras por empregado) Distributuras (quato mensal por empregado) Valor Transporte (E. 1; 8.2; 8.3; 8.3; 8.4) solo de trofis do passegore genetidos de valor par del genetidos de valor recibilidades correspondado de valoridado (SIX as alicino base)	is jā adotas pelo Mi	### ##################################	Mercenial Mercenian dels genera transporter publica Mercenian dels genera transporter publica Standard dels genera punto del EST. Standard dels genera dels genera del EST.
A1 A2 A3 B 83 82 82 84 C D	Conforms (patter several professional professional professional patterns (patterns per serrographic) CPS (patterns per serrographic) CPS (patterns per	s já edotas pelo Mi	mstério Público de Unido (M 85 27 84 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 85 1	Mexical desires pour la recognita politica Climata delices guarda da CCT Climata delices da CCT Clima
A1 A2 A3 B 83 82 82 84 C D	MODIAGE 2 REVINES 1 Modificación (Initial Terrest de la revine del revine de la revine del revine de la revine del revine de la revine	s já edotas pelo Mi	mitrino Público da Unido (M 85 27.84 85 12.96 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 87 0.00 88 0.00	Mexical desires pour la recognita politica Climata delices guarda da CCT Climata delices da CCT Clima
A1 A2 A3 B 83 82 82 84 C D	Conforms (patter several professional professional professional patterns (patterns per serrographic) CPS (patterns per serrographic) CPS (patterns per	s já edotas pelo Mi o coco o coco	mstério Público de Unido (M 85 27 84 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 86 85 12 85 1	Mexical Advances to compare politica Climate delines quants 62 CST Climate delines quants
A1 A2 A3 B 83 82 82 84 C D	Information locals marked in recognition of the companion	s já edotas pelo Mi	## 120 Publish of the United Diff. ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84	Manual Manual desira para transporte politica Climate desiran quanta 62 CST Climate desir
A1 A2 A3 B a1 a2 a2 a3 C C D E	MODION PROMPTS The best of the property of th	o.00% Nota 3 2.00%	## 52 20 4 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Menendi Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dialam passa da CET.
A1 A2 A3 B 83 82 82 84 C D	MODION PROMPTS The best of the property of th	s já edotas peľo Mi 0.00% Nota 3 Percentual	## 120 Publish of the United Diff. ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84 ## 277.84	Menendi Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dialam passa da CET.
A1 A2 A3 B a1 a2 a2 a3 C C D E	MODION PROMISED TO MAKE THE PROMISED THE PRO	0.00% Nota 3 Percentual 2.39% 2.39% 2.39%	### Public Mills of A United M	Menendi Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dialam passa da CET.
A1 A2 A3 A3 A3 A4 A2 A3 A4	MODIFIED A STREET, A STREE	0.00% Note 3 Percentual Percentual 3.99%	### Public Mills of A United M	Menendi Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dialam passa da CET.
A1 A2 A3 B a1 a2 a2 a3 C C D E	MODION PROMISED TO MAKE THE PROMISED THE PRO	0.00% Note3 Percentual 2.00% 2.00% 3.00%	### Public Mills of A United M	Mexical Mexical Section of the Secti
A1 A2 A3 B B B B B B B B B B B B B B B B B B	MODIFIED A STREET, A STREE	0.00% Note 3 Percentual 2.00% 2.00% 3.00	## 12 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10 /	Mexical Mexical Section of the Secti
A1 A2 A3 B B B B B B B B B B B B B B B B B B	Minima D. A manufact. This hash manufact on expressed in the company of the common per among the manufact of the common per among the	0.00% Note 3 Percentual 2.00% Note 3 September 2.00% September 2.00% September 3.00%	## 12 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1	Mexical Mexical Section of the Secti
A1 A2 A3 B B B B B B B B B B B B B B B B B B	MORRAD SINGHAL MATERIAL PROPERTY OF THE PROPER	0.00% Nota 3 Percentual Percentual O deliver, she received to the second to the se	## 1972 Add	Mexical Mexical Section of the Secti
A1 A2 A3 B B B B B B B B B B B B B B B B B B	Minima D. A manufact. This beat manufact on emproperation and of this beat manufact on emproperation and of this beat manufact on emproperation and of this beat manufact on emproperation and this beat manufact of this beat manufact on emproperation and this beat manufact of this beat manufact on emproperation and this beat manufact of this beat manufact on employed and this beat manufact of this bea	0.00% Note: Section of Control o	## 1972 Add	Mexical Mexical Section of the Secti
A1 A2 A3 B B B B B B B B B B B B B B B B B B	MORPH STATE AND ADMINISTRATION OF THE ADMINI	0.00% Note: Section of Control o	## 1972 Add	Mexical Mexical Section of the Secti
A1 A2 A3 B B B A3 A3 B B C C C C C C C C C C C C C C C C C	Minima D. A manufacture of the company of the compa	0.00%. Notes 2 Parcentail 2.00%. Selection of the control of t	### 1786 ###	Mexical Mexical Section of the Secti
### A1	MORPH STATE AND ADMINISTRATION OF THE ADMINI	Percental Solid Services Percental Percental Services Service	### 1510 A 1010 M 1510 A 1010	Monanting disk ground to recognitive politica. Standard distincts against a for CT Standard distincts against a for CT Standard distincts with the CT Standard distinct with the C
A1 A2 A3 B B B A3 A3 B B C C C C C C C C C C C C C C C C C	Minima D. A manufacture of the company of the compa	0.60% 0.60% Note 3 Percentual 2.00% 3.00% 3.00% 3.00% 3.00% 4.00%	### 1980 A UNID ME 19	Monetale Steads 160ms and transports pilling Steads 160ms and to 5CT Charles 160ms and to 5CT
### A1	WHO ARE A SECRETARY OF THE AREA OF THE ARE	9.00% Note 5 Promoted 2.00% 1.00%	### ### ##############################	Monancial distance and to respect to publical Standard distance agents du CET Standard distance a
### A1	WHO ARE A SECRETARY OF THE AREA OF THE ARE	Percental Solid Services Percental Percental Services Service	### ### ##############################	Monancial distance and to respect to publical Standard distance agents du CET Standard distance a
A1 A2 A3 B1 B1 B1 B2 B2 B2 B2 B3 B3 B3 B4 B4 B4 B5	MORPH A STATE OF THE STATE OF T	8 Address path Mills (1997) Note 5 N	### ### ##############################	Monancial distance and to respect to publical Standard distance agents du CET Standard distance a
A1 A2 A3 B1 B2 B2 B3 B4 B4 B5 B7	Minima D. A manufacture of the company of the compa	Note 2 Department of the Control of	### 1786 d. visit Mr.	Monanting disk ground to recognitive politica. Standard distincts against a for CT Standard distincts against a for CT Standard distincts with the CT Standard distinct with the C
A1 A2 A3 B1 B1 B1 B2 B2 B2 B2 B3 B3 B3 B4 B4 B4 B5	Individual to the company of the com	Note 2 Department of the Control of		Monanting disk ground to recognitive politica. Standard distincts against a for CT Standard distincts against a for CT Standard distincts with the CT Standard distinct with the C
A1 A2 A3 B1 B2 B2 B3 B4 B4 B5 B7	MORROR A STREET AND A STREET AN	Note 2 Department of the Control of	15 16 16 16 16 16 16 16	Monanting disk ground to recognitive politica. Standard distincts against a for CT Standard distincts against a for CT Standard distincts with the CT Standard distinct with the C
A1 A2 A3 B1 B2 B2 B3 B4 B4 B5 B7	WHO ARE A SECURITY OF THE AREA	Note 2 Department of the Control of		Monanting disk ground to recognitive politica. Standard distincts against a for CT Standard distincts against a for CT Standard distincts with the CT Standard distinct with the C
A1 A2 A3 B1 B2 B2 B3 B4 B4 B5 B7	MORRAD SINGENESS OFFICE AND ADMINISTRATION OF THE PROPERTY OF	E-DISS. E-D	### 1997 ### 1997	Monanting disk ground to recognitive politica. Standard distincts against a for CT Standard distincts against a for CT Standard distincts with the CT Standard distinct with the C
A1 A2 A3 B1 B2 B2 B3 B4 B4 B5 B7	WHO ARE A SECRETARY OF THE AREA OF THE ARE	Bades and American State of the Company of the Comp	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Monanting disk ground to recognitive politica. Standard distincts against a for CT Standard distincts against a for CT Standard distincts with the CT Standard distinct with the C
A3	WHO ARE A SECRETARY OF THE AREA OF THE ARE	E-DISS. E-D	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Monanting disk ground to recognitive politica. Standard distincts against a for CT Standard distincts against a for CT Standard distincts with the CT Standard distinct with the C

	COMPANY DE LUCY TOUR			
	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - ASSL DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referentes	s à contratação)		Memorial
Data de	apresentação de proposta (dis/mês/ano) ITEM	VISILAN	TE DIURNO 44H	
Acordo, Conver	nçilo ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	ESP/RN e SINDSEGU	RN000199/2025 5/6/2025	
Núrr	nero de meses de execução contratual		24	
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CO	NTRATUAL		Memorial
	Categoria Jornada	v	IGRANTE la a Sábado - Diurno	
Class	sificação Brasileira de Ocupação (CBO)		5173-30	
Salán	io Normativo da Categoria Profissional Salário Mínimo Vigente		2,048.75 1,518.00	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Dec. nº 12.342 de 30 de dezembro de 2004
Da	ata base da categoria (dia/més/ano)		1/1/2025	
	Base de Cálculo de Hora Mensal Dias trabalhados Mensal		220 26	
	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA FEMUNES	acio		Memorial
1	Composição da Remuneração	Percentual	Valor	***************************************
A 5	Salário Base Adicional de Periculosidade	100% 30%	R\$ 2,048.75 R\$ 614.63	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Art. 193, E da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador
٥	Adicional de Insalubridade Adicional Noturno	0%	R\$ 0.00	Art. 187 e seguintes da CLT. Art. 73 da CLT e Cláusula décima primeira da CCT.
	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0.00	Cláusula quadragisima, parágrafo segundo da CCT.
	Valor da Remuni	0% eração (A+B+C+D+E)	R\$ 0.00 R\$ 2,663.38	
	Reserva Técnica (Variação de 0 a 6%) - Nota 1 Total(Valor da Remuneção	0% Barrera Triantes	R\$ 0.00 R\$ 2,663.38	
ota 1 - Variação Defini	ida de acordo com consulta ao Ministério Público Estadual PARCELAS INDENIZATÓRIAS	- MP/RN	10 2,402.20	
A	PARCELAS INDENIZATORIAS Intrajornada	0%	R\$ 0.00	Memorial Cláusula quadragisima, parágrafo quinto da CCT.
		Total	R\$ 0.00	
мос	XULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da re	muneração + reserv	a técnica)	Memorial
	GPS, FGTS e outras contribuições INSS	Percentual 20%	Valor R\$ 532.68	
	SES/SEC SENAC	1.50%	R\$ 39.95 R\$ 26.63	
0	INCRA	0.20%	R\$ 5.33	
	SALÁRIO EDUCAÇÃO FGTS	2.50% 8.00%	R\$ 66.58 R\$ 213.00	
Ğ	SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (RAT X FAP)	3.00%	R\$ 79.90	
	SEERE Total Submódulo 2.1	0.60% 36.80%	R\$ 15.50 R\$ 980.12	
SUBMÓDULO 2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias Férias	Percentual 11.11%	Valor R\$ 295.90	
î	Auxilio Doença	1.39%	R\$ 37.00	
C D	Licença Maternidade/Paternidade Faltas Legals	0.02%	R\$ 0.53 R\$ 7.46	
-	Acidente de Trabalho Aviso Prévio	0.20% 1.94%	R\$ 5.33 R\$ 51.67	
Ġ	13º Salário	8.33%	R\$ 221.86	
	Total Submódulo 2.2 Indenizações	23.27% Percentual	R\$ 619.77 Valor	
SUBMÓDULO 2.3				
SUBMÓDULO 2.3	Aviso Prévio Indenizado	0.45%	R\$ 11.95	
<u>^</u>	Aviso Prévio Indenizado Indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa)	0.08% 4.00%	R\$ 2.11 R\$ 106.54	
A B C SUBMÓDULO 2.4	Aviso Prévio Indenizado Indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submódulo 2.3 Incidência Encagos	0.08% 4.00% 4.53% Percentual	R\$ 2.11	
A B C SUBMÓDULO 2.4	Anto Privio Indenizado Indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submidulo 2.3 Incidência Encargos Incidência dos tincagos do Curpo A sobre os items do gra	0.00% 4.00% 4.53% Percentual 8.56%	R\$ 2.11 R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor	
A B C SUBMÓDULO 2.4 A	Audo Privio Indentazdo indentazgio Addionasi indentazgio (rendides sem justa causa) Total Submédiulo 2.3 Indidincia Encarges Indidincia Gos Toranges Indidincia dos Encarges do Grupo A sobre os items do pre Visil o dos Encarges Sodais Total dos Médialos 1.22 indentazions (2.12-	0.08% 4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16%	R\$ 2.11 R\$ 106.54 R\$ 220.65 Valor R\$ 228.00 R\$ 1,948.61	
A B C SUBMÓDULO 2.4 A	Aviso Prévio Indenizado Indenização Aidional Indenização (rescisões sem justa causa) Total Sabmédulo 2.3 Incidência Encages Incidência Encages Incidência Encages Valor dos Encages 60 Grupo A sobre os items do gra Valor dos Encages Socials	0.08% 4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16%	R\$ 2.11 R\$ 200.54 R\$ 220.65 Valor R\$ 228.00 R\$ 1,948.61	
A B C SUBMÓDULO 2.4 A Data 2 - Os índices dos l	Auton Prévio Indexinado Prévinciação Anticon Prévio Indexinado Prévinciação Anticon Indexinado Prévinciação Anticon Indexinado Provincia Provincia Indexinado Provincia Indexinad	0.08% 4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16%	85 2.11 85 100.54 85 120.65 Valor 85 228.00 85 1,948.61 85 4,611.90 birio Público da União (MPI	Manuald
A B C C SUBMÓDULO 2.4 A A A 1 A 2	Anno Précis Interinado Précisação Adiomed Précisação Adiomed Producinação (princidora sem justa causa) Total Submidido 23 - Beldidorio Tracasa Producina do Tracasa do Grupa A sobre os Rema do pri Vider dos Estagos Sociales Total de Sociales Socia	0.08% 4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16%	R\$ 2.11 R\$ 200.56 Valor R\$ 220.65 Valor R\$ 238.00 R\$ 1,946.61 R\$ 4,611.95 R\$ 4,611.95 R\$ 4,511.96 R\$ 4,511.96 R\$ 12.96 R\$ 12.96	
A B C SUBMODULO 24 A A S S A 2 - Os indices dos !	Anno Privino Indentado Indentingia Africano Indentingia (Privino verni peta causa) Indentingia (Privino verni peta causa) Indentina (Privino verni peta causa) Indentina dea Cruzage de Grupa A subre el Remo degr. Vider des Encepts Socials Total des Middels (202 indentagios 12 1- Triurges Socials Enrol Basedo de Social Com Pierribus (Privino Social Servino Pierribus (Privino Social Servino Pierribus (Privino Social Servino Pierribus (Privino Pierribus	0.08% 4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16%	85 212 100.55 R\$ 120.65 Valor R\$ 120.65 R\$ 120.66 S\$ 1,986.61 R\$ 4,911.65 R\$ 4,911.65 R\$ 4,911.65 R\$ 5,128.60 R\$ 5,27.86 R\$ 5,27.86 R\$ 5,27.86	Monorid
A B C SUBMODULO 2.4 A A Data 2 - Ot indices dos !	Amon Purido Indentariana Monto Purido Indentariana Montonega, Molitore um justo como) Indentariana, Recordos uma justo como) Indentariana, Recordos uma justo como Indentariana, Recordos Interagera Indefente de Travargera de Coupe A sedera en Semendo gorgo Testa de adeletiona (E. 1) indentariana de Coupe A sedera en Semendo gorgo Testa de adeletiona (E. 1) indentariana de Coupe A sedera d	0.08% 4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16%	85.2.11 R\$ 100.65 R\$ 200.65 Valor R\$ 200.65 Valor R\$ 2,780.01 R\$ 4,611.96 R\$ 4,611.96 R\$ 5,780.01 R\$ 5,780.01	
A B C SUBMODULO 24 A A S S A 2 - Os indices dos !	None Trains Instituted horizonia Automatica horizonia Novinia sen impatrimenti festi delettinia Provinia sen impatrimenti festi delettinia senti senti senti festi delettinia senti senti senti festi delettinia senti festi delettinia senti festi delettinia senti festi provinia senti festi delettinia senti festi festi delettinia senti festi fest	0.08% 4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16%	#5 21.20 68 #5 100.56 #5 100.56 #5 120.66 #5 120.67 #5 120.60 #5 120.60 #5 120.60 #5 120.60 #5 120.60 #5 120.60 #5 100.60 #5 100.60 #5 100.60 #5 100.60 #5 100.60 #5 100.60 #5 100.60 #5 100.60 #5 100.60 #5 100.60 #5 100.60	Monorid
A	Non-Train Individuals Montality Administration Montality Administration Test individuals Administration Test individuals Administration Test individuals Administration Test individuals Administration Test and Test and Test and Test and Test and Test and Test and Test and Test and	0.08% 4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16%	#\$ 2.21.0	Manual of Manual
A	Non-ration between the control of th	0.08% 4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16%	85.213.65 85.003.65 85.003.65 85.200.65 85.200.65 85.200.65 85.200.65 85.200.65 85.000	Manufact Man
A	Non-Train Individuals Montality Administration Montality Administration Test individuals Administration Test individuals Administration Test individuals Administration Test individuals Administration Test and Test and Test and Test and Test and Test and Test and Test and Test and	0.08% 4.00% 4.53% Percentual 8.56% 73.16%	#\$ 2.21.0	Mension sits press transporte publica Mensions sits press transporte publica Commissions delina supera del CCT. Consult delina supera del CCT.
A	Non-micro interests Interests and interests Total interests and interest Total interests and interest Total interests and interest Total interests and interest Total interests and interests an	0.05% 4.00% 4.13% Percentual 8.56% 7.16% 12.2-2-2-0, Nota 2.	85.21.1 85.20 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65 65	Managina dal parasa transporte pullora Managina dal parasa transporte pullora Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense adore da CCT Tilianda délense adore da CCT Tilianda delense adore da CCT Tilianda d
A	Name of the Controlled Section of the Contro	0.05% 4.00% 4.13% Percentual 8.56% 7.16% 12.2-2-2-0, Nota 2.	85.21.2 85.20 65 85.2	Managina dal parasa transporte pullora Managina dal parasa transporte pullora Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense adore da CCT Tilianda délense adore da CCT Tilianda delense adore da CCT Tilianda d
A B C C SUBMODURE 24 A A 1 A 1 A 2 - O indices dos 1 to 2 - O indice	Non-micro interests Interests and interests Total interests and interest Total interests and interest Total interests and interest Total interests and interest Total interests and interests an	0.05% 4.05%	#\$ 5.21.20 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Managina dal parasa transporte pullora Managina dal parasa transporte pullora Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense adore da CCT Tilianda délense adore da CCT Tilianda delense adore da CCT Tilianda d
A	American Conference of Confere	0.05% 4.05% 4.12% Percentual 5.10% 7	85 2.12 6 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	Managina dal parasa transporte pullora Managina dal parasa transporte pullora Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense quante da CCT Tilianda délense adore da CCT Tilianda délense adore da CCT Tilianda delense adore da CCT Tilianda d
A B B SIMMODURE 2.6 A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	None a Price to Methods The Section of the Section	0.05% 4.00% 4.10% Percentual 1.10% 7.73.10% 2.24.3.12.0) Note 2 2 2.35.12.0) Note 2 2 2.00% 0.00%	#\$ 5.212.00 ft.	Managina dia passa transporte publica Managina dia passa transporte publica Silanda Rislama santa da CET.
A B C C SUBMODURE 24 A A 1 A 1 A 2 - O indices dos 1 to 2 - O indice	None a Price to Methods The Section of the Section	0.05% 4.05% 4.12% Percentual 5.10% 7	85 2.12 6 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	Managina dia passa transporte publica Managina dia passa transporte publica Silanda Rislama santa da CET.
A B B SIMMODURE 2.6 A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	Month Pation Indimension Monthly Residence Monthl	0.05% 4.00% 4.10% Percentual 1.10% 1.27.3.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	# 5.2.1.2 (1.1.2	Managina dia passa transporte publica Managina dia passa transporte publica Silanda Risiana santa 15 (15) Silanda Risiana
A	Month of Part on Indicated Section 2014 (1997). A section of Monthson American Ameri	0.08% 4.00% 4.10%	# 5.2.1.2 (1.1.2	Managina dia passa transporte publica Managina dia passa transporte publica Silanda Risiana santa 15 (15) Silanda Risiana
A	Month Pation Indimension Monthing Assistance Mont	0.08% 4.00% 4.10% Precention 7.7.10% 1.00%	# 5.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2	Managina dia passa transporte publica Managina dia passa transporte publica Silanda Rislama santa da CET.
A	Note in the contention of the	0.08% 4.09% 4.19% Percentual 7.10% 7.10% 1.71% 1.00% 1.71% 1.00% 1.71% 1.00% 1.71% 1.00% 1.71% 1.00% 1.71% 1.00% 1.71% 1	# 5.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2	Managina dia passa transporte publica Managina dia passa transporte publica Silanda Rislama santa da CET.
A	Month Pation Indimension Monthly Associated Section of Monthly As	0.08% 4.09% 4.19% Percentual 2.7.16% 2	# 5.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2	Managina dia passa transporte publica Managina dia passa transporte publica Silanda Risiana santa 15 (15) Silanda Risiana
A	Non-marked interesting the control of the control o	0.08% 4.09% 4.19% Percentual 2.7.16% 2	# 5.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2	Managina dia passa transporte publica Managina dia passa transporte publica Silanda Risiana santa 15 (15) Silanda Risiana
A	Month of Post Individuals Controlled Section 19 (1997) 1	0.09% 4.00% 4.50% 4.50% 5.10%	# 5.3.3.1 (# 5.2.4 (#	Managina dia passa transporte publica Managina dia passa transporte publica Silanda Risiana santa 15 (15) Silanda Risiana
A	Note in the contention of the	0.09% 0.09%	# 5.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2	Managina dia passa transporte publica Managina dia passa transporte publica Silanda Risiana santa 15 (15) Silanda Risiana
A	Name of the Control o	0.09% 4.00% 4.50% 4.50% 5.10%	# 5.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2	Montaigns dal general transparting plating Standard delicens augusts and CCT. Chandral delicens augusts augusts augusts and CCT. Chandral delicens augusts augusts augusts and CCT. Chandral delicens augusts
A	Anna Parkon Markender Anna Parkon Markender Textur Sentander 1	0.09% 0.09%	# 2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.	Managine dis ground transporte gibbles Managine dis ground transporte gibbles Silvania districta gianta da CET. Colombia districta di CET. Colombia districta di CET. Colombia
A	Month of Point Individuals American Memory and	0.09% 4.00% Financial 5.00% 5.10% 5.10% 6.00% 6.	# 5.3.3.1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2	Managine dis ground transporte gibbles Managine dis ground transporte gibbles Silvania districta gianta da CET. Colombia districta di CET. Colombia districta di CET. Colombia
A	Non-reference individuals on the second control of the second cont	0.09% 4.00% Financial 5.00% 5.10% 5.10% 6.00% 6.	# 5.2.5.2 (A)	Managing also good to progents piloting Standard Relation guidant da CCT
A	None of their Indicated by the Control of the Control of their Indicated by the Control of the Indicated by the Control of the Indicated by th	0.00%	# 5.2.5.2 (A)	Managing also good to progents piloting Standard Relation guidant da CCT
A	None of their Indicated by the Control of the Control of their Indicated by the Control of the Indicated by the Control of the Indicated by th	0.00%	# 51.21 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10 /	Managing also good to progents piloting Standard Relation guidant da CCT
A	None of their individuals of the control of the con	0.00%	# 5 2 3 1 2 4 1 4 1 4 1 4 1 4 1 4 1 4 1 4 1 4 1	Managing side ground transports galding. **Standard Relation guidant da CCT **Standard Relation guid
A	None of their interests of the control of the contr	0.00%	# \$1.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2	Managing side ground transports galding. **Standard Relation guidant da CCT **Standard Relation guid
A	Note 1 to 10	0.00%	# 51.21.21.20 # 10	Managing side ground transports galding. **Standard Relation guidant da CCT **Standard Relation guid
A	Note 1 A response to the control of	6.000 http://doi.org/10.1001/1	# 3 2 3 1 4 1 4 1 4 1 4 1 4 1 4 1 4 1 4 1 4 1	Managing side ground transports galding. **Standard Relation guidant da CCT **Standard Relation guid

A	Data de a	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referi	notes à contratte Sol		
Marie of Section 1.	LULI GE				Memorial
March Control Section Sectio			VIGILANTE DE	IURNO 12 x 26	
March Marc	Acordo, Conven	nção ou Sentença Normativa em Dixeidio Coletivo	NDESP/RN + SINDSEGUR/R 06/E	RN000199/2025	
Company Comp	Núm	nero de meses de execução contratual			
Company Comp		MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO	CONTRATUAL		Memorial
Control,		Categoria	VIGIL	ANTE	
March Marc	Class	sificação Brasileira de Ocupação (CBO)	\$17	3-30	
April 1997 Apr	Salári	lo Normativo da Categoria Profissional			Cliausia terceira da CCT. Paraigrafo Primeiro
Section Sect		ita base da categoria (dia/mêr/ano)	1/1/	2025	DR. 17 33-912 OF 33 SE CRESTIAN OF JULY
A		Base de Cálculo de Hora Mensal	2	20	
1				,	
A	1	Composicão da Remuneração	JNERAÇÃO Percentual	Valor	Memorial
Column	Å	Salário Base	200%	R\$ 2,048.75	
	-	Adicional de Periculosidade Adicional de Insalubridade	20%	R\$614.63 R\$0.00	Art. 199, II da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador Art. 199 e sequintes da CLT.
Book Company		Adicional Naturno	0%	R\$ 0.00	Art. 73 da CLT e Cláusula décima primeira da CCT.
1 Vote	-	Adicional de Hors Noturna Medulida			Clausas quadragesma, paragrato segundo da CCI.
1		Valor da	Remunerar So (Aulter artist)	RS 2,661.18	,
March Marc		Total/Valor da Remu	neracão + Reserva Técnica)		
A Personal Service (CT) Comment		da de acordo com consulta ao Ministério Público Estadual -	MF/RN		
March Marc	A	rtrajornada	SON	R\$ 272.39	Ciliusula quadragisima, partigrafo quinto da CCT.
Commonweal Com			Total	R\$ 272.39	
Commonweal Com	M	IÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor o	la remuneração + reserva té	cnica)	Memorial
B		GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor	
Column		sesi/sesc	1.50%	R\$ 29.95	
1	c	SENAC	1.00%	R\$ 26.63	
# 1972 #		SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.50%	RS 66.58	
B		FGTS	8.00%	R\$213.07	
	н	SERRE	0.60%	R\$ 15.98	
A Month March 1 1,100	STIEMODILO 2.5				
C. Name Manufacture Control of All C	A	Férias	11.11N	R\$ 295.90	
Box	-	Auxilio Doença Licença Maternidade/Paternidade	0.02%	62.0.58	
		Faltas Legals	0.29%		
March Marc			0.20% 1.94%	R\$ 5.33 R\$ 51.67	
	Ğ	13º Salário	£32%	R\$ 221.86	
A Nove-Teach behavioral and Authority of Control of Con	SUBMÓDULO 2.3			R\$ 619.77 Valor	
C	A	Aviso Prévio Indenizado	0.45%		
March Marc	-	Indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa)		RS 2.13 RS 106.54	
A Declaration description programmed author in the right of the control of th		Total Submódulo 2.3	4.52%	R\$ 120.65	
March Marc	A A	Incidência dos Encarsos do erupo A sobre os itens do ero	8.56%	Valor R\$ 228.07	
200 - Out the format in the region for the found in a control on Public plan (appell from Publ		Valor dos Encargos Socials			
A.1	ta 2 - Os indices dos E	Total dos Módulos 1+2+ indenizaçõe incargos Sociais foram baseadas de acordo com Planihas ju	s (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 I adotas pelo Ministério Públ	R\$ 4,884.38 ico da União (MPU) e Suprem	
A.1					
A.	A.1	Uniformes (custo mensal por empregado)		R\$ 27.84	Menoral
1	A2	CPIs (custo mensal por empregado)		R\$13.10	
1	9	Vala Transporta (B.1 v B.2 v B.2 v B.3 v B.4)		R\$ 0.00	
1		valor da tarfe da passagen		RS 3.00	
		avantidade de disc trabalhadas		15	
	84 C	controportido do Beneficióno (BRI sa solara bose) Tiritate no Valla Milmantar So.		R\$ 122.93	Clienta discina quarta da CCT.
		Auxilio Saúde		R\$ 141.00	Cláusula décima sexta da CCT.
WOULD IN NEXT AND ADMINISTRATION SINCE WOULD IN NEXT AND ADMINISTRATION SINCE WOULD IN NEXT AND ADMINISTRATION SINCE A				R\$ 1.00 R\$ 0.00	Cláusula décima sétima da CCT. Estimativa com base na mediana dos seguros de vida graticados em outras
Major Majo					
		VALUE DA RESERVA TECNICA (sobre os insumos) Total (A + B + C +D + E + F)	0.00%	R\$ 0.00 R\$ 522.94	
4 Department Value Presented Value A Department					· ·
March Marc	4	MODULO 4 - DEMAIS COMPONENTS		Valor	
Comparison described for March 10 (Sept. 200 Comparison Comparis	A	Despesas administrativas/operacionais	2.90%	R\$ 157.10	
A Comparison of the American Security of the Comparison of the Com			5.79%	R\$ 212.66	
A	S - Casa seja constittado	values abusinos das Despesas Administrativas/Operacionais e Lucio	biarbitantei, cabecli a Preguerio a ir da Bitado	ru responsável pela	
A.1 SIGN ASSOCIATION ASSOCIATI	nymin amin'ilia	MÓDULO S - TRIBUTOS (ISSQN+CORINS-PIS) - LUCRI	PRESUMIDO Notas - 4 e S		
# 1 1000 # 1000	A	TRIBUTO IB 65 NV 100 = To	Percentual B.GSN	Valor	
A.1 15	AI	MOKE	1.00%		
B Mão de Otra-Insumos-Demais Componentes) = Po R\$ 5,720,94 C Po(1-7e) R\$ 6,272,65		es .		Mile make	
- Perfected 10 90 92/4/90		(Mão de Obra+Insumos+Dernais Componentes) = Po		85 5,730.98	
Total Middulo S (B+C) R\$ 542.67		Lottle, and	Total Módulo S (B+C)	RS 6,273.65 R\$ 542.67	
The state of the s	riha de Composção de Pr	MACHINE S. TRIBUTES DESCRIPTION			
Percentual Valor			Percentual	valor	
A TREATO (14,295)/100 = To 8,655. A1 Same Balancia	A	TRIBUTO (14,25%)/100 = To	8.65% 1.07%		
A.2 torms source success succe		COPING	E OUN	Rida onches	Lucro real cumulativo, cfe. arts. 1º e 10, inciso i, da Lei nº 10.833, de 2003; arts. 123, inciso X, e 145 da instrução Normativa RFB nº 2.121,
A 2 93 680 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentar) - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 de Otra-Heuman-Chemit Componentari - PG 95,530 549 8 980 8	A.I		D45%	Bills maker	Lucro real cumulativo, cfe. arts. 1º e 10, inciso i, da Lei nº 10.833, de 2003; arts. 123, inciso X, e 145 da instrução Normativa 959 nº 2.121,
C Po((1-To) RS 6,273.65	·			RS 6,273.65	
Total Middulo S (B-C) R \$ 542.67			Total Módulo S (B+C)	R\$ 542.67	
		QUALIRO RESUMO DO CUSTO POR PU	NCIONÁRIO		
QUADRIO RESUMO DO CUSTO POR RUNCIONÁRIO	MÓDULO	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por e	mpregado)	Mailor DC 4 *** ***	
MÓDULO Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) Valor	3	NSUMOS		R\$ 532.94	
MODULO Mild of de de transcript o contratual (outer par empregate) Maior 1 + 2 + A COMPROS/GO DA REMONTENÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INCENDIZÇÕES BS 4.884 38 3 NOZAMOS RESTAURA REMONTENÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INCENDIZÇÕES BS 5.53.244	4	DEMAIS COMPONENTES TRIBUTOS RESONACIOENSARIO		85313.66 95547.67	
MACINED - Mode on the several polarity prompage (b) - Moder - 12 + 2 + 2 - CONCESCO CON - METALUTACE/C) - RECENTACE/CS - RECENTACE/C) - RECEN		SUCKO PRESUMIDO		KI 547.47	
MODIS Of the Prince of the		TITCHO KENT	1	85.542.67	
Model Mode	-				
Montage Mary and re- content Mary and r	6 7	Quantida	de de Empregados por posto	2	

	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - CAI	có		No.
Data d	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referent de apresentação de proposta (dia/mês/ano)	es a contratação)		Memorial
	пем	VIGILANTE ESP/RN e SINDSEGU	NOTURNO 12 x 36 8N000199/2025	
	englio ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	ESP/RIN E SINUSEGO	06/05/25	
Ni	úmero de meses de execução contratual		24	Į.
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO C			Memorial
	Categoria Jornada	12816 - Semine	IGILANTE la a Domingo - Noturno	
Cir	assificação Brasileira de Ocupação (CBO)		5173-30	
Sali	iário Normativo da Categoria Profissional Salário Minimo Vigente		2,048.75 1,518.00	Cláusafa terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Dec. nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024
	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2025	
	Base de Cálculo de Hora Mensal Dias trabalhados Mensal		220 15	
			.,	
	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUN Composição da Remuneração	Percentual	Valor	Memorial
À	Salário Base Adicional de Periculosidade	100%	R\$ 2,048.75	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
- 5	Adicional de Periculosidade Adicional de Insalubridade	30%	R\$ 614.63	Art. 193, II da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador Art. 189 e seguintes da CLT.
D	Adicional Notumo	20%	R\$ 254.23	Art. 73 da CLT e Cláusula décima primeira da CCT.
	Adicional de Hora Notuma Reduzida	9%	R\$ 0.00	Cláusula quadragisima, parágrafo segundo da CCT.
	Valor da Remun	eração (A+B+C+D+E	R\$ 2,917.61	
	Reserva Técnica (Variação de 0 a 6%) - Nota 1 Total(Valor da Remuneçã	o + Reserva Técnica	R\$ 0.00 R\$ 2,917.61	
lota 1 - Variação Del	finida de acordo com consulta ao Ministério Público Estad	ual - MP/RN		
A	PARCELAS INDENIZATÓRIAS Intrajornada	50%	R\$ 326.87	Memorial Cláusula quadragésima, parágrafo quinto da CCT.
		Total	R\$ 326.87	
MC	DULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da	remuneração + reser	va técnica)	Memorial
SUBMÓDULO 2.1	GPS, PGTS e outras contribuições	Percentual	Valor	
A B	INSS SESI/SESC	20% 1.50%	R\$ 583.52 R\$ 43.76	
c	SINAC	1.00%	RS 29.18	
D E	INCRA SALÁRIO EDUCAÇÃO	0.20% 2.50%	R\$ 5.84 R\$ 72.94	
r G	FGTS SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (BAT X FAP	8.00% 3.00%	R\$ 233.41 R\$ 87.53	
н	2582	0.60%	R\$ 17.51	
SUBMÓDULO 2.2	Total Submédulo 2.1	36.80% Percentual	R\$ 1,073.68	
A	Férias	11.11%	R\$ 324.15	
E C	Azzilio Doença Licença Maternidade/Paternidade	1.39% 0.02%	R\$ 40.55 R\$ 0.58	
D	Faitas Legais	0.28%	R\$ 8.17	
	Acidente de Trabalho Aviso Prévio	0.20% 1.94%	R\$ 5.84 R\$ 56.60	
G	13º Salário Total Submédulo 2.2	8.33% 23.27%	R\$ 243.04 R\$ 678.93	
SUBMÓDULO 2.3	Indenizações	Percentual	Valor	
A	Aviso Prévio Indenizado	0.45%	RS 13.13	
:	Indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa)	0.08% 4.00%	R\$ 2.33 R\$ 116.70	
SUBMÓDULO 2.4	Total Submédulo 2.3 Incidência Encargos	4.53% Percentual	R\$ 132.17 Valor	
A	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gra	8.56%	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62	
	Valor dos Encargos Sociais Total dos Módulos 1424 indeniracións (2.14)	73.16% 7.247.347.4) - Note 3	RS 2,134.62	
lota 2 - Os índices d	Valor des Encargos Socials Total dos Módulos 1+2+ Indentrações (2.1+ los Encargos Socials foram baseadas de acordo com Planifh	2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 5,379.09	
	Total dos Módulos 1+2+ indentrações (2.14/ los Encargos Sociats foram baseadas de accedo com Planifi- MÓDULO 3: INSUMOS	2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 5,379.09 nistério Público da União (M	Menopial
A1	Total dos Módulos 1+2+ indentzações (2.1+) los Encargos Sociais foram baseadas de acordo com Planith MÓDULO 3: INSUMOS Uniformes (custo mensal por empresado)	2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 5,379.09 nistério Público da União (M R\$ 27.84	Nemed
A1 A2 A3	Testal dos Módules 12-2 indemirações (2.1-6 los Encargos Sociais foram baseadas de accedo com Planith MÓDULO 3: INSUMOS Uniformes (ousto mensal por empregado) EDIs (ousto mensal por empregado) EQUIS (ousto mensal por empregado) EQUIS (ousto mensal por empregado)	2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 5,379.09 nistério Público da União (M #\$ 27.84 #\$ 11.10 #\$ 0.00	Monetal
A.1 A.2	Total dos Módulos 142- indentações (2.1-ć los Encargos Sociais foram baseadas de acordo com Fiarlih Los Encargos Sociais foram baseadas de acordo com Fiarlih Módulos (2008) (200	2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 5,379.09 #\$ 27.84 #\$ 13.10 #\$ 0.00 #\$ 0.00	Menoral
A.1 A.2 A.3 B &1	Total des Médicals 1-2e Indentargées [24] total forcarges Socials foram baseadas de cordo om Flanish Louis Socials foram baseadas de cordo om Flanish MODECO 2: RESUMOS Uniformes (pusto marrial per empregado) 19% (posto mensal per e	2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 5,379.00 ministrico Público da Unillo (M #\$ 27.84 #\$ 13.10 #\$ 0.00 #\$ 1.00	Montal
A1 A2 A3 B	Tetal des Médicias 1-2s indentargées (215 se transpar se com Fiscalis se transpar section managed as de com Fiscalis section produced as transpar section for the common section of the common section secti	2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 5,379.00 ministrino Público da União (M # # # # # # # # # # # # # # # # # #	Nomed
A1 A2 A3 B 81 82 82 84 C	Total dos Mósolas 1-20 Indensizações (2-14 to Encargos Tocicia foram baseadas de cordo om Finalh MODILO 3: MOUMOS MODILO 3: MOUMOS MODILO 3: MOUMOS (Inclato messal por empregado) Equipamentos (cuato messal por empregado) Equipamentos (cuato messal por empregado) Asia Torospite (14: 3-2 d. 8-1 - 4) milir de trols de prospera constituid de video por designa constituid de video por designa (Inclato messal por empregado) (Inclato mes	2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 5,37%.00 #\$ 5,27%.00 #\$ 27.504 #\$ 13.10 #\$ 5,000 #\$ 5,000 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20 #\$ 1.20	Menonal Washington parts for CT.
A.1 A.2 A.3 B a.j a.j a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g	Tatal des Miladas 12-10 internationale 12-10 Tatal des Miladas 12-10 internationale 12-10 Social S	2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 5,378.00 ministrino Público da União (M 1852 pro ministrino Público da União (M 1852 pro 1853 pro 1	Nomed
A1 A2 A3 B 81 82 82 84 C	Test des Middas 12 2 in infernitures 12 24 to Compage Social Section Based de de cordo Compage Social Section Based de de cordo Compage Social Section Based de de cordo Compage Social Section Based de cordo Compage Social Section Based Sect	2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 5,37%.00 ministrino Público da União (M	Memorial Demonia delloro quanto de 25. Standa delloro quanto de 25. Standa delloro quanto de 25.
A.1 A.2 A.3 B a.j a.j a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g	The State of the Markota It-2 is indicated to 2 and in the State It-2 in	2.3×2.3×2.4) - Note 2 as jā adotas pelo Mi	#5_5778.00 ministerio Público da União (M. 185276.64 ministerio Público da União (M. 185276.64 ministerio Público da União (M. 18511.10 ministerio Público da 18511.00 ministerio Público (M.	Manual disease quarta (a CCT. Chanda disease quarta (a CCT.
A.1 A.2 A.3 B a.j a.j a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g	Total des Milains 1-15 melessage la la Total des Milains 1-15 melessage la color De l'Allon 1-15 melessage de color de l'Allon 1-15 melessage de color de l'Allon 1-15 melessage de color des mesages de l'Allon 1-15 melessage de	2.3×2.3×2.4) - Note 2 as jā adotas pelo Mi	#\$ 5,37%.00 ministrino Público da União (M 1975) com ministrino Público da União (M 1975) com 1975 com	Manual disease quarta (a CCT. Chanda disease quarta (a CCT.
A.1 A.2 A.3 B a.j a.j a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g	The State of the Markota It-2 is indicated to 2 and in the State It-2 in	2.29:2.39:2.4) - Note 2 as já adotas pelo Mi	#5_5778.00 ministerio Público da União (M. 185276.64 ministerio Público da União (M. 185276.64 ministerio Público da União (M. 18511.10 ministerio Público da 18511.00 ministerio Público (M.	Monand Chanda dibiner quarta (2007)
A.1 A.2 A.3 B a.j a.j a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g	The did at Middle 12-2 including the 2-1 city of the Company to Co	0.00%	#5 5,172.00 #5 1,172.00	Monand Chanda dibiner quarta (2007)
A1 A2 A3 B B3 A2 A3 A2 A3 A2 A2 A3 A2 A3 A4 A B B	Total des Médicis 12-2 indicates de 12-2 de 12	0.00%. O.00%. Reta 3 Percentual J.00%.	#5 5,177.00 #5 5,177.00 #5 5,177.00 #5 1,1	Memorid Security Review graves for CEX Security Review grave
A.1 A.2 A.3 B a.j a.j a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g a.g	Total des Médicis 12-2 indication de la Company de la Comp	2.29.2.3-2.4) - Note 2 m já adotas pelo Mi 0.00% - Note 3 Percentual	#5 5,172.00 #5 1,172.00	Memorid Security Research prices (a) 675. Securit
A1 A2 A3 B B3 A2 A3 A2 A3 A2 A2 A3 A2 A3 A4 A B B	To read des Médicio 12-2 inventionales 23-15 (section 12-2) inventionales 12-25 (secti	0.00% Output	#5 5,175.00 #5 7,744 #5 1,130 #5	Memorid Security Review graves for CEX Security Review grave
A1 A2 A3 A3 A3 A4	The date Middle 12-2 in Medical Part of the Middle 12-2 in Medical Part of the Middle 12-2 in Medical Part of the	e.gov. - Note 3 - Percentual - 2.99% - 2.99% - 3.99%	#5 5,175.00 #5 7,744 #5 1,130 #5	Memorid Security Review graves for CEX Security Review grave
A1 A2 A3 B B3 A2 A3 A2 A3 A2 A2 A3 A2 A3 A4 A B B	To read des Médicio 12-2 inventionales 23-15 (section 12-2) inventionales 12-25 (secti	2.22.21.2.6) Note 2 has ji a dotes pelo Mil a ji a dotes pelo Mil 0.00% Note 3 Percentual Percentual 2.22.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.	#5 5,174.00 #5 5,174.00 #5 5,174.00 #5 5,10	Memorid Security Research prices (a) 675. Securit
A1 A2 A3 A3 A3 A4 A3 A4	The date Middle 12-2 in Medical Part of the Middle 12-2 in Medical Part of the Middle 12-2 in Medical Part of the	0.00% October 10 Sept 20 Sept	#5.175.00 #5.275.00	Memoral Security Review games do CET. Security Review games
A1 A2 A3 B B B B B B B B B B B B B B B B B B	The real of the Middle 10.2 in Middl	0.00%. Note 3 Opening Control of the Control of t	#5.5.176.00 #5.5.1	Memorid Security Research prices (a) 675. Securit
A1 A2 A3 A3 A3 A4 A3 A4	The date Middella 12-2 in Medical and American Middella 12-2 in Medical According to Company and Compa	2.023.24.261 Reta 2 as ja edotas pedo Militario sa ja edot	\$ \$1,70.00 to 100 at 200 Mg and 2	Memorial Classic 2000 operis 2010 CT. Classic 2010 operis 2010 CT. Classic 2010 operis 2010 CT. Classic 2010 C
A1 A2 A3 A3 A3 A4 A3 A4	The other beautiful to 2 in the content of the cont	0.00% Note 2 - Percentual - 3.00% Note 3 - 3.00% No	\$ \$1,70.00 to 100 at 200 Mg and 2	Memorial Classic 2000 operis 2010 CT. Classic 2010 operis 2010 CT. Classic 2010 operis 2010 CT. Classic 2010 C
A1 A2 A3 A3 A3 A4 A3 A4	The date Middella 12-2 in Medical and American Middella 12-2 in Medical According to Company and Compa	0.00% Note 2 - Percentual - 3.00% Note 3 - 3.00% No	\$ \$1,70.00 to 100 at 200 Mg and 2	Memorial Classic 2000 operis 2010 CT. Classic 2010 operis 2010 CT. Classic 2010 operis 2010 CT. Classic 2010 C
A3 A3 A3 B B B A3 A2 A2 A3 B B C C C C C C C C C C A A A A A A A A	The old of Michael In Christopher 12 (1) and the Michael In Michael In Christopher 12 (1) and the Michael In Michael In Michael In Christopher 12 (1) and the Michael In	0.00% Description of the control of	# 1,170 OF 10 PA 1	Memorial Claude 2000 superia SCCCT Claude 2000
A1 A2 A3 A3 A3 A4 A3 A4	The diff of Middle 12-2 in Middle 12	0.00%. 0.00%. Note 3 Personnel 2.50%. Note 3 Personnel 3.50%. Note 3 Personnel 4.50%. Note	\$ \$1,70.00 to 100 at 200 Mg and 2	Monantel Stream's decrea equate del CCT. Chandre dellere et del CCT. Chandre dellere et del CCT. Chandre dellere et delle et delle et delle et delle et delle protection en unites plantificaçuna studies de 1955, esc.
A3 A3 A3 B B B A3 A2 A2 A3 B B C C C C C C C C C C A A A A A A A A	The other beautiful to the contention of the con	0.00% Description of the control of	# \$1,700 (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1)	Memorial Classic 2000 operis 2010 CT. Classic 2010 operis 2010 CT. Classic 2010 operis 2010 CT. Classic 2010 C
### A1	Total des Médian I De José Median I Median I De José Medi	0.60% Note 2 Percentual 2.00% Note 2 Percentual 2.00% Note 3 2.00% Note	## \$1,379.00 ##	Meneral decrease quarte de CCI Standard decrease quarte de CCI S
### A1	The date Middle 12-2 in Medical 12-2 in Medica	0.60% Note 2 Percentual 2.00% Note 2 Percentual 2.00% Note 3 2.00% Note	## \$1,700 PM 1,700 P	Memorial decreas quarte de CCT Chandra de CCT
A1 A2 A3 B1 B1 B1 B1 B2 B2 B2 B2 B3 B3 B4	The off the Middle In 2-2 inches lated as In Control and In Contro	2,923,243 Nate 2 Per American P	## \$1,700 PM 1,700 P	Meaning decrease and CCT Channing decrease and CCCT Chan
A1 A2 A3 A3 A1 A2 A1 A2 A2 A2 A2 A2 A3 A4	The old of Michael to 2th Indiana (1971) and the Control of Michael to 2th Indiana (1971) and the Indiana (197	9.000 Nate 2 Percentage 2 Perce	# 1,170 PM 1	Memorial decreas quarte de CCT Chandra de CCT
A1 A2 A3 B1 B1 B1 B1 B2 B2 B2 B2 B3 B3 B4	The Andrée Marient De La Marie	9.000 Nate 2 Percentage 2 Perce	## \$1,700 PM 1,700 P	Memorial decreas quarte de CCT Chandra de CCT
A1 A2 A3 A3 A1 A2 A1 A2 A2 A2 A2 A2 A3 A4	The Control of Michigan (Control of Michigan (Contr	9.000 Nate 2 Percentage 2 Perce	# 1,170 0 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Memorial decreas quarte de CCT Chandra de CCT
A1 A2 A3 A3 A1 A2 A1 A2 A2 A2 A2 A2 A3 A4	Trans data Marian 12-2 in Marian 12-	9.000 Nate 2 Percentage 2 Perce	## \$1,700 PM	Sharaka distince quarta da CET Sharaka distince da CET Sharaka distince quarta da CET Sharaka distince da CET Sharaka distince quarta da CET Sharaka distince da CET Sharaka di
A1 A2 A3 A3 A1 A2 A1 A2 A2 A2 A2 A2 A3 A4	Total des Médica (12) de Médica (12) de Médica (13)	Berlin Be	## \$1,700 PM 1,700 P	Shared detries quart de CET Shared detries de CET Shared de Shared de Shared de CET Shared de S
A 1 A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 2	Trans data Makalan 12- in indicata in an internal transit in control on medical in an internal transit in control on medical in an internal transit in internal intern	8-995. Bright State Control of the	## 1,170.00 ## 1,	Shared detries quart de CET Shared detries de CET Shared de Shared de Shared de CET Shared de S
A A A A A A A A A A	Trans data Makalan 12- in indicata in an internal transit in control on medical in an internal transit in control on medical in an internal transit in internal intern	5695. Sept.	## 1,170.00 ## 1,	Security 2007 as quarter for CCT. Chandred 2007 as quarter for CCT. Chandred 2007 as greater for CCT. Chandred 2007 as

A Incorporate Col. Col	Description Propose	Description of Proposed Processing Control Control Processing Control Control Processing Control Processin	April Control Contro	March Company American Company Compa	April Company Compan	March Community of Community	March Control, by American Control (1998) March Control (1998)	The Content of Property of No. 1999 1999	Section Company Comp	Martin Company Mart					
The Principal Control of Section 2015 1985 19	The Principal Control of Section 2015 1985 19	The Principal Control of Section 2015 1985 19	The Process of the	The Company in the Number of Control of Co	The Concession in the strong bearing and strong the strong to control of the STREET	The Concession of Notice Control on State Control on St	Procedure Process Pr	Procedure Process Pr	March Company Application of Design Company Co	## Company In the Com		SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - CAIC	O		Manuald
March Company Compan	March Company Compan	March Company Compan	March Company Compan	March Company Compan	March Company Compan	March Marc	March Marc	March Marc	March Company Activation March	March Company Annual Action March Ma	Data d	e apresentação de proposta (dia/mês/ano)	is a contracação;		avernorius
									March Marc	March Marc			VISILAN	TE DIURNO 44H	
West For the second and secret of the Second State Second St	West For the second and secret of the Second State Second St	West For the second and secret of the Second State Second St	West For the second and secret of the Second State Second St	March Company March Company March Company March	West of the control	March Company March	March Company March	March Company March	March Section Company Compan	Miles March Marc			ESP/RIN E SINUSEGUE	5/6/2025	
Company Comp	Company Comp	Company Comp	Company Comp	Comprision Com	Comprision Com	Company Comp	Company Comp	Company Comp	Complete Between Complete Co	Complete Between Complete Co	Nú	mero de meses de execução contratual		24	
March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	Section Company Comp	Section Company Comp	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc		ΜÃΟ DE ΟΒΡΑ ΥΙΝΟυΙΑΝΑ À ΕΧΕΟυζÃΟ Ο	ONTRATUAL		Memorial
Committee Comm	Committee Comm	Committee Comm	Committee Comm	Company Comp	Company Comp	Committee Comm	Committee Comm	Committee Comm	Company Comp	Company Comp			Ath - Served	IGRANTE	
March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Michael Michael March Michael Marc	March Michael Michael March Michael Marc	Select Micros Vagos Select Micros Vagos Select Vagos Selec	Select Micros Vagos Select Micros Vagos Select Vagos Selec	Select Micros Vagos Select Micros Vagos Select Vagos Selec	Micro March 1994 1995 1995 1995 1995 1995 1995 1995	Micro March 1999 19	Cla	ssificação Brasileira de Ocupação (CBO)		5173-30	
Common	Common	Common	Common	Section Committee Commit	Part	Part Common Com	Part Common Com	Part Common Com	Miles and American Standard Miles 19 19 19 19 19 19 19 1	Montant of Interpretal Annihological Section 19 19 19 19 19 19 19 1	Salá	irio Normativo da Categoria Profissional			
Section Processing Proces	Section Processing Proces	Section Processing Proces	Section Processing Proces	See to substantial to compare of a supervision of the compare of	Montange March M	Montane March Ma	Montane March Ma	Montane March Ma	The content and	No. 10 1997		Data base da categoria (dia/més/ano)		1/1/2025	DEC 11- 32-94 de 30 de destituiro de 2044
A	A	A	A						March Support Suppor	March Marc					
1	1	1	1	1	1	1	1	1	The content of the	The content of the				20	
A Motion Prints of March 1980 9.5 (2010) Street to record of CC Street for Prints of CC Street for P	A Motion Prints of March 1980 9.5 (2010) Street to record of CC Street for Prints of CC Street for P	A Motion Prints of March 1980 9.5 (2010) Street to record of CC Street for Prints of CC Street for P	A before the second second control of the s	A Mothe State Mothe Sta	A bridge from 1980 1	A	A Motion Para 1980	A Motion Para 1980	A	A	-,	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNE	RAÇÃO	Voles	Memorial
C	C	C	C	Column C	Column C	Column C	C	C	Common A contact Marked Common A contact	Common of contractions	À	Salário Base	100%	R\$ 2,048.75	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
									A	A continued in the Number Industrial	- 8	Adicional de Periculosidade	30%	R\$ 614.63	Art. 193, 8 da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador Art. 193 e semintes da CLT.
The control of the	The control of the	The control of the	The content of the	The Name of Name of Discription of a 19 cm 15 cm	The Second Sec	The State of State	The Company of the	The Company of the	March Marc				0%	R\$ 0.00	Art. 73 da CLT e Cláusula décima primeira da CCT.
State Stat	State Stat	State Stat	Total Continue Cont	Value Temper Service Value Val	Total Continue Cont	Water March Marc	Value Valu	Value Valu	The color The	West Proceedings Process Pro	-	Adicional de Hora Noturna Reduzida	9%	R\$ 0.00	Clausula quadragésima, paràgrafo segundo da CCT.
1	1	1	1	1.	1	1. Total per Parlicus de santite com un marchine de la Saladia de la Parlicus de santite com un marchine de la Saladia de la Parlicus de santite com un marchine de la Saladia de la Parlicus de la Saladia de la Parlicus de la Saladia de la Parlicus de la Saladia de la	1. Total pictures of a control	1. Total pictures of a control	Page	The content of the	-	Valor da Remun	eração (A+B+C+D+E)	R\$ 2,663.38	
		Transport or members Ministrate Minist				A margin from manufact and manufacture (CALLES) The CALLES The C	A margin frame and manufacture (Color Delical And Service) The Color Delical And Service) The	A margin frame and manufacture (Color Delical And Service) No. S. S. S. S.	Company Comp	Transport Process Pr		Totali Valor da Remuneci	io + Reserva Técnica)		
A Procurements	A Procurements	A Procurements	A intercention (P. 1905) State of proceedings of the process of th	A Procurement of the Company of the	A Procurement (Procure Control Contro	A Intercentable	A Intercentable	A Intercentable	A Description Fig. Section	A	1 - Variação Defin	nida de acordo com consulta ao Ministério Público Estadua	i - MP/RN		
March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	Month Mont	A	PARCELAS INDENIZATORIAS Intrajornada	0%	RS 0.00	Memorial Cláusula quadranísima, parágrafo quinto da CCT.
March Marc	March Marc	March Marc	March Marc		March Marc	Medical Control Medical Co	Medical Column Medi	Medical Column Medi	Medical Column Medi	Medical Content				R\$ 0.00	,
March Marc	March Marc	March Marc	March Marc		March Marc	Medical Control Medical Co	Medical Column Medi	Medical Column Medi	Medical Column Medi	Medical Content	MÓ	OULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da re	emuneração + reservi	a técnica)	Memorial
Column C	Column C	Column C	Column C	Column C	Column C	Column	Column	Column	C	C	EMÓDULO 2.1	GPS, PGTS e outras contribuições	Percentual	Valor	
Column C	Column C	Column C	Column C	Column C	Column C	Column	Column	Column	C	C	A	22/2X	1.50%	R\$ 532.68 R\$ 39.95	
E	E	E		1	1	E	The Author Discoverage	The Author Discoverage	E. SAMES DESCRIPTION OF THE SECTION S. S. S. S. S. S. S. S	S. AND SECURITY CONTROL OF 11 AND 1.500		SENAC	1.00%	R\$ 26.63	
## 1975 1975	## 1975 1975	## 1975 1975	## 1975 1970	Part	## 1975 1970	## 1972 1970	## 1972 1970	## 1972 1970	Part	Page	E .	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.50%	R\$ 66.58	
Book	Book	Book	Bar Section			Bottom	Bar Service	Bar Service	Bare	m mare	-	FGTS	8.00%	R\$ 213.07	
Value Valu	Value Valu	Value Valu	Value Valu	Section Sect	The content of the	The content of the	The content of the	The content of the	March Marc	March Marc	н	SERRE	0.60%	R\$ 15.98	1
A Perc	A Perc	A Perc	A	A	A March	A March	A Peter 13.15% 13.25%	A Peter 13.15% 13.25%	A	A	management and	Total Submódulo 2.1	36.80%	R\$ 980.12	
S. Market Descript S. Petrology (1997) S.	S. Market Design 1.000.	S. Market Design 1.000.	State Stat	S. Marie Designer Marie Service Marie	S. Marie Control	Section Compared	S. Park Design S. Park D	B. Market Desires	March Contest	A	A	Férias	11.11%	R\$ 295.90	
Description Comparison Co	Description	December	S	Description	S	S	D	Description	Section Sect	Section Comparison Compar		Auxilio Doença	1.39%	R\$ 37.02	
## Description of the Company of the	To November Nove	Fig. Section Company	The company	To The Part The	The Company	The companies of the	Part Management Managemen	To John Parks 1900	To Park Pa	T	D	Faltas Legais	0.28%	R\$ 7.46	
S 20 Julius Total Name (al.) 2 20 Percent 1 20 Percent 1 20 Percent 1 20 Percent 20 P	Column C	Column	ST Valence Total Understand ST Valence	Column	ST Valence Total Understand 2,2 27,000 1,2 10,2 10,2 10,2 10,2 10,2 10,2 10,2	Column	Stratemon	Company Comp	Column	Column C		Acidente de Trabalho	0.20%	R\$ 5.33	
A	Machine Mach	Machine Mach	A	A	A	A Company	A contraction of the contraction	Machine Mach	March Marc	Montestable Marchael Indication Marcha	Ğ	13º Salário		R\$ 221.86	
A this Price telephone 56% 51 50 50 50 50 50 50 50	A this Price telephone 56% 51 50 50 50 50 50 50 50	A this Price Delation is 1	A the first between the common of the commo	A Multi Prince Volume Control Section 5	A hate Prince Vertication of Section 9	A this first between the company of	A the Print to Manner of the Control of the Contro	A the Print to Manner of the Control of the Contro	A	A	MÁDILIO 2 3			R\$ 619.77	
C Medicardo Franchis variety and 4000 1 5000	C Medicardo Franchis variety and 4000 1 5000	C Medicardo Franchis variety and 4000 1 5000	C Moderage Promises and post case of Access of State 1992 (1992) A Definition for Congrega of State 20 and 1992 (1992) A Definition for Congrega of State 20 and 1992 (1992) A Definition for Congrega of State 20 and 1992 (1992) A Definition for Congrega of State 20 and 1992 (1992) A Definition for Congrega of State 20 and 1992 (1992) A Definition for Congrega of State 20 and 1992 (1992) A Definition (Incompany Congregation) A Definitio	C Information Street Stree	C	C Information Company Compan	C Information C Inform	C Information C Inform	Commission Marchane Institute Marchane Instit	Committed procedure and part cases) ASP ST 1956	A	Aviso Prévio Indenizado	0.45%		
March Marc	March Marc	March Marc		March Marc		Section Part Section	Page	Page	March Part	Page	-	Indenização Adicional	0.08%	R\$ 2.13	
A besidence due Courage due tour de part of the Courage due tour tour problem yet and the Courage due tour problem yet and	A besterin dus Courage de Cogne de la cele de 1920 de	A besterin dus Courage de Cogne de la cele de 1920 de	A bedefinite for Congress for Segress and Engine Segress (1992) 17 Collection of Energy Session from Proceedings and Associated Segress (1992) 17 Collection of Engine Session from Procedings and Associated Segress (1992) 18 Collection Segress	A bedefine the tranger in the Cape a flow in the Cape and the Cape an	A bedefinite de Coupe de Cope a claim o Ege a 20 mil 1992 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	A before the foregas and segment as them a page 1850. 157.201. When the foregas have 17.00 10.000 12. Column of frage places (see the segment of the page places) 10.000 13. Column of frage places (see the segment of the page places) 10.000 14. A b deforms places (see the segment of the page places) 10.000 14. A b deforms places (see the page places) 10.000 15. A b deforms places (see the page places) 10.000 16. A b deforms places (see the page places) 10.000 17. A b deforms places (see the page places) 10.000 18. A b deforms places (see the page places) 10.000 18. A b deforms places (see the page places) 10.000 18. A b deforms places (see the page places) 10.000 18. A b deforms places (see the page places) 10.000 18. A b deforms in departs (see t	A bolistics du Courage in England group A selve on them de plus 1970 1970 1970 1970 1970 1970 1970 1970	A position due Congress of Engine Active in the one of the Congress of Engine Congress of the Congress of Engine Congress of En	A confidence for temporary for Signal Author in temporary for Signal Author in temporary for Signal Author in the Signal Author in the Signal Author in Temporary for Signal Author in T	A confidence for trougge for Single Author is to say of a 1872			4,00%	R\$ 106.54	
A 1 Individual joint member or compagnish 4 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	A 1 Onlinear both manual and expended of \$5.00	A 1 Information processing and exemptable 6.2 E.B. 1.	A 1 Informacy (and morating an engage (all) 3	A.1	A.1	A.1	A Disfersion (John American consequention) A 1 Dispersion of the Company of the	A 1 Order have been arranged and a 15 2.00 1 A 1 Part of the month of management of the second of t	A 1 Sufficiency beats manufact or promption 9,278	1	BMÓDULO 2.4 A	Total Submódulo 2.3 Incidência Encargos Incidência dos Encargos do Grupo A sobre os Itens do gru Valor dos Encargos Socials	4.53% Percentual 8.56% 73.16%	R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61	
A	A. Department both control or entropycle	A	A	1.5 1.5	A.	A	A.	A.1 Suppressed to Justine and per encounted A.1 A.1	## 1	## 55.50 ## 55.	Α	Total Submidulo 2.3 Incidência Encages Indélencia dos Encages de Grupo A sobre os items do gru Valor des Encargos Socials Total dos Médiales 1-2+ indentrações (2.1+ Encagos Socials foram baseadas de acordo com Planifhas	4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,946.61 R\$ 4,611.99	
4.1	4.1 Internal to the distance of the control of the	4.1 Internal to the distance of the control of the	1.5 1.5	### 15 15 15 15 15 15 15 1	4.1 bits of the dispersion of	4.1	4.1	1	15 15 15 15 15 15 15 15	15 15 15 15 15 15 15 15	A 2 - Os índices dos A.1	Total Schmiddulo 2.3 Incidência Tracages do Grupo A sobre os items do gru Valor dos Tracages do Grupo A sobre os items do gru Valor dos Tracages do Grupo A sobre os items do gru Valor dos Médidos 1224 indentrações [2.14 Tracages Socials foram baseadas de acordo com Planifhas MODUO 3.1 MESUMOS Jasiformes (outo mensal por empregado)	4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,611.99 tério Público da União (MPL	
### 1	A	A	2.5	## 1	2.5	2.5	A	1	1	Section Sect	A.1 A.2 A.3	Total Submidskol Enarges Indidencia del Encarges de Grupo A sobre es tiems de pre- Valler de Encarges de Grupo A sobre es tiems de pre- Valler des Encarges Socials 1-2-2- indexissações (2,1-1 Encarges Socials Service Besseland es accesso com Flambina Encarges Socials Service Besseland de accesso com Flambina Encarges Socials Service Besseland de accesso de Planbina Encarges Socials Service Besseland de accesso de la composição Encarges Socials Service Besseland de accesso de la composição d	4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.01 R\$ 4,911.99 birio Público da Unillo (MPL R\$ 27.84 R\$ 13.10 R\$ 6.07	
### 1997 1997	### 1997 1997	### 15 19 19 19 19 19 19 19	A	### 1932 1932	### 1932 1932	15	## 15.00 ## 15.00	## 15.00 ## 15.00	A	## 15.20 *** The Company of the commonship of	A 2 A 3 B	Total submidded Enages Indidition dan Enages de Grupa A sobre es term day Veller des Enages de Grupa A sobre es term day Veller des Enages des Grupa A sobre es term day Total das Massedas de 20 indicentes (E12-16 Total das Massedas de 20 indicentes (E12-16 Total das Massedas de 20 indicentes (E12-16 Total das enages de grengregolo) Englander (E12-16) En	4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 120.65 Valor R\$ 2.26.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,611.99 R\$ 4,611.99 R\$ 1.1 10 R\$ 1.27.84 R\$ 1.1 10 R\$ 3.10.00 R\$ 5.11.00	
C Delaries which Allementally 4 do (a) Delaries delarem under 4 of CCT.	C Southern Service Attenuation	C Southern Service Attenuation	C States with Administration	C	C	C States with Attenuage 4 (50.00) Florance desired user's ECCT.	C Planter virtual Attenuisipa	C Column	C	C	A1 A2 A3 8 81 82	The Table Scheduler Scapes Incidence Increases Incidence Increases Incidence Increases Incidence Increases Incidence Increases Incidence Increases Incidence	4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 120.65 Valor R\$ 2.26.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,611.99 R\$ 4,611.99 R\$ 1.1 10 R\$ 1.27.84 R\$ 1.1 10 R\$ 3.10.00 R\$ 5.11.00	
				## 152.00 (March of total part of the families of the support of t	1	1	1		E specia de la certa projection de la company de la compan	E Supera de vide ser longe 15 1 20 Shauley Edition (ECT - Compiling on Note or combined for tappoint for oil production on motion **The State of State 15 1 20 Shauley Edition (ECT - Compiling on Note or combined for tappoint for oil production on motion **The State 15 1 20 Shauley Edition	A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2	The Third Schedules 2.3 Paid Sch	4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 120.65 Valor #\$ 228.07 #\$ 1,948.01 #\$ 4,941.19 #\$ 4,941.19 #\$ 5,11.10 #\$ 5,000 #\$ 5,300 #\$ 5,300 #\$ 5,300 #\$ 5,300 #\$ 5,300	
				Total Section Total Section Total Section			T Sector Methods T Sec	T Sector Methods T Sec	To come to Minister	To place before To place To	A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2	The Information 2.3 Solidation frameper Solidation frameper Solidation frameper Varies for Streety Solidation That dies Minderland 2.01 selectrosphe 1.2.1 That dies Minderland 2.01 selectrosphe 1.2.1 Though a Solidation frame I based as a consider our President Solidations, Solidation frame I based as de consider our President Solidations, Solidation frame I based as de consideration Solidations, Solidation frame I based as de consideration Solidations, Solidation frame I based as de consideration Solidation frame I based as described as d	4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 2005. Valor #\$ 7.26.07 #\$ 7.26.07 #\$ 7.26.07 #\$ 4.41.19 #\$ 4.41.19 #\$ 27.84 #\$ 13.100 #\$ 3.100 #\$ 3.200	Meneral di
A Degrees administration in programme 3 200 4 20 20 20 20 20 20	A Degrees administration in programme 3 200 4 20 20 20 20 20 20	A Degrees administration in programme 3 200 4 20 20 20 20 20 20	A	Molecular - Antibodic Compression Procession Value Val	Montane Activated Control	March Marc	Montage Section Conference Section Value	Montage Section Conference Section Value	Molecular American	Molecular Section Personal National	A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2	Their behaviole 2.3 behaviole 2.6 behaviole	4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 27.005 Valor #\$ 27.00 m	Meneral di
A Degrees administration in programme 3 200 4 20 20 20 20 20 20	A Degrees administration in programme 3 200 4 20 20 20 20 20 20	Montage 4 - Strateg Conference No. 2	A	Molecular - Antibodic Compression Procession Value Val	Montane Activated Control	March Marc	Montage Section Conference Section Value	Montage Section Conference Section Value	Molecular American	Molecular Section Personal National	A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2	Their behaviole 2.3 behaviole 2.6 behaviole	4.53% Percentual 8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 27.005 Valor #\$ 27.00 m	Meneral di
4 Designation administrational Systematical Value Valu	4 Designate administrational parameters 200 Miles 1900	4 Designate administrational parameters 200 Miles 1900	4	4	4	4 Decrease, advisorational space relations 1 Sept. 8 1 SEP. 9 1 SE	4 Department of the control of the c	4 Department of the control of the c	4 Improve determinant improvements 1	4 September 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2	To be included a second of the	4.32K Percentual B.50K 7.10K 7.10K 2.2-2-2-2-0, Nota 2	#\$ 320.65 Valer #\$ 2,246.61 #\$ 1,246.61 #\$ 4,411.90 #\$ 2,446.61 #\$ 4,411.90 #\$ 3,110	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
4 Designation administrational Systematical Value Valu	4 Designation administrational Systematical Value Valu	4 Designation administrational Systematical Value Valu	4	4	4	4 Decrease, advisorational space relations 1 Sept. 8 1 SEP. 9 1 SE	4 Department of the control of the c	4 Department of the control of the c	4 Improve determinant improvements 1	4 September 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2	To be included a second of the	4.32K Percentual B.50K 7.10K 7.10K 2.2-2-2-2-0, Nota 2	#\$ 320.65 Valer #\$ 2,246.61 #\$ 1,246.61 #\$ 4,411.90 #\$ 2,446.61 #\$ 4,411.90 #\$ 3,110	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
## James 2,50% 45,50% ## Market Label 1,50% 1,50% ## Market Label Label 1,50% 1,50% ## Market Label Label Label 1,50% 1,50% ## Market Label Label Label Label 1,50% 1,50% ## Market Label La	## James 2,50% 45,50% ## Market Label 1,50% 1,50% ## Market Label Label 1,50% 1,50% ## Market Label Label Label 1,50% 1,50% ## Market Label Label Label Label 1,50% 1,50% ## Market Label La	## James 2,50% 45,50% ## Market Label 1,50% 1,50% ## Market Label Label 1,50% 1,50% ## Market Label Label Label 1,50% 1,50% ## Market Label Label Label Label 1,50% 1,50% ## Market Label La	## JEFF 2.50% 45.334.05 ## STATE 1.50%	2	# person	\$ tors	Section Sect	Section Sect	2	\$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$	A 2 - Os indices don A 2 - A 3 - S - A 3 - B -	Total behavioral 23 September 24 September 2	4.13% Percentual 8.10% 73.10% 72.20-2.40) Posta 2 já adotas pelo Minis 0.00%	#5 200.65 Value #5 220.75 #5 1,000.65 #5 1	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
Construction desired and in the company and interference in the construction, and in Fragence in registering principles of the Construction of t	Construction desired and in the construction of construction of the construction of	Construction desired and in the construction of construction of the construction of	Control personals desire desire des l'appendication de l'appendicati	Constraints deven during all controls and largers of Minister Section 19 (and 19 agrees) and 19 agrees (19 agrees) and 19 agrees (19 agrees) and 19 agrees (19 agrees) and 19 agrees)	Construction during during during during displayed and an expensed part of the property of t	Control processing desiration desiration desiration (and processing desiration) and processing desir	Construction desired desired desired for (Septimer Construction) Construction (Septimer Co	Construction desired desired desired for (Septimer Construction) Construction (Septimer Co	Comparison Com	Comparison Com	A 2 - Os indices don A 2 - A 3 - S - A 3 - B -	A section of the control of the cont	4.12% Percentual 5.00% 77.10% 77.10% 77.10% 2.22.2.2.2.3. Neisz zi já adotas pelo Mens 0.00%	#5 200.65 Value #5 210.65 #5 210.66	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
A	A	A	A TRANSPORT AND AND ACCOUNTY TO A TRANSPORT AND ACCOUNTY TO ACCOUN	A *** PRINCED ACCOUNTS *** P. *** A	Presented Control Control	A TREATED ACCOUNTS 1 TO ACCOUNT	A TRANSPORT AND STATE OF THE PROPERTY OF THE P	A TRANSPORT AND STATE OF THE PROPERTY OF THE P	A 182-00 (ASSO) 100 - 1	A micro particular to the control of	A1 A1 A2 A3 B B2 B2 B2 B3 B4 C C C C C C C C C C C C C C C C C C	The desirability of the control of t	4.5% Percentual 5.00 73.00 Note 2 0.000 Note 2	#\$ 2,20.66 Value #\$ 2,20.66 #\$ 4,20.50 #\$ 4,20.50 #\$ 4,20.50 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 3,20.60	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
A	A	A	A TREATION ACCOUNTS TO A CONTROL OF THE ACCOUNTS TO ACCOUNT TO ACCOUNTS TO ACCOUNTS TO ACCOUNTS TO ACCOUNTS TO ACCOUNTS TO ACCOUNT TO ACCOUNTS TO	A *** PRINCED ACCOUNTS *** P. *** A	Presented Control Control	A TREATED ACCOUNTS 1 TO ACCOUNT	A TRANSPORT AND STATE OF THE PROPERTY OF THE P	A TRANSPORT AND STATE OF THE PROPERTY OF THE P	A 182-00 (ASSO) 100 - 1	A micro particular to the control of	A1 A1 A2 A3 B B2 B2 B2 B3 B4 C C C C C C C C C C C C C C C C C C	And the Company of th	4.5% Percentual 5.00 73.00 Note 2 0.000 Note 2	#\$ 2,20.66 Value #\$ 2,20.66 #\$ 4,20.50 #\$ 4,20.50 #\$ 4,20.50 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 3,20.60	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
A MERCE (ARMY) (No. 1 to 1	A MERCE (ARMY) (No. 1 to 1	A MERCE (ARMY) (No. 1 to 1	A 1850/03 (2000)/200 * 1	A MERCO (ASSOC)(SIC) TO A SECTION SECTION 2.5 May 1.5 May	A MERCINA (MONING) TO 1 \$250. STATE STATE	A 1850/0 (\$600)(\$100 * 1	A MERCES ARRAY/100° 19 4 5450. 4.1 100° 1 5450. 4.2 10° 1 5450. 4.3 10° 1 5450. 4.4 10° 1 5450. 4.5 10° 1 5450. 4.6 10° 1 5450. 4.7 10° 1 5450. 4.8 100° 1 5450. 4.8	A MERCES ASSOCIATED (1982 + 19	A Manage Controlled 1-7 is 4.000 1.0	A 1 1980-00 (2000)20 - 7 2 5 450 5 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	A1 A1 A2 A3 B B2 B2 B2 B3 B4 C C C C C C C C C C C C C C C C C C	The desirability of the control of t	4.13% Percential 5.00% 7.30% 7	# 5 200.66 Value	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
2.5 Control 1.500	2.5	2.5	2.1	2.5	2.5	5.2 (Colore Colore Colo	2.5 (2004) (2004	2.2 Obest 3.00 40 min 5.00 40 min 5.00	2 2000	2 Section Se	A1 A1 A2 A3 B B2 B2 B2 B3 B4 C C C C C C C C C C C C C C C C C C	The control of the co	4.1% Percentage 1.100 1.200 1.	# 53 200.00 # 54 200.00 # 54 200.00 # 54 200.00 # 54 200.00 # 54 200.00 # 55	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
8 Mile de Chris-enterman Companenteral - Per 55, 12 CP	8 Miles de d'internationne Comprendent - Pro	8 Miles de d'internationne Comprendent - Pro	8 Mile de Other-Ammerican Componentes Pro	8 Mile de d'anneuement componente à Pre 15 x 107 de 15	8 Mile de Orientamente Compositent (* Pr. 65.2107.) 5 Politic (*	8 No. 46 of the resource competent of Personal Competent of Person	\$ 1 Mig de Offerenamente hande Companente et Pr. 15 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	8 Main of the summer designation in the control of the control	\$ Min is d'Ou recommendance Composertes 2 Pr. 1	\$ Mind of Clay of Communications Compared to 7 to 15 MoV 25	A 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices d	The desirability of the control of t	4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 5.1% Percental 5.1% Percental 6.2% Percental 6.4% P	8 1 30 600 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 5	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
C Selection Feed Makes	C Section February Section S	C Section February Section S	C Selection Se	C	C	C	C \$\frac{1}{2}\frac{1}\frac{1}{2}\frac{1}{	C Sq.12/2-0 56.20/2-0 55.20/2-0 Total Middols 3x-10 55.20/2-0 Total M	C. PolyTo bid Coloration (Principle Colo	Company Comp	A 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices d	The desirability of the control of t	4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 5.1% Percental 5.1% Percental 6.2% Percental 6.4% P	8 1 30 600 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 5	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
Trans Mades 1 (24-10) #55.6.25	Trans Mades 1 (24-10) #55.6.25	Trans Mades 1 (24-10) #55.6.25	Trans Market St. Col.	A T A T	*** Table Mark 18 (1904) **** Table Mark 18 (1904) *** Table Mark 18 (1904) **** Table Mark 18 (1904) *** Table Mark 18 (1904) **** Table Mark 18 (1904) ***	Trans Market Str. Co.	To 10 Miles (\$10.0) #5 (\$4	To 10 Miles (\$10.0) #5 (\$4	The contraction of the contracti	Table 18 (19 12 19 1	### A	The desirability of the control of t	\$15% Percential 1.5% 1.5	# 1 3 4 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
			The state of the	MODISON 1- NEWTO INDONESTICATION DELLA	MOCROS 1987 1980 1980 1981 1980 1981 1980 1981 1980 1981 1980 1981 1980					Monary Teneror December D	### A	The control of the co	4.3% Percentage 2.2% 2.2% 2.4% 2.2% 2.4% 2.4% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5	# 1 man in the control of the contro	Momental Classical prices on parts for CCT. Classical prices are control of CCT. Classical prices are con
Neutral Out	Neutral Out	Neutral Out	Neutral Out	A REMODEL/ANA/AND + TO A REMODEL AND A REMOD	A **READER DELA PROVISION 1	Percentage Control Control	Posterior Posterior Nation Nation	Posterior Posterior Nation Nation	Principle (1,27%) (200 + 7s)	A	### A	A second content of the content of t	4.3% Percentage 2.2% 2.2% 2.4% 2.2% 2.4% 2.4% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5	# 1 man in the control of the contro	Momental Classical prices on parts for CCT. Classical prices are control of CCT. Classical prices are con
A.1 5509 5.00% Não Inciser A.2 5509 2.00% Não Inciser A.3 5509 2.00% Não Inciser A.3 5509 2.00% Não Inciser Income real cumulativo, cle. arts. 1º a 20, inciso 1, da Lai nº 20.283, de 2002, arts. 122, inciso X, a 195 de instrução Normativa 978 nº 2.232, do 4.00% Não Inciser Income real cumulativo, cle. arts. 1º a 20, inciso 1, da Lai nº 20.833, de 2002, arts. 122, inciso X, a 195 de instrução Normativa 978 nº 2.232, do 4.00% Não Inciser Income real Cumulativo, cle. arts. 1º a 20, inciso 1, da Lai nº 20.833, de 2002, arts. 122, inciso X, a 195 de instrução Normativa 978 nº 2.232, do 4.00% Não Inciser Incise Inciser Incise Inciser Incise Incise Incise Incise Incise Inci	A.1 5509 5.00% Não Includ A.2 5509 2.00% Não Includ 2.00% Não In	A.1 5509 5.00% Não Includ A.2 5509 2.00% Não Includ 2.00% Não In	A1 550V 5,00% No Incise A2 550NS 2,200% No Incise A3 550NS 2,200% No Incise A3 650 No Incise A5 65	A.1 (2009 5.00% 5.	A1 1009 1009 1009 1009 1009 1009 1009 10	1.1 (100) 1.500 (1.500) (1.500	1.1 (2027 1.10) Add to compare the compare of the compare the comp	1.1 (2027 1.10) 1.100 1.	4.1 1900 1.5	4.1 No. 1.50 1.50	### A	A second content of the content of t	4.3% Percentual 5.5% Section 2.25 2.25 2.25 2.25 2.25 2.25 2.25 2.2	# 1 main and a main an	Momental Classical prices on parts for CCT. Classical prices are control of CCT. Classical prices are con
A3 A5 0.55% NSo notive fourtread entrangement of the arts. 1º e 10, inches i, de Lei nº 10.833, de 2000; arts. 123, inches X, e 145 de instrução Normativa 898 nº 2.121, de	A3 A5 0.55% NSo notive fourtread entrangement of the arts. 1º e 10, inches i, de Lei nº 10.833, de 2000; arts. 123, inches X, e 145 de instrução Normativa 898 nº 2.121, de	A3 A5 0.55% NSo notive fourtread entrangement of the arts. 1º e 10, inches i, de Lei nº 10.833, de 2000; arts. 123, inches X, e 145 de instrução Normativa 898 nº 2.121, de	A3 NS 065W NSO make jurno real currelativo, die. arts. 1º e 10, inches j, da Lei nº 10.833, de 2000; arts. 123, inches X, e 145 da instrução Normativa 898 nº 2.121, d	A3 MS allo de Otra-Iniumos-Demais Componentes) = 90 85 5,742.731	A3 PS 0650 ABO NALLY BUTON real Cumulative, die, arts. 1º e 10, incho 1, de Lei nº 20.813, de 2002, arts. 121, incho X, e 145 de instrução Normative 8º8 nº 2.121, de 5 5,742.735 Mão de Otra-Anumos-Demais Componentes) = Po 85,5742.735	A3 PL State Components Po SSS Share State Stat	A2 PG Share Components PD SEX	A2 PG Share Components PD SEX	22 S S S S S S S S S S S S S S S S S S	24 62 48 48 48 48 48 48 48 48 48 48 48 48 48	### A	The control of the co	4.3% Percentual ASTA ASTA ASTA ASTA ASTA ASTA ASTA AST	# 1 main and a main an	Momental Classical prices on parts for CCT. Classical prices are control of CCT. Classical prices are con
		5 Min de Obrashumou-Dirmin Componentes) = Dr. S.S.S.26778	B Milo de Otra-insumos-Demais Componentes) = Po 85 5,747.78	5 (Mão de Obra-Insumos-Demais Componentes) = Po 8\$ 5,747.78	5 (Mão de Obra-Insumos-Demais Componentes) = Po 8\$ 5,747.78	8 Mile de Orbe-shumou-Dermits Componentes) = Po	\$ Mild of Other-Insures-Components) = Po 55_3727.78 C Po(12-70) 55_020.05 C Po(12-70) 55_020.05 C Po(12-70) C Po(12-70	\$ Mild of Other-Insures-Components) = Po 55_3727.78 C Po(12-70) 55_020.05 C Po(12-70) 55_020.05 C Po(12-70) C Po(12-70	\$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghe Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghe Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	\$ Miles de Objection (Imparentelle 1- Pt. 15 Miles) 1	A 1 A 2 - Os indices dos A 1 A 2 B 8 B 8 B 8 B 8 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9	The control of the co	4.3% Personal and August 1999 Personal and Aug	# 1 main and a main an	Stream's allegand quarter for CCT. Channels allegand quarter for
B (Mão de Obra+Insumos+Demais Componentes) = Po R\$ 5,747.78									### A Transfer State Control File Control Fi	The state of the color of the	A.1 A.1 A.2 A.3 B.1 B.2 B.2 B.2 B.2 B.2 B.2 B.3 B.3	The control of the co	4 UNA Percentual STATUS	## 1 main a common a	Manuscrid Standard Restine questry der CCT Standard Restine questry der
			C Po/(2-To) IS 6,292.05			Total Módulo 5 (S+C) R\$ 544.26				MODISSI	A 3 - A 3 -	The control of the co	4 UNA Percentual STATUS	## 1 main and a main a	Manuscrid Standard Restine questry der CCT Standard Restine questry der
				Total Módulo S (B-C) RS S44.26			the contract of the second of		MORDING With the submitted is a comparable contrast infer and or engagedate More	Miles at the recordant is recorded assessment before per empressed Vision Visi	A 3 - A 3 -	The state industrial of a state of the state	4.3% Personniari Personniari 2.30.2% 2	## 1 man	Stream's distinct quarts dut CC
Total Middulus S (8+C) R\$ 544.26	Total Middulus S (8+C) R\$ 544.26	Total Middulus S (8+C) R\$ 544.26	Total Middalus S (8+C) R\$ 544.26						3 80,000.05	3 80,0000 5 55,272 4 500,000 1 55,272 5 51,100 5 51,000 5	A 3 - A 3 -	The control of the co	4.3% Personnel 1.25 / 2.25 /	## 1 man	Stream's distinct quarts dut CC
Total Rédicio S (R-C) RS 544.35 QUARRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	Total Middalo 5 (B-C) R\$ 544.25 GUARRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	Total Middalo 5 (B-C) R\$ 544.25 GUARRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	Total Middulo S (B-C) R5 S44.26 QUADRIO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	QUAGRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁNIO	QUADRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁNIO	QUADRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁNIO	QUADRO ESUMO DO CUSTO POR RUNCIDIÁRIO MÓDILIO - Mão de obra vintuáles à execução contratual (valor por empregado) - Valor	QUADRO SESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO MÓDULO Mão de obra vinculada à execução contratual (sulto por empregado) (Valor	# STANSAC COMPONENTS # \$134.55 Tentucing Controlled	4 SAMAC COMPONENTS \$134.00 5 THERMIS SOURCE/CENSH-MISS	A	The control of the co	4.3% Personniari P	## 1 man 1 m	Stream's distinct quarts dut CC
15 15 15 15 15 15 15 15	15 15 15 15 15 15 15 15	15 15 15 15 15 15 15 15	15 15 15 15 15 15 15 15	QUICKO MELINIO DO CUSTO POR FUNCICINADO MESO de tido e encuelado e asempalado e entre prespuedo l 1-2-2-A COMPOSO DO EN REMERANÇO A ENTRADESSO SOCIA - REMORASO SOCIA - REMORA	QUADO HEARO DO CUSTO POR FINICACIANO 11-1-1A CONSTIDENT SE ARROLDO SEMBRANDO CUSTO POR FINICACIANO 11-1-1A CONSTIDENT SE ARROLDO SEMBRANDO CUSTO SEMBRANDO C	QUADO HEARO DO CUSTO POR FINICACIANO 11-1-1A CONSTIDENT SE ARROLDO SEMBRANDO CUSTO POR FINICACIANO 11-1-1A CONSTIDENT SE ARROLDO SEMBRANDO CUSTO SEMBRANDO C	MODUID Mile de des viroulatés à execuções combratual (vivile por empregado) Viviler 1-2 + A COMPOSIÇÃO DA MARIMERAÇÃO - 15 NEADOS SOCIAS - HORDERAÇÕES SE 4,611.99	MODUID Mile de des viroulatés à execuções combratual (vivile por empregado) Viviler 1-2 + A COMPOSIÇÃO DA MARIMERAÇÃO - 15 NEADOS SOCIAS - HORDERAÇÕES SE 4,611.99	\$ Pass (700 (000) + CORPACHO) #5 544.2 #000 Hallandoo	3 PRINCES INDICACIONOS 81 M.E. BORNOS CONTRACTOR SERVICIONOS 15 M.E. BORNOS CONTRACTOR SERVICI	A 1 - 0 indices do 1 -	Total submidies 2 at 10 and 10	4.3% Personniari P	# 1 main and a main an	Stream's distinct quarts dut CC
#55.64.25 #55.	#5 #5 #5 #5 #5 #5 #5 #5	#5 #5 #5 #5 #5 #5 #5 #5	Major Majo				MEDICALO Male de teles varionales al sercepta contractal belar per empregado	MACOUSD Male de teles variedades al executado policie por empregados	# 1 #5 64 #5 Water Tested do Empregado Mensul (12-2-14-4-5) #5 £, 222.05 Quantidade de Empregados por posto 1	UCODATA: 6 Valor Total do Empragado Mensal (12-13-14-15) 85 (14-12) 7 Questidade do Empragado se presento 1 8 Valor Total do Empragado se presento 1 8 Valor Total do Presento Incol. 8 KK 5720 M	A 1 - 0 indices do 1 -	The control of the co	4.3% Personniari P	## 1 main with a m	Stream's distinct quarts dut CC
\$1.00 \$5.00.00 \$	\$1.00 \$5.00.00 \$	\$1.00 \$5.00.00 \$	\$2,000 \$	Quarter RESINO De Centro PER FUNCIONARIO	Quarter STEAMO DO CUSTO FOR FUNCOMENO Marie de servicio de la recolida contrata final para emprepabil (Marie de servicio de servicio estrata final para emprepabil (Marie de servicio) de servicio estrata final para emprepabil (Marie de Servicio) (Marie de Servici	Quarter STEAMO DO CUSTO FOR FUNCOMENO Marie de servicio de la recolida contrata final para emprepabil (Marie de servicio de servicio estrata final para emprepabil (Marie de servicio) de servicio estrata final para emprepabil (Marie de Servicio) (Marie de Servici	Miles de des recombes à responsable primer per gregories Mair	Miles de des recombes à responsable primer per gregories Mair	6 Valor Total do Empregado Mensal (14:23-14:5) 85 5,292.05 7 Considerado de Empregado per posto 1	6 Valor Total do Empregado Némai (12-12-14-15) 85 (2,22.05) 7 Quantidad de Empregados por posto 1 8 Valor Total do Sente Messal (601) 85 (2.20.05)	A 1 - 0 indices do 1 -	The control of the co	4.3% Personniari P	# 1 main and a main an	Stream's distinct quarts dut CC
\$1.00 \$1.0	# # # # # # # # # # # # # # # # # # #	# # # # # # # # # # # # # # # # # # #	1000000000000000000000000000000000000				Medical Column Medi	MEDICAL Medic de visión excepción a reconscipa controlata (del per a propagata) Visión		S Valor Total do Posto Mensal (6/7) SS 6 292 FS	A A	The control of the co	4.9% Presented 7-1009 7	## 1 man ##	Stream's distinct quarts dut CC
\$\frac{\text{\text{wint Name \text{\texitext{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\texitin}\text{\text{\text{\text{\texit{\text{\texit{\texitt{\texit{\texitext{\text{\text{\texit{\texititet{\texit{\texit{\texi	\$\frac{\text{\text{wint Name \text{\texitext{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\texitin}\text{\text{\text{\text{\texit{\text{\texit{\texitt{\texit{\texitext{\text{\text{\texit{\texititet{\texit{\texit{\texi	\$\frac{\text{\text{wint Name \text{\texitext{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\text{\texitin}\text{\text{\text{\text{\texit{\text{\texit{\texitt{\texit{\texitext{\text{\text{\texit{\texititet{\texit{\texit{\texi	\$\\ Section \$\\ \text{Section \$\\	000000 Main Account 100000 100000 100000 100000 100000 100000 100000 100000 100000 100000 100000 100000 100000 100000 1000000 1000000 100000000	MODIOS Main Brown MODIOS	MODIOS Main Brown Main Br	Miles in the secondary as executed a secondary invariant for large an expression Other	Miles in the secondary as executed a secondary invariant for large an expression Other	B Valor Total do Posto Mensal (6x7) 8\$ 6,292.05	Valor do Posto Total de Meses da Vigincia Contestual (Britámero de meses de execução do 8\$ 251,000.20	A A	The control of the co	4.1% Proceedings 7.16% 2.2.3.1.2.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1	## 1 man ##	Stream's distinct quarts dut CC
4.1 (SDS 4.1) 4.500 4.1 (S	4.1 (SDS 4.1) 4.500 4.1 (S	4.1 (SDS 4.1) 4.500 4.1 (S	1.50 1.50	4.1 1000 4.0	4.1 (100) 4.00 4.00 4.00 4.00 4.00 4.00 4.00 4	4.1	4.1	4.1	4.1 Store 1.5 St	## 1	A1 A1 A2 A3 B B2 B2 B2 B3 B4 C C C C C C C C C C C C C C C C C C	And the Company of th	4.5% Percentual 5.00 73.00 Note 2 0.000 Note 2	#\$ 2,20.66 Value #\$ 2,20.66 #\$ 4,20.50 #\$ 4,20.50 #\$ 4,20.50 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 2,20.60 #\$ 3,20.60	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
4.1 (1907)	4.1 (1907)	4.1 (1907)	4.1 (1907) 5.000 5	4.1 1000 4.0	4.1 1000 4.5	4.1	4.1	4.1	4.1 Store 1.5 St	## 1	A1 A1 A2 A3 B B2 B2 B2 B3 B4 C C C C C C C C C C C C C C C C C C	The desirability of the control of t	4.1% Percentage 1.100 1.200 1.	# 53 200.00 # 54 200.00 # 54 200.00 # 54 200.00 # 54 200.00 # 54 200.00 # 55	Mexical distinct quarts & CCT. Should distinct quarts & CCT.
8 Miles de Otto-incurrence Componente al Pro- 55, 12 CP. 5 (1972)	8 Miles de Otto-incurrence Componente al Pro- 55, 12 CP. 5 (1972)	8 Miles de Otto-incurrence Componente al Pro- 55, 12 CP. 5 (1972)	8 Miles de Otto-incurrence Componente al Pro- 55, 12 CP. 5 (1972)	8 Mile de d'ain-manurachemin Congression I - Pr. 1	8 Mile de d'ain-manurachemin Congression I - Pr. 1	2	2	2	\$ Min is d'Ou recommendance Composertes 2 Pr. 1	\$ Mind of Concentration Companies of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Mind of Park Park Mind of Concentration Companies of Park Mind of Park Min	A 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices d	The desirability of the control of t	4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 5.1% Percental 5.1% Percental 6.2% Percental 6.4% P	8 1 30 600 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 5	Mexical distinct quarts &CCT. Should distinct quarts &CCT. Shoul
C Mg/17-01 Free F	C Mg/17-01 Free F	C Mg/17-01 Free F	C Mg/17-01 Free F	C	C	C	C	C	C. PolyTo bid Coloration (Principle Colo	Company Comp	A 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices dos de la 2 - Os indices d	The desirability of the control of t	4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 4.1% Percental 5.1% Percental 5.1% Percental 6.2% Percental 6.4% P	8 1 30 600 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 5	Mexical distinct quarts &CCT. Should distinct quarts &CCT. Shoul
Total Made to (24-10)	Total Made to (24-10)	Total Made to (24-10)	Total Made to (24-10)	The Control of Contr	The Control of Contr	Trans Market Str.	Trans Market Str.	Trans Market Str.	The contraction of the contracti	Table 18 (19 12 19 1	### A	The desirability of the control of t	\$15% Percential 1.5% 1.5	# 1 3 4 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5	Mexical distinct quarts &CCT. Should distinct quarts &CCT. Shoul
Wilson 1 - Number (service) (MOD BM. MOD B	Wilson 1 - Number (service) (MOD BM. MOD B	Wilson 1 - Number (service) (MOD BM. MOD B	Wilson 1 - Number (service) (MOD BM. MOD B	MODISON 1- NEWTO INDONESTICATION DESCRIPTION MODISON MODIS	MODISON 1- NEWTO INDONESTICATION DESCRIPTION MODISON MODIS					Monary 1 marks	### A	The control of the co	4.3% Percentage 2.2% 2.2% 2.4% 2.2% 2.4% 2.4% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5	# 1 man in the control of the contro	Monomid Classic process parks for CCT. Classic process are CCT. Cla
Neutrinal Out	Neutrinal Out	Neutrinal Out	Neutrinal Out	A Ministry LANGING TO THE CONTROL OF	A Ministry LA National Annual Conference of the	Personal Color	Personal Color	Personal Color	Principle (1,27%) (200 + 7s)	Proceedings Proceedings Procedings P	### A	The including 2 is a second of the control of the c	4.3% Percentage 2.2% 2.2% 2.4% 2.2% 2.4% 2.4% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5% 2.5	# 1 man in the control of the contro	Monomid Classic process parks for CCT. Classic process are CCT. Cla
A.1 5509 5.00% Milo Incise A.2 50095 2.2005 Milo Incise A.3 50095 2.2005 Milo Incise A.3 50095 2.2005 Milo Incise 50095 5.2007 Milo Incise 50095 5.2007 Milo Incise 50097 Milo	A.1 5509 5.00% Milo Incise A.2 50095 2.2005 Milo Incise A.3 50095 2.2005 Milo Incise A.3 50095 2.2005 Milo Incise 50095 5.2007 Milo Incise 50095 5.2007 Milo Incise 50097 Milo	A.1 5509 5.00% Milo Incise A.2 50095 2.2005 Milo Incise A.3 50095 2.2005 Milo Incise A.3 50095 2.2005 Milo Incise 50095 5.2007 Milo Incise 50095 5.2007 Milo Incise 50097 Milo	A.1 5509 5.00% Milo Incise A.2 50095 2.2005 Milo Incise A.3 50095 2.2005 Milo Incise A.3 50095 2.2005 Milo Incise 50095 5.2007 Milo Incise 50095 5.2007 Milo Incise 50097 Milo	4.1 (609 (508 (509 (509 (509 (509 (509 (509 (509 (509	4.1 (609 (508 (509 (509 (509 (509 (509 (509 (509 (509	A1 1000 1.000 3.000	A1 1000 1.000 3.000	A1 1000 1.000 3.000	4.1 1900 1.5	4.1 No. 1.5 No	### A	A second content of the content of t	4.3% Percentual 5.5% Section 2.25 2.25 2.25 2.25 2.25 2.25 2.25 2.2	# 1 main and a main an	Monomid Classic process parks for CCT. Classic process are CCT. Cla
A2 00905 2.00% Shimuku luuru sal cumalaton, de arts. 1º e 10, ince 1, da tei er 20.213, de 200, arts. 122, ince 2, e 15 da intrução Romativa 98 e 7.212, d. A3 ince 2, d. A	A2 00905 2.00% Shimuku luoro seal curnidative, de. art. 1º e 10, ince 1, da tei er 20.213, de 200, art. 122, ince 2, e 15 da intrução Romativo 98 e 2.212, d A3 los 0.00% Shimuku luoro seal curnidative, de. art. 1º e 10, ince 1, da tei er 20.213, de 200, art. 122, ince 2, e 15 da intrução Romativo 98 e 2.212, do 300,	A2 00905 2.00% Shimuku luoro seal curnidative, de. art. 1º e 10, ince 1, da tei er 20.213, de 200, art. 122, ince 2, e 15 da intrução Romativo 98 e 2.212, d A3 los 0.00% Shimuku luoro seal curnidative, de. art. 1º e 10, ince 1, da tei er 20.213, de 200, art. 122, ince 2, e 15 da intrução Romativo 98 e 2.212, do 300,	A2 00905 2.00% Shimuku luoro seal curnidative, de. art. 1º e 10, ince 1, da tei er 20.213, de 200, art. 122, ince 2, e 15 da intrução Romativo 98 e 2.212, d A3 los 0.00% Shimuku luoro seal curnidative, de. art. 1º e 10, ince 1, da tei er 20.213, de 200, art. 122, ince 2, e 15 da intrução Romativo 98 e 2.212, do 300,	A.) 5096 2006 3006 800 800 800 800 800 800 800 800 800	A.) 5096 2006 3006 800 800 800 800 800 800 800 800 800	2.2 (2006) (2006	2.2 (2006) (2006	2.2 (2006) (2006	2.2 (1985) 1.28 (1	22 (2005)	### A	The control of the co	4.3% Percentual ASTA ASTA ASTA ASTA ASTA ASTA ASTA AST	# 1 main and a main an	Momental Classical prices on parts for CCT. Classical prices are control of CCT. Classical prices are con
A2 PIS 0.65% Não incluir (ucro real cumulativo, de. arts. 1º e 10, incluo I, da Lei nº 10.833, de 2000; arts. 123, incluo X, e 145 da Instrução Normativa 8FB nº 2.121, d	A2 PIS 0.65% NSO inclus (ucro real cumulativo, rie. arts. 1º e 10, inclso I, da Lei nº 20.833, de 2003; arts. 123, inclso X, e 145 da instrução Normativa 898 nº 2.121, d	A3 P6 de Obrashumona Permanentes i Po de State De Para de Companya (Para De Para De Pa	A3 PES dischie (uncoreal currelative, cle. arts. 1º e 10, inclos.1, de 200; arts. 123, inclos.2, e 145 da Instrução Normativa 980 nº 2,123, d 8 Mão de Obra-Prisumos-Dermits Componentes) = Po 85,547.77	5 (Mão de Obra-Insumos-Demais Componentes) = Po 8\$ 5,747.78	5 (Mão de Obra-Insumos-Demais Componentes) = Po 8\$ 5,747.78	8 Mile de Orte-shumou-Dermit Componentes) = Po	8 Mile de Orte-shumou-Dermit Componentes) = Po	8 Mile de Orte-shumou-Dermit Componentes) = Po	\$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghe Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghe Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 3 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 207). \$ Mills de Clark champaraghenes (Imparaghenes Sept. 18 5 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	\$ Miles de Objection (Imparentelle 1- Pt. 15 Miles) 1	A 1 A 2 - Os indices dos A 1 A 2 B 8 B 8 B 8 B 8 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9	The control of the co	4.3% Personal and August 1999 Personal and Aug	# 3 part of the control of the contr	Stream's allegand quarter for CCT. Channels allegand quarter for
						C Po/(1-To) #\$ 6,292.05	C Po/(1-To) #\$ 6,292.05	C Po/(1-To) #\$ 6,292.05	C Popis Feld	C Polit Fell 56.202.00 Trate Middain S BCC 55.202.00 Spation Strategies Control Contro	A.1 A.1 A.2 A.3 B.1 B.2 B.2 B.2 B.2 B.2 B.2 B.3 B.3	The control of the co	4 UNA Percentual 2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2	## 1 main a common a	Manuscrid Standard Restine questry der CCT Standard Restine questry der
5 (Mão de Obra-Insumos-Demais Componentes) = Po 8\$ 5,747.78					C Bn(1, 2n) B\$ 6.202.05				### A Transfer State Control File Control Fi	The state of the color of the	A 3 - A 3 -	The control of the co	4 UNA Percentual 2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2.2	## 1 20 AM AND	Manuscrid Standard Restine questry der CCT Standard Restine questry der
				Tetal Módulo 5 (8+C) R\$ 544.26	some monotone a special top articles				MORDING With the submitted is a comparable contrast infer and or engagedate More	Miles at the recordant is recorded assessment before per empressed Vision Visi	A 3 - A 3 -	The state industrial of a state of the state	4.3% Personniari Personniari 2.30.2% 2	## 1 man	Stream's distinct quarts dut CC
Total Middulus S (8+C) R\$ 544.26	Total Middulo 5 (8+C) R5 544.26	Total Middulo S (8+C) R\$ 544.26	Total Middalus S (8+C) R\$ 544.26						MORDING With the submitted is a comparable contrast infer and or engagedate More	Miles at the recordant is recorded assessment before per empressed Vision Visi	A 3 - A 3 -	Total submidies 2 at 10	4.3% Personnel 1.25 / 2.25 /	## 1 man	Stream's distinct quarts dut CC
Total Middulus S (8+C) R\$ 544.26	Total Middulus S (8+C) R\$ 544.26	Total Middulus S (8+C) R\$ 544.26	Total Middalus S (8+C) R\$ 544.26				CHARD RESUMD DO CUSTO ROE RUNCIDAÑED	QUADRO REVIMO DO CUSTO DOS BUNCIONÁSIO	3 80,000.05	3 80,0000 5 55,272 4 500,000 1 55,272 5 51,100 5 51,000 5	A 3 - A 3 -	Total submidies 2 at 10	4.3% Personnel 1.25 / 2.25 /	## 1 man	Stream's distinct quarts dut CC
Total Middale 5 (B+C) R\$ 544.25 QUARRO MISUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	Total Middale 5 (B+C) R\$ 544.25 QUARRO MISUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	Total Middale 5 (B+C) R\$ 544.25 QUARRO MISUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	Total Middulo S (B-C) R5 S44.26 QUADRIO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	QUAGRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁNIO	QUADRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	QUADRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	QUADRO BESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	QUADRO RESUNO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	3 80,000.05	3 80,0000 5 55,272 4 500,000 1 55,272 5 51,100 5 51,000 5	A	The control of the co	4.3% Personniari P	## 1 main and an analysis of the analysis of t	Stream's distinct quarts dut CC
Total Rédicio S (R-C) RS 544.35 QUARRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	Total Rédicio S (R-C) RS 544.35 QUARRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	Total Rédicio S (R-C) RS 544.35 QUARRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	Total Middulo S (B-C) R5 S44.26 QUADRIO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO	QUAGRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁNIO	QUADRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁNIO	QUADRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁNIO	QUADRO RESIMAD DO CUSTO POR PURICIONÁRIO MÓCULO Más de abra sinculada à a rescupla contratual i fueler par empregado) faller	QUADRO RESUMO DO CUSTO POR FUNCIONÁRIO MÍCICADO Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) (valor	3 80,000.05	3 80,0000 5 55,272 4 500,000 1 55,272 5 51,100 5 51,000 5	A 1 - 0 indices do 1 -	The control of the co	4.3% Personniari P	## 1 man 1 m	Stream's distinct quarts dut CC
15 15 15 15 15 15 15 15	15 15 15 15 15 15 15 15	15 15 15 15 15 15 15 15	15 15 15 15 15 15 15 15	QUICKO MELINIO DO CUSTO POR FUNCICINADO MESO de tido e encuelado e asempalado e entre prespuedo l 1-2-2-A COMPOSO DO EN REMERANÇO A ENTRADESSO SOCIA - REMORASO SOCIA - REMORA	QUADO HEARO DO CUSTO POR FINICIDADO 11-2-1A COMPRISO DE MEMBRADO E A MEMBRADO SE MEMORISO SERVIDA DE ORGANIZOS SE SE 4,411.19 2 4,411.19	QUADO HEARO DO CUSTO POR FINICIDADO 11-2-1A COMPRISO DE MEMBRADO E A MEMBRADO SE MEMORISO SERVIDA DE ORGANIZOS SE SE 4,411.19 2 4,411.19	MODUID Mile de des viroulatés à execuções combratual (vivile por empregado) Viviler 1-2 + A COMPOSIÇÃO DA MARIMERAÇÃO - 15 NEADOS SOCIAS - HORDERAÇÕES SE 4,611.99	MODUID Mile de des viroulatés à execuções combratual (vivile por empregado) Viviler 1-2 + A COMPOSIÇÃO DA MARIMERAÇÃO - 15 NEADOS SOCIAS - HORDERAÇÕES SE 4,611.99	# STANSAC COMPONENTS # \$134.55 Tentucing Controlled	4 SAMAC COMPONENTS \$134.00 5 THERMIS SOURCE/CENSH-MISS	A 1 - 0 indices do 1 -	Total submidies 2 at 10 and 10	4.3% Personniari P	# 1 main and a main an	Stream's distinct quarts dut CC
15 15 15 15 15 15 15 15	15 15 15 15 15 15 15 15	15 15 15 15 15 15 15 15	15 15 15 15 15 15 15 15	QUICKO MELINIO DO CUSTO POR FUNCICINADO MESO de tido e encuelado e asempalado e entre prespuedo l 1-2-2-A COMPOSO DO EN REMERANÇO A ENTRADESSO SOCIA - REMORASO SOCIA - REMORA	QUADO HEARO DO CUSTO POR FINICIDADO 11-2-1A COMPRISO DE MEMBRADO E A MEMBRADO SE MEMORISO SERVIDA DE ORGANIZOS SE SE 4,411.19 2 4,411.19	QUADO HEARO DO CUSTO POR FINICIDADO 11-2-1A COMPRISO DE MEMBRADO E A MEMBRADO SE MEMORISO SERVIDA DE ORGANIZOS SE SE 4,411.19 2 4,411.19	MODUID Mile de des viroulatés à execuções combratual (vivile por empregado) Viviler 1-2 + A COMPOSIÇÃO DA MARIMERAÇÃO - 15 NEADOS SOCIAS - HORDERAÇÕES SE 4,611.99	MODUID Mile de des viroulatés à execuções combratual (vivile por empregado) Viviler 1-2 + A COMPOSIÇÃO DA MARIMERAÇÃO - 15 NEADOS SOCIAS - HORDERAÇÕES SE 4,611.99	\$ Pass (700 (000) + CORPACHO) #5 544.2 #000 Hallandoo	3 PRINCES INDICACIONOS 81 M.E. BORNOS CONTRACTOR SERVICIONOS 15 M.E. BORNOS CONTRACTOR SERVICI	A 1 - 0 indices do 1 -	Total submidies 2 at 10 and 10	4.3% Personniari P	# 1 main and a main an	Stream's distinct quarts dut CC
The Makes is the Control of the Makes in the Mak	The Makes is the Control of the Makes in the Mak	The Makes is the Control of the Makes in the Mak	The Market Section 2 states Section 2 st	QUARTER STREAM DIS CUSTO FOR FUNCCOMED USE of the STREAM DIS CUSTO FOR FUNCCOMED 11 1 4	MODIO MED de la manufación (CHE) POR ENECUMBIO MED	MODIO MED de la manufación (CHE) POR ENECUMBIO MED	MODILO Mile de obre vincularis à reservação contratual (valor por empregado) Dalor 1 × 2 × 4 COMPOSIÇÃO DA ENVINERAÇÃO + INCAMOOS SOCING - INCEMAÇÕES 85,4,6,11,59 1,9,0,0,0,0 1,0,0,0	MODILO Mile de obre vincularis à reservação contratual (valor por empregado) Dalor 1 × 2 × 4 COMPOSIÇÃO DA ENVINERAÇÃO + INCAMOOS SOCING - INCEMAÇÕES 85,4,6,11,59 1,9,0,0,0,0 1,0,0,0	\$ Pass (700 (000) + CORPACHO) #5 544.2 #000 Hallandoo	3 PRINCES INDICACIONOS 81 M.E. BORNOS CONTRACTOR SERVICIONOS 15 M.E. BORNOS CONTRACTOR SERVICI	A 1 - 0 indices do 1 -	The control of the co	4.3% Personniari P	## 1 main will be a m	Stream's distinct quarts dut CC
The Makes is the Control of the Makes in the Mak	The Makes is the Control of the Makes in the Mak	The Makes is the Control of the Makes in the Mak	The Market Section 2 states Section 2 st	QUARTER STREAM DIS CUSTO FOR FUNCCOMED USE of the STREAM DIS CUSTO FOR FUNCCOMED 11 1 4	MODIO MED de la manufación (CHE) POR ENECUMBIO MED	MODIO MED de la manufación (CHE) POR ENECUMBIO MED	MODILO Mile de obre vincularis à reservação contratual (valor por empregado) Dalor 1 × 2 × 4 COMPOSIÇÃO DA ENVINERAÇÃO + INCAMOOS SOCING - INCEMAÇÕES 85,4,6,11,59 1,9,0,0,0,0 1,0,0,0	MODILO Mile de obre vincularis à reservação contratual (valor por empregado) Dalor 1 × 2 × 4 COMPOSIÇÃO DA ENVINERAÇÃO + INCAMOOS SOCING - INCEMAÇÕES 85,4,6,11,59 1,9,0,0,0,0 1,0,0,0	USD 0.00000000 \$1.54.6.0.0	### ##################################	A 1 - 0 indices do 1 -	The control of the co	4.3% Personniari P	## 1 main will be a m	Stream's distinct quarts dut CC
#55.64.25 #55.	#55.64.25 #55.	#55.64.25 #55.	Major Majo				MEDICALO Male de teles varionales al sercepta contractal belar per empregado	MEDICALO Male de teles varionales al sercepta contractal belar per empregado	# 1 #5 64 #5 Water Tested do Empregado Mensul (12-2-14-4-5) #5 £, 222.05 Quantidade de Empregados por posto 1	UCODATA: 6 Valor Total do Empragado Mensal (12-13-14-15) 85 (14-12) 7 Questidade do Empragado se presento 1 8 Valor Total do Empragado se presento 1 8 Valor Total do Presento Incol. 8 KK 5720 M	A 1 - 0 indices do 1 -	The control of the co	4.3% Personniari P	## 1 main with a m	Stream's distinct quarts dut CC
\$2,000 \$	\$2,000 \$	\$2,000 \$	\$2,000 \$	Quarter RESINO De Centro PER FUNCIONARIO	Quarter SERAND DO CUSTO FOR FUNC COMMAND Control C	Quarter SERAND DO CUSTO FOR FUNC COMMAND Control C	Miles and sea securities is executed automated living an empregated Maler	Miles and sea securities is executed automated living an empregated Maler	# 1 #5 64 #5 Water Tested do Empregado Mensul (12-2-14-4-5) #5 £, 222.05 Quantidade de Empregados por posto 1	UCODATA: 6 Valor Total do Empragado Mensal (12-13-14-15) 85 (14-12) 7 Questidade do Empragado se presento 1 8 Valor Total do Empragado se presento 1 8 Valor Total do Presento Incol. 8 KK 5720 M	A 1 - 0 indices do 1 -	The control of the co	4.3% Personniari P	# 1 main and a main an	Stream's distinct quarts dut CC
The Additional Section The Additional Sect	The Additional Section The Additional Sect	The Additional Section The Additional Sect	The Market Sec.	MOTION Main A SUMMON STANDARD COSCOSTANDARD STANDARD COSCOSTANDARD MOTION Main A SUMMON STANDARD COSCOSTANDARD COSCOSTAN			AMDIGUE Make it that moments is compared under an improprietal. Other 1.2.1.2. Description of the improduction of the improprietal. SE 444125 4.2.1.2. Description of the improvement of the impro	AMDIGUE Make it that moments is compared under an improprietal. Other 1.2.1.2. Description of the improduction of the improprietal. SE 444125 4.2.1.2. Description of the improvement of the impro	6 Valor Total do Empregado Mensal (14:23-14:5) 85 5,292.05 7 Considerado de Empregado per posto 1	6 Valor Total do Empregado Némai (12-12-14-15) 85 (2,22.05) 7 Quantidad de Empregados por posto 1 8 Valor Total do Sente Messal (601) 85 (2.20.05)	A 1 - 0 indices do 1 -	The control of the co	4.3% Personniari P	## 1 main and a main a	Stream's distinct quarts dut CC
A	A	A	## ## ## ## ## ## ## #				Mode Mark at the available A manufact controlled (letter per egyptable) Polar	Mode Mark at the available A manufact controlled (letter per egyptable) Polar	7 Quantidade de Empregados por posto 1	7 Cuardidade de Empregados por posto 1 8 Valor 7 rolla de Dato Marcas (6/2) 85 6.292 75	A A	The control of the co	4.9% Presented 7-1009 7	## 1 man ##	Stream's distinct quarts dut CC
### Memora \$ (\$\) \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$	### Memora \$ (\$\) \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$ \$	### Memora Spic.** ### Memora Spic.** ### Mem	### Memora Spic.** ### Memora Spic.** ### Mem	OUMS First OUMS First OUMS OUTS	OUMS First OUMS First OUMS OUTS	OUMS First OUMS First OUMS OUTS	Million or the conclusion accomplicate control of the principate of the conclusion	Million or the conclusion accomplicate control of the principate of the conclusion		S Valor Total do Posto Mensal (6/7) SS 6 292 FS	A A	The control of the co	4.1% Proceedings 7.16% 2.2.3.1.2.4.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1	## 1 man ##	Stream's distinct quarts dut CC
Comparison Com	Comparison Com	Comparison Com	Comparison Com				Million William and the accordance accordance accordance (with a confidence accordance accordance (with a confidence accordance	Million William and the accordance accordance accordance (with a confidence accordance accordance (with a confidence accordance		Valor do Posto Total de Meses da Vigincia Contratual [Infivience de meses de meses do 10]	A A	The control of the co	4.1% Proceedings P	## 1 main and a main a	Stream's distinct quarts dut CC
# # # # # # # # # # # # # # # # # # #	# # # # # # # # # # # # # # # # # # #	# # # # # # # # # # # # # # # # # # #	# # # # # # # # # # # # # # # # # # #				Miles as the smallest is required written for large energy and Miles	Miles as the smallest is required written for large energy and Miles			A	Section of Congress C	4.9% Procedural Proced	## 1 man	Stream's 860mm species du CCT. Chandre de Stream species du CCT. Chandre de Stream species du CCT. Chandre de Stream species du CCT. Thinks de Stream species du CCT. Think

	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - PAU D DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados refer	OS FERROS entes à contratação)		Memorial
Data d	e apresentação de proposta (dia/mês/ano) ITEM	VIGILANTE DI	uman ra - M	
Arosto Como	enção ou Sentença Normativa em Dixsidio Coletivo	NDESP/RN a SINDSEGUR/R 06/0	89000199/2025	
	imero de meses de execução contratual	04/0	95/25 M	
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃI			
	Categoria	VIGIL		Menoral
O	Jornada sulficação Brasileira de Ocupação (CBO)	12X36 - Segunda a S17	Domingo - Diumo	
Salt	ário Normativo da Categoria Profissional	2,04	18.75	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
	Salário Minimo Vigente Data base da categoria (dia/měs/ano)	1,51	12025	Dec. nº 12.342 de 30 de desembro de 2024
	Base de Cálculo de Hora Mensal Dias trabalhados Mensal	2	20	
			'	
1	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REM Composição da Remuneração	UNERAÇÃO Percentual	Valor	Memorial
A .	Salário Base Adicional de Periculosidade	30% 30%	R\$ 2,048.75	Cliausia terceira da CCT. Parágrafo Primeiro. Art. 193, II da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabelhador
ċ	Adicional de Insalubridade	0%	R\$ 0.00	Art. 189 e seguintes de CLT.
E E	Adicional Noturno Adicional de Hora Noturna Reduzida	0% 0%	R\$ 0.00	Art. 73 da CLT e Cláusula dilcima primeira da CCT. Cláusula quadragilisma, panigrafo segundo da CCT.
		Q% Remuners(So (A+B+C+D+E)	RS 0.00 RS 2,663.38	
	Reserva Técnica (Variação de 0 a 6%) - Nota 1	0%	R\$ 0.00	
1 - Variar lin Defi	Total/Valor da Remu nida de acordo com consulta ao Ministério Público Estadual	ineração + Reserva Técnica)	R\$ 2,663.28	
	PARCELAS INDENIZATÓRA	ıs .		Memorial
A	intrajornada	SON. Total	R\$ 272.39 R\$ 272.39	Clâusula quadragilisma, parágrafo quinto da CCT.
	MÓDULO 2: ENCARSOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor e			Marrodal
UBMÓDULO 2.1	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor	THE STATE OF THE S
A	INSS SESI/SESC	20% 1.50%	R\$ 532.68 R\$ 29.95	
c D	SENAC INCRA	1.00% 0.20%	R\$ 20.95 R\$ 26.63 R\$ 5.31	
E E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.50%	R\$ 66.58	
-	FGTS SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (RAT X FAR	8.00% 1.00%	R\$ 213.07 R\$ 79.90	
н	SERVE	0.60%	R\$ 15.98	
IEMÓDULO 2.2	Total Submódulo 2.1 12º Salário, Férias e Adicional de Férias Férias	36.80% Percentual	R\$ 980.12 Valor	
A 0	Férias Auxilio Doenca	Percentual 11.11N 1.39%	R\$ 295.90 R\$ 37.02	
č	Licença Maternidade/Paternidade	0.02%	R\$ 0.53	
D	Faltas Legals Acidente de Trabalho	0.28% 0.20%	R\$ 7.46 R\$ 5.22	
į.	Aulso Prévio	1.94%	R\$51.67	
6	12 ^o Salário Total Submódulo 2.2	8.33% 23.27%	R\$ 221.86 R\$ 619.77	
UEMÓDULO 2.3	Indenizações Aulto Právio Indenizado	Percentual 0.45%	Valor RS 11.99	
	Indenização Adicional	0.08%	RS 2.13	
e c	indenização (rescisões sem justa causa) Total Submódulo 2.3	4.00% 4.53%	RS 106.54	
C UEMÓDULO 2.6 A	Indenização (rescisões sem justa cauxa) Total Subreddulo 2.3 Incidência Incargos Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gr Valor dos Encargos do grupo A sobre os itens do gr Valor dos Encargos Gocials Total Jose Middulos LaZa Indenização	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16%	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,986.61	
C UEMÕDULO 2.4 A 12 - Os indices dos	Indenização (rescibles sem justo casas) incidência forcargos incidência forcargos incidência dos (forcargos é orque à nohe es itens do pr Valor dos forcargos é orque à nohe es itens do pr Valor dos forcargos forcials Total dos Médulos 1-2» indenizaçõe forcargos Socials forcar baseado de acordo com Planhilas MÓDULO 2: MESIMOS.	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16%	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,884.18 ico da União (MPU) e Suprem	Merculai
C UEMÓDULO 2.A A 2 - Os Indices dos	Indexização (reschée som justo casa) Tente Submedido 2.3 Esta Submedid	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16%	R\$ 106.54 R\$ 123.65 Valor R\$ 123.67 R\$ 1,946.61 R\$ 4,884.38 R\$ 4,884.38 R\$ 4,875.44 R\$ 5,7.84 R\$ 1,946.61	
C USMODULO 2.4 A 2 - Os indices dos	Indentização (macches sem justo casas) Total Submidiales 2.2 Incidência los Encarges Incidência los Encarges Incidência los Encarges (macches a Aubre os Bers de jar Valire das Encarges Socials Valire das Encarges Socials Encarges Socials from baseedas de acordo com Pisnihas ja E	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16%	R\$ 100.55 Walor R\$ 120.65 Valor R\$ 220.07 R\$ 1,948.51 R\$ 4,884.28 co da União (MPU) e Suprem R\$ 21.206 R\$ 20.00 R\$ 20.00 R\$ 20.00 R\$ 20.00	Menadal
A1 A2 A2 A3 B1	Indexização (rescuber sem justo casas) Total Submidialos 2.3 Incidência Sociargas Incidência Sociargas Incidência Sociargas de paga A subm os Bers de pr Valencia dos Modeles 1-2-3 indexistações Total dos Módeles 1-2-3 indexistações Exercipas Sociais foram baseadas de acordo com Parañas justo mitos aporta por periodo 3. Professor de composições de co	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16%	R\$ 106.54 R\$ 123.65 Walor R\$ 2.28.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,843.28 R\$ 4,943.20 R\$ 5,7.84 R\$ 12.266 R\$ 0.00	
A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2 B3	Indicating locations are just county. The Samedale 2.3 Controlled and Samedale 2.3 The first lies Middle 1.2 The first lies Middle 2.3 The firs	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16%	R\$ 100.55 R\$ 120.65 Valor R\$ 120.65 R\$ 4,944.54 R\$ 4,944.54 R\$ 4,944.54 R\$ 4,944.54 R\$ 212.60 R\$ 4,000 R\$ 3,000	Manufal
C UEMÓDICO 2.A A 12 - Os indices dos A1 A2 A3 B B1 B2	Indicating locations are just county. The Samedale 2.3 Indicating the Sa	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16%	R\$ 100.55 R\$ 120.65 Valor R\$ 120.65 \$\$ 1,948.61 \$\$ 4,948.61 \$\$ 4,984.12 \$\$ 4	Manufal
A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2 B3	Infection (In 1994), and in print cased to the print cased to the print cased to the print cased to the print case of th	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16%	85 005.64 85 238.67 Valor 85 238.67 85 1388.62 85 1388.62 85 1488.	Manual Security Annual Securit
A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2 B3	Infecting the product on any prior cased to More Established 2.3 More Es	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16%	R\$ 100.65 #\$ 120.65 **Valor* R\$ 220.60 R\$ 1,548.65 R\$ 4,854.18 R\$ 4,854.18 R\$ 27.84 R\$ 120.60 R\$ 2.00 R\$ 3.00	Nemed Second de grant recorde pilles Consigni de grant recorde pilles Consigni de grant recorde pilles Consideration grant de CC.
A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2 B3	And the second of the second o	4.00% 4.00% Percentual 1.00% 1	R\$ 505.54 ##81705 ##81705 #\$1,246.75 #	Manual Company of the
A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2 B3	Inferring from Mar one print results NAMES to Except Virginio de locagos de logo que a sinte de ser Virginio de locagos de logo que a sinte de la re- Virginio de locagos de logo que a sinte de la re- Virginio de locagos de logo que a sinte de la re- Virginio de logo que a sinte de la resulta de la Militario de logo que a logo que a logo que a Militario de logo de la resulta de la resulta de la resulta de la Militario de logo de la resulta de la resulta de la Militario de la resulta de la resulta de la Militario de la resulta de la resulta de la Militario de la resulta del la Militario de la Militario de la resulta del la Militario del la Milit	4.00% 4.00% Percentual 1.00% 1	85 000.5 6 8 128.6 7 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Manual Company of the
C USMODULO 2.4 A	And the second of the second o	4.00% 4.00% Percentual Percentual 37.140% 17.1	8 5 200.2 16	Manual Company of the
C USMODULO 2.4 A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	Administration with one paint results Restricts for Expert and the State of State Restricts for Expert and the State of State Restricts for Expert and State of State For the State of State of State of State For the State of State of State of State For the State of State of State of State For the State of State of State of State For the State of State of State of State For the State of State of State of State For the State of State of State of State For the State of St	4.00% 4.00% Percentual Percentual 17-1249 17-1	# 50 00.00	Manual Company of the
C USMODUKO 2.4 A A A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 3 B B B 2 A 2 A 3 B B B 2 A 4 A 4 A A A A A A A A A A A A A A A	Abstraction to Mark our joint created Institute to Engage a Author to Text of the Control of th	4.00% 4.00% 5.00% 4.00%	RE 2005.16	Manual Company of the
C USMODUKO 2.4 A A A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 3 B B B 2 A 2 A 3 B B B 2 A 4 A 4 A A A A A A A A A A A A A A A	Abstraction to Mark our joint created Institute to Engage a Author to Text of the Control of th	4.00% 4.00% 5.00% 4.00%	8 5 200.5 16 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Manual Company of the
C USMODUKO 2.4 A A A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 3 B B B 2 A 2 A 3 B B B 2 A 4 A 4 A A A A A A A A A A A A A A A	Abstraction to Mark our joint created Institute to Engage a Author to Text of the Control of th	400: 410: 410: 110: 72.100: 120: 120: 120: 120: 120: 120: 120:	8 5 200.5 16 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Manual Company of the
C USMODUKO 2.4 A A A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 2 A 3 B B B 2 A 2 A 3 B B B 2 A 4 A 4 A A A A A A A A A A A A A A A	Información (m. Marcon por mensor) Restricto (m. 1920) Restricto (m. 1	400. 410. 410. 410. 410. 510. 510. 510. 510. 510. 510. 510. 5	8 5 200.5 16 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Manual Company of the
C USEMOCRACIA A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A	And the property of the company of t	400. 400. 400. 400. 510.	# 500.14 (1907) # 500.14 (1907) # 50.24 (1907) # 50	Manual Company of the
C USBMOUND 2.8 A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	Methods from Mark our joint created Institute of trought of the control of the c	400. 430. 430. 430. 430. 430. 430. 430.	# 500.14 (1907) # 500.14 (1907	Manual Company of the
C USEMOCRACIA A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A	And the property of the proper	400. 400. 400. 400. 510.	# 500.14 (190.10 (190.	Manual Company of the
C	The control of the co	400. 400. 400. 400. 510.	# 500.14.1 (10.1 (Mentaled Manager day power in registra pallers Council Montale parties of CT Council Monta
C	The control of the co	4000 1 State of the state of t	# 500.14.1 (10.1 (Mentaled Manager day power in registra pallers Council Montale parties of CT Council Monta
C USMAGOLA (2.4 C) indices double (2.4 C) ind	Antonia Principal Control Cont	4000 Technical T	# 500.14.1 (10.1 (Mentaled Manager day power in registra pallers Council Montale parties of CT Council Monta
C	The control of the co	4000 1 10	# 55 04 14 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15	Memorial Consists the security control and the control and th
### A A A A A A A A A A A A A A A A A A	Antonia from Marker on John Steel Control of the Co	4000	# 55 0.0 L M	Memorial Change and appropriate patient Change allows power to require patient Change allows power to require patient Change allows power to recommend of the change of the procedure on whole and the change of the procedure on whole on whole and the procedure on whole on whole on whole on whole on whole on the procedure on whole on whole on the procedure on whole on whole on whole on the procedure on the procedure on whole on the procedure on whole on whole on the procedure
### A A A A A A A A A A A A A A A A A A	And the property of the company of t	4000 Tecentral Processor Annual Processo	# 50 miles	Memorial Change and appropriate patient Change allows power to require patient Change allows power to require patient Change allows power to recommend of the change of the procedure on whole and the change of the procedure on whole on whole and the procedure on whole on whole on whole on whole on whole on the procedure on whole on whole on the procedure on whole on whole on whole on the procedure on the procedure on whole on the procedure on whole on whole on the procedure
C	Antonia from Martin on Justice consists of the Control of the Cont	4000	# 55 0.0 L M	Memorial dispersion of company profits Change dispersion of company profits And of company profits An
C	And the property of the proper	4000 Tenning T	# 50 Half of 10 Half o	Memorial dispersion of company profits Change dispersion of company profits And of company profits An
C	Memory and provide control products and prod	AGO. Total Control Co	# 10 mark 10 m	Memorial dispersion of company profits Change dispersion of company profits And of company profits An
C	Antonia plant consists and an antonia consistent and an antoni	AGO. Total Control Co	# 50 ML M	Memorial dispersion of company profits Change dispersion of company profits And of company profits An
C	The control of the co	AGO. Total Control Co	# 10 mark 10 m	Memorial dispersion of company profits Change dispersion of company profits And of company profits An
C	And the property of the proper	AGO. Total Control Co	# 50 ms of 1 m	Memorial dispersion in regional profices Chance di Borre persion del CI. Anno del Ci. Chance di Borre persion del CI. Chance del Ci. Chan
C	And the property of the proper	4.000 The state of	# 10 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1	Name of the power is require publics Change above years an ozi ? Change
C	And the property of the proper	AGO. Total Control Co	# 50 M 14 M 15	Name of the power is require publics Change above years an ozi ? Change

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA	A - PAU DOS FERROS		Manufel
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (di Data de apresentação de proposta (dia/mês/ano)	sacos reserentes à contratação)		Memorial
ITEM		E NOTURNO 12 x 36 RN000199/2025	
Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissidio Co	oletivo ESP/RIN B SINDSEGI	06/05/25	
Número de meses de execução contratual		24	
MÃO DE OBRA VINCULADA À			Memorial
Categoria Jornada	12X16 - Semin	VIGILANTE da a Domingo - Noturno	
Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)		5173-30	
Salário Normativo da Categoria Profissional Salário Minimo Vigente		2,048.75 1,518.00	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Dec. nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024
Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2025	ORF II. TV-NAT DE 30 DE SESELIEU D DE YONA
Base de Cálculo de Hora Mensal Dias trabalhados Mensal		220 15	
	-	.,	
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO 1 Composição da Remuneração	O DA REMUNERAÇÃO Percentual	Valor	Memorial
A Salário Base B Adicional de Periculosidade	100%	R\$ 2,048.75	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
B Adicional de Periculosidade C Adicional de Insalubridade	30%	R\$ 614.63	Art. 193, Il da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador Art. 180 e seguintes da CLT.
D Adicional Notumo	20%	R\$ 254.23	Art. 73 da CLT e Cláusula décima primeira da CCT.
E Adicional de Hora Notuma Reduzida		R\$ 0.00	Cláusula quadragésima, parágrafo segundo da CCT.
Val	ilor da Remuneração (A+B+C+D+E	RS 2,917.61	
Reserva Técnica (Variação de 0 a Total/Valor s	a (%) - Nota 1 0% da Remuneção + Reserva Técnica	R\$ 0.00 R\$ 2,917.61	
ota 1 - Variação Definida de acordo com consulta ao Ministério F	Público Estadual - MP/RN		
A (ritra)ornada	NIZATORIAS 50%	R\$ 326.87	Memorial Cláusola quadragisima, parágrafo quinto da CCT.
<u> </u>	Tota	R\$ 326.87	
MÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobr	re o valor da remuneração + rese	rva técnica)	Memorial
SUBMÓDULO 2.1 GPS, FGTS e outras contribuiçõe	es Percentual	Valor	
A INSS B SESI/SESC	20% 1,50%	R\$ 583.52 R\$ 43.76	
C SENAC	1.00%	RS 29.18	
D INCRA E SALÁRIO EDUCAÇÃO	0.20% 2.50%	R\$ 5.84 R\$ 72.94	
F FGTS G SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INS	8.00%	R\$ 233.41 R\$ 87.53	
H SERE	0.60%	R\$ 17.51	
SUBMÓDULO 2.2 13º Salário, Férias e Adicional de Fe	bmódulo 2.1 36.80%	R\$ 1,073.68	
A Férias	11.11%	R\$ 324.15	
B Auxilio Doença C Licença Maternidade/Paternidade	1.39% 0.02%	R\$ 40.55 R\$ 0.58	
D Faitas Legais	0.28%	R\$ 8.17	
E Acidente de Trabalho F Aviso Prévio	0.20% 1.94%	R\$ 5.84 R\$ 56.60	
G 13° Salário Total Sub	8,33%	R\$ 243.04 R\$ 678.93	
SUBMÓDULO 2.3 Indenizações	bmódulo 2.2 23.27% Percentual	R\$ 678.93 Valor	
A Aviso Prévio Indenizado	0.45%	R\$ 13.13	
B Indenização Adicional C Indenização (rescisões sem justa causa)	0.08% 4.00%	R\$ 2.33 R\$ 116.70	
Total Sub SUBMÓDULO 2.4 Incidência Encargos	bmódulo 2.3 4.53% Percentual	R\$ 132.17 Valor	
	os itens do gri 8.56%		
A Incidência dos Encargos do grupo A sobre o			
A Incidência dos Encargos do grupo A sobre o Valor dos Encargos Socials	73.16%	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62	
A Incidência dos Encargos do grupo A sobre o Valor dos Encargos Socials	73.16% nizacões (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota	2 85 5,379,09	
A Incidência dos Encargos do grupo A sobre o Valor dos Encargos Sociais Total dos Módulos 1+2+ inden	73.16% nizações (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota lo com Planišhas já adotas pelo M	2 85 5,379,09	Menorial
A Incidencia dos Tracegos de grupo A sobre o Valor des Tracegos Sociais Total dos Médalos 1424 indem ota 2 - Os indices dos Tracegos Sociais foram bassadas de acordo MÓDILLO 2 : A.1. Uniformes (quato mercal por expressido)	73.16% nizações (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota: lo com Pianilhas já adotas pelo M INSUMOS	2 8\$ 5,379.09 Inistério Público da União (M 8\$ 27.84	Monorid
A Incidenta da Trazego de grupo A sobre os Valor das Trazegos Socials Total das Médules 122-3 indim sta 2 - Os indices dos Trazegos Socials forem basenda de accedenta da 2 - Os indices dos Trazegos Socials forem basenda de accedenta da 2 - Os indices dos Trazegos Socials forem basenda de accedenta da 2 - Os indices dos Trazegos Socials forem basenda da care como como como como como como como com	73.16% nizações (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota: lo com Pianilhas já adotas pelo M INSUMOS	2 8\$ 5,379.09 Inistério Público da União (M 8\$ 27.84 8\$ 12.96 8\$ 0.00	Menteral
A incidenta das Trazagas de grupa A sobre os Valor das Enzagas Socials Testal des Middels 22-la inden eta 2 - Os indices dos Enzagas Socials foram Inseedad de acrosa A 1 incidenta de la Contra mensal por empregado A 2 DRI (conto mensal por empregado) A 3 Suparamentos (costo mensal por empregado B Valor Empresos (costo mensal por empregado)	73.16% nizações (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota: lo com Pianilhas já adotas pelo M INSUMOS	2 85 5,379.09 Ininitério Público da União (M 85 27.84 85 12.96 85 0.00	Nessend .
A Incidental eta Eurogea de grea A sobre Velor des Eurogea des grea A sobre Velor des Eurogea des grea de la commentation de conditional de la conditional del la conditional del la conditional de la conditional del la	73.16% nizações (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota: lo com Pianilhas já adotas pelo M INSUMOS	2 85 5,379.00 Initificio Público da Unillo (M 85 27.84 85 0.00 85 0.00 85 0.00	Manaridi Monigina sila gassad temparte politica
A Incidental est Entragen de green A sière : Voter des Entragen des pares A sière : Voter des Entragen des Constitution de la Constitution de la Constitution de la Constitution de la Constitution des Constitution des Constitution des Constitution des Constitution des Constitution de Constitution de Constitution de Constitution de Constitution de Constitution de Constitution des Constitutions de Constitution d	73.16% nizações (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota: lo com Pianilhas já adotas pelo M INSUMOS	2 85 5,379.09 Ininitério Público da União (M 85 27.84 85 12.96 85 0.00	Manuscul Manuscul variante politica
A beddinkt den Europe de argon A where or Volled ein Europe Societie Tend de Albachia 122-in beide 19 2 On indere in Europe Societie A1 Societies in Europe Societie A2 Confirme Societies and Europe A3 Societies in Europe A4 Societies in Europe A5 Societies in Europe A6 Societies in Europe A7 Societies in Europe A8 Societies in Europe A9 Societies in Europe A8 Societies in Europe A9 Societies in Europe A9 Societies in Europe A8 Societies in Europe A9 Societies in Eu	73.16% nizações (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota: lo com Pianilhas já adotas pelo M INSUMOS	2 R5 5,178.00 initiative Publico da Unido (M R5 27.54 E R5 12.50 E R5 14.50 E	Meneral Managing da genus transports pilotas Security da genus transports pilotas
A besidence for transparent angue A series of the Company of the C	73.16% nizações (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota: lo com Pianilhas já adotas pelo M INSUMOS	2	Namenal Managem size posset transporter politica.
A bysidensi den Energie Stellen. The den Energie Stellen. The den Energie Stellen. The den Stellen	73.16% nizações (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota: lo com Pianilhas já adotas pelo M INSUMOS	2 85 5,37% on intention Público da Unido (M. 85 27.84 85 12.60 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 0.00 85 125 0.00 85 145 0.00 85 141 0.00	Mercenial Mercenian dels genera transporter publica Mercenian dels genera transporter publica Standard dels genera punto del 255. Standard dels genera dels 255.
A bestdered des transpare de argue à tente de l'action	ntasgòna (2.1.2.7.2.26). Nota- to com Piarifhas já adotas pelo M NNZANOS.	#\$ 5,178.00 minuterio Público da União (M. #\$ 5,778.84 minuterio Público da União (M. #\$ 5,778.84 minuterio Público da União (M. #\$ 5,778.84 minuterio Público da S. \$ 12.56 minuterio Público	Mexical Advances to compare politica Climate delines quants 62 CST Climate delines quants
A busidensi des transperts de pages Autre de Verbreit des frances de la companyation de Verbreit des françes de Verbreit de la companyation de Verbreit de V	ntasgòna (2.1.2.7.2.26). Nota- to com Piarifhas já adotas pelo M NNZANOS.	#\$ 5,57% (initiation of public of a Unition (Miles) #\$ 577.84 #\$ 577.84 #\$ 517.95 #\$ 5.000	Mexical Advances to compare politica Climate delines quants 62 CST Climate delines quants
A bestdered des transpare de argue à tente de l'action	interfere [27-25-26] Note to Tables (NOT Partition) a delete prior M NOSANO1 and intermedial of the control	#\$ 5,178.00 minuterio Público da União (M. #\$ 5,778.84 minuterio Público da União (M. #\$ 5,778.84 minuterio Público da União (M. #\$ 5,778.84 minuterio Público da S. \$ 12.56 minuterio Público	Mexical Advances to compare politica Climate delines quants 62 CST Climate delines quants
A busidensi des transpare de argue à tente de la france de la frança d	mirações (27.12.72.6) Mate la companio (27.12.72.6) Mate la companio (27.12.72.6) Mate la companio (27.12.72.6) Mate la companio (27.12.6) Mate la companio	#\$ 5,178.00 minuterio Público da União (M. #\$ 5,778.84 minuterio Público da União (M. #\$ 5,778.84 minuterio Público da União (M. #\$ 5,778.84 minuterio Público da S. \$ 12.56 minuterio Público	Mexical Advances to compare politica Climate delines quants 62 CST Climate delines quants
A bysoffend den brangen de ungen Andre of Norde den brangen bestelle den brangen bestelle den 10 - On helde den den brangen bestelle bestelle den 10 - On helde den den brangen bestelle bestelle den den den 10 - On helde den den brangen bestelle bestelle den brangen 10 - On helde den brangen bestelle bestelle den brangen 10 - On helde den brangen brangen brangen brangen 10 - On helde den brangen brangen brangen brangen 10 - On helde den brangen brangen brangen brangen 10 - On helde den brangen brangen brangen brangen 10 - On helde den brangen brangen brangen 10 - On helde den brangen brangen brangen brangen 10 - On helde den brangen brangen brangen brangen 10 - On helde den brangen brangen brangen brangen 10 - On helde den brangen brangen brangen brangen 10 - On helde den brangen br	73.95	# 55.272.00 # 55.272.00 # 55.272.00 # 55.20.00 # 55.00	Menendi Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia managin dia CT. Managin dia managin dia Managin dia managin dia mpigra di rida primadia managin dia rida managin dia managi
A brothless des transper de graps Autre de Novie des Enterges Novie de Novie des Enterges Novie de Novie des Enterges Novie de A 1 Condense de Transpe Novie de Novie de A 2 Condense de A 3 Condense de A 4 CONDENS	72.565 10.00 10.	#\$ 5,272.00 #\$ 5,272.00 #\$ 5,272.00 #\$ 2,264 #\$ 2,264 #\$ 2,265 #\$ 5,000 #\$ 5,00	Menendi Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia managin dia CT. Managin dia managin dia Managin dia managin dia mpigra di rida primadia managin dia rida managin dia managi
A bysoffend den brangen de ungen Andre of North and den foregrega bessel of 10 - Store of the storegrega bessel of the storegregate of 10 - Store of the storegregate of A 1 - Store of the storegregate of A 2 - Store of the storegregate of A 3 - Store of the storegregate of A 4 - Store of the storegregate of A 5 - Storegregate A 5 - Storegrega	7 73.95 (2017) 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7 7	#5 5,279.00 #5 5,279.00 #5 7,744 #5 1,256 #5 1,056	Menendi Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia managin dia CT. Managin dia managin dia Managin dia managin dia mpigra di rida primadia managin dia rida managin dia managi
A Desidence des transports de grape Autorie Con- transport de grape Autorie Con- de de la Con- de de la Con- de de la Con- Residence de Con- R	e o inventorii 2005. a o inventorii 2005.	#5 5,279.00 #5 5,279.00 #5 7,744 #5 1,256 #5 1,056	Menendi Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia managin dia CT. Managin dia managin dia Managin dia managin dia mpigra di rida primadia managin dia rida managin dia managi
A bysoffend den brangen de ungen Andre of North and den foregrega bessel of 10 - Store of the storegrega bessel of the storegregate of 10 - Store of the storegregate of A 1 - Store of the storegregate of A 2 - Store of the storegregate of A 3 - Store of the storegregate of A 4 - Store of the storegregate of A 5 - Storegregate A 5 - Storegrega	TO THE PROPERTY OF THE PR	#5 5,279.00 #5 5,279.00 #5 7,744 #5 1,256 #5 1,056	Mexical Mexical Section of the Secti
A Desidence des transports de grape Autor de la companya del la companya de la companya del companya del la c	a m immunum	# 55.174.00 # 55.174.00 # 55.174.00 # 55.10	Mexical Mexical Section of the Secti
A bysoffend den brangen de ungen Andere Norder den frangen bestelle in den stemmen 10 - On helde den sit frangen bestelle in den stemmen 10 - On helde den sit frangen bestelle in den stemmen A 1 - Ondere den sit frangen bestelle in den stemmen A 2 - Ondere den sit frangen bestelle in den stemmen A 2 - Ondere den sit frangen bestelle in den stemmen A 3 - Ondere den stemmen gener genegelich A 1 - Ondere den stemmen A 2 - Ondere den stemmen A 3 - Ondere den stemmen A 4 - Ondere den stemmen A 3 - Ondere den stemmen A 4 - Ondere den stemmen A 5	a on insurement 6.02% American Section 1.00%	#5.175.00 #5.175.00 #5.175.00 #5.105.00	Mexical Mexical Section of the Secti
A Desidence des transports de grape Autor de la companya del la companya de la companya del companya del la c	a en timuscus	# 55.274.00 # 55.274.00 # 55.200	Mexical Mexical Section of the Secti
A position to transpare drags a spare is agree. A since the control of the Company Soliton. Notice of the Company Soliton Income Soliton. 164 - On Indian dea Transpare Soliton Income Soliton. A 1 Solitoness Solitoness Solitoness Soliton. A 2 Solitoness Soliton	a on inventorial 6.02% AND CONTRACTOR 1.00% AND CONTRACTOR 1.00%	# 55.274.00 # 55.274.00 # 55.200	Menendi Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia passa transperta pilitira Managin dia managin dia CT. Managin dia managin dia Managin dia managin dia mpigra di rida primadia managin dia rida managin dia managi
A Investment of the Tempera Section 2 and the 2 - On their tempera Section 2 and the 2 - On their tempera Section 2 and the Tempera Section 2 and the Tempera Section 2 and their temperature 2 and thei	a on inventorial 6.02% AND CONTRACTOR 1.00% AND CONTRACTOR 1.00%	# 55.274.00 # 55.274.00 # 55.200	Mexical Mexical Section of the Secti
A brothletis des transparé à graph a Anie à l'action de l'action d	a on inventorial 6.02% AND CONTRACTOR 1.00% AND CONTRACTOR 1.00%	# 55.274.00 # 55.274.00 # 55.200	Mexical Mexical Section of the Secti
A bysoffend den transpage de pages A series of the Company of the	a on immension E-SPEN AND STATE SPEN AND S	# 55.274.00 # 55.274.00 # 55.200	Monetale Steads 160ms and transports pilling Steads 160ms and to 6CT Charles 160ms and to 6CT
A Description for Transpare & agree A series of Series and Series & Commission & Co	1	41399 41399 1139	Mexical Mexical Section of the Secti
A Investment of the superior of any of the second of the	1	1	Monanting disk ground to resignate politica Standard deletion update dal CET Standard deletion update dal
A Description for Transpare & agree A series of Series and Series & Commission & Co	1	Milmon M	Monancia di a granda la resugente gibblea Silvania distanta gianta da CET Silvania distanta uniten di CET Silvania distanta uniten di CET Silvania distanta uniten da CET Silvania di CET Silvania di CET Silvania di CET Silva
A Desidence des transpare de agres A series de l'expert Series de l'ex	a m immuno 2005 2000 A SARA A	Milmon M	Monancia di a granda la resugente gibblea Silvania distanta gianta da CET Silvania distanta uniten di CET Silvania distanta uniten di CET Silvania distanta uniten da CET Silvania di CET Silvania di CET Silvania di CET Silva
A Description for transpare de agree A series of the Committee of the Comm	1	413700 143700 1	Monancia di a granda la resugente gibblea Silvania distanta gianta da CET Silvania distanta uniten di CET Silvania distanta uniten di CET Silvania distanta uniten da CET Silvania di CET Silvania di CET Silvania di CET Silva
A Designation due transport de graph a chair of the common terms o	1	Milmon M	Monancia di a granda la resugente gibblea Silvania distanta gianta da CET Silvania distanta uniten di CET Silvania distanta uniten di CET Silvania distanta uniten da CET Silvania di CET Silvania di CET Silvania di CET Silva
A Description for transpare de agree A series of the Committee of the Comm	1		Monanting disk ground to resignate politica Standard deletion update dal CET Standard deletion update dal
A Description for transpare largery a leave to the control of the	1	41,700 PM 11,700 PM 11,7	Monanting disk ground to recognitive politica. Standard distincts against a for CT Standard distincts against a for CT Standard distincts with the CT Standard distinct with the C
A Description for Transpare & agree A series of Section 1 (1) and the Company National Nation	1.00 1.00 1.00	1,170 1,17	Monanting disk ground to recognitive politica. Standard distincts against a for CT Standard distincts against a for CT Standard distincts with the CT Standard distinct with the C
A Designation due transpare de progre A solve **Notification of transpare (as a part A solve of the solv	a on Immunosis and Immuosis and Immunosis and Immunosis and Immunosis and Im	1.17 1.17	Managing dis ground transporter golding Shankal distinct quarts do CT Shankal distinct quarts de CT Shankal distinct quar
A Designation due to manage de agree A sole of the Color of the Colo	19.20 19.2	1,170 1,17	Managing dis ground transporter golding Shankal distinct quarts do CT Shankal distinct quarts de CT Shankal distinct quar

	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - PAU DOS I DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referente	FERROS		***************************************
Data d	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referente e apresentação de proposta (dia/mês/ano)	is à contratação)		Memorial
-2440	пем	VIGILAN	ITE DIURNO 44H	
Acordo, Conve	nção ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	ESP/RN e SINDSEGU	RN000199/2025 5/6/2025	
	mero de meses de execução contratual		5/6/2025 24	
		•		
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CO Categoria	ONTRATUAL	IGRANTE	Memorial
	Jornada	44h - Seguno	fa a Sábado - Diurno	
Cla	ssificação Brasileira de Ocupação (CBO)		5173-30	
Salá	rio Normativo da Categoria Profissional Salário Minimo Vigente		2,048.75 1,518.00	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Dec. nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024
			1/1/2025	DEC 11* 12.342 de 30 de dezembro de 2024
	Base de Cálculo de Hora Mensal		220	
	Dias trabalhados Mensal	l	26	
	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNE	пасло		Memorial
1	Composição da Remuneração	Percentual	Valor	
A 5	Salúrio Base Adicional de Periculosidade	100% 30%	R\$ 2,048.75	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Art. 193, B da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador
c	Adicional de Insalubridade	0%	R\$ 0.00	Art. 189 e seguintes da CLT.
D	Adicional Noturno	0%	R\$ 0.00	
t	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0% 0%	R\$ 0.00 R\$ 0.00	Cláusula quadragésima, parágrafo segundo da CCT.
-	Valor da Remun	eração (A+B+C+D+E	R\$ 2,663.38	
	Reserva Técnica (Variação de 0 a 6%) - Nota 1	0%	R\$ 0.00	
eta 1. Marianda Bafir	Total/Valor da Remuneçã nida de acordo com consulta ao Ministério Público Estadua	lo + Reserva Técnical	R\$ 2,663.38	
		,		Memorial
Α	intrajornada	0%		Cláusula quadragésima, parágrafo quinto da CCT.
		Total	R\$ 0.00	
MÓ	DULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da re	emuneração + reserv	u técnica)	Memorial
SUBMÓDULO 2.1	GPS, FGTS e outras contribuições INSS	Percentual	Valor R\$ 532.68	
- 6	SES/SESC	20% 1.50%	R\$ 39.95	
c	SENAC	1.00%	R\$ 26.63	
	INCRA SALÁRIO EDUCAÇÃO	0.20%	R\$ 5.33 R\$ 66.58	
-	EGES	2.50% 8.00%	RS 66.58 RS 213.07	
Ğ	SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (RAT X FAP)	3.00%	R\$ 79.90	
н	SERRE Total Submódulo 2.1	0.60% 36.80%	R\$ 15.98 R\$ 980.12	
SUBMÓDULO 2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	96.80% Percentual	RS 980.12 Valor	
Α	Férias	11.11%	R\$ 295.90	
-	Auxilio Doença Licença Maternidade/Paternidade	1.39%	R\$ 37.02	
, p	Faltas Legais	0.28%	R\$ 0.53 R\$ 7.46	
-	Acidente de Trabalho	0.20%	R\$ 5.33	
Ġ	13º Salário	8.33%	R\$ 221.86	
	Total Submódulo 2.2	23.27%	R\$ 619.77	
SUBMÓDULO 2.3	Indenizações Aviso Prévio Indenizado	Percentual 0.45%	Valor RS 11.99	
	Indenização Adicional	0.08%		
			R\$ 2.13	
c c	Indenização (rescisões sem justa causa)	4,00%	R\$ 106.54	
C SUBMÓDULO 2.4	indenização (rescisões sem justa causa) Total Submódulo 2.3 Incidência Encargos	4.00% 4.53% Percentual	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor	
SUBMÓDULO 2.4	Indenização (resdeões sem justa causa) Total Submódulo 2.3 Incidência Encargos Incidência Compo A sobre os items do gru	4,53% 4,53% Percentual 8,56%	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07	
E C SUBMÓDULO 2.4 A	Indenização (readisões sem justa causa) Total Submódulo 2.3 Incidência Encargos Incidência dos Encargos do Grupo A sobre os items do gru Valor dos Encargos Sociais	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	R\$ 100.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61	
Α	Indenização (resdačes sem justa causa) Total Submódulo 2.3 Incidência Encargos Incidência dos Encargos do Grupo A sobre os itens do gru Valor dos Encargos Socials Unidenizações (2.1)	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	R\$ 100.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61	
Α	Indenização (resdides sem justa causa) Total Submidulo 2.3. Indúbicala Tracagea Indúbicala Grupo A sobre os litens do gru Valor dos Encages do Grupo A sobre os litens do gru Valor dos Encages Socials Total dos Médulos 1-22 indenizações (2.1s Encargos Socials foram baseadas de acordo com Planilhas	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	R\$ 100.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61	
A ota 2 - Os índices dos	Indentração (rencides sem justa cusus) Total Salmofulo 2.3 Indidincia fracaçes Indidincia dos Fracaçes de Grupo A subre os itans do gru Valor dos Encargos Sociais Total dos Médios 1124 indentrações [2]:s Trazaços Sociais foram bassadas de acordo com Planifian MODULO 3: INSUMINOS	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	R\$ 100.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,611.99 thirio Público da Unillo (MPU	Monorida
A ota 2 - Os índices dos	Inferring (a) (rescribes sem jests casta) Tradit (abmösler 1 Tranges Indelinick des Tranges Indelinick des Tranges Indelinick des Tranges Indelinick des Tranges Tradit (abmösler 1 Tranges Tradit (ab Middata 1 1/2 Indestruption (2 1 1 Tranges Sooise Tradit (ab Middata 1 1/2 Indestruption (2 1 1 Tranges Sooise MOSIOL 3 INSIMOS Auformas (ante messal pre empregated) 24/16 mms (ante messal pre empregated)	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	#\$ 106.54 #\$ 120.65 Valor #\$ 228.07 #\$ 1,946.01 #\$ 4,611.99 #\$ 4,611.99 #\$ 27.84 #\$ 27.84	Monard
A ota 2 - Os índices dos	Indemiração (rescubles sem justo casas) Todos (aboutos a Trongos Carlos (aboutos de Trongos Carlos (aboutos a Trongos Carlos (aboutos a Trongos Carlos (aboutos a Trongos Section Carlos (aboutos a Trongos Section Carlos (aboutos a Trongos Section (aboutos a Trongo	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	R\$ 106.54 R\$ 220.65 Valor R\$ 220.67 R\$ 2,948.61 R\$ 4,611.99 birio Público da União (MPU R\$ 27.84 R\$ 12.56 R\$ 5.05 R\$ 5.05	Manurid
A 1 A 2 A 3 B A 1	Indenting in Frendrick van jest cascal Treist Schendische 2.3 Test Schendische 2.3 Test Schendische 2.4 Test Schen	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	#\$ 106.54 #\$ 120.65 Valor #\$ 228.07 #\$ 1,946.01 #\$ 4,611.99 #\$ 4,611.99 #\$ 27.84 #\$ 27.84	Manuscrial Manuscrial Manuscrial Manuscrial Manuscrial Manuscrial
A 1 A2 A3 B 81 82	Individual provides un jest care) Total Polisionidas 2.7 Sentino III. Total Polisionidas 2.3 Sentino III. Total Polisionidas 2.3 Sentino III. Se	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	R\$ 100.55 Waler R\$ 120.65 Valor R\$ 2738.07 R\$ 1946.01 R\$ 4,611.99 R\$ 4,611.99 R\$ 27.84 R\$ 27.84 R\$ 37.85 R\$ 5.00	
A 1 A 2 A 3 B A 1	Indenting in Frendrick van jest cascal Treist Schendische 2.3 Test Schendische 2.3 Test Schendische 2.4 Test Schen	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	R\$ 100.55 R\$ 120.55 Valor R\$ 228.07 R\$ 3,948.61 R\$ 4,941.29 R\$ 27.84 R\$ 12.50 R\$ 3,948.61 R\$ 4,041.20 R\$ 3,000 R\$ 3,000 R\$ 3,000 R\$ 3,000	desdigina olik ga mai transparte pilolita
A A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B3 B4 C	Interducing levelands are just cased) Senter Committee	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	R\$ 100.55 P\$ 120.65 R\$ 120.65 R\$ 120.60 R\$ 2.28.07 R\$ 2.28.07 R\$ 2.28.07 R\$ 2.28.07 R\$ 2.28.07 R\$ 2.20.00 R\$ 5.00.00	Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanling delen op mehr bei CT
A 1 A2 A3 B 81 82	Sentings (Invalida ear Intel Cascol) Sentings (Invalida ear Intel Cas	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	R\$ 200.55 R\$ 220.60 Page 220.60 R\$ 220.60 R\$ 220.60 R\$ 220.60 R\$ 240.10 R\$ 240.10 R\$ 240.10 R\$ 220.60 R\$ 20.00	desdigina olik ga mai transparte pilolita
A A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B3 B4 C	Interducing levelands are just cased) Senter Committee	4.00% 4.53% Percentual 8.50% 73.16%	R\$ 100.55 P\$ 120.65 R\$ 120.65 R\$ 120.60 R\$ 2.28.07 R\$ 2.28.07 R\$ 2.28.07 R\$ 2.28.07 R\$ 2.28.07 R\$ 2.20.00 R\$ 5.00.00	Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanling delen op mehr bei CT
A A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B3 B4 C	Demotracy Provides on that caused in the control of	4.00% 4.25% Percentual 8.150% 72.16% 72.16% 2.242.3-2.4() - Nota 2.2 ja adotas palo Mini	#5:000.54 #5:1200.54 #5:2300.75 #5:2300.75 #5:2300.75 #5:2300.75 #5:2300.75 #5:2300.75 #5:200.75	Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanling delen op mehr bei CT
A A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B3 B4 C	Interingth provides are just useral That Berkelder's A. The Berkelder	4.00% 4.25% Percentual 8.150% 72.16% 72.16% 2.242.3-2.4() - Nota 2.2 ja adotas palo Mini	#5 200.54 #5 200.50 Valor #5 1,946.10 #5	Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanling delen op mehr bei CT
A A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B3 B4 C	Internals in what model Internal Congregation of Congregation	4.00% 4.25% Percentual 8.150% 72.16% 72.16% 2.242.3-2.4() - Nota 2.2 ja adotas palo Mini	#5:000.56 #3:200.00 #3:220.00 #3:220.00 #3:220.00 #3:220.00 #3:220.00 #3:461	Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanling delen op mehr bei CT
A A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B3 B4 C	Intering the results caused by the control of the c	4.00c. 4.32c. Preventual 8.50c. 8.50c. 27.27.21.24) Nota 2 prior Africa pi adotas pefo Africa 0.00c.	#5:000.56 #3:200.00 #3:220.00 #3:220.00 #3:220.00 #3:220.00 #3:220.00 #3:461	Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanling delen op mehr bei CT
A 1 A 2 A 3 B B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2 B 2	Internals in received as or material and an account of the company	4.00% 4.25% Percentual 8.150% 72.16% 72.16% 2.242.3-2.4() - Nota 2.2 ja adotas palo Mini	#5 200 54 #5 2100 54 #5 2100 54 #5 2100 54 #5 2100 54 #5 2100 54 #5 2100 54 #5 2100 54 #5 2100 54 #5 2100 54 #5 2100 54 #5 2100 54 #5 2100 54 #5 2100 55 #5 2100	Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanling delen op mehr bei CT
A1 A1 A2 A3 A3 A3 A3 A4	Interingth Fermilla can into cascal interinguish Control Contr	4,00c. 4,30c. 4,30c. 2,10c.	# 5 100 54 # 51 200 54 # 51 200 54 # 51 200 54 # 51 200 54 # 51 200 54 # 51 200 54 # 51 200 54 # 51 200 54 # 51 200 54 # 51 200 54 # 51 200 55 # 50 2	Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanling delen op mehr bei CT
A A1 A2 A3 8 81 82 83 64 C 0 E F	Internation for what a most of course of the	4,00C 4,10C 1,10C	#5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.54 #5 100.55	Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanling delen op mehr bei CT
A1 A1 A2 A3 A3 A3 A3 A4	Interings from the service of the control of the co	4.00% 4.30% Persentual 5.20% 3.23-2.3-2.64, Neta 2. 3.23-2.3-2.64, Neta 2. 3.24-2.3-2.64, Neta 2. 3.25-2.3-2.64, Neta 2. 3.25-2.3-2.64, Neta 3. 3.25-2.3-2.64, Neta 3. 3.25-2.3-2.64, Neta 3. 3.25-2.	# 5 200 5.6 **Your Committee Commit	Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanlingen olle general beingegette gildelen Stanling delen op mehr bei CT
A1 A1 A2 A3 A3 A3 A3 A4	Internation for what a most of model in the control of the control	4.00% 4.30% Persentual 5.20% 3.23-2.3-2.64, Neta 2. 3.23-2.3-2.64, Neta 2. 3.24-2.3-2.64, Neta 2. 3.25-2.3-2.64, Neta 2. 3.25-2.3-2.64, Neta 3. 3.25-2.3-2.64, Neta 3. 3.25-2.3-2.64, Neta 3. 3.25-2.	# 5 200 5.6 **Your Committee Commit	Stanlingen olle general belangsette stillelen Stanlingen olle general belangsette stillelen Stanlingen oller general bestätte stillen oller st
A 1 A1 A2 A3 A3 A3 A3 A4	Interings for winds on an intering control of the c	4,000 4,330 Percentual 1,000 1	\$1300.04 (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1)	Stanlingen olle general belangsette stillelen Stanlingen olle general belangsette stillelen Stanlingen oller general bestätte stillen oller st
A 3	Destroyal to revisit a constitution of the con	4.00c 4.50c 7.510c 7.51	\$1,000.04.00.00.00.00.00.00.00.00.00.00.00.	Stanlingen olle general belangsette stillelen Stanlingen olle general belangsette stillelen Stanlingen oller general bestätte stillen oller st
A 1 A1 A2 A3 A3 A3 A3 A4	Interings for winds on an instrumental processing of the control o	4,000 4,330 Percentual 1,000 1	\$1,000 Aug 1,000	Stanlingen olle general belangsette stillelen Stanlingen olle general belangsette stillelen Stanlingen oller general bestätte stillen oller st
### A 1	Destroys to revolve our mater cannol to the control of the control	4.00°C 4.53°C Percentual 77.3.60°C 22.27.2.72.60°C 17.3.60°C 22.27.2.72.60°C 17.3.60°C 22.27.2.72.60°C 17.3.60°C 22.27.2.72.60°C 17.3.60°C 22.27.2.72.60°C 22.27.2.60°C 22.27.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.	\$1,000 to \$1,000	Stanlingen olle general belangsette stillelen Stanlingen olle general belangsette stillelen Stanlingen oller general bestätte stillen oller st
### A 1	Internation for what is married in the control of t	4.00°C 4.53°C Percentual 77.3.60°C 22.27.2.72.60°C 17.3.60°C 22.27.2.72.60°C 17.3.60°C 22.27.2.72.60°C 17.3.60°C 22.27.2.72.60°C 17.3.60°C 22.27.2.72.60°C 22.27.2.60°C 22.27.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.27.2.60°C 22.	\$1,000 to \$1,000	Consign de presid transporte pública Standar Refere secreto de CCT Chanda Refere de CCT Chanda Re
### A ### A	International name in the case of the control of th	4,000 4,000 4,100 4,100 7,100	\$1,000 to \$1,000	Consign of a person beningent a pilohian Steador Allerian and CCT. Chandra Allerian and an CCT. Chandra Allerian and a CCT. Chan
### A 1	International to make a second control of the contr	4,000 4,000 4,100 4,100 7,100	\$1,000 to \$1,000	Consign of a person beningent a pilohian Steador Allerian and CCT. Chandra Allerian and an CCT. Chandra Allerian and a CCT. Chan
A	Destroyal in vision and water season of the control	4,000 4,100	# 5 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Consign of a person beningent a pilohian Steador Allerian and CCT. Chandra Allerian and an CCT. Chandra Allerian and a CCT. Chan
A	International to make a second control of the contr	4,00°C 4,12°C 4,12°C 7,13°C 7,	\$1,000 to \$1,000	Montinger dis great françaire politica Stranta Relative questra del CET. Clamata Relative partir del CE
A	Destroyal Provides on that cased to Member 1992 Netter 1	4,000 4,100	# 5 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Standard deleting parties de 201 Standard deleting parties deleting parties de 201 Standard deleting parties del 201 Standard del
A	James of the control	4.00- 4.30- 4.30- 4.30- 4.30- 73.60-	\$1,000 to \$1,000	Standard deleting parties de 201 Standard deleting parties deleting parties de 201 Standard deleting parties del 201 Standard del
### A	Demonstration was not assessed in the control of th	4.000- 4.000- 4.000- 4.000- 9.100- 9.	\$1,000 to \$1,000	Standard deleting parties de 201 Standard deleting parties deleting parties de 201 Standard deleting parties del 201 Standard del
### A	Destroys for works on that search Netter Corp. Netter Co	4.000- 4.000- 4.000- 4.000- 7.	\$1,000 to \$1,000	Standard delicino parter del CCI Standard della control parter del CCI Standard della control parter del C
### 2. On inches does not a 2. On inches does not a 2. On inches does not a 2. On inches	Demonstrate to what a season of the company of the	4,000 4,000 4,000 1,000	\$1,000 to \$1,000	Standard delicino parter del CCI Standard della control parter del CCI Standard della control parter del C
### A 2 - O5 indexes done ### A 2 - A 3 -	Destroyal provides on that cased to provide the provides of th	4.00 A. See See See See See See See See See Se	# 5 (5 to 4 to 5 to 5 to 5 to 5 to 5 to 5 to	Standard deleting parties de 201 Standard deleting parties deleting parties de 201 Standard deleting parties del 201 Standard del
### A 2 - On indices done ### A 2 - On indices done ### A 3 - A 4 - A	Destroys (a) revolved nor mater control Portions (a) revolved (a) rev	4.00 A. See See See See See See See See See Se	\$1,000 to \$1,000	Standard deleting parties de 201 Standard deleting parties deleting parties de 201 Standard deleting parties del 201 Standard del
### A 2 - O5 indexes done ### A 2 - A 3 -	International continues and activation and international continues and activation activation and activation activation and activation activ	4.00 A. See See See See See See See See See Se	# 5 (5 to 4 to 5 to 5 to 5 to 5 to 5 to 5 to	Standard deleting parties de 201 Standard deleting parties deleting parties de 201 Standard deleting parties del 201 Standard del
### A 2 - O5 indexes done ### A 2 - A 3 -	Destroys (a) revolved nor mater control Portions (a) revolved (a) rev	4.000 1.	\$1,000 M (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1)	Standard deleting parties de 201 Standard deleting parties deleting parties de 201 Standard deleting parties del 201 Standard del
A	Senting to revised as on text asset) Senting to revised as on text asset) Senting to revised to the sent as the sent as of t	4000 1000	# 5 (10 M M 1) (10 M 1) (10 M 1) (10 M 1) (10 M 1) (10 M 1) (10 M 1) (10 M 1) (10 M 1) (10 M 1) (10 M 1) (10 M M 1) (Standard deleting parties de 201 Standard deleting parties deleting parties de 201 Standard deleting parties del 201 Standard del
### A 2 - O5 indexes done ### A 2 - A 3 -	Destroys for works on that sound Nettonic Court Court Nettonic Court Netton	400 A 100 A	\$1,000 to \$1,000	Standard deleting parts de 201 Standard deleting parts del 201 Standard del 201 Standar
A	Destroys (a) revolved nor motor consideration (Constitution of Constitution of	4000 1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000	# 5 (5 to 4 to 5 to 5 to 5 to 5 to 5 to 5 to	Consign de presid transporte pública Standar Refere secreto de CCT Chanda Refere de CCT Chanda Re

Data de		rentes à contratação)		
	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados refer e apresentação de proposta (dia/mês/ano)			
	ITEM	VIGILANTE D NDESP/RN e SINDSEGUR/F	FN000199/2025	
Acordo, Conve	enção ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	06/1	15/25	
Nús	mero de meses de execução contratual		14	
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃI	O CONTRATUNI		Manufal
	Catagoria	VIGI	ANTE	METONIAL .
		VIGI 12X36 - Segunda z	Domingo - Diumo	
Clas	ssificação Brasileira de Ocupação (CBO) Irio Normativo da Categoria Profissional	517 2,84	3-30	Ciliusula terceira da CCT. Paralgrafo Primeiro
330	Salário Minimo Vigente		18.00	Dec. nº 12-342 de 30 de desembro de 2024
	lata base da categoria (dia/mēs/ano)		2025	
	Base de Cálculo de Hora Mensal Dias trabalhados Mensal	2	20	
	DOS TISSINGED MERCH		15	
	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REM	UNERAÇÃO		Memorial
1 A	Composição da Remuneração Salário Base	Percentual 200%	Valor	Ciliusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
- 0	Adicional de Periculasidade	20%	RS 614.61	Art. 193, II da CLT e NR 16. Calculo realizado sobre o salário base do trabalhador
c	Adicional de Insalubridade	0%	RS 0.00	Art. 199 e sequintes da CLT.
D	Adicional Noturno Adicional de Hora Noturna Reduzida	ON ON	R\$ 0.00 R\$ 0.00	Art. 73 da CLT e Cláusula décima primeira da CCT. Cláusula quadragésima, parágrafo segundo da CCT.
	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	RS 0.00	Clausus quadragesms, paragrato segundo da CCI.
	Valor da	Remuneração (A+B+C+D+E)	R\$ 2,663.38	
	Reserva Técnica (Variação de 0 a 6%) - Nota 1		R\$ 0.00	
tions I. Marianta Datie	Total/Valor da Remu nida de acordo com consulta ao Ministério Público Estadual	uneração + Reserva Técnica)	R\$ 2,663.38	
	PARCELAS INDENIZATORA	NS .		Memorial
A	intrajornada	50%	R\$ 272.39	Cláusula quadragésima, parágrafo quinto da CCT.
		Total	R\$ 272.39	
	MÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor	da remuneração + reserva til	caical	Manufal
SUBMÓDULO 2.1	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor	manage of the second se
Α	INSS	20%	R\$ 532.68	
	SESU/SESC SENAC	1.50%	R\$ 29.95 R\$ 26.63	
	INCRA	0.20%	RS 5.33	
£	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.50%	R\$66.58	
- F	FGTS SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (RAT X FAR	8.00% 3.00%	R\$ 213.07 R\$ 79.90	
- н	STERE	0.60%	R\$79.90 R\$15.98	
	Total Submidulo 2.1	36.80%	R\$ 980.12	
SUBMÓDULO 2.2	12º Satário, Férias e Adicional de Férias Férias	Percentual 11.11%	Valor RS 295 90	
A	Auxilio Doenca	11.11%	R\$ 295.90 R\$ 37.02	
č	Licença Maternidade/Paternidade	0.02%	R\$ 0.53	
D	Faltas Legals	0.28%	R\$ 7.46	
	Acidente de Trabalho Aulso Prévio	0.20% 1.94%	R\$ 5.33 R\$ 51.67	
á	13 ^p Salário	8.33%	R\$ 221.86	
	Total Submódulo 2.2	23.27%	R\$ 619.77	
SUEMÓDULO 2.3	Indenizações Aviso Prévio Indenizado	Percentual 6.40%	Valor R\$11.99	
	Indenização Adicional	0.08%	RS 2.13	
c	indenização (rescisões sem justa causa)	4.00%	R\$ 106.54	
SUBMÓDULO 2.4	Total Submidulo 2.3 Incidência Encargos	4.52% Percentual	R\$ 120.65 Valor	
SUEMÕDULO 2.4	Incidência Encargos Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gr	Percentual 8.56%	Valor R\$ 228.07	
SUBMÓDILO 2.4 A	Incidência Encargos Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gr Valor dos Encargos Socials	Percentual 8.56% 72.16%	Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61	
^	incidência Encargos Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gr Valor dos Encargos Socials Total dos Módulos 1+2+ indeniasçõe	Percentual 8.56% 72.16% rs [2.1+2.2+2.3+2.4] - Nota 2	Valor R\$ 221.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,884.38	
^	incidência fincargos incidência dos Encargos o grupo A sobre os itens do gr Valor dos Encargos Socials Total dos Médulos 1-2+ indenizaçõe Encargos Socials foram baseadas de acordo com Planihas j	Percentual 8.50% 73.16% st (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 ji adotas pelo Ministério Publ	Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61	
A Nota 2 - Os indices dos	Inciditacia des Encargos de grupo A volve os itens do gr Valor dos Encargos Socials Total dos Médulos 1-2-a intentação Encargos Socials foram baseadas de acordo com Planilhas j MÓDULO 2: INSURMOS	Percentual 8.50% 73.16% st (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 ji adotas pelo Ministério Publ	Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.63 R\$ 4,884.38 Ico da União (MPU) e Suprem	Mensed
A Nota 2 - Os indices dos	incidincia Encarges prolificados Encarges (o prapo A sobre es llens do gr Valer des Encarges (o cisia Total dos Médulos 1-2+ in deciraçõe Encarges Socials foram baseados de acordo com Panilhas j MÓGULOS: MOGULOS: MOGULOS: (O programa por programa (pues programa por	Percentual 8.50% 73.16% st (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 ji adotas pelo Ministério Publ	Valor R\$ 228.07 R\$ 1,946.18 R\$ 4,844.18 Ico da U nião (MPU) e Suprem R\$ 27.84	Menuniti
A Siota 2 - Os indices dos	Incidéncia foctoriges recificacia dos Caregores de propo A subm os lives do pre Valer del Encargos Consider de Aubinos lives do pre Valer del Encargos Sociale Financia Sociales del Sociales de Aubinos libros Financias Sociales de Sociales de Sociales de Confidencia del Participa de Confidencia del Participa de Confidencia del Participa del Parti	Percentual 8.50% 73.16% st (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 ji adotas pelo Ministério Publ	Valor R\$ 1,348.61 R\$ 1,348.61 R\$ 4,884.38 ico da União (MPU) e Suprem R\$ 27.84 R\$ 13.22 R\$ 0.00	Menoral
A Since A Sinc	Notified to Storages Valer das Energege (or page A solve on Bean de yet Valer das Energeges Socials Total das Energeges Socials Energes Socials MODULO 3: HOUSEAND AND	Percentual 8.50% 73.16% st (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 ji adotas pelo Ministério Publ	Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61 S\$ 4,844.28 R5 4,844.29 R5 27.84 R\$ 27.84 R\$ 13.22 R\$ 6.00	
A Siota 2 - Os indices dos	Incidéncia foctoriges recificacia dos Caregores de propo A subm os lives do pre Valer del Encargos Consider de Aubinos lives do pre Valer del Encargos Sociale Financia Sociales del Sociales de Aubinos libros Financias Sociales de Sociales de Sociales de Confidencia del Participa de Confidencia del Participa de Confidencia del Participa del Parti	Percentual 8.50% 73.16% st (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 ji adotas pelo Ministério Publ	Valor R\$ 1,348.61 R\$ 1,348.61 R\$ 4,884.38 ico da União (MPU) e Suprem R\$ 27.84 R\$ 13.22 R\$ 0.00	Memorial And T-64/00, trans to an intergrate a responsibility or feature Memory Montal Principle Carl T-64/00, trans to an intergrate a responsibility or feature Memory Montal And T-64/00, trans to an intergrate a responsibility or feature Memory Montal And T-64/00, trans to an intergrate a responsibility or feature Memory Montal And T-64/00, trans to an intergrate a responsibility or feature Memory Montal And T-64/00, trans to an intergrate a responsibility or feature Memory Montal And T-64/00, trans to an intergrate a responsibility or feature Memory Montal And T-64/00, trans to an intergrate a responsibility or feature Memory Montal And T-64/00, trans to an interpretable and transition of the feature Memory Montal And T-64/00, trans to an interpretable and transition of the feature Memory M
A I A I A I A I A I A I A I A I A I A I	beddends facupes opticided dis Except for dyrage A white with the dispression of program and the second of the dispression of the second of t	Percentual 8.50% 73.16% st (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 ji adotas pelo Ministério Publ	Wator R\$ 238,07 R\$ 5,048,53 R\$ 4,048,53 R\$ 4,048,53 R\$ 4,048,53 R\$ 27,64 R\$ 27,64 R\$ 27,64 R\$ 27,64 R\$ 3,000 R\$ 34,00 R\$ 4,00 R\$ 4,00	
A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B3	Incidence Screening Control of the Control of Screening Control of Scree	Percentual 8.50% 73.16% st (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 ji adotas pelo Ministério Publ	Water R\$ 228.07 R\$ 3,948.61 R\$ 4,948.62 R\$ 4,949.02 R\$ 2,754 R\$ 127.02 R\$ 200.00 R\$ 24.00 R\$ 24.00 R\$ 24.00 R\$ 24.00 R\$ 24.00 R\$ 25.00 R\$	or 07 7-0055. Valor do valo transporte é regionmentate par Counte Mancajor (Notes)
A Nota 2 - Os indices dos A 1 A 2 A 3 B B 1 B 2 B 2 C C	beddends facupes opticided dis Except for dyrage A white with the dispression of program and the second of the dispression of the second of t	Percentual 8.50% 73.16% st (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 ji adotas pelo Ministério Publ	Water R\$ 238.07 R\$ 5,948.61 R\$ 5,948.61 R\$ 4,949.24 R\$ 278.60 R\$ 277.64 R\$ 51122 R\$ 100.00 R\$ 240.00	Let T 1850. Value di uni transport a inggeneratiga pri frantes Menigan Rest) Standa distinte gante de ICC.
A1 A1 A2 A2 A2 B B2 B2 B2 C C D E	Modelnus barreges Modelnus barreges Wide dels Congress of the State	Percentual 8.50% 73.16% st (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 ji adotas pelo Ministério Publ	Valor RE 228.07 85 1988.15 R5 4,884.15 R5 4,884.15 R5 4,884.15 R5 1987.16 R5 27.86 R5 197.27 R5 100 R5 24.00 R5 4.00 R5 4.00 R5 4.00 R5 4.00 R5 100 R5 24.00 R5 100 R5 100 R5 14.00 R5 14.00	or 07 7-0055. Valor do valo transporte é regionmentate par Counte Mancajor (Notes)
A 1 A2 A3 B B1 B2	Modeles is Georges Water del Transport and the an internal program of the control of the Contro	Percentual 8.50% 73.16% st (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2 ji adotas pelo Ministério Publ	Water RE 228.07 RS 1288.08 RS 1288.08 RS 488.08 RS 488.08 RS 13.70 RS 13.70 RS 13.70 RS 13.70 RS 13.70 RS 23.00 RS 24.00	and of 7.00(5). When it was incompanies to regularisections part Dismote Municipal Painting Chandra districts pages on ECC. Chandra districts pages on ECC. Chandra districts pages on ECC.
A1 A1 A2 A2 A2 B B2 B2 B2 C C D E	Institute in Energy and Author is Brising and Author is Author in Brising and Author is	Percentual £000 7-3160 pri 21-230-230-6-Neis 21-230-200 Ministrio Publi Address pelo Ministrio Publi	Valor 5 224.07 65 1,244.51 65	Course Monthly Water St. And Transparent angiotecontroller part Devices Monthly and Monthly Andread Course Monthly State St. Andread St. Course St. Course St. Course Monthly and Monthly Andread St. Course Monthly St. Co
A1 A1 A2 A2 A2 B B2 B2 B2 C C D E	Modelnus barreges Modelnus barreges Wide dels Congress of the State	Percentual £000 7-3165 sr(21-12-02-12-0-Near 2-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-	Valor RE 228.07 85 1988.15 R5 4,884.15 R5 4,884.15 R5 4,884.15 R5 1987.16 R5 27.86 R5 197.27 R5 100 R5 24.00 R5 4.00 R5 4.00 R5 4.00 R5 4.00 R5 100 R5 24.00 R5 100 R5 100 R5 14.00 R5 14.00	Course Monthly Water St. And Transparent angiotecontroller part Devices Monthly and Monthly Andread Course Monthly State St. Andread St. Course St. Course St. Course Monthly and Monthly Andread St. Course Monthly St. Co
A1 A1 A2 A2 A2 B B2 B2 B2 C C D E	Incollect the copies of the control of the copies of the c	Percentual £000 7-3165 sr(21-12-02-12-0-Near 2-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-	Valor 52,24,07 65,244,07 6	Course Monthly Water St. And Transparent angiotecontroller part Devices Monthly and Monthly Andread Course Monthly State St. Andread St. Course St. Course St. Course Monthly and Monthly Andread St. Course Monthly St. Co
A1 A1 A2 A2 A2 B B2 B2 B2 C C D E	Institute in Energy and Author is Brising and Author is Author in Brising and Author is	Percentual £000 7-3165 sr(21-12-02-12-0-Near 2-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-0-1-	### Pales ## 1,234,01 ## 1,234	Course Monthly Water St. And Transparent angiotecontroller part Devices Monthly and Monthly Andread Course Monthly State St. Andread St. Course St. Course St. Course Monthly and Monthly Andread St. Course Monthly St. Co
A	Incollect the copies of the control of the copies of the c	Percentual 1.00 2.00 2.00 2.00 2.00 5.5. Note 2 Percentual 2.00 2.00 2.00 2.00 2.00 2.00 2.00 2.00	### 1946 1946 1952	Course Monthly Water St. And Transparent angiotecontroller part Devices Monthly and Monthly Andread Course Monthly State St. Andread St. Course St. Course St. Course Monthly and Monthly Andread St. Course Monthly St. Co
A Nota 2 - Os indices dos A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A	Intelligence of the control of the c	Precedual 1-00	### Vales #\$1,246.00 #\$1,246.00 #\$1,246.00 #\$1,446	Course Monthly Water St. And Transparent angiotecontroller part Devices Monthly and Monthly Andread Course Monthly State St. Andread St. Course St. Course St. Course Monthly and Monthly Andread St. Course Monthly St. Co
A	Intelligence of the control of the c	Percentual 1.00 2.00 2.00 2.00 2.00 5.5. Note 2 Percentual 2.00 2.00 2.00 2.00 2.00 2.00 2.00 2.00	### 1946 1946 1952	Course Monthly Water St. Man Transpart of Implementally pur Devices Monthly Mills St. Man St.
A Nota 2 - Os indices dos A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A	In additional control of the control	Preceded 1.00 2.10	### Vales #\$1,246.00 #\$1,246.00 #\$1,246.00 #\$1,446	Course Monthly Was dis user transport a registerantially puri formers Monthly and Monthly
A Nota 2 - Os indices dos A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A	Intelligence of the control of the c	Percentagi	Vales 65.236.07 65.2	Course Monthly Was dis user transport a registerantially puri formers Monthly and Monthly
A Nota 2 - Os indices dos A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A 3 A	Martine More page. Martine More page and a Partine	Preceded 1.00 2.10	### Vales #\$1,246.00 #\$1,246.00 #\$1,246.00 #\$1,446	Course Monthly Was dis user transport a registerantially puri formers Monthly and Monthly
A Support Control of the Control of	In additional control of the control	Processed	Value 1922 1	Course Monthly Was dis user transport a registerantially puri formers Monthly and Monthly
A A1 A2 A3 B1 B2 B2 B2 B2 B3 B4 A3 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A	In additional control of the control	### 1.000 ### 1.	Value	Course Monthly Was dis user transport a registerantially puri formers Monthly and Monthly
A Support Control of the Control of	Martin Martin Company (1997) The rest Martin Marti	Processed	Value	Course Monthly Was dis user transport a registerantially puri formers Monthly and Monthly
A A1 A2 A3 B1 B2 B2 B2 B2 B3 B4 A3 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A	In additional control of the control	Personal	Value	Course Monthly Was dis user transport a registerantially puri formers Monthly and Monthly
A A1 A2 A3 B1 B2 B2 B2 B2 B3 B4 A3 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A	Martine Minings (Martine)	### 1.000 ### 1.	Value	Course Monthly Was dis user transport a registerantially puri formers Monthly and Monthly
A A1 A2 A3 B1 B2 B2 B2 B2 B3 B4 A3 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A4 A	In additional control of the control	Institute	Value	Course Monthly Water St. Man Transpart of Implementally pur Devices Monthly Mills St. Man St.
A	Martin Michael Control (1997)		Value	Course Monthly Was dis user transport a registerantially puri formers Monthly and Monthly
A 1	In additional control of the control	Tendent Tend	Value Valu	Course Monthly Was dis user transport a registerantially puri formers Monthly and Monthly
A	Martine Martine State Control	Tendent Tend	Value STATE STAT	Control States and a state to require the registered by an increase Making an increase (Making an increase
A 1	Martin Michael Control (1997)	Tendent Tend	Value	Let 9 7 6350. Yell dis valo brangete i regioneratali per Brance Montaja il Nasiji. Constituti di serve quello di 107 Constituti di serve di 107 Constituti di serve di 107 Constituti di 107 Co
A	Manufacturing of the Control of the		Value	Course Monthly Was dis user transport a registerantially puri formers Monthly and Monthly
A	In the part of the	Tenning	Value 5 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Let 9 7 (6350). Yello illi valo brangeto i regionessisti per financia Manquin Annoj Cilcula Manno valo ACTC Cilcula Man
A	In additional control of the control	Tender T	Value 2 3 3 3 3 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	Let 9 7 (6350). Yell it was branged a regionerable per Service Montage Manage (1994). Clouds divine parts of 107. Clouds divine pa
A	Martine Montage (Income) Montage (I	The content of the	Value Valu	Let 9 7 (6350). Yell it was branged a regionerable per Service Montage Manage (1994). Clouds divine parts of 107. Clouds divine pa
A	Leader Street, in control of the con	The content	Value	Let 9 7 (6350). Yell it was branged a regionerable per Service Montage Manage (1994). Clouds divine parts of 107. Clouds divine pa
A	Martine Martine (Martine) Martine Martine Martine Martine Martine Martine Martine Martine Martine Martine Martine Martine Martine Martine Martine Ma	The content	Value Valu	Let 9 7 (6350). Yell it was branged a regionerable per Service Montage Manage (1994). Clouds divine parts of 107. Clouds divine pa
A	Leader Street, in control of the con	The content	Value	Let 9 7 (6350). Yell it was branged a regionerable per Service Montage Manage (1994). Clouds divine parts of 107. Clouds divine pa
A	In additional control of the control	The content	Value State Stat	Let 9 7 (6350). Yell it was branged a regionerable per Service Montage Manage (1994). Clouds divine parts of 107. Clouds divine pa
A	Monthly Michael Control (Michael Control	The content	Value 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Let 9 7 (6350). Yell it was branged a regionerable per Service Montage Manage (1994). Clouds divine parts of 107. Clouds divine pa
A	Section for the property of th	Test Made 18-0 18	Value Valu	Let 9 7 (6350). Yell it was branged a regionerable per Service Montage Manage (1994). Clouds divine parts of 107. Clouds divine pa
A 1 2 2 3 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	Meditor Strong on Section Section Strong on Section Section Strong on Section Section Section Strong on Section Sectio	Tention Tent	Value 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Let 9 7 (6350). Yell it was branged a regionerable per Service Montage Manage (1994). Clouds divine parts of 107. Clouds divine pa

	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - NAT	AL es à contratacion		Manusial
Data o	le apresentação de proposta (dia/mês/ano)		NOTURNO 12 x 36	
Acordo, Conv	enção ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	ESP/RN e SINDSEGU	RN000199/2025	
	imero de meses de execução contratual		06/05/25 24	
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO C	ONTRATUAL		Memorial
	Categoria		IGILANTE la a Domineo - Noturno	
Cli	ssificação Brasileira de Ocupação (CBO)		5173-30	
	ário Normativo da Categoria Profissional Salário Minimo Vigente		2,048.75 1,518.00	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Dec. nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024
	Data base da categoria (dia/més/ano) Base de Cálculo de Hora Mensal		1/1/2025	
	Dias trabalhados Mensal		15	
1	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUN Composição da Remuneração	Percentual	Valor	Memorial
A	Salário Base	100%		Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
ċ	Adicional de Periculosidade Adicional de Insalubridade	30% 0%	R\$ 0.00	Art. 193, II da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador Art. 189 e seguintes da CLT.
D E	Adicional Notumo Adicional de Hora Notuma Reduzida	20% 0%	R\$ 0.00	Art. 73 da CT e Cláusula décima primeira da CCT. Cláusula quadragisima, parágrafo segundo da CCT.
	Valor da Remun	0% eracijo (A+B+C+D+E)	R\$ 0.00	
	Valor da Remun Reserva Técnica (Variação de O a 6%) - Nota 1 Total(Valor da Remuneçã	a t Barners Tricales	R\$ 0.00	
Nota 1 - Variação De	finida de acordo com consulta ao Ministério Público Estad PARCELAS INDENIZATÓRIAS	al - MP/RN	1,717.01	
A	PARCELAS INDENIZATÓRIAS Intrajornada		R\$ 326.87	Memorial Cláusula quadragésima, panágrafo quinto da CCT.
		Total	R\$ 326.87	
SUBMÓDULO 2.1	OULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da o GPS, FGTS e outras contribuições	emuneração + reser Percentual	va técnica) Valor	Memorial
A	INSS SES/SESC	20%	R\$ 583.52 R\$ 43.76	
c	SENAC	1.00%	R\$ 29.18	
D E	INCRA SALÁRIO EDUCAÇÃO	0.20% 2.50%	R\$ 5.84 R\$ 72.94	
g g	PGTS SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (RAT X FAP	8.00% 3.00%	R\$ 233.41 R\$ 87.53	
н	SERRE Total Submidulo 2.1	0.60% 36.80%	R\$ 17.51	
SUBMÓDULO 2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor	
A B	Férias Auxilio Doença	11.11%	R\$ 324.15 R\$ 40.55	
D D	Licença Maternidade/Paternidade Faltas Legais	0.02%	R\$ 0.58 R\$ 8.17	
	Acidente de Trabalho Aviso Prévio	0.20% 1.94%	R\$ 5.84 R\$ 56.60	
G	13º Salário	8.33% 23.27%	R\$ 243.04 R\$ 678.93	
SUBMÓDULO 2.3	Indenirações	Percentual	Valor	
â	Aviso Prévio Indenizado Indenização Adicional	0.45% 0.08%	R\$ 13.13 R\$ 2.33	
С	Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submódulo 2.3	4.53%	R\$ 116.70 R\$ 132.17	
SUBMÓDULO 2.4	Incidência Encargos	Percentual	Valor	
A	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gra	8.56%	R\$ 249.85	
^	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gru Valor dos Encargos Sociais Total dos Módulos 1+2+ indenizações (2.1+	8.56% 73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62 R\$ 5.379.09	
A Nota 2 - Os indices d	Valor dos Encargos Sociais	73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62 R\$ 5.379.09	
	Valor dos Encargos Socials Total dos Módalos 1+2+ indentzações (2.1+) os Encargos Sociais foram baseadas de acordo com Planilh MÓDULO 3: INSUMOS	73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62 R\$ 5,379.09 nistério Público da União (M	Mennyl
A1 A2	Valor dos Encargos Socials Total dos Módulos 12-2 indemizações (2.14 os Encargos Socials foram baseadas de acordo com Planish MÓDULO 3: INSUMOS Uniformes (ousto mensal por empregado) 12% (ousto mensal por empregado)	73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 85 2,194.62 R\$ 5,179.09 nistério Público da União (M R\$ 27.84 R\$ 13.22	
A1 A2 A3	Valor des Encarges Socials Total des Módolas 1-22- indemizações (2.14 os Encarges Socials foram baseadas de acordo com Planish MÓDULO 3: PREJIMOS Uniformus (cauto mensal por empregado) Etha (cauto mensal por empregado) Equipamentos (cauto mensal por empregado) Vale Transporte (1.1 % 2.8 x 8.3 - 8.4)	73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 85 2,134.62 85 5,379.60 nistério Público da Unillo (M 85 27.84 85 13.22 85 0.00	Memoral
A1 A2 A3	Water don Energies Socials Total de Stidiologia (2-2) indeminações (2-2). Total para Socials Socials Socials Socials de Socials de Socials S	73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 240.85 R\$ 2,194.62 R\$ 5,379.09 Initiativio Público da Unilio (M R\$ 27.84 R\$ 13.22 R\$ 0.00	
A1 A2 A3 B	Water day Tecopage Seedals Total day Statistics and Acceptage 12-18 **Annotation of Control Statistics and Acceptage 12-18 **Engineering Control memory per empregade) **Engineering Control Memory Personal Control Statistics and Acceptage 12-18 **Engineering Control Statistics and Accept	73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 85 2,134.62 85 5,379.60 nistério Público da Unillo (M 85 27.84 85 13.22 85 0.00	Monachi at 0.7 CB/DS, Valor do sale-temperat el regulementado por Doretto Monrogel
A1 A2 A3 B 81 82	Water for transpare Socials Testal for Stranspare Socials Testal for Social Stranspare Socials Testal for Social Stranspare Social Social Social Social Stranspare Social Social Stranspare Social Social Stranspare Social Soc	73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 240.85 \$5.2134.07 \$5.2134.07 \$5.3,779.00 \$5.3,779.00 \$5.27.94 \$5.112.27 \$5.312.27 \$5.312.27 \$5.312.27 \$5.312.27 \$5.312.27 \$5.312.29 \$5.312.29 \$5.312.29 \$5.312.29 \$5.312.29	Memoria Last Y 1850s. Note di sido tenegata i apdimentali per Dordo Memoria Last Y 1850s. Note di sido tenegata i apdimentali per Dordo Memoria Simula senora punta di CC.
A1 A2 A3 B 81 82	Water for Foreign Seales Their de Foreign Sea	73.16% 1.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 240.05 \$5.114.62 \$5.114.63 \$5.5.176.00 \$5.5.776.00	Monachi at 0.7 CB/DS, Valor do sale-temperat el regulementado por Doretto Monrogel
A1 A2 A3 B 81 82	What is a second of the company of t	73.16% 73.16%-16via ji adotas pelo Mi	R2 240.85 R5 1214.62 R5 1214.62 R5 1214.62 R5 1214.62 R5 13.72 R5 13.72 R5 13.72 R5 13.72 R5 13.72 R5 140.00 R5 24.00 R5 14.72	Manuschi and 47.63(%) White do with homogenic is applicamentally per Disease Maningsi and 47.63(%) White do with homogenic is applicamentally per Disease Maningsi Standard disease quarter de 4727. Standard disease quarter de 4727.
A1 A2 A3 B 81 82	Water for Foreign Seales Their de Foreign Sea	73.16% 73.16%-16via ji adotas pelo Mi	R\$ 240.05 \$5.114.62 \$5.114.63 \$5.5.176.00 \$5.5.776.00	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC
A1 A2 A3 B B1 B1 B2 B2 B2 C C D	What for Linguis below 12-be b	7.3.15% 7.3.15	#5 2 40 8.0	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC
A1 A2 A3 B 81 82	When the foregree being to be regarded to the control of the cont	0.00% Nota 3 Percentual	#5 240 5.5 \$ 2124.5 \$ 5 2124.5 \$ 5 2124.5 \$ 5 2124.5 \$ 5 2122.5 \$ 5 200	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC
A1 A2 A3 B B B2	When the forest books The company to the control of the control of the company to the control of the control o	0.00%. Nota 3 Percentual 1.29%. 2.2	55,246.50 55,214	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC
A1 A2 A3 B B1 B2 B2 B2 B4 C C D E F F AA AA A	When the forest books The company to the control of the control of the company to the control of the control o	23.132.6) Note 3 m já ndotas pelo Mi o notas pelo Mi	#5 2 / 40 / 50 / 50 / 50 / 50 / 50 / 50 / 50	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC
A1 A2 A3 B B B2	When the forest books The company to the control of the control of the company to the control of the control o	9.39%. 9.39%. 9.39%. 9.39%. Neta 2 2.39%. 3.30%.	65,246.50 85,217.50 85,127.50	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC
A 1 A 2 B 5 B 6 B 7 B 7 B 7 B 8 B 8 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9	Whether foreign below The company to	0.00%. Nota 3 Percentual Percentual 2.20%. Nota 3 Percentual 2.20%. Nota 3 Percentual 1.20%. Nota 4 Pe	#5 2 00 1	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC Consolid distance and a CCCC Consolid distance and a CCC
A1 A2 A3 B B B2	When the foregree books The company to the company	2.00%. Note: Service of the control	65,246.50 85,217.50 85,127.50	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCC Consolid distan
A1 A2 A3 B	When for Foreign below The Company and the Company and the Company The Company and the Company and the Company The Company and the Company The Company and the Company Th	2.00%. 2.00%.	# 3 200 DO 100 TO 100 T	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCC Consolid distan
A 1 A 2 B 5 B 6 B 7 B 7 B 7 B 8 B 8 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9 B 9	When the forest bodies or to recognition 12. The control political is not compared to 12. The control political is not control political in control on million 12. The control political is not control political in control on million 12. The control political is not control political in control political	2.00%. 2.00%.	# 2 and not 1 and	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCC Consolid distan
A1 A2 A3 B	When the Company Indiana. When the Company Indiana In	0.00%. Note: principle with the	# 2 to 00 to	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCC Consolid distan
A 1 A 2 A 3 B 1 B 1 B 1 B 1 B 2 B 2 B 3 B 3 B 4 B 4 A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	Whether foreign below the control of	9.00% Note 2 Particle March 1997 1.00% Note 2 Particle March 1997 2.00% 1.00%	# 2 and not 1 and	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCC Consolid distan
A1 A2 A3 B	When the forest books or to complete 21 is not complete 21 in the complete 21 in the complete 22 in the comp	9.00% Net 2 19.00% Part 19.00% Net 2 19.00% Net 2 19.00% Net 2 19.00% Net 3 19.00% Net 3 19.00% Net 4 19.00% Net 5	# 2 con mo	Memorial also 9 (1600) Tales de suls transparte à replicamentale par Deutre Mannagel Standa desema puest de CCS Charles dellem année de CCS Charles de CCS Charle
A 1 A 2 A 3 B 1 B 1 B 1 B 1 B 2 B 2 B 3 B 3 B 4 B 4 A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	Whether foremer bears The company term from the company of the co	7.316% 7.	# 2 and not 1 and	Manual and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged and a 7 6,00%, below to safe transports a regularization par Control Manuaged Consolid distance quarter de CCC Consolid distance quarter de CCC Consolid distance and a CCC Consolid distan
A.1 A.2 A.3 A.3 B.1 B.1 B.2 B.2 B.2 B.3 B.3 B.3 B.4	Whether Comments are considered as a comment of the comments o	9.00% Net 2-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-	# 2 con the control of the control o	Manufal Les ST 45505, Valve du valut innegant a l'applimentation par Dorent Manifold Les ST 45505, Valve du valut innegant a l'applimentation par Dorent Manifold Les ST 45505, Valve du valut innegant a l'applimentation par Dorent Manifold Les ST 45505, Valve du valut innegant a l'applimentation par
A.1 A.2 A.3 A.3 B.1 B.1 B.2 B.2 B.2 B.3 B.3 B.3 B.4	Whet distributed between the control of the control	9.00% Net 2-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-	# 5 to 00 to	Manufal Stands (1600), Note do sale interagent a la gualimentale per Dorent Manifold Stands (6000) point de ST (1600). Note de sale interagent a la gualimentale per Dorent Manifold Stands (6000) point de ST (1700). Stands
A 1 A 3 A 3 A 4 A 5 A 5 A 6 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7 A 7	Whet distributed between the control of the control	9.00% 10.00%	# 5 to 00 to	Manufal Stands (1600), Note do sale interagent a la gualimentale per Dorent Manifold Stands (6000) point de ST (1600). Note de sale interagent a la gualimentale per Dorent Manifold Stands (6000) point de ST (1700). Stands
A.1 A.2 A.3 A.3 B.1 B.1 B.2 B.2 B.2 B.3 B.3 B.3 B.4	Whether Comments are considered as a comment of the comments o	0.60% 0.60% Note 2 Personnel of the property of the propert	# 2 can not a ca	Manufal Stands (1600), Note do sale interagent a la gualimentale per Dorent Manifold Stands (6000) point de ST (1600). Note de sale interagent a la gualimentale per Dorent Manifold Stands (6000) point de ST (1700). Stands
A1 A3 A3 A4 A5	Whether Company Indiana Company Control Contro	0.60% 0.60% Note 2 Personnel of the property of the propert	# 2 cm	Manufal Stands (1600), Note do sale interagent a la gualimentale per Dorent Manifold Stands (6000) point de ST (1600). Note de sale interagent a la gualimentale per Dorent Manifold Stands (6000) point de ST (1700). Stands
A1 A3 A3 A4 A5	Whether Comments are considered as a comment of the comments o	0.60% 0.60% Note 2 Personnel of the property of the propert	# 2 can not be a c	Memorial Standard ASS/Ds. Value da unite incorpora é condementado por Dorento Maringol. Standard ASS/Ds. Value da unite incorpora é condementado por Dorento Maringol. Standard ASS/Ds. Value da UNITE STANDARD ASS/DS. STANDARD ASS/DS. VALUE ASS/DS.
A1 A3 A3 A4 A5	Whether the comment because the comment of the comm	BOOK THE CONTROL OF T	# 2 cm	Memorial Standard ASS/Ds. Value da unite incorpora é condementado por Dorento Maringol. Standard ASS/Ds. Value da unite incorpora é condementado por Dorento Maringol. Standard ASS/Ds. Value da UNITE STANDARD ASS/DS. STANDARD ASS/DS. VALUE ASS/DS.
A A A A A A A A A A	Whether the company to the company of the company o	Table ### Application of the property of the	# 2 co mon to come with the come of the co	Memorial Standard ASS/Ds. Value da unite incorpora é orgalimentado por Dorento Maringol. Standard ASS/Ds. Value da unite incorpora é orgalimentado por Dorento Maringol. Standard ASS/Ds. Value da unite incorpora é orgalimentado por Dorento Maringol. Standard ASS/Ds. Value da UNITE S
A1 A3 A3 A4 A5	Whether the company to the company of the company o	Table 589 589 1892 1893 1	# 5 cm on the control of the control	Name of amountains, do and, 14 to 30, invites (do let or 30.000, do 2000, etc.) 15 to 30.000, for any and a 17.000, some of amountain to the second of a 18.000, and a 18

	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - MO			
		ntes à contratação)		Memorial
Data de	apresentação de proposta (dia/mês/ano)			
	TEM	VIGILANTE D NDESP/RN e SINDSEGUR/R	FN000199/2025	1
	nção ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	06/1	15/25	
Nús	nero de meses de execução contratual		14	
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO	CONTRATUAL		Memorial
	Categoria	Vigi	ANTE	
0	iomada sificação Brasileira de Ocupação (CBO)	12X36 - Segunda :	Domingo - Diumo	
Salá	rio Normativo da Categoria Profissional			Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
	Salário Minimo Vigente ata base da categoria (dia/mēs/ano)	1,51	18.00	Dec. 19 12.342 de 30 de dezembro de 2024
	ata base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/	2025	
	Base de Cálculo de Hora Mensal Días trabalhados Mensal		20 IS	
1	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMU Composição da Remuneração	NERAÇÃO Percentual	Valor	Memorial
A .	Salário Base	202%	WMOT RS 2,048,75	Cláusula terceira da CCT. Parlamafo Primeiro
0	Adicional de Periculosidade	30%	R\$614.63	Art. 193, II da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador
C D	Adicional de insalubridade Adicional Naturno	0% 0%	RS 0.00 RS 0.00	Art. 193 e seguintes da CLT. Art. 73 da CLT e Cláusúa décima primeira da CCT.
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0.00	Cliusula quadragésima, parágrafo segundo da CCT.
		0%	R\$ 0.00	
	Valor da B Reserva Técnica (Variação de O a GN;) - Nota 1	lemuneração (A+B+C+D+E) ON	R\$ 2,663.38 R\$ 0.00	
	Total/Valor da Remus	ora neração + Reserva Técnica)	R\$2,663.38	
s 1 - Variação Defin	ida de acordo com consulta ao Ministério Público Estadual -	MP/RN		
	PARCELAS INDENIZATÓRIA:			Memorial
Α	intrajornada	SON Tetal	R\$ 272.39 R\$ 272.39	Cláusula quadragitisma, parágrafo quinto da CCT.
				<u></u>
UBMÓDULO 2.1	MÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor d	a remuneração + reserva til	cnica)	Memorial
A A	GPS, FGTS e outras contribuições INSS	Percentual 20%	Valor R\$ 532.68	
	sesujsesc	1.50%	R\$ 29.95	1
c	SENAC	1.00%	R\$ 26.63	
	INCRA SALÁRIO EDUCAÇÃO	0.20% 2.50%	R\$ 5.33 R\$ 66.58	
-	FGTS	8.00%	R\$ 213.07	
G	SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (BAT X FAR SEBRE	1.00% 0.60%	R\$ 79.90 R\$ 15.98	
н	SCEROS Total Submidulo 2.1	0.60% 36.80%	R\$ 15.98 R\$ 990.12	
UEMÓDULO 2.2	Total Submidulo 2.1 12º Salário, Férias e Adicional de Férias	36.80% Percentual	Valor	
A	Férias	11.11%	R\$ 295.90	
	Auxilio Doença Licença Maternidade/Paternidade	1.39%	R\$ 37.02 R\$ 0.53	
<u>c</u>	Licença Maternidade/Paternidade Faltas Legals	0.02%	RS 0.51 RS 7.46	
	Acidente de Trabalho	0.20%	R\$ 5.22	1
6	Auto Prévio 13º Salário	1.94%	R\$51.67	
-	Total Submidulo 2.2	23.27%	R\$ 619.77	
UEMÓDULO 2.2	Indenizações	Percentual 0.45%	Valor	
	Auko Prévio Indenizado Indenização Adicional	0.45% 0.08%	R\$11.99 R\$2.13	
A				
8	Indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa)		R\$ 106.54	
e C	Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submódulo 2.3	4.00% 4.52%	R\$ 106.54 R\$ 120.65	
	indenização (rescisões sem justa causa) Total Submiddulo 2.3 Incidência Encargos	4.00% 4.52% Percentual	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor	
e C	indenização (rescisões sem justa causa) Total Submidelulo 2.3 Incidência Incargos Incidência dos Encargos do grupo A sobre os items do gre Valor dos Encargos Sociale	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 73.18%	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07	
B C SUBMÓDULO 2.4 A	Indenização (necisões sem justs causo) Total Submidulo 2.3 Incidência Encargos Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gr Valor dos Encargos Socials Total dos Médulos 1-2+ indenizações	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61	
B C SUBMÓDULO 2.4 A	indenização (rescisões sem justa causa) Total Submidelulo 2.3 Incidência Incargos Incidência dos Encargos do grupo A sobre os items do gre Valor dos Encargos Sociale	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61	
B C SUBMODULO 2.4 A A a 2 - Os indices dos	Indentização (necidades sem junta causa) Testa dishindenda 2.3 Incidência fiscargea Incidência dos incuspos do praço à sobre os items do pr Valer das fiscarges Socials Total dos Módulos 1-2+ indentizações Encargos Socials foram baseadas de acordo com Planihas já MODES DE 1900 MODES MODES DE 1900	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 106.54 R\$ 126.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,894.16 Co da União (MPU) e Suprem	Monatel
B C SUBMÓDULO 2.4 A	Indemização (micishes sem justo casa) Total Semedialo 2.2 Incidência forcages Incidência forcages Incidência forcages Incidência forcages forçages à nobre est bess de gra Valde des forcages Socials Total des Modeles 1.2° in demizações Total des Modeles 1.2° in demizações MODULO 2: INSUMOS Enformes i pusto mensal por empogação i	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 106.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,884.38 ico da União (MPU) e Suprem	Memorial
B C SUBMODULO 2.4 A A a 2 - Os indices dos	Indentização (necidades sem junta causa) Testa dishindenda 2.3 Incidência fiscargea Incidência dos incuspos do praço à sobre os items do pr Valer das fiscarges Socials Total dos Módulos 1-2+ indentizações Encargos Socials foram baseadas de acordo com Planihas já MODES DE 1900 MODES MODES DE 1900	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 106.54 R\$ 126.65 Valor R\$ 228.07 R\$ 1,948.61 R\$ 4,894.16 Co da União (MPU) e Suprem	Vened
B C UEMÓDULO 2.4 A s 2 - Os Indices dos A1 A2 A3 B	Indenticação (menchês sem justo cuem) Total Galemánia 2.3 Total Galemánia 2.3 MOSSINIA Textura de parte a trans de pri MOSSINIA Textura de parte a trans de pri Valor des Carcegos Socials Textura de Carcegos Socials MOSSINIA TEXTURA DE PROPRIMA (IL MOSSINIA TEXTURA DE PROPRIMA (IL MOSSINIA TEXTURA DE PROPRIMA (IL MOSSINIA DE PROPRIMA DE PROP	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 100.55 Wallor R\$ 120.65 Wallor R\$ 2.20.07 R\$ 3.948.61 R\$ 4.884.28 R\$ 4.884.28 R\$ 2.20.00 R\$ 3.20.00 R\$ 3.20.00 R\$ 3.20.00 R\$ 3.20.00 R\$ 3.20.00	Montel
B C USMODULO 2.A A 2 - Os indices dos A1 A2 A3 B B2	Indexing to (mindex use) just count) Total Service (as a service of the service	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 206.54 R\$ 120.65 Valor R\$ 120.65 R\$ 1,984.65 R\$ 4,984.18 R\$ 4,984.18 R\$ 27.86 R\$ 27.86 R\$ 52.26 R\$ 52.26 R\$ 52.26	Monad
B C UEMODULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B E 1 R 2	Interiorage (interiorate una juent casua) Total Schrödicke (2.3) Recht (in 1.4) Recht (in 1	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 100.55 Wallor R\$ 120.65 Wallor R\$ 2.20.07 R\$ 3.948.61 R\$ 4.884.28 R\$ 4.884.28 R\$ 2.20.00 R\$ 3.20.00 R\$ 3.20.00 R\$ 3.20.00 R\$ 3.20.00 R\$ 3.20.00	Normal
B C USMODULO 2.A A 2 - Os indices dos A1 A2 A3 B B2	Indexton, poly immediate uses point careau. What Lackassian 2.5 Section of the Committee	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 100.55 R\$ 120.55 Valor R\$ 1,20.55 R\$ 1,00.55 R\$ 1,00.55 R\$ 1,00.55 R\$ 2,00.55 R	Mondel
B C UEMODULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B E 1 R 2	Interinsia (interinsia marijati (interinsia)). Marijati (interinsia) 2.3 Marijati (interinsia) 2.3 Marijati (interinsia) 2.3 Marijati (interinsia) 2.4 Marijati (interinsia) 2.4 M	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	RS 100.65 RS 120.65 RS 120.65 RS 120.65 RS 1,984.65 RS 4,884.18 RS 4,884.18 RS 4,884.18 RS 4,884.18 RS 4,884.18 RS 4,884.18 RS 5,884.18 RS 5,884.18 RS 1,884.18	Monada Monada David diving parts dr CC.
B C JBMODULO 2.4 A 2 - Os indices dos A1 A2 A2 A3 B E1 E2	Interdisplace (which was pive covered) The Service (which was pive covered) The Service (which was pive covered to the service of the servi	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#5 000.54 #5 200.54 #5 200.50 #5 1946.61 #5 1946.61 #5 1946.61 #5 1946.61 #5 100.60 #5 100.	Montal Control of Cont
B C UEMODULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B E 1 R 2	Indexton, poly immediate uses point careau. What Lackassian 2.5 Section of the Committee	4.00% 4.52% Percentual 8.56% 72.16% (2.1+2.2+2.3+2.4) - Nota 2	RS 100.65 RS 120.65 RS 120.65 RS 120.65 RS 1,984.65 RS 4,884.18 RS 4,884.18 RS 4,884.18 RS 4,884.18 RS 4,884.18 RS 4,884.18 RS 5,884.18 RS 5,884.18 RS 1,884.18	Monada Monada David diving parts dr CC.
B C UEMODULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B E 1 R 2	Interings in conductors and past control of conductors and conduct	4.00% 4.00% Proceeding Proceeding Function Funct	#5 100.14 #5130256	Montal Control of Cont
B C UIENÓOULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B B 1 A 2 B 2 A 3 B 2	Interducia de combine una que careal de Territorio de Combine de Compie de Compie de Compie de Compie de Combine de Combine de Compie de Compie de Combine	4.00% 4.00% Proceeding Proceeding Function Funct	85 100.5 6 95 120.6 7 96 120	Memodal (South divine pages in CE) Chande divine pages in CE)
B C UIENÓOULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B B 1 A 2 B 2 A 3 B 2	Intering its result on an actus control of the cont	4.00% 4.00% Proceedings 14.00%	#5 100.14 #5130256	Memodal (South divine page in CE) Chande divine page in CE)
8 C UBMOOXXO 2.4 A 2 - Os indices dos A1 A2 A2 B B B B C B C B C C C D C F F	Interducia de combine una que careal de Territorio de Combine de Compie de Compie de Compie de Compie de Combine de Combine de Compie de Compie de Combine	4.00% 4.52% Proceeding! 1.50%	85 100.5 6 95 120.6 7 96 120	Memodal (South divine page in CE) Chande divine page in CE)
B C UIENÓOULO 2.4 A A 1 A 2 A 3 B B 1 A 2 B 2 A 3 B 2	Interducia de unida este actual cuesta de compositiva de la compositiva del l	4.00% 4.00% Proceedings 14.00% 14.00% 14.00% 14.00% 14.00% 14.10%	#5 100.54 #8 210.54 #8 210.55 Value of 2 210.75 Value of 2	Memodal (South divine page in CE) Chande divine page in CE)
B C C Indian dos A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	The control of the co	4.00% 4.00% Proceeding 1 1.00%	#5 100.54 #8 20.00 #8 20	Memorial Control (Control (Co
B C UBMOOULO 2.4 A 2 - On Indicase does does does does does does does do	The control of the co	4.00% 4.52% Porcestual 1.50% 1	#5 100.146 #8 120.06 Valuer #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 2,348.07 #5 3,348.07 #	Memorial Control (Control (Co
B C UBMOOULO 2.4 A 2 - On Indicase does does does does does does does do	The control of the co	4.00% 4.00% 1.00%	#5 100.54 #8 20.00 #8 20	Memorial Control (Control (Co
B C UBMOOULO 2.4 A 2 - On Indicase does does does does does does does do	Tendency for security country of the	4.00% 4.00% 1.00%	# 5 0 0 0 1 4 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Memorial Control (Control (Co
8 C CUMMOOULO 2.6 A A A A A A B B E E E E E E E E E E E	Interings in conduction and active conduction in the conduction in	4.00% A 100% A 1	#5 100.54 #8 20.00 #8 20	Memorial Control (Control (Co
8 C C DI Indices dos A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	Tendency for security country of the	4.00% 4.00% 1.00%	# 5 0 0 0 1 4 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Memorial Control (Control (Co
B C C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Interings in conduction and active conduction in the conduction in	4.00% A 100% A 1	# 5 0 0 0 1 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Memorial Control (Control (Co
8 C CUUMMODULO 2.4 A A A A A A A A A A B B B B B B B B B	Tendencia from the man action control of the contro	4.00% A 100% A 1	# 0 000 14 0 000 000 000 000 000 000 000	Memorial Control (Control (Co
B C C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Tendence in section consistent co	4.00% A 100% A 1	# 5 0 0 0 1 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Memorial Control (Control (Co
B C C DISMONS AND A C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Tendencia from the man action control of the contro	4.00% A 100% A 1	# \$100.000.000.000.000.000.000.000.000.000	Memodal Count divine garing a CO. Count divine
B C C DISMONS AND A C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Tendence in section of the section o	4000 4000 4000 4000 4000 4000 4000 400	# 9 000 14 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Memodal Count divine garing to CO. Count divine garing t
B C C DISMONS AND A C C C C C C C C C C C C C C C C C C	International control	40% 40% 40% 40% 40% 40% 40% 40% 40% 40%	# 9 000 14 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Memodal Coupé divine garira de CO. Coupé da CO. Coupé da CO. Coupé divine garira d
8 C C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Tendence in section of the section o	4000 4100 4100 4100 4100 4100 4100 4100	9 0 0 1 1 0 1 0 1 0 1 0 1 0 1 0 1 0 1 0	Memodal Count divine garing a CO. Count divine
B C C DISMONS AND A C C C C C C C C C C C C C C C C C C	International control	40% 40% 40% 40% 40% 40% 40% 40% 40% 40%	9 0 0 0 1 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Manufacture sealing and the CC Section of the CC
8	Internation for such as each access of the control	4000 4100 4100 4100 4100 4100 4100 4100	# 10 00 14 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Memorial Chandra discreta questa de 157 Chandra discreta questa de 157 Chandra discreta questa de 157 Chandra discreta discreta discreta de 157 Chandra discreta discreta discreta de 157 Chandra discreta discreta discreta discreta del 157 Chandra discreta di discreta discreta discreta di discreta discreta discreta discreta discreta discreta d
8 C	Tendence in security and an activation of the company of the compa	4000 ACC ACC ACC ACC ACC ACC ACC ACC ACC	# 3 00 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Memorial Chandra discreta questa de 157 Chandra discreta questa de 157 Chandra discreta questa de 157 Chandra discreta discreta discreta de 157 Chandra discreta discreta discreta de 157 Chandra discreta discreta discreta discreta del 157 Chandra discreta di discreta discreta discreta di discreta discreta discreta discreta discreta discreta d
8	Internation for such as each access of the control	400. 400. 400. 400. 500.	# 0 000 41 00 000 000 000 000 000 000 000	Memorial Chandra Richard and CC Chandra Richard and
8	Tendence for security and secur	AGE AGE AGE AGE AGE AGE AGE AGE	# 3 000 41 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00	Memorial Chandra Richard and GCC Chandra Ric
8	Tendence for section and an action control mention of section and action control mention of the control action and action and action and action and action	AGE AGE AGE AGE AGE AGE AGE AGE	# 3 000 41 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00	Memorial Chandra Richard and CC Chandra Richard and
8	International Control and Australia States (1998) International Control and Australia States (1998) International Control and Australia States (1998) Tenford and Australia States (1998) Tenford Michael States (199	4000 4000 4000 4000 4000 4000 4000 400	# 10 00 14 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Memorial Chandra Richard and CC Chandra Richard and
8	Tendence for section and an action control mention of section and action control mention of the control action and action and action and action and action	4000 4000 4000 4000 4000 4000 4000 400	# 3 000 41 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00	Memorial Chandra Richard and CC Chandra Richard and
8	Tendence in vision and an extent control of the comment of the com	4000 4000 4000 4000 4000 4000 4000 400	\$ 0.00 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A 1 A	Memorial Chandra Richard and CC Chandra Richard and
8	Tendents for six model and such a seed of tendents for the company of the company of tendents for the company of the compan	4000 4000 4000 4000 4000 4000 4000 400	# 0 000 41 00 000 000 000 000 000 000 000	Memorial Chandra Richard and CC Chandra Richard and
8	Tendence for invested one such a consideration of the construction	Addition of the control of the contr	# 10 00 14 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15	Memorial Chandra Richard and CC Chandra Richard and
8	The control of the co	4000 4000	# 0 000 41 00 000 000 000 000 000 000 000	Memorial Chandra Richard and CC Chandra Richard and
8	Tendence for securing control and active control contr	Addition of the control of the contr	# 10 000 41 000 000 000 000 000 000 000 0	Memorial Chandra Richard and CC Chandra Richard and

	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - MOSS	oró		
Data d	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referent e apresentação de proposta (dia/mês/ano)	es à contrateção)		Memorial
	ITEM	VIGILANTE ESP/RN e SINDSEGU	NOTURNO 12 x 36	
	enção ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	ESP/RN e SINDSEGU	8N000199/2025 06/05/25	
Nó	mero de meses de execução contratual		24	
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO C			Memorial
	Categoria Jornada	12814 4	IGILANTE la a Domingo - Noturno	
Cla	ssificação Brasileira de Ocupação (CBO)		5173-30	
Salá	irio Normativo da Categoria Profissional		2,048.75 1,518.00	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro Dec. nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024
	Salário Minimo Vigente Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2025	UBC. Nº 12-342 DE 30 DE CRIZETTOTO DE 2024
	Base de Cálculo de Hora Mensal		220	
	Dias trabalhados Mensal		15	
	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUN Composição da Remuneração	Percentual	Valor	Memorial
Ā	Salário Base Adicional de Periculosidade	100%	R\$ 2,048.75	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
-	Adicional de Periculosidade Adicional de Insalubridade	30%	R\$ 614.63	Art. 193, II da CLT e NR 16. Cálculo realizado sobre o salário base do trabalhador Art. 189 e seguintes da CLT.
D	Adicional Notumo	20% 0%	R\$ 254.23	Art. 73 da CLT e Cláusula décima primeira da CCT.
	Adicional de Hora Notuma Reduzida	0%	R\$ 0.00	Cláusula quadragésima, parágrafo segundo da CCT.
	Valor da Remun	eração (A+B+C+D+E)	R\$ 2,917.61	
	Reserva Técnica (Variação de 0 a 6%) - Nota 1 Total(Valor da Remaneçã	0% n + Beserva Térnical	R\$ 0.00 R\$ 2,917.61	
iota 1 - Variação Def	inida de acordo com consulta ao Ministério Público Estad	ual - MP/RN		
A	PARCELAS INDENIZATÓRIAS Intrajornada	50%	R\$ 326.87	Memorial Cláusula quadragésima, parágrafo quinto da CCT.
		Total	R\$ 326.87	
MÓ	DULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre o valor da	remuneração + reser	va técnica)	Memorial
SUBMÓDULO 2.1	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor	
A B	INSS SESI/SESC	1.50%	R\$ 583.52 R\$ 43.76	
	SENAC	1.00%	R\$ 29.18	
D E	INCRA SALÁRIO EDUCAÇÃO	0.20% 2.50%	R\$ 5.84 R\$ 72.94	
	FGTS	8.00% 3.00%	R\$ 233.41 R\$ 87.53	
G H	SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (RAT X FAP SEBRE	0.60%	R\$ 17.51	
rumaér	Total Submódulo 2.1	36.80% Percentual	R\$ 1,073.68	
SUBMÓDULO 2.2 A	13º Salário, Férias e Adicional de Férias Férias	11.11%	R\$ 324.15	
	Auxilio Doença Licença Maternidade/Paternidade	1.39% 0.02%	R\$ 40.55 R\$ 0.58	
, .	Faitas Legais	0.28%	R\$ 8.17	
-	Acidente de Trabalho Autro Prévio	0.20% 1.94%	R\$ 5.84 R\$ 56.60	
G	13º Salário	8.33%	R\$ 243.04	
SUBMÓDULO 2.3	Total Submódulo 2.2 Indenizações	23.27% Percentual	R\$ 678.93 Valor	
A	Aviso Prévio Indenizado	0.45%	R\$ 13.13	
	Indenização Adicional Indenização (rescisões sem justa causa)	4.00%	R\$ 2.33 R\$ 116.70	
SUBMÓDULO 2.4	Total Submódulo 2.3 Incidência Encargos	4.53% Percentual	R\$ 132.17 Valor	
A SUBMODULO 2.4	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gra			
A A	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gra Valor dos Encargos Socials	8.56% 73.16%	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62	
Α	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gra	8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62 R\$ 5,379.09	
Α	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gru Valor dos Encargos Sociais Total dos Módulos 1+2+ indenizacões (2.1+	8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62 R\$ 5,379.09	Menorial
A Nota 2 - Os índices do	Incidincia dos Encarpos de grupo A sobre os itens do gr Valar dos Encargos Socials Total dos Módulos 13-2 indemizações [2.14. 35 Encargos Socials Sociam baseadas de acordo com Planifis MÓDULO 1: NEUMOS Uniformes (austo mensal por encreado)	8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,194.62 R\$ 5,379.09 nistério Público da União (M	Monanti
A Nota 2 - Os índices do A.1 A.2 A.3	Incidinais das Trazegas de grupo A sobre os itens do gr Valori das Tecnegas Sectals Tetal das Médulras 1924 indemizações (2.14 es Trazegas Socials forem Dassadas de accedo com Piaralh Charles (austo menaal por empregado) (Das (cuato menaal por empregado) (Equipamentos (cuato menaal por empregado)	8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,194.62 R\$ 5,379.00 nistério Público da União (M R\$ 27.84 R\$ 12.90 R\$ 0.00	Nessed
A Nota 2 - Os índices do A.1 A.2	Incidition das Trausges de grupo A sobre on litera de gru- vidar des Trausges Socials Total des Médides 112s Indiantações (T.1.5 Total des Médides 112s Indiantações (T.1.5 Total des Médides 112s Indiantações (T.1.5 MODELO S. INDIANOS Littérams (Gosto mensal por empregado) Tel Guato mensal por empregado) Tel Guato mensal por empregado) Tel Guato mensal por empregado) Vega Facustario (Susta mensal por empregado) Vega Facustario (Susta mensal por empregado) Vega Facustario (Susta mensal por empregado)	8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 85 2,194.62 85 5,179.09 nishirio Público da Unillo (M 85 27.84 85 12.90 85 0.00	Montrial
A Nota 2 - Os índices do A 1 A 2 A 3 B B B J B 2	Incidition das Tracages de grupo A sobre on litera de gru- vidar des Tracages Socials Total des Middels 122 indentinações (F.1.5 Total des Middels 122 indentinações (F.1.5 Total des Middels 122 indentinações (F.1.5 MODULO S. INDUMOS Littéremas (Goute mensal por empregado) Participamentes (Goute mensal por empregado) Equipamentes (Goute mensal por empregado) Valva (Tampartes (E.1.5 a.2 p. 8.2 - 8.4) estir entre porte (E.1.5 a.2 p. 8.2 - 8.4) estir entre porte (E.1.5 a.2 p. 8.2 - 8.4)	8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 R\$ 2,134.62 R\$ 5,279.60 R\$ 5,279.60 R\$ 27.86 R\$ 27.86 R\$ 12.50 R\$ 0.00 R\$ 3.00	Monorial
A 1 A 2 A 3 B B B B B B B B B B B B B B B B B B B	Incidentia des Trazogne des grupe a Autre os trens de pre- Vieller des trazognes Socials 2: indentingules (2.1.1 Testal des Middales 12.1 indentingules (2.1.1 Testal des Middales (2.1.1 indentingules (2.1.1 Testal des Middales (2.1.1 indentingules (2.1.1 Testal des Middales (2.1.1 indentingules (2.1.1 Middales (2.1.1 indentingules (2.1.1 Middales (2.1.1 indentingules (2.1.1 indentingules (2.1.1 Middales	8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	R\$ 249.85 85 2,194.62 85 5,179.09 nishirio Público da Unillo (M 85 27.84 85 12.90 85 0.00	Monthle
A	Incidition das Tracages de grupo A sobre on litera de gru- vidar des Tracages Socials Total des Middels 122 indentinações (F.1.5 Total des Middels 122 indentinações (F.1.5 Total des Middels 122 indentinações (F.1.5 MODULO S. INDUMOS Littéremas (Goute mensal por empregado) Participamentes (Goute mensal por empregado) Equipamentes (Goute mensal por empregado) Valva (Tampartes (E.1.5 a.2 p. 8.2 - 8.4) estir entre porte (E.1.5 a.2 p. 8.2 - 8.4) estir entre porte (E.1.5 a.2 p. 8.2 - 8.4)	8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	# 12 240.55 #\$ 2,134.62 #\$ 5,279.00 #\$ 5,279.00 #\$ 5,279.00 #\$ 5,27.84 #\$ 5,12.00 #\$ 5,0.00 #\$ 5,0.00 #\$ 1	Meneral Management of CC
A A1 A2 A3 B B B B C C D E	Incidence due Tourges du grape A solder en Marie de gran Voide des Tourges des parts de la contra del	8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	## 2 40.85 . #\$ 1,134.62 . #\$ 5,139.00 . #\$ 5,278.00 . #\$ 5,278.00 . #\$ 5,278.00 . #\$ 5,27.84 . #\$ 5,27.84 . #\$ 5,27.84 . #\$ 5,27.84 . #\$ 5,27.84 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 . #\$ 5,3.00 .	Nemaj
A	Incidence de Trougen de grape à Audre en Brein de pro- Verde des Enroques dessans 2011 dessans de la Conferir de Maria de la conferir de la Conferir de Maria Basel de la société cent Florito la Conferir de la conferir de la conferir de la Maria de la conferir de la conferir de la Maria de la conferir de la conferir de la Conferir d	8.56% 73.16% 2.2+2.3+2.4) - Nota 2	#\$ 240.55 #\$ 2,194.62 #\$ 5,199.00 #\$ 5,199.00 #\$ 5,199.00 #\$ 5,100 #\$ 5,000 #\$ 5,000 #\$ 5,000 #\$ 5,000 #\$ 5,000 #\$ 1,000 #\$ 5,000	Memorial Standard Reference quarter da 17 ET. Standard Reference quarter da 17 ET. Standard Reference quarter da 17 ET.
A A1 A2 A3 B B B B C C D E	Southern for the Douge A give A when is the far put Work for Tongong A miles on Security (1821). It would not be the Security (1821) of	8.59N 73.16N 23.923+2.4) - Nota 3 as já adotas pelo Mi	# 52-00-55 F 52-	Mexical Alexand guards 42 CST. Classical Guards 42 CST. Classi
A A1 A2 A3 B B B B C C D E	Southern for thousand any good a state as these for your field to be present the state of the st	8.59N 73.16N 23.923+2.4) - Nota 3 as já adotas pelo Mi	## 2 40.55 #\$ 1,114.02 #\$ 5,177.00 #\$ 5,177.00 #\$ 277.84 #\$ 277.84 #\$ 12.50 #\$ 12.50 #\$ 12.00 #\$ 1.20 #\$ 1	Mexical Alexand guards 42 CST. Classical Guards 42 CST. Classi
A A1 A2 A3 B B B B C C D E	Southern for the Douge A give A when is the far put Work for Tongong A miles on Security (1821). It would not be the Security (1821) of	3.55% 73.16% 73.16% 73.25-2.4). Note 3 n jå adotas pelo Mi 0.00% Note 3	# 52-00-55 F 52-	Manual diseas quarts 42 CST. Clauda diseas quarts 42 CST.
A A1 A2 A3 B B B B C C D E	Notified the first Energy for a better to the first product of the company of the	8.55% 73.16% 27.2+2.3+2.6) - Note 2 ss já adotsas pelo Mi	# 52-00-55 # 52-	Manual Conside delines quarte 42 CCT Consideration delines 43 CCT - Consideration to have a mediane des signers de reta protoculos em socios plantificacionistaples de 1998s, que
A Nota 2 · Os indices do A1 A2 A3 B B1 B2 A3 C C C C C C A3 B A4 A4 A B A4 A A B	The control of the co	3.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10% 73.10%	#5 2 00 50	Meneral Standard Bellere gunns de 1975 Standard Bellere gun
A A1 A2 A3 B B B B C C D E	The control of the co	3.105. 73.105. 73.105. 73.105. Note 2.202.13.2(4). Note 2.202.13.2(4). 8.0005. 9.0005.	#5 2 00 50	Meneral Standard Bellere gunns de 1975 Standard Bellere gun
A Nota 2 · Os indices do A1 A2 A3 B B1 B2 A3 C C C C C C A3 B A4 A4 A B A4 A A B	The control of the co	8.00% 77.10% 77.10% 77.10% 77.10% 8910 27.27.27.24.1 Note 29.00% 8910 37.00% 8910 37.00% 8910 37.00% 8910 37.00% 8910 37.00% 8910 37.00% 8910 37.00% 8910 37.00% 8910 37.00% 8910 37.00% 8910 37.00% 8910 37.00% 8910 37.00%	#5 2 200 50	Meneral Standard Bellere gunns de 1975 Standard Bellere gun
A Nota 2 · Os indices do A1 A2 A3 B B1 B2 A3 C C C C C C A3 B A4 A4 A B A4 A A B	The control of the co	5.05% 73.15% 73.	#5 2 200 50	Meneral Standard Bellere gunns de 1975 Standard Bellere gun
A Nota 2 · Os indices do A1 A2 A3 B B1 B2 A3 C C C C C C A3 B A4 A4 A B A4 A A B	The control of the co	8.00% 77.10% 77.10% 77.10% Relate 20.00% 8.00% 0.00% Nata 2 2.00% Percentual 2.00% 2.00% Section 2.00% Percentual 2.00% Section 2.00% Section 2.00% Section 3.00% Description 3.00% Section 3.	#5 2 / 200 -	Manuscial Statistic Bellerin quints del CET. Statistic Bellerin
A Note 2 - On indices do the state of the st	The control of the co	5.05% 77.15% 77.15% 77.15% 800 ji adotas pelo Mi 0.00% 0.00% Note 3 Percentual 2.30% 2.30% 2.30% 3.57% 3.57% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50% 3.50%	# 55 240 AGE # 52 240 AGE #	Manuscial Statistic Bellerin quints del CET. Statistic Bellerin
A	The control of the co	5.05% 73.10%	# 3 / 20 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10	Manuscial Statistic Bellerin quints del CET. Statistic Bellerin
A Note 2 - On indices do the state of the st	The control of the co	5.00% 73.10% 73.10% 73.10% 9.00% 9.00	\$1,000 M	Meneral Standard Bellere gunns de 1975 Standard Bellere gun
A Note 2 - On indices do the state of the st	Including in the Drouge As pages A when is the set gar Week for Toward Section 1.50 in terminal sets [1]. The Company Including Company Included in the Company Included in th	6.0% 73.10% 173.10% on 34.00% 173.10%	\$1,000 M	Meneral Standard Bellere gunns de 1975 Standard Bellere gun
A Note 2 - On indices do the state of the st	The control of the co	6.05% 73.15% 73.15% 17	\$1,000 M	Meneral Standard Bellere gunns de 1975 Standard Bellere gun
A	The control of the co	#_05% 73.10% 73.10% 73.10% 10.	# ()	Manuscial Statistic Bellerin quints del CET. Statistic Bellerin
A Note 2 - On indices do the state of the st	The control of the co	4.00% 73.10%	\$1,000 M	Should delive award of CT. Chandr deliver award of CT. Chandred deliver award of CT. Chandr deliver award of CT. Chandred deliver a
A	The control of the co	#_05% 73.10% 73.10% 73.10% 10.	# 3 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 -	Manuscial Statistic Bellerin quints del CET. Statistic Bellerin
A A A A A A A A A A	The control of the co	4.00% 73.10%	# 3 - 2 - 0.0	Meneral districts quarts do CT Standar districts quarts do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standard districts where do CT S
A A A A A A A A A A	The control of the co	4.00% 73.10%	\$1,000.00 (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1)	Meneral districts quarts do CT Standar districts quarts do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standard districts where do CT S
A A A A A A A A A A	The control of the co	B. MON T 2 1607 T 2 1607 D. MON D.	\$1,000.00 (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1)	Meneral districts quarts do CT Standar districts quarts do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standard districts where do CT S
A	The control of the co	Substance Tables Tables Tables Tables Substance	# (1 - 20 m. 10 m.	Meneral districts quarts do CT Standar districts quarts do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standard districts where do CT S
A A A A A A A A A A	Total control of the Company of Authors in these day of the Company of Authors in the Company of Authors in Co	Substance Tables Tables Tables Tables Substance	\$1,000.00 (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1)	Meneral districts quarts do CT Standar districts quarts do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standard districts where do CT S
A	The control of the co	Substance Tables Tables Tables Tables Substance	# 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10	Meneral districts quarts do CT Standar districts quarts do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standar districts where do CT Standard districts where do CT S
A	The control of the co	Substance Tables Tables Tables Tables Substance	\$1 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Shacks delicted quarts do CET Shacks delicted quarts do CET Shacks delicted quarts do CET Shacks delicted with the CET Extraction sizes have no readons for suggest the rids protectable one solving place/backprotectuping for PCENIX que under the CET CET Extraction sizes have no readons for suggest the rids protectable one solving place/backprotectuping for PCENIX que under the CET
A	The control of the co	BASIC TRANSPORT OF THE PROPERTY OF THE PROPERT	# 3 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 -	Shacks delicted quarts do CET Shacks delicted quarts do CET Shacks delicted quarts do CET Shacks delicted with the CET Extraction sizes have no readons for suggest the rids protectable one solving place/backprotectuping for PCENIX que under the CET CET Extraction sizes have no readons for suggest the rids protectable one solving place/backprotectuping for PCENIX que under the CET
A	The control of the co	499. 499.	# 3 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 -	Shadar different quarte del CET Shadar different quarte del CET Shadar different wilder del CET Extractive som laser som medican fon suggest der cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest der cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest der cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest der cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest der cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest de cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest de cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest de cell protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest de cell protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som la cell protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som la cell protecteden ern solden glandiksylventerlagder de neutron glandiksylventerlagder
A	The control of the co	BASIC TRANSPORT OF THE PROPERTY OF THE PROPERT	# 3 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 -	Shadar different quarte del CET Shadar different quarte del CET Shadar different wilder del CET Extractive som laser som medican fon suggest der cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest der cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest der cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest der cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest der cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest de cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest de cells protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest de cell protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som laser som medican fon suggest de cell protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som la cell protecteden ern solden glandiksylventerlagder de NEREN, que som en et al. CET Extractive som la cell protecteden ern solden glandiksylventerlagder de neutron glandiksylventerlagder

Part	March Marc		Section Company Comp			Section Company Comp	Section Company Comp		Section Company Comp	Section Company Comp	Section Company Comp	Section Company Comp	Section Company Comp
April	April Company Compan	The control of the street provided in the control of the control	Application Company	Application Company	Application Company	Application Company	Application Company	Application Company	Application Company	Application Company	Application Company	Application Company	Application Company
March Company Compan	March Section Sectio	March Company Compan											
March A result Antique	Section Company Comp	Section American	Section A control of	March 2 marc	March 2 marc	Section A control of	Section A control of	March 2 marc	Section A control of	Section A control of	Section A control of	Section A control of	Section A control of
Wide in the month and a factoring controlled 100 may 100 m	Wide Color Service And Control Color Col	Wide Color Communication 100 1	Wide Content 10 10 10 10 10 10 10 1	Wide of the Windows Associated Commonwest Windows Associat	Wide of the Windows Associated Commonwest Windows Associat	Wide Content 10 10 10 10 10 10 10 1	Wide Content 10 10 10 10 10 10 10 1	Wide of the Windows Associated Commonwest Windows Associat	Wide Content 10 10 10 10 10 10 10 1	Wide Content 10 10 10 10 10 10 10 1	Wide Content 10 10 10 10 10 10 10 1	Wide Content 10 10 10 10 10 10 10 1	Wide Content 10 10 10 10 10 10 10 1
Complete	Completed Section 1999 1999 1999 1999 1999 1999 1999 19	Complete C	Company	Company Comp	Company Comp	Company	Company	Company Comp	Company	Company	Company	Company	Company
Geschiede bestime in Groupe (College) Whether the control of the College of	Company Comp	Company Comp	Controlled Notice of Congress (Controlled Controlled	Contention from the Company (Contention of Company) Contention of Company (Contention of Contention of Content	Contention from the Company (Contention of Company) Contention of Company (Contention of Contention of Content	Controlled Notice of Congress (Controlled Controlled	Controlled Notice of Congress (Controlled Controlled	Contention from the Company (Contention of Company) Contention of Company (Contention of Contention of Content	Controlled Notice of Congress (Controlled Controlled	Controlled Notice of Congress (Controlled Controlled	Controlled Notice of Congress (Controlled Controlled	Controlled Notice of Congress (Controlled Controlled	Controlled Notice of Congress (Controlled Controlled
Marie Mari	Limit Company Compan	March Marc	March to Secretary A. C. Company in American (C. P. Agricin Secretary Company International Company Internat	March Standard A. Congrade An Antonional 1,044.51 1,050.00	March Standard A. Congrade An Antonional 1,044.51 1,050.00	March to Secretary A. C. Company in American (C. P. Agricin Secretary Company International Company Internat	March to Secretary A. C. Company in American (C. P. Agricin Secretary Company International Company Internat	March Standard A. Congrade An Antonional 1,044.51 1,050.00	March to Secretary A. C. Company in American (C. P. Agricin Secretary Company International Company Internat	March to Secretary A. C. Company in American (C. P. Agricin Secretary Company International Company Internat	March to Secretary A. C. Company in American (C. P. Agricin Secretary Company International Company Internat	March to Secretary A. C. Company in American (C. P. Agricin Secretary Company International Company Internat	March to Secretary A. C. Company in American (C. P. Agricin Secretary Company International Company Internat
April 1997 Apr	Section of the contemps in the change of the	March State of company (and controlled) Comp	Column C	Column C	Column C	Column C	Column C	Column C	Column C	Column C	Column C	Column C	Column C
March Chicke Arthory Arthory Arthory	The Activate the water of the Committee	The Control of Contr	### 100 COLUMN TO LINEAR COLUMN TO LINEA	### OF COLON TO SERVICE STATES AND ADDRESS	### OF COLON TO SERVICE STATES AND ADDRESS	### 100 COLUMN TO LINEAR COLUMN TO LINEA	### 100 COLUMN TO LINEAR COLUMN TO LINEA	### OF COLON TO SERVICE STATES AND ADDRESS	### 100 COLUMN TO LINEAR COLUMN TO LINEA	### 100 COLUMN TO LINEAR COLUMN TO LINEA	### 100 COLUMN TO LINEAR COLUMN TO LINEA	### 100 COLUMN TO LINEAR COLUMN TO LINEA	### 100 COLUMN TO LINEAR COLUMN TO LINEA
	Minimal or common from the com												
1	1. In Company to the internet, the control of the c	1 Description of the research of the company of the	1			1	1		1	1	1	1	1
A. Debts Age 1982 1	A		A.	A.	A.	A.	A.	A.	A.	A.	A.	A.	A.
C. Debated in minimature Ph.	Column	Company Comp	C. Marked to insubstance Proc. Comment	Column	Column	C. Marked to insubstance Proc. Comment	C. Marked to insubstance Proc. Comment	Column	C. Marked to insubstance Proc. Comment	C. Marked to insubstance Proc. Comment	C. Marked to insubstance Proc. Comment	C. Marked to insubstance Proc. Comment	C. Marked to insubstance Proc. Comment
Description	2	2	0.	Description of the control of the	Description of the control of the	0.	0.	Description of the control of the	0.	0.	0.	0.	0.
Bear Nove Section	Base Notes Property 1	The content of the		The content of the	The content of the			The content of the					
Manual Nation Street (1997) 1997	The content of the	1	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc
The companies of the	The control of the	The companies of the	1. Target in February 1	1	1	1. Target in February 1	1. Target in February 1	1	1. Target in February 1	1. Target in February 1	1. Target in February 1	1. Target in February 1	1. Target in February 1
1	1 cmg for this could be consult to the country for the coun	Company Co	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
A transment Dim CC CC CC CC CC CC CC	## Community 1970 1	A programme to 10	A	## STOCKE Note that the property of the prop	## STOCKE No. Section Section	A	A	## STOCKE No. Section Section	A	A	A	A	A
Monte Parameter Management Managemen	March Marc	March Marc	Marie Mari	Marie Mari	Marie Mari	Marie Mari	Marie Mari	Marie Mari	Marie Mari	Marie Mari	Marie Mari	Marie Mari	Marie Mari
			A	Section Sect	Section Sect	A	A	Section Sect	A	A	A	A	A
			MINISTRATES Col. 675 a constraints December D			MINISTRATES Col. 675 a constraints December D	MINISTRATES Col. 675 a constraints December D		MINISTRATES Col. 675 a constraints December D	MINISTRATES Col. 675 a constraints December D	MINISTRATES Col. 675 a constraints December D	MINISTRATES Col. 675 a constraints December D	MINISTRATES Col. 675 a constraints December D
2	### Description	Bank	Background	B.	B.	Barrier	Barrier	B.	Barrier	Barrier	Barrier	Barrier	Barrier
C	Comment	Column	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
Comment Comm	1		1	Column	Column	1	1	Column	1	1	1	1	Column C
1	1 1923	## 1972	1	Part	Part	1	1	Part	1	1	1	1	1
March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc
March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc
A Press	A Part Par	A Plant	A Water 1.1	A PROPERTY OF THE PROPERTY OF	A PROPERTY OF THE PROPERTY OF	A Water 1.1	A Water 1.1	A PROPERTY OF THE PROPERTY OF	A Water 1.1				
C. Servey Memoritary Processors 1	Company	C Service Manufacture 1.00	Column C	C. Service Management of the Committee o	C. Service Management of the Committee o	Column C	Column C	C. Service Management of the Committee o	Column C	Column C	Column C	Column C	Column C
2 Plant agent 200 (19 Plant	2 Print span 2,000 11,125 12,125	2 Prints agent 20% 5.7 m.	Description	Description	Description	Description	Description	Description	Description	Description	Description	Description	Description
1	1	The control of the		The State	The State			The State					
4 by Leads - Section - Sec	Column C	Column C	A Parameter	A Decision Decis	A Decision Decis	A Parameter	A Parameter	A Decision Decis	A Parameter	A Parameter	A Parameter	A Parameter	A Parameter
Statistical			Submitted Subm	Submitted Subm	Submitted Subm	Submitted Subm	Submitted Subm	Submitted Subm	Submitted Subm	Submitted Subm	Submitted Subm	Submitted Subm	Submitted Subm
A Note of the individual of the control of the cont	A have finded selection of the control of the contr	A man from inclination of the control of the contro	A Policy Anna Communication A A A A A A A	A	A	A Policy Anna Communication A A A A A A A	A Policy Anna Communication A A A A A A A	A	A Policy Anna Communication A A A A A A A	A Policy Anna Communication A A A A A A A	A Policy Anna Communication A A A A A A A	A Policy Anna Communication A A A A A A A	A Policy Anna Communication A A A A A A A
Community Section Community Commun	Comment Comment on any in motion Comment o	Company Comp	Company Comp	Company Comp	Company Comp	Company Comp	Company Comp	Company Comp	Company Comp	Company Comp	Company Comp	Company Comp	Company Comp
Section Sect			A	Section 19 Section S	Section 19 Section S	A	A	Section 19 Section S	A	A	A	A	A
A protection des Congrego de que al seu de ma fere de la configuración del configuración de la configuración del configuración de la configuración	A monthme data française in gas at Aster in territory in 1921 and	A without further page in age and the in the first of the control	A Profession for foregoing buy and with marking of \$4.000. **The Committee of the Committe	A	A	A Profession for foregoing buy and with marking of \$4.000. **The Committee of the Committe	A Profession for foregoing buy and with marking of \$4.000. **The Committee of the Committe	A	A Profession for foregoing buy and with marking of \$4.000. **The Committee of the Committe	A Profession for foregoing buy and with marking of \$4.000. **The Committee of the Committe	A Profession for foregoing buy and with marking of \$4.000. **The Committee of the Committe	A Profession for foregoing buy and with marking of \$4.000. **The Committee of the Committe	A Profession for foregoing buy and with marking of \$4.000. **The Committee of the Committe
2- 3 Indian and income from the base and one of the first open products of the first open colors (first open products)	2 On whether the Company and the Company and Engineering Company and Compan	2. On the face (Suppose Section from December of user of the Parkins of Section (Section Section Sec	12-20 An information in control and in control	1.	1.	12-20 An information in control and in control	12-20 An information in control and in control	1.	12-20 An information in control and in control	12-20 An information in control and in control	12-20 An information in control and in control	12-20 An information in control and in control	12-20 An information in control and in control
2. On the foreign from the beauting and an out-one or Morth just also an out-off field is specified.	2 On whether the Company and the Company and Engineering Company and Compan	2. On the face (Suppose Section from December of user of the Parkins of Section (Section Section Sec	1.	1.	1.	1.	1.	1.	1.	1.	1.	1.	1.
A.1 bufferen best mentage organization of the company of the compa	1.1	A.	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Suppose that consider recognition (C. 1) and the constant of the process of	A. 1. Suppose that consider recognition (C. 1) and the constant of the process of	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Suppose that consider recognition (C. 1) and the constant of the process of	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con
A.1 bufferen best mentage organization of the company of the compa	1.1	A.	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Suppose that consider recognition (C. 1) and the constant of the process of	A. 1. Suppose that consider recognition (C. 1) and the constant of the process of	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Suppose that consider recognition (C. 1) and the constant of the process of	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Industrial points amongs organized in the control of the con	A. 1. Industrial points amongs organized (1997). A 1997 Control of the Control of	A. 1. Industrial points amongs organized (1997). A 1997 Control of the Control of	A. 1. Industrial points amongs organized (1997). A 1997 Control of the Control of
A.1 Improved your record your recorded 4,556	A.1	A	A 1 September 1 bear and any	A 1 September 1 has not recorded to 1 September 1 Sept	A 1 September 1 has not recorded to 1 September 1 Sept	A 1 September 1 bear and any	A 1 September 1 bear and any	A 1 September 1 has not recorded to 1 September 1 Sept	A 1 September 1 bear and any	A 1 September 1 bear and any	A 1 September 1 bear and any	A 1 September 1 bear and any	A 1 September 1 bear and any
1	2.1	2.5	1.5	1	1	1.5	1.5	1	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5
2	2	2.2	### A PROPERTY OF THE PROPERTY	### A PROPERTY OF THE PROPERTY	### A PROPERTY OF THE PROPERTY	### A PROPERTY OF THE PROPERTY	### A PROPERTY OF THE PROPERTY	### A PROPERTY OF THE PROPERTY	### A PROPERTY OF THE PROPERTY	### A PROPERTY OF THE PROPERTY	### A PROPERTY OF THE PROPERTY	### A PROPERTY OF THE PROPERTY	### A PROPERTY OF THE PROPERTY
41	### Designation the entire and an and seal ### SEED SEED SEED SEED SEED SEED SEED	### Compared and continued and	### 1992 March State Control	### 15.00 1.00	### 15.00 1.00	### 1992 March State Control	### 1992 March State Control	### 15.00 1.00	### 1992 March State Control				
2	S — Well bear	2	\$ 1.100			\$ 1.100	\$ 1.100		\$ 1.100	\$ 1.100	\$ 1.100	\$ 1.100	\$ 1.100
E gege de Via en Cope gran 10 de	Deep & Sign of Si	1											
1		Process Section	1	The content of the	The content of the	1	1	The content of the	1	1	1	1	1
Total (A = 8 × C +0 × E + F) R\$ 502.44 MICOLIO 4 - CERMATE COMPONENTES - Nota 3	Marian M	Testinate Color Colo	March Marc			March Marc	March Marc		March Marc	March Marc	March Marc	March Marc	March Marc
Total (A + 8 × C +0 + 6 × 5) RS SGZ.44 MAČOU G + DEMATS COMPONENTES - Note 3	Marian M	Testinate Color Colo	March March March March			March March March March	March March March March		March March March March				
	4 Percentual Valor A Despessa administrativani/peracionals 2.00K R5 505.37 B Serro 2.00K R5 506.00	4 Necessary Value A System definition in previous of 1.20% II is 1.2. If 1.2.	4	A	A	4	4	A	4	4	4	4	4
4 Percentual Valor	A Segmen administrativa y by practica (s. 1992) 2, 2005. 85 (1992) 1 (1992)	A supera administration june prices 2.50% 51.015	A larger attentionate (approximate) 1.50% of 51.001. 1.50% of 51.	A mean elementario de la marcia del marcia de la marcia de la marcia de la marcia de la marcia del marcia d	A mean elementario de la marcia del marcia de la marcia de la marcia de la marcia de la marcia del marcia d	A larger attentionate (approximate) 1.50% of 51.001. 1.50% of 51.	A larger attentionate (approximate) 1.50% of 51.001. 1.50% of 51.	A mean elementario de la marcia del marcia de la marcia de la marcia de la marcia de la marcia del marcia d	A larger attentionate (approximate) 1.50% of 51.001. 1.50% of 51.	A larger attentionate (approximate) 1.50% of 51.001. 1.50% of 51.	A larger attentionate (approximate) 1.50% of 51.001. 1.50% of 51.	A larger attentionate (approximate) 1.50% of 51.001. 1.50% of 51.	A larger attentionate (approximate) 1.50% of 51.001. 1.50% of 51.
A Decrease administration (neuralines) 2 00% 95 500 52	8 Supro 2.896 R5.160.03	2	Bar	Box	Box	Bar	Box	Box	Box	Box	Box	Box	Box
9 urm 2 200 P 100 P1	do Médado (4 [A-R]) . STANCE -	Comparison Com	\$\(\text{c} \) (in the content of the con	Comparison Com	Comparison Com	\$\(\text{c} \) (in the content of the con	\$\(\text{c} \) (in the content of the con	Comparison of the Comparison	\$\(\text{c} \) (in the content of the con	\$\(\text{c} \) (in the content of the con	\$\(\text{c} \) (in the content of the con	\$\(\text{c} \) (in the content of the con	\$\(\text{c} \) (in the content of the con
- A000 Dg 200004			A	A Beneficial Antiques 1- to 1	A Beneficial Antiques 1- to 1	A	A	A Beneficial Antiques 1- to 1	A	A	A	A	A
Co Michalde (A-M) C 2000	to a diregancia administrativa baseadois em percensor historialnes en unitarios por englas y públicas da Estado		A	A Beneficial Antiques 1- to 1	A Beneficial Antiques 1- to 1	A	A	A Beneficial Antiques 1- to 1	A	A	A	A	A
160 Module 6 (A-RE) S. C.		A Descripancy or 1	A ManCollegoryce by 4500	A Manufold Colony (2011 to)	A Manufold Colony (2011 to)	A ManCollegoryce by 4500	A ManCollegoryce by 4500	A Manufold Control (10 to 10 t	A ManCollegoryce by 4500				
And Made to Line 5.200 5.2		A.1 2000 ABS - ABS	4.1 James 988 183 183 183 183 183 183 183 183 183 1	1.1	1.1	4.1 James 988 183 183 183 183 183 183 183 183 183 1	4.1 James 988 183 183 183 183 183 183 183 183 183 1	1.1	4.1 James 988 183 183 183 183 183 183 183 183 183 1	4.1 James 988 183 183 183 183 183 183 183 183 183 1	4.1 James 988 183 183 183 183 183 183 183 183 183 1	4.1 James 988 183 183 183 183 183 183 183 183 183 1	4.1 James 988 183 183 183 183 183 183 183 183 183 1
No Michael Conference	Percentual Dalor	A.2 PC AND STATE OF THE PROPERTY OF THE PROPER	A	4.5	4.5	A	A	4.5	A	A	A	A	A
A SECONDATION OF THE SECONDATION		C Po((1-To) R5 6,612.04	C No. 10 to No. 4.1110 No	C Ve/2-1-0 5 54.41.216	C Ve/2-1-0 5 54.41.216	C No. 10 to No. 4.1110 No	C No. 10 to No. 4.1110 No	C Ve/2-1-0 5 54.41.216	C No. 10 to No. 4.1110 No	C No. 10 to No. 4.1110 No	C No. 10 to No. 54.1115 No. 54.115 No. 54.115 No. 54.115 No. 54.	C No. 10 to No. 54.1115 No. 54.115 No. 54.115 No. 54.115 No. 54.	C No. 10 to No. 54.1115 No. 54.115 No. 54.115 No. 54.115 No. 54.
\$\frac{1}{2}\frac{1}	A 700-075 (ACM-200-17) Maria A 700-			Mark	Mark			Mark					
1		Total Middulo S (B+C) R\$554.64	Personal	A TRB0/TO (M_200)/100 = To Sc004 Se004 Se0	A TRB0/TO (M_200)/100 = To Sc004 Se004 Se0	Personal	Personal	A TRB0/TO (A_200)/100 = To Sc000 Sc000 Sd000 Sd000 Sd000 Sd000 Sd000 Sd0000 Sd0000 Sd0000 Sd0000 Sd0000 Sd0000 Sd00000 Sd00000 Sd00000 Sd00000 Sd00000 Sd000000 Sd000000 Sd000000 Sd0000000 Sd0000000 Sd000000000 Sd000000000 Sd0000000000	Personal	Personal	Personal	Personal	Personal
A			A 788/05 (14,20x)105 + To 8.60% A.1 1009 1000 1000 1000 1000 1000 1000 10	A TREATOLAJOS/100 = To 8.60% A.I NEW 8.00% Riberase	A TREATOLAJOS/100 = To 8.60% A.I NEW 8.00% Riberase	A 788/05 (14,20x)105 + To 8.60% A.1 1009 1000 1000 1000 1000 1000 1000 10	A 788/05 (14,20x)105 + To 8.60% A.1 1009 1000 1000 1000 1000 1000 1000 10	A TREATOLAJOS/100 = To 8.60% A.I NEW 8.00% Riberase	A 788/05 (14,20x)105 + To 8.60% A.1 1009 1000 1000 1000 1000 1000 1000 10	A 788/05 (14,20x)105 + To 8.60% A.1 1009 1000 1000 1000 1000 1000 1000 10	A 788/05 (14,20x)105 + To 8.60% A.1 1009 1000 1000 1000 1000 1000 1000 10	A 788/05 (14,20x)105 + To 8.60% A.1 1009 1000 1000 1000 1000 1000 1000 10	A 788/05 (14,20x)105 + To 8.60% A.1 1009 1000 1000 1000 1000 1000 1000 10
10 March 10	No.		A.1 1959 1889 1889 1889 1889 1889 1889 188	6.2 SISM 5.000 PM rober	6.2 SISM 5.000 PM rober	A.1 1959 1889 1889 1889 1889 1889 1889 188	A.1 1959 1889 1889 1889 1889 1889 1889 188	6.2 SISM 5.000 PM rober	A.1 1959 1889 1889 1889 1889 1889 1889 188	A.1 1959 1889 1889 1889 1889 1889 1889 188	A.1 1959 1889 1889 1889 1889 1889 1889 188	A.1 1959 1889 1889 1889 1889 1889 1889 188	A.1 1959 1889 1889 1889 1889 1889 1889 188
A Test		Percentual dalor	A.2 Coress and social fucro real cumulativo, cfe. arts. 19 e 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2002; arts. 122, inciso X, e 145 da Instrução Normativa R99 nº 2.121, d		A.2 COMISS DOWN DOWN TO A SECOND DESCRIPTION OF A SECO	A.2 Coress and social fucro real cumulativo, cfe. arts. 19 e 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2002; arts. 122, inciso X, e 145 da Instrução Normativa R99 nº 2.121, d	A.2 Coress and social fucro real cumulativo, cfe. arts. 19 e 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2002; arts. 122, inciso X, e 145 da Instrução Normativa R99 nº 2.121, d	A.2 COMME DESCRIPTION DESCRIPTION OF A STATE	A.2 Coress and social fucro real cumulativo, cfe. arts. 19 e 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2002; arts. 122, inciso X, e 145 da Instrução Normativa R99 nº 2.121, d	A.2 cores assume that the second state of the	A.2 Dorest association (ucro real cumulativo, cfe. arts. 19 e 10, inclino I, da Lei nº 10.832, de 2000; arts. 122, inclino X, e 145 da instrução Normativa 969 nº 2.121, d	A.2 Dorest association (ucro real cumulativo, cfe. arts. 19 e 10, inclino I, da Lei nº 10.832, de 2000; arts. 122, inclino X, e 145 da instrução Normativa 969 nº 2.121, d	A.2 (2019) A.3 (2019) A.4 (2019) A.5 (2
10	New York	A TREATO (A, 20x)/100+70 E. E. COX Balance A 1009 A. COX Balance A. COX B. COX Balance A. COX Ba	A.S. Proj. Description of the Control of the Contro	AND THE PROPERTY OF THE PROPER	and the state of t	A.S. Pro. Description of the Control	A.S. Pro. Description of the Control	A.E. The Desire Community	A.S. Pro. Description of the Control	A.S. PER DESCRIPTION OF A PROPERTY OF A PROPERTY OF A PER DESCRIPTION OF			
The Market 15													A Mark Observation of the Company of
A THE COLUMN A TH	Note	A SEASO (16/00/000 17) (10/00 10)	9 Mão de Obra+insumos-Demais Componentes) ≈ Po R\$ 5,857.46	9 Mão de Obra+insumos-Demais Componentes) ≈ Po R\$ 5,857.46	9 Mão de Obra+insumos-Demais Componentes) ≈ Po R\$ 5,857.46	9 Mão de Obra+insumos-Demais Componentes) ≈ Po R\$ 5,857.46	9 Mão de Obra+insumos-Demais Componentes) ≈ Po R\$ 5,857.40	9 Mão de Obra+insumos-Demais Componentes) ≈ Po R\$ 5,857.40	9 Mão de Obra+insumos-Demais Componentes) ≈ Po R\$ 5,857.40	9 Mão de Obra+insumos-Demais Componentes) ≈ Po R\$ 5,857.40	9 Mão de Obra+insumos-Demais Componentes) ≈ Po R\$ 5,857.40		
18 18 18 18 18 18 18 18	Section Sect	Personal	8 Mild de Otto-fraums-Oemaik Componentes) = Po 85 587.48 C Nolf-Te) R5 641204	8 Mild de Otto-fraums-Oemaik Componentes) = Po 85 587.48 C Nolf-Te) R5 641204	8 Mild de Otto-fraums-Oemaik Componentes) = Po 85 587.48 C Nolf-Te) R5 641204	8 Mild de Otto-fraums-Oemaik Componentes) = Po 85 587.48 C Nolf-Te) R5 641204	8 Mild de Otto-fraums-Oemaik Componentes) = Po 85 587.48 C Nolf-Te) R5 641204	8 Mild de Otto-fraums-Oemaik Componentes) = Po 85 587.48 C Nolf-Te) R5 641204	8 Mild de Otto-fraums-Oemaik Componentes) = Po 85 587.48 C Nolf-Te) R5 641204	8 Mild de Otto-fraums-Oemaik Componentes) = Po 85 587.48 C Nolf-Te) R5 641204	8 Mild de Otto-fraums-Oemaik Componentes) = Po 85 587.48 C Nolf-Te) R5 641204	C Po((1-To) 85 6,612,08	C Po((1-To) 85 6,612,08
A THE COLUMN A TH	Note	Company Comp	B Mild de Citiz-Amanon-Chemia Camponenteni Fo 55,537.00 C Poil 5-Tel Tel Tel Mild bi 518-C) 8554.44	B Mild de Citiz-Amanon-Chemia Camponenteni Fo 55,537.00 C Poil 5-Tel Tel Tel Mild bi 518-C) 8554.44	B Mild de Citiz-Amanon-Chemia Camponenteni Fo 55,537.00 C Poil 5-Tel Tel Tel Mild bi 518-C) 8554.44	B Mild de Citiz-Amanon-Chemia Camponenteni Fo 55,537.00 C Poil 5-Tel Tel Tel Mild bi 518-C) 8554.44	B Mild de Citiz-Amanon-Chemia Camponenteni Fo 55,537.00 C Poil 5-Tel Tel Tel Mild bi 518-C) 8554.44	B Mild de Citiz-Amanon-Chemia Camponenteni Fo 55,537.00 C Poil 5-Tel Tel Tel Mild bi 518-C) 8554.44	B Mild de Citiz-Amanon-Chemia Camponenteni Fo 55,537.00 C Poil 5-Tel Tel Tel Mild bi 518-C) 8554.44	B Mild de Citiz-Amanon-Chemia Camponenteni Fo 55,537.00 C Poil 5-Tel Tel Tel Mild bi 518-C) 8554.44	B Mild de Citiz-Amanon-Chemia Camponenteni Fo 55,537.00 C Poil 5-Tel Tel Tel Mild bi 518-C) 8554.44	C Po(12-To) 55 6.412.50 Texts Mediculo 5 (8-C) 85 56.425	C Po(12-To) 55 6.412.50 Texts Mediculo 5 (8-C) 85 56.425
18	No.	Comment Comm	8 Mills of Christman Committee Components (* Ps. 18 () 5.51 () () () () () () () () () (8 Mills of Christman Committee Components (* Ps. 18 () 5.51 () () () () () () () () () (8 Mills of Christman Committee Components (* Ps. 18 () 5.51 () () () () () () () () () (8 Mills of Christman Committee Components (* Ps. 18 () 5.51 () () () () () () () () () (8 Mills of Christman Committee Components (* Ps. 18 () 5.51 () () () () () () () () () (8 Mills of Christman Committee Components (* Ps. 18 () 5.51 () () () () () () () () () (8 Mills of Christman Committee Components (* Ps. 18 () 5.51 () () () () () () () () () (8 Mills of Christman Committee Components (* Ps. 18 () 5.51 () () () () () () () () () (8 Mills of Christman Committee Components (* Ps. 18, 19, 19, 19, 19, 19, 19, 19, 19, 19, 19	C Projection Trans Markets (see) 85 6412.05 Trans Markets (see) 85 6412.05 Grade On Essando O COSTO PAR RACCOMBRO Grade O Essando O COSTO PAR RACCOMBRO	C Projection Trans Markets (see) 85 6412.05 Trans Markets (see) 85 6412.05 Grade On Essando O COSTO PAR RACCOMBRO Grade O Essando O COSTO PAR RACCOMBRO
A THE COLUMN A TH	Note	Comment	8 Mills or Christmann Christian Componenti (* P) 26 (8 Mills or Christmann Christian Componenti (* P) 26 (8 Mills or Christmann Christian Componenti (* P) 26 (8 Mills or Christmann Christian Componenti (* P) 26 (8 Mills or Christmann Christian Componenti (* P) 26 (8 Mills or Christmann Christian Componenti (* P) 26 (8 Mills or Christmann Christian Componenti (* P) 26 (8 Mills or Christmann Christian Componenti (* P) 26 (8 Mills or Christmann Christian Componenti (* P) 26 (C. POLY 20 ** TABLE STATE	C. POLY 20 ** TABLE STATE
18			8 Miles d'Operantamica (Copporation P. N. 19 (1974) C NOT 9 (1974) C N	8 Miles d'Operantamica (Copporation P. N. 19 (1974) C NOT 9 (1974) C N	8 Miles d'Operantamica (Copporation P. N. 19 (1974) C NOT 9 (1974) C N	8 Miles d'Operantamica (Copporation P. N. 19 (1974) C NOT 9 (1974) C N	8 Miles d'Operantamico (regressione) Par 10 (1975) C NOT Par 10 (1975)	8 Miles d'Operantamico (regressione) Par 10 (1975) C NOT Par 10 (1975)	8 Miles d'Operantamico (regressione) Par 10 (1975) C NOT Par 10 (1975)	8 Miles d'Operantamico (regressione) Par 10 (1975) C NOT Par 10 (1975)	8 Miles d'Operantamico (regressione) Par 10 (1975) C NOT Par 10 (1975)	C Polit 2 No. 10	C Polit 2 No. 10
A Trans A Tr	Note	Comment	8. Mitte de l'incommune description (1 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	8. Mitte de l'incommune description (1 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	8. Mitte de l'incommune description (1 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	8. Mitte de l'incommune description (1 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	8. Mitte de l'incommune description (1 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	8. Mitte de l'incommune description (1 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	8. Mitte de l'incommune description (1 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	8. Mitte de l'incommune description (1 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	8. Mitte de l'incommune description (1 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	\$\frac{\circ}{\circ}\$ \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \qq \qq \qq \q	\$\frac{\circ}{\circ}\$ \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \tau \qq \qq \qq \q
No. 19 19 19 19 19 19 19 1		Part	8 Mills of Discontinuation Congruenties (*) (1 S.C.F.C) (1 S.C.F.C) (2 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (5 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (8 S.C.F.C)	8 Mills of Discontinuation Congruenties (*) (1 S.C.F.C) (1 S.C.F.C) (2 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (5 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (8 S.C.F.C)	8 Mills of Discontinuation Congruenties (*) (1 S.C.F.C) (1 S.C.F.C) (2 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (5 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (8 S.C.F.C)	8 Mills of Discontinuation Congruenties (*) (1 S.C.F.C) (1 S.C.F.C) (2 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (5 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (8 S.C.F.C)	8 Mills of Discontinuation Congruenties (*) (1 S.C.F.C) (1 S.C.F.C) (2 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (5 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (8 S.C.F.C)	8 Mills of Discontinuation Congruenties (*) (1 S.C.F.C) (1 S.C.F.C) (2 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (5 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (8 S.C.F.C)	8 Mills of Discontinuation Congruenties (*) (1 S.C.F.C) (1 S.C.F.C) (2 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (5 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (8 S.C.F.C)	8 Mills of Discontinuation Congruenties (*) (1 S.C.F.C) (1 S.C.F.C) (2 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (5 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (8 S.C.F.C)	8 Mills of Discontinuation Congruenties (*) (1 S.C.F.C) (1 S.C.F.C) (2 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (3 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (4 S.C.F.C) (5 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (6 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (7 S.C.F.C) (8 S.C.F.C)	C 1953 1st Year Widths 1940 95 95 95 95 95 95 95 9	C 1953 1st Year Widths 1940 95 95 95 95 95 95 95 9
A THE COLUMN T		Company Comp	8 Mills of the recommendation of comparation in Proc. 10 (1.001.00) C Prof. 10 (1.001.00) See A Comparation of	8 Mills of the recommendation of comparation (r. No. 1867). C 1945 M. Sent Mills of the Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation of Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of Comparation of Compar	8 Mills of the recommendation of comparation in Proc. 10 (1.001.00) C Prof. 10 (1.001.00) See A Comparation of	8 Mills of the recommendation of comparation in Proc. 10 (1.001.00) C Prof. 10 (1.001.00) See A Comparation of	8 Mills of the recommendation of comparation in Proc. 10 (1.001.00) C Prof. 10 (1.001.00) See A Comparation of	8 Mills of the recommendation of comparation in Proc. 10 (1.001.00) C Prof. 10 (1.001.00) See A Comparation of	8 Mills of the recommendation of comparation in Proc. 10 (1.001.00) C Prof. 10 (1.001.00) See A Comparation of	8 Mills of the recommendation of comparation (r. No. 1867). C 1945 M. Sent Mills of the Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation of Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of Comparation of Compar	8 Mills of the recommendation of comparation (r. No. 1867). C 1945 M. Sent Mills of the Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of the Comparation of Comparation of Comparation of Comparation (r. No. 1867). Sent Mills of Comparation of Compar	C.	C.
A Despesa administrativas/peracionais 3.00% 85,003.71 3.00% 95,003.71 3.00% 95,003.71	to a discipación administrativa laborativa empose resus frustrativos emilitados por virgidos públicos de Estado		Total Matter E	The object The	A	Test Marked Fall	Test Marked Fall	A	Test Marked Test	Test Marked Test	Test Marked Fall	Test Marked Fall	Test Marked Fall
	1 - Caus seps constituted values abusines das thespecial informaticativas/Operationals is Lucrol Examination, cabeed in Progressio au responsively pela	Comparison Com	Comparison Com	Comparison American America	Comparison American America	Comparison Com	Comparison Com	Comparison American America	Comparison Com	Comparison Com	Comparison Com	Comparison Com	Comparison Com
do Middaire 4 (A-48) 5.79% 85.20.58				New York	New York			New York					
do Módule ([A41] S. 200		A Description of the Control of the	4. Section Section 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1	A Description of the Control of the	A Description of the Control of the	4. Section Section 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1	4. Section Section 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1	A Description of the Control of the	4. Section Section 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1	4. Section Section 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1	4. Section Section 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1	4. Section Section 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1	4. Section Section 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1
No Models (ALM) Service Management (ALM) Servi		1.5 1000	4.1	2.5 1000	2.5 1000	4.1	4.1	2.5 1000	4.1	4.1	4.1	4.1	4.1
The Midded Land Conference of the Mi	Percentual valor	A.2 PC AND STATE OF THE PROPERTY OF THE PROPER	A1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1	4.5	4.5	A1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1	A1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1	4.5	A1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1	A1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1	A1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1	A1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1	A1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1
The Market Full Conference of the Ma		B MSo de Otra-Houmos-Cernais Componentes) = Po 85 5,857.42 C Po((LTo) 85 6,412.04	8	4 Miles de Chievente Anna Composition (* 15) 4 Note 1 Miles de Chieve (* 15) 5 Note 1 Miles de Chieve (* 15) 5 Note 1 Miles de Chieve (* 15) 6 Note 1 Miles de Chieve (* 15) 7 Note 1 Miles de Chieve (* 15) 8 Note 1 Miles de Ch	4 Miles de Chievente Anna Composition (* 15) 4 Note 1 Miles de Chieve (* 15) 5 Note 1 Miles de Chieve (* 15) 5 Note 1 Miles de Chieve (* 15) 6 Note 1 Miles de Chieve (* 15) 7 Note 1 Miles de Chieve (* 15) 8 Note 1 Miles de Ch	8	8	4 Miles of Christman Association Componential (**) 85.57.10 C Poly 3 Miles (**) 10 Mi	8	8	8	8	8
A				Mark	Mark			Mark					
A TOTAL A TOTAL	A		The Company of the	A 1 100 CONTROL TO 10	A 1 100 CONTROL TO 10	The Company of the	The Company of the	A 1 100 CONTROL TO 10	The Company of the	The Company of the	The Company of the	The Company of the	The Company of the
A MARKAT LEAR CONTROL TO A TOTAL			A 1986/10 (A2/NS)/100 + To 8.60% A1 1009 1009 1009 1009 1009 1009 1009 10	A 1984/07 (14,929)/100 = To 8.60%	A 1984/07 (14,929)/100 = To 8.60%	A 1986/10 (A2/NS)/100 + To 8.60% A1 1009 1009 1009 1009 1009 1009 1009 10	A 1986/10 (A2/NS)/100 + To 8.60% A1 1009 1009 1009 1009 1009 1009 1009 10	A 1984/07 (14,929)/100 = To 8.60%	A 1986/10 (A2/NS)/100 + To 8.60% A1 1009 1009 1009 1009 1009 1009 1009 10	A 1986/10 (A2/NS)/100 + To 8.60% A1 1009 1009 1009 1009 1009 1009 1009 10	A 1986/10 (A2/NS)/100 + To 8.60% A1 1009 1009 1009 1009 1009 1009 1009 10	A 1986/10 (A2/NS)/100 + To 8.60% A1 1009 1009 1009 1009 1009 1009 1009 10	A 1986/10 (A2/NS)/100 + To 8.60% A1 1009 1009 1009 1009 1009 1009 1009 10
An Atlanda L.	No.		A.2 01500 5.000 8.	A.Z. MARCH SARTS BRITAIN	A.Z. MARCH SARTS BRITAIN	A.2 01500 5.000 8.	A.2 01500 5.000 8.	A.Z. MARCH SARTS BRITAIN	A.2 01500 5.000 8.	A.2 01500 5.000 8.	A.2 01500 5.000 8.	A.2 01500 5.000 8.	A.2 01500 5.000 8.
A MARINA (18) A 270% MILLION (18) A 270% MILLI		Percentual dalor	A.2 COPRES DOSS NãO ANDE LUCTO FEAT CUMMÁDIVO, CFE. 2015, 10°C 10, Ida Lei nº 10.822, de 2003; 211. 123, inciso X, e 245 da Instrução Normativa SPQ nº 2.121,	A STORY STOR	A.Z 20985 1009 Not make turn real cumulativo. Cir. arts. 19 e 30. inciso i. da Lei nº 10.122. de 2005 urt 173 lovino V a 165 cita instructio Monmation 500 nd 3 173 i	A.2 COPRES DOSS NãO ANDE LUCTO FEAT CUMMÁDIVO, CFE. 2015, 10°C 10, Ida Lei nº 10.822, de 2003; 211. 123, inciso X, e 245 da Instrução Normativa SPQ nº 2.121,	A.2 COPRES DOSS NãO ANDE LUCTO FEAT CUMMÁDIVO, CFE. 2015, 10°C 10, Ida Lei nº 10.822, de 2003; 211. 123, inciso X, e 245 da Instrução Normativa SPQ nº 2.121,	A 2 05999 A09 No	A.2 COPRES DOSS NãO ANDE LUCTO FEAT CUMMÁDIVO, CFE. 2015, 10°C 10, Ida Lei nº 10.822, de 2003; 211. 123, inciso X, e 245 da Instrução Normativa SPQ nº 2.121,	A.2 COPRES DOSS NãO ANDE LUCTO FEAT CUMMÁDIVO, CFE. 2015, 10°C 10, Ida Lei nº 10.822, de 2003; 211. 123, inciso X, e 245 da Instrução Normativa SPQ nº 2.121,	A.2 COPRES DOSS NãO ANDE LUCTO FEAT CUMMÁDIVO, CFE. 2015, 10°C 10, Ida Lei nº 10.822, de 2003; 211. 123, inciso X, e 245 da Instrução Normativa SPQ nº 2.121,	A.2 COPRES DOSS NãO ANDE LUCTO FEAT CUMMÁDIVO, CFE. 2015, 10°C 10, Ida Lei nº 10.822, de 2003; 211. 123, inciso X, e 245 da Instrução Normativa SPQ nº 2.121,	A.2 COPRES DOSS NãO ANDE LUCTO FEAT CUMMÁDIVO, CFE. 2015, 10°C 10, Ida Lei nº 10.822, de 2003; 211. 123, inciso X, e 245 da Instrução Normativa SPQ nº 2.121,
100 100	A						Aur Journal Local Real Page 121, Inches 1, Care Strat. 174 e 10, Inches 1, Care 175, 174 e 10, Inches 1, Care 175, Inches X, e 145 da Instrução Normativa RFB nº 2.121,			Aur Harms 2005; arts. 123, inciso Y, e 145 da Instrução Normativa RRB nº 2.121,	nos mas uname sucro mus cumunativo, cre, arts, 174 au, inciso X, e 145 da Instrução Normativa 659 nº 2.121,	nos mas uname sucro mus cumunativo, cre, arts, 174 au, inciso X, e 145 da Instrução Normativa 659 nº 2.121,	A J DES BER BRE BREF DESTRUCTURE CONTRACTOR
10	New York	A TREATO (A, 20x)/100+70 E. E. COX Balance A 1009 A. COX Balance A. COX B. COX Balance A. COX Ba		AMERICAN PROCESSION OF THE STREET, AND ASSOCIATE ASSOCIATION OF THE STREET, AND ASSOCIATED ASSOCIATION FOR PROCESSION OF THE STREET, AND ASSOCIATED ASSOCI									
A	New York	A TREATO (A, 20x)/100+70 E. E. COX Balance A 1009 A. COX Balance A. COX B. COX Balance A. COX Ba	A.z Ms Date: Date: Date: A.z Ms Date: Pt 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2003; arts. 123, inciso X, e 145 da instrução Normativa RFB nº 2.121, o	AMERICAN PROCESSION OF THE CONTRACTOR AND A STATE OF THE CONTRACTOR OF THE CONTRACTO	and the state of t	A.z Ms Date: Date: Date: A.z Ms Date: Pt 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2003; arts. 123, inciso X, e 145 da instrução Normativa RFB nº 2.121, o	A.z Ms Date: Date: Date: A.z Ms Date: Pt 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2003; arts. 123, inciso X, e 145 da instrução Normativa RFB nº 2.121, o	A.E. Fig. Date: No. of the control currents of the control of the	A.S. Pro. Description of the Control	A.z Ms Date: Date: Date: A.z Ms Date: Pt 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2003; arts. 123, inciso X, e 145 da instrução Normativa RFB nº 2.121, o	A.z ps para para para para para para para p	A.z ps para para para para para para para p	
The Market 15			A.z es naix notive Lucro real cumulativo, cfe. arts. 1º e 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2002: arts. 123. inciso X. e 145 da instructio Normativa 898 nº 2.121. o			A.z es naix notive Lucro real cumulativo, cfe. arts. 1º e 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2002: arts. 123. inciso X. e 145 da instructio Normativa 898 nº 2.121. o	A.z es naix notive Lucro real cumulativo, cfe. arts. 1º e 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2002: arts. 123. inciso X. e 145 da instructio Normativa 898 nº 2.121. o	A.F. Pag. Date: Da	A.F. Pag. Date: Da	A.z es naix notive Lucro real cumulativo, cfe. arts. 1º e 10, inciso I, da Lei nº 10.823, de 2002: arts. 123. inciso X. e 145 da instructio Normativa 898 nº 2.121. o	A.z ps para para para para para para para p	A.E pts pass sale outs pts pass such pts	A Mark Observation for the Company of the Company o
The Market 15													A Mark Observation for the Company of the Company o

	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - MOSS	ORÓ		
Data d	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (dados referent e apresentação de proposta (dia/mês/ano)	es à contratação)		Memorial
Jaca 6	пем	VIGILANTE NOTUE	INO MOTORIZADO 12 x 36	
Acordo, Conve	enção ou Sentença Normativa em Dissidio Coletivo	ESP/RN e SINDSEGU	RN000199/2025	
	mero de meses de execução contratual	-	06/05/25 24	
	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO C	ONTRATUAL		Memorial
	Categoria Jornada	12836 - Semine	IGILANTE la a Domineo - Noturno	
Cla	ssificação Brasileira de Ocupação (CBO)		5173-30	
Salá	irio Normativo da Categoria Profissional		2,048.75	Cláussía terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
L .	Salário Minimo Vigente Data base da categoria (dia/mês/ano)		1,518.00 1/1/2025	Dec. nº 12.342 de 30 de dezembro de 2024
	Base de Cálculo de Hora Mensal		220	
	Dias trabalhados Mensal		15	
	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUN	επαςλο		Memorial
1	Composição da Remuneração	Percentual	Valor	
Α	Salário Base	100%	R\$ 2,048.75	Cláusula terceira da CCT. Parágrafo Primeiro
-	Adicional de Periculosidade Adicional de Insalubridade	30%	R\$ 614.63 R\$ 0.00	Art. 193, Il da CLT e NR 16. Cálculo realizado xobre o salário base do trabalhador Art. 189 e seguintes da CLT.
D	Adicional Notumo	20%	R\$ 254.23	Art. 73 da CLT e Cláusula décima primeira da CCT.
E	Adicional de Hora Notuma Reduzida	0% 0%	R\$ 0.00	Cláusula quadragésima, parágrafo segundo da CCT.
	Valor de Barron	eração (A+B+C+D+E)	R\$ 0.00	
	Reserva Técnica (Variação de 0 a 6%) - Nota 1	9%	RS 0.00	
	Total(Valor da Remuneçã	o + Reserva Técnica	R\$ 2,917.61	
Nota 1 - Variação Def	inida de acordo com consulta ao Ministério Público Estad PARCELAS INDENIZATÓRIAS	ual - MP/RN		Memorial
A	Intrajornada	50%		Cláusula quadragisima, parágrafo quinto da CCT.
		Total		
MÓ	OULO 2: ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da	remuneração + reser	va técnica)	Memorial
SUBMÓDULO 2.1	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor	HALLO W
Α	INSS	20%	R\$ 583.52	
e c	SESI/SESC SENAC	1.50%	R\$ 43.76 R\$ 29.18	
	INCRA	0.20%	R\$ 5.84	
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.50%	R\$ 72.94	
r G	FGTS SEGURD ACIDENTE DO TRABALHO/SAT/INSS (RAT X FAP	8.00% 3.00%	R\$ 233.41 R\$ 87.53	
н	STORE	0.60%	RS 87.53	
	Total Submódulo 2.1	36.80%	R\$ 1,073.68	
SUBMÓDULO 2.2	13º Salário, Férias e Adicional de Férias Férias	Percentual 11.11%	Valor R\$ 324.15	
ŝ	Auxilio Doença	1.11%	R\$ 40.55	
c	Licença Maternidade/Paternidade	0.02%	R\$ 0.58 R\$ 8.17	
D E	Faltas Legals Acidente de Trabalho	0.28%	R\$ 8.17 R\$ 5.84	
ì	Aviso Prévio	1.94%	R\$ 56.60	
G	13º Salário	8.33%	R\$ 243.04	
SUBMÓDULO 2.3	Total Submódulo 2.2 Indenizações	23.27% Percentual	R\$ 678.93 Valor	
A	Aviso Prévio Indenizado	0.45%	R\$ 13.13	
	Indenização Adicional	0.08%	R\$ 2.33	
С	Indenização (rescisões sem justa causa) Total Submédulo 2.3	4.00% 4.53%	R\$ 116.70 R\$ 132.17	
SUBMÓDULO 2.4	Incidência Encargos	Percentual	Valor	
Α	Incidência dos Encargos do grupo A sobre os itens do gr	8.56%	R\$ 249.85	
	Valor dos Encargos Sociais Total dos Módulos 1+2+ indenizações (2.1+	73.16%	RS 2,134.62 RS 5,379.09	
Nota 2 - Os índices do		as já adotas pelo Mi	nistério Público da União (M	
	MÓDILO 3-INGIMOS			Henriki
A.1	MÓDULO 3: INSUMOS Uniformes (custo mensal por empregado)			Memorial
A.2			86 37 84	
	EPIs (custo mensal por empregado)		R\$ 27.84 R\$ 132.60	
A.3	EPIs (custo mensal por empregado) Equipamentos (custo mensal por empregado)		R\$ 132.60 R\$ 0.00	
A.3 B	EPIs (custo mensal por empregado) Equipamentos (custo mensal por empregado) Vale Transporte (8.1 x 8.2 x 8.3 - 8.4)		R\$ 132.60 R\$ 0.00 R\$ 0.00	
8.1 8.2	EPis (custo mensal por empregado) Equipamentos (custo mensal por empregado) Vale Transporte (B.1 x B.2 x B.3 - B.4) valor de zerija do passagen questidade de vales por die		R\$ 132.60 R\$ 0.00	
B #1	EPIs (custo mansal por empregado) Equipamentos (custo mensal por empregado) Vale Tramporte (B. 1 x 8.2 x B.3 - B.4) valor de tarifa da passagen quentidas de vales por de quentidas de los trabiblidas		R\$ 132.60 R\$ 0.00 R\$ 0.00 R\$ 3.30 2	
8.1 8.2	D'hi (custo mensal por empregado) Quipamentos (custo mensal por empregado) Vale Transporte (E.1 x E.2 x E.3 - E.4) unir de sordi da passagen questidade e des prod de questidade e des redelinades correspondis da beneficiale (di se soloria base) Ticket ou Vale Allementação		R\$ 232.60 R\$ 0.00 R\$ 3.10 2 15 R\$ 222.93 R\$ 346.00	Citioula decens quests di CC1
8.1 8.2	Ethi (custo mensal por erepregado) Equipamentos (custo mensal por erepregado) Sala Transporte (E.1 x E.2 x E.3 - E.4) water da vegl da passagere quentidade de segunda para de para de segunda de segunda para de Ticket ou Valer Altrenetação Aucello Saúde		R\$ 132.60 R\$ 0.00 R\$ 1.30 R\$ 1.31 R\$ 122.31 R\$ 241.00 R\$ 241.00	
81 82 82 84 C	This (custo messal per empregado) Equipamentes (custo messal per empregado) Valet Transporte (5.1 ± 8.7 ± 8.3 ± 8.4) unido es tergido 3 paragores paratitativo de visiba por dis paratitativo de visiba por dis paratitativo de la resolución paratita		R\$ 132.60 R\$ 0.00 R\$ 0.00 R\$ 1.30 2 15 R\$ 122.93 R\$ 146.00 R\$ 141.00	Clausia dienne quest di CCT. Clausia dienne quest di CCT. Clausia dienne alexa di CCT.
81 82 82 84 C	CRS (custo messal per empregado) Equipamentes (custo messal per empregado) Volte Transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.4 x B.4 x B.4) Well transportes (E.1 x B.4 x B.4 x B.4) Well transportes (E.1 x B.4 x B.4 x B.4) Well transportes (E.1 x B.4 x B.4 x B.4 x B.4) Well transportes (E.1 x B.4 x		#\$ 132.60 #\$ 0.00 #\$ 3.30 2 15 3.30 #\$ 122.93 #\$ 348.00 #\$ 340.00	
81 82 82 84 C	This (batter memoral pic emprograph) This properties (bit 18.2 ± 8.1 ± 8.4) White Transport (B.1 ± 8.2 ± 8.1 ± 8.4) White Transport (B.1 ± 8.2 ± 8.1 ± 8.4) Secretary (B.1 ± 8.4) Secretary	0.00%	R\$ 112.00 R\$ 5.000 R\$ 5.000 R\$ 5.100 R\$ 5.000 R\$ 5.000	
81 82 82 84 C	CRS (custo messal per empregado) Equipamentes (custo messal per empregado) Volte Transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.2 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.3 x B.4) Well transportes (E.1 x B.4 x B.4 x B.4) Well transportes (E.1 x B.4 x B.4 x B.4) Well transportes (E.1 x B.4 x B.4 x B.4) Well transportes (E.1 x B.4 x B.4 x B.4 x B.4) Well transportes (E.1 x B.4 x	0.00%	#\$ 132.60 #\$ 0.00 #\$ 3.30 2 15 3.30 #\$ 122.93 #\$ 348.00 #\$ 340.00	
81 82 82 84 C	This (batter memoral pic emprograph) This properties (bit 18.2 ± 8.1 ± 8.4) White Transport (B.1 ± 8.2 ± 8.1 ± 8.4) White Transport (B.1 ± 8.2 ± 8.1 ± 8.4) Secretary (B.1 ± 8.4) Secretary	- Nota 3	R\$ 112.00 R\$ 5.000 R\$ 5.000 R\$ 5.100 R\$ 5.000 R\$ 5.000	
B #1 #2 #2 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4	The locate neutral par energyabil Conjunctions backed make a par energyabil Conjunctions backed make a par energyabil Conjunctions backed make a part of control to the paragraph control to the pa	Nota 3 Percentual	R§ 132.00 R\$ 0.00 R\$ 0.00 R\$ 3.00 R\$ 3.00 R\$ 3.30 R\$ 3.30 R\$ 3.41.00 R\$ 3.40.00 R\$ 3.00 R\$ 4.00	
8 A2 A2 A4 A A B B	Of house meaning an empregable Configuration (Included and Configuration (Included Annual Configuration) (Included Annual Configuration) (Included Annual Configuration (Included Annual C	- Nota 3	R§ 132,000 R§ 1000 R§ 1000 R§ 1000 R§ 1100 R§	
B #1 #2 #2 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4 #4	Of hotos mention engraphic Conjuments just any operation Conjuments and operation Conjuments and operation Conjuments and operation Conjuments and operation Conjuments any operation Conjuments any operation Conjuments any operation Conjuments	Nota 3 Percentual	R§ 132.00 R\$ 0.00 R\$ 0.00 R\$ 3.00 R\$ 3.00 R\$ 3.30 R\$ 3.30 R\$ 3.41.00 R\$ 3.40.00 R\$ 3.00 R\$ 4.00	
8 A2 A2 A4 A A B B	The boom mental par empressed in conceptual control of the control	- Nota 3 Percentual 2.90% 2.89%	R§ 132,000 R§ 1000 R§ 1000 R§ 1000 R§ 1100 R§	
8 A2 A2 A4 A A B B	Of house month par empregable conjugation of the company of the co	Nota 3 Percentual 2,90% 2,80% 5,79% 5,79% ono Sarbitantes, caberá blicos do Erado RESUMIDO Notas - 4	#5 122 60 #5 0.00 #5 0	
8 A2 A2 A4 A A B B	On boom meeting or engregated and the company of th	Nota 3 Percentual 2.90% 2.89% 5.79% 5.79% Percentual RESUMEDO Notas - 4 Percentual	#5 132.60 #5 0.00 #5 0.00 #5 1	
8 2 8 2 8 2 8 2 8 2 8 2 8 2 8 2 8 2 8 2	On John menty or empression On John menty or empression On the property of the Carlo A. On the	Note 3 Percentual 2.90% 2.89% 5.79% son Sachthares, caberl blicos do Estado RESUMEDO Notes - 4 Percentual 8.65%	# 5 12 20 00 # 5 0 00 # 5 0 00 # 5 1 00 #	
B 63 A2	On boom meeting or engregated and the company of th	Percentual 2.90% 2.90% 5.79% soo Sanothanter, caberi shice do Estado RESUMDO Motas - 4 Percentual 8.85% 5.00N 2.00N	5 5 12 6 00 6 5 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	
8	On bear mostly or empressed of the control of the c	Percentual 2.90% 2.89% 5.79% 05.79% 05.65% 06.65% 07.85% 07.85% 07.85% 07.85% 07.85% 07.85% 07.85% 07.85%	#5 122 c0	
B 63 A2	Of house many par empregable Congression high and on emerged of Congression high and on emerged of Office the best on emerged Office the best on empre. Office the best of the best of the one of the best of Office the best of the	Percentual 2.90% 2.90% 5.79% soo Sanothanter, caberi shice do Estado RESUMDO Motas - 4 Percentual 8.85% 5.00N 2.00N	5 5 12 6 00 8 5 00 00 1 8 5 10	
B 63 A2	On bear mostly or empressed of the control of the c	Percentual 2.90% 2.90% 5.79% soo Sanothanter, caberi shice do Estado RESUMDO Motas - 4 Percentual 8.85% 5.00N 2.00N	# 5 122.00 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 100 # 5	
B 63 A2	Of his board and part empressed in compared to programme in the control of the compared of the	Nota 3 Percentual 2,00% 2,89% 5,79% soor Sandstates, otheria Millora do Casalo Millora Millora Casalo Millora Mil	# 5 122.00 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 100 # 5	
B 63 A2	On bear many or empressed On bear many or empressed On the third annual or empressed Vector to the empressed On the third annual or empres	Nota 3 Percentual 2,00% 2,89% 5,79% soor Sandstates, otheria Millora do Casalo Millora Millora Casalo Millora Mil	# 5 122.00 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 100 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 120 # 5 100 # 5	
B	On house many par empregable Control and the control and an empregable Control and the company And the control and an empregable On a facility of the company And the control and the company And the control and the co	Notes 3 Percentual 2,00% 2,85% 5,39% 5,39% 5,39% 6,00	# \$10,000 (# 10,000) \$10,000	
B dd	On bear many or empressed On bear many or empressed On the third annual or empressed Vector to the empressed On the third annual or empres	Nota 3 Percentual 2,00% 2,89% 5,79% so Sandituries, oberlaition de Create RESUMIDO Notas - 4 Percentual 8,65% 6,00% 2,00% 0,45% cotal Módulo 5 (B+C) - LIUCRO REAL Percentual	#5 120 cm	Claude decre and a CCT. Charles decre and a CCT. Charles decre along a CCT. Extension can be reading the upper of a dip probability to being plantification legisle in 1999, que
1	On house many par empregable Control and the control and an empregable Control and the company And the control and an empregable On a facility of the company And the control and the company And the control and the co	Note 5	# 11 0 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Closed a decrea series d a CCT. Extratal is some have no reaction, des suppris der vide profusions non sold as plantifunctional regions de 1000000, que series de 100000000000000000000000000000000000
B	On bottom menda per empregability of the control of	Notes 3 Percentual 2,00% 2,85% 5,39% 5,39% 5,39% 6,00	# 11 0 00 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Claude deline delen are d ECT. Charle deline delen a CCT. Emission som hav re-mårer för uppra de når publishen en votra planthischenholische de 1980, ovr
1	On bear many or empressed On bear many or empressed On bear many or empressed On a trible description Version to Version Versio	Percentual 2.00% 2.20% 5.70% 5.70% 5.70% 6.00% 6	# 51 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20	Closed a discuss series d a CCT. Extration is such hear an reading day supposed a rida profitable series to the aplantification include do TABAS, que Liver and considering, dis, arts, 1°4 III, limited, die Lee' 32833, de 2000, arts, 123, include, x + 26-d de interglais formative 879 or 2.111, de 2021.
1	On bear many or empressed On bear many or empressed On bear many or empressed On a trible description Version to Version Versio	Note 5	# 51 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20	Closed a discuss series d a CCT. Extration is such hear an reading day supposed a rida profitable series to the aplantification include do TABAS, que Liver and considering, dis, arts, 1°4 III, limited, die Lee' 32833, de 2000, arts, 123, include, x + 26-d de interglais formative 879 or 2.111, de 2021.
8	On bear many or empressed On bear many or empressed On bear many or empressed On the title description Nation to title VALO MERITANI TO SELECT LINE Description of the title description Description	Neta 3	# 11 0 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Closed a discuss series d a CCT. Extration is such hear an reading day supposed a rida profitable series to the aplantification include do TABAS, que Liver and considering, dis, arts, 1°4 III, limited, die Lee' 32833, de 2000, arts, 123, include, x + 26-d de interglais formative 879 or 2.111, de 2021.
8	Of house manufact empregation (programming land and programming land an	Place 3 Percentual 2.005, 2.0	# 1 10 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Closed a decrea series d a CCT. Extratal is some have no reaction, des suppris der vide profusions non sold as plantifunctional regions de 1000000, que series de 100000000000000000000000000000000000
8	On bottom consider a management of the control of t	Place 3 Percentual 2.005, 2.0	# 11 2 00 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Closed a decrea series d a CCT. Extratal is some have no reaction, des suppris der vide profusions non sold as plantifunctional regions de 1000000, que series de 100000000000000000000000000000000000
8	Consideration and processes of the control of the c	Place 3 Percentual 2.005, 2.0	# 11 0 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Closed a decrea series d a CCT. Extratal is some have no reaction, des suppris der vide profusions non sold as plantifunctional regions de 1000000, que series de 100000000000000000000000000000000000
8	On bottom consider a management of the control of t	Place 3 Percentual 2.005, 2.0	# 11 2 00 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	Closed a decrea series d a CCT. Extratal is some have no reaction, des suppris der vide profusions non sold as plantifunctional regions de 1000000, que series de 100000000000000000000000000000000000
8	Consideration and processed of the control of the c	Place 3 Percentual 2.005, 2.0	# 11 0 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Closed a decrea series d a CCT. Extratal is some have no reaction, des suppris der vide profusion in misster an incident de NASAN, que Liver and commission, die, arti, 1° 8.15, incides, die is of 9.2.833, de 2000, arti, 123, incides, x, +104 de incidegie formativa 95 or 7.2.213, de 2021.
8	On bottom consist per empregation of the consistency of the consistenc	Note 3 Percentual 2 (20%) 2 (20%) 3 (20%) 5	# 11 0 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Closed a decrea series d a CCT. Extratal is some have no reaction, des suppris der vide profusion in misster an incident de NASAN, que Liver and commission, die, arti, 1° 8.15, incides, die is of 9.2.833, de 2000, arti, 123, incides, x, +104 de incidegie formativa 95 or 7.2.213, de 2021.
8	Consideration and processes of the control of the c	Note 3	# 11 0 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Closed a decrea series d a CCT. Extratal is some have no reaction, des suppris der vide profusion in misster an incident de NASAN, que Liver and commission, die, arti, 1° 8.15, incides, die is of 9.2.833, de 2000, arti, 123, incides, x, +104 de incidegie formativa 95 or 7.2.213, de 2021.
# 2	On John Homel on Improved the Control of the Contro	Note 5	# 11 0 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Closed a decrea series d a CCT. Extratal is some have no reaction, des suppris der vide profusion in misster an incident de NASAN, que Liver and commission, die, arti, 1° 8.15, incides, die is of 9.2.833, de 2000, arti, 123, incides, x, +104 de incidegie formativa 95 or 7.2.213, de 2021.
# 2	Consideration and processes of the control of the c	Note 5	# 11 0 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	Closed a decrea series d a CCT. Extratal is some have no reaction, des suppris der vide profusion in misster an incident de NASAN, que Liver and commission, die, arti, 1° 8.15, incides, die is of 9.2.833, de 2000, arti, 123, incides, x, +104 de incidegie formativa 95 or 7.2.213, de 2021.

					VAI	LORES DE REFERÊN	ICIA
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. CONTRATUAL (A)	VALOR UNITÁRIO	VALOR MEDIANO UNITÁRIO	VALOR MEDIANO CONTRATUAL	VALOR MEDIANO MENSAL
					(B)	(C = B * A)	(D = C / 24)
	UNIFORMES POR	VIGILANTE					
				R\$ 115.96			
1	Calça comprida padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	2	R\$ 104.15	R\$ 104.15	R\$ 208.30	R\$ 8.68
				R\$ 80.40			
	Camisa de manga curta, padronizada e com identificação da empresa padrão do			R\$ 48.74			
2	mercado/empresas de vigilância	UND	2	R\$ 44.41	R\$ 48.74	R\$ 97.48	R\$ 4.06
				R\$ 56.64			
				R\$ 80.18			
3	Cinto padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	1	R\$ 79.99	R\$ 80.18	R\$ 80.18	R\$ 3.34
				R\$ 82.11			
				R\$ 12.42			
4	Par de meias padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	2	R\$ 8.31	R\$ 10.44	R\$ 20.88	R\$ 0.87
				R\$ 10.44			
				R\$ 262.63			
5	Par de coturno (bota) padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	1	R\$ 208.20	R\$ 208.20	R\$ 208.20	R\$ 8.68
				R\$ 176.63			
				R\$ 23.69			
6	Boné / Quepe padrão do mercado/empresas de vigilância com identificação da empresa	UND	1	R\$ 27.06	R\$ 27.06	R\$ 27.06	R\$ 1.13
	empresa			R\$ 45.62			
				R\$ 5.44			
7	Crachá de identificação	UND	1	R\$ 4.95	R\$ 5.44	R\$ 5.44	R\$ 0.23
				R\$ 5.47			
				R\$ 16.24			
8	Apito com cordão	UND	1	R\$ 20.57	R\$ 20.57	R\$ 20.57	R\$ 0.86
				R\$ 22.05			
			VA	LOR MENSAL D	E UNIFORMES F	POR EMPREGADO	R\$ 27.84

					VA	LORES DE REFERÊ	NCIA
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. CONTRATUAL (A)	VALOR UNITÁRIO	VALOR MEDIANO UNITÁRIO (B)	VALOR MEDIANO CONTRATUAL (C = B * A)	VALOR MEDIANO MENSAL (D = C / 24)
	ITENS E EPI	s - PATU			(-)	(0 - 1.)	(= -,,
				R\$ 60.52			
1	Tonfa em fibra – 40cm	UND	2	R\$ 41.61	R\$ 43.90	R\$ 87.80	R\$ 3.66
				R\$ 43.90			
				R\$ 38.96			
2	Porta cassetete padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	2	R\$ 29.93	R\$ 29.93	R\$ 59.86	R\$ 2.49
				R\$ 27.63			
				R\$ 62.98			
3	Cinto de guarnição padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	5	R\$ 64.32	R\$ 63.72	R\$ 318.60	R\$ 13.28
				R\$ 63.72			
				R\$ 30.35			
4	Capa de chuva em pvc, com capuz, impermeável e reutilizável	UND	1	R\$ 36.09	R\$ 30.75	R\$ 30.75	R\$ 1.28
				R\$ 30.75			
	Radio comunicador móvel e portátil, tipo 'talk about', alcance mínimo de 02			R\$ 108.26			
5	quilômetros em campo aberto, que não necessite de licença para operação de radiofrequência junto à ANATEL e alimentação através de pilhas/baterias	UND	2	R\$ 90.84	R\$ 108.26	R\$ 216.52	R\$ 9.02
	recarregáveis (fornecimento constante)			R\$ 115.16			
				R\$ 90.26			
6	Lanterna tática de longo alcance, LED recarregável e 1.200 lumens de iluminação	UND	1	R\$ 117.08	R\$ 98.73	R\$ 98.73	R\$ 4.11
				R\$ 98.73			
				R\$ 20.61			
7	Livro ata, capa dura, sem margem, 100 folhas numeradas	UND	1	R\$ 21.41	R\$ 21.41	R\$ 21.41	R\$ 0.89
				R\$ 22.08			
				R\$ 720.64			
8	Kit controlador de ronda com bastão contendo no mínimo 3 botões	UND	1	R\$ 678.57	R\$ 699.61	R\$ 699.61	R\$ 29.15
	AL CONTROLLEGI DE FONDE CONTROLLEGIO NO MINIMINO S DOLOES	UND	1	R\$ 815.97	10,055.01	10.550 ¢7	NJ 23.13
				R\$ 637.02			
				VALOR	DE REFERÊNCIA	A TOTAL MENSAL	R\$ 63.89
					QUANTIDADE [DE EMPREGADOS	5
			VAI	OR MENSAL DI	E ITENS e EPIs P	OR EMPREGADO	R\$ 12.78

					VA	LORES DE REFERÊ	NCIA					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. CONTRATUAL (A)	VALOR UNITÁRIO	VALOR MEDIANO UNITÁRIO	MEDIANO UNITÁRIO MEDIANO CONTRATUAL MENS. (B) (C= B * A) (D = C/ R\$ 43.90 R\$ 131.70 R\$ 5.4 R\$ 29.93 R\$ 89.79 R\$ 3.7 R\$ 63.72 R\$ 573.48 R\$ 23.5 R\$ 30.75 R\$ 61.50 R\$ 2.5 R\$ 108.26 R\$ 324.78 R\$ 13.5 R\$ 98.73 R\$ 197.46 R\$ 8.2	VALOR MEDIANO MENSAL					
					(B)	(C = B * A)	(D = C / 24)					
	ITENS E EPI	ls - ASSU										
				R\$ 60.52								
1	Tonfa em fibra – 40cm	UND	3	R\$ 41.61	R\$ 43.90	R\$ 131.70	R\$ 5.49					
				R\$ 43.90								
				R\$ 38.96								
2	Porta cassetete padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	3	R\$ 29.93	R\$ 29.93	R\$ 89.79	R\$ 3.74					
				R\$ 27.63								
				R\$ 62.98								
3	Cinto de guarnição padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	9	R\$ 64.32	R\$ 63.72	R\$ 573.48	R\$ 23.90					
				R\$ 63.72								
				R\$ 30.35								
4	Capa de chuva em pvc, com capuz, impermeável e reutilizável	UND	2	R\$ 36.09	R\$ 30.75	R\$ 61.50	R\$ 2.56					
				R\$ 30.75								
	Radio comunicador móvel e portátil, tipo 'talk about', alcance mínimo de 02							R\$ 108.26	R\$ 108.26			
5	quilômetros em campo aberto, que não necessite de licença para operação de radiofrequência junto à ANATEL e alimentação através de pilhas/baterias	UND	3	R\$ 90.84	R\$ 108.26	R\$ 324.78	R\$ 13.53					
	recarregáveis (fornecimento constante)			R\$ 115.16								
				R\$ 90.26								
6	Lanterna tática de longo alcance, LED recarregável e 1.200 lumens de iluminação	UND	2	R\$ 117.08	R\$ 98.73	R\$ 197.46	R\$ 8.23					
				R\$ 98.73								
				R\$ 20.61								
7	Livro ata, capa dura, sem margem, 100 folhas numeradas	UND	1	R\$ 21.41	R\$ 21.41	R\$ 21.41	R\$ 0.89					
				R\$ 22.08								
				R\$ 720.64								
8	Kit controlador de ronda com bastão contendo no mínimo 3 botões	UND	2	R\$ 678.57	R\$ 699.61	R\$ 1,399.22	R\$ 58.30					
Ŭ	2 3 Bottoes	0.15		R\$ 815.97	055.01	1,5551.22	50.55					
				R\$ 637.02								
				VALOR	DE REFERÊNCIA	A TOTAL MENSAL	R\$ 116.64					
					QUANTIDADE D	DE EMPREGADOS	9					
			VAL	OR MENSAL DE	ITENS e EPIs P	OR EMPREGADO	R\$ 12.96					

						VA	LORES DE REFERÉ	NCIA
	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. CONTRATUAL (A)	VALOR UNITÁRIO	VALOR MEDIANO UNITÁRIO (B)	VALOR MEDIANO CONTRATUAL (C = B * A)	VALOR MEDIANO MENSAL (D = C / 24)
	ITENS E EPIS - CAICÓ							
Г	_				R\$ 60.52			

1	Tonfa em fibra – 40cm	UND	4	R\$ 41.61	R\$ 43.90	R\$ 175.60	R\$ 7.32
				R\$ 43.90			
				R\$ 38.96			
2	Porta cassetete padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	4	R\$ 29.93	R\$ 29.93	R\$ 119.72	R\$ 4.99
				R\$ 27.63			
				R\$ 62.98			
3	Cinto de guarnição padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	13	R\$ 64.32	R\$ 63.72	R\$ 828.36	R\$ 34.52
				R\$ 63.72			
				R\$ 30.35			
4	Capa de chuva em pvc, com capuz, impermeável e reutilizável	UND	3	R\$ 36.09	R\$ 30.75	R\$ 92.25	R\$ 3.84
				R\$ 30.75			
	Radio comunicador móvel e portátil, tipo 'talk about', alcance mínimo de 02			R\$ 108.26			
5	quilômetros em campo aberto, que não necessite de licença para operação de radiofrequência junto à ANATEL e alimentação através de pilhas/baterias	UND	4	R\$ 90.84	R\$ 108.26	R\$ 433.04	R\$ 18.04
	recarregáveis (fornecimento constante)			R\$ 115.16			
				R\$ 90.26			
6	Lanterna tática de longo alcance, LED recarregável e 1.200 lumens de iluminação	UND	3	R\$ 117.08	R\$ 98.73	R\$ 296.19	R\$ 12.34
				R\$ 98.73			
				R\$ 20.61			
7	Livro ata, capa dura, sem margem, 100 folhas numeradas	UND	2	R\$ 21.41	R\$ 21.41	R\$ 42.82	R\$ 1.78
				R\$ 22.08			
				R\$ 720.64			
	When the lades do not be 180 and a section of the 180 and 180			R\$ 678.57	PĆ 600 6:	PÉ 2 000 62	DÓ 07 45
8	Kit controlador de ronda com bastão contendo no mínimo 3 botões	UND	3	R\$ 815.97	R\$ 699.61	R\$ 2,098.83	R\$ 87.45
				R\$ 637.02			
				VALOR	DE REFERÊNCIA	A TOTAL MENSAL	R\$ 170.28
					QUANTIDADE [DE EMPREGADOS	13
			VA	OR MENSAL DE	ITENS e EPIs P	OR EMPREGADO	R\$ 13.10

					VA	LORES DE REFERÊ	NCIA	
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. CONTRATUAL (A)	VALOR UNITÁRIO	VALOR MEDIANO UNITÁRIO (B)	VALOR MEDIANO CONTRATUAL (C = B * A)	VALOR MEDIANO MENSAL (D = C / 24)	
	ITENS E EPIS - PAU DOS FERROS							
				R\$ 60.52				
1	Tonfa em fibra – 40cm	UND	3	R\$ 41.61	R\$ 43.90	R\$ 131.70	R\$ 5.49	
				R\$ 43.90				
				R\$ 38.96				
2	Porta cassetete padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	3	R\$ 29.93	R\$ 29.93	R\$ 89.79	R\$ 3.74	
				R\$ 27.63				
				R\$ 62.98		DĆ 573 40		
3	Cinto de guarnição padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	9	R\$ 64.32	R\$ 63.72	R\$ 573.48	R\$ 23.90	
				R\$ 63.72				
				R\$ 30.35				
4	Capa de chuva em pvc, com capuz, impermeável e reutilizável	UND	2	R\$ 36.09	R\$ 30.75	R\$ 61.50	R\$ 2.56	
				R\$ 30.75				
	Radio comunicador móvel e portátil, tipo 'talk about', alcance mínimo de 02			R\$ 108.26				
5	quilômetros em campo aberto, que não necessite de licença para operação de radiofrequência junto à ANATEL e alimentação através de pilhas/baterias	UND	3	R\$ 90.84	R\$ 108.26	R\$ 324.78	R\$ 13.53	
	recarregáveis (fornecimento constante)			R\$ 115.16				
				R\$ 90.26				
6	Lanterna tática de longo alcance, LED recarregável e 1.200 lumens de iluminação	UND	2	R\$ 117.08	R\$ 98.73	R\$ 197.46	R\$ 8.23	
				R\$ 98.73				
				R\$ 20.61				
7	Livro ata, capa dura, sem margem, 100 folhas numeradas	UND	1	R\$ 21.41	R\$ 21.41	R\$ 21.41	R\$ 0.89	
				R\$ 22.08				
				R\$ 720.64				
8	Kit controlador de ronda com bastão contendo no mínimo 3 botões	UND	2	R\$ 678.57	R\$ 699.61	R\$ 1,399.22	R\$ 58.30	
				R\$ 815.97		. ,		
				R\$ 637.02				
						A TOTAL MENSAL	R\$ 116.64	
					•	DE EMPREGADOS	9	
			VAL	OR MENSAL DI	E ITENS e EPIs P	OR EMPREGADO	R\$ 12.96	

					VA	LORES DE REFERÊ	RES DE REFERÊNCIA	
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. CONTRATUAL (A)	VALOR UNITÁRIO	VALOR MEDIANO UNITÁRIO	VALOR MEDIANO CONTRATUAL	VALOR MEDIANO MENSAL	
					(B)	(C = B * A)	(D = C / 24)	
	ITENS E EPIS - NATAL							
				R\$ 60.52				
1	Tonfa em fibra – 40cm	UND	8	R\$ 41.61	R\$ 43.90	R\$ 351.20	R\$ 14.63	
				R\$ 43.90				
				R\$ 38.96				
2	Porta cassetete padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	8	R\$ 29.93	R\$ 29.93	R\$ 239.44	R\$ 9.98	
				R\$ 27.63				
				R\$ 62.98				

3	Cinto de guarnição padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	32	R\$ 64.32	R\$ 63.72	R\$ 2,039.04	R\$ 84.96
				R\$ 63.72			
				R\$ 30.35			
4	Capa de chuva em pvc, com capuz, impermeável e reutilizável	UND	8	R\$ 36.09	R\$ 30.75	R\$ 246.00	R\$ 10.25
				R\$ 30.75			
	Radio comunicador móvel e portátil, tipo 'talk about', alcance mínimo de 02			R\$ 108.26			
5	quilômetros em campo aberto, que não necessite de licença para operação de radiofrequência junto à ANATEL e alimentação através de pilhas/baterias	UND	8	R\$ 90.84	R\$ 108.26	R\$ 866.08	R\$ 36.09
	recarregáveis (fornecimento constante)			R\$ 115.16			
				R\$ 90.26			
6	Lanterna tática de longo alcance, LED recarregável e 1.200 lumens de iluminação	UND	8	R\$ 117.08	R\$ 98.73	R\$ 789.84	R\$ 32.91
				R\$ 98.73			
				R\$ 20.61			
7	Livro ata, capa dura, sem margem, 100 folhas numeradas	UND	1	R\$ 21.41	R\$ 21.41	R\$ 21.41	R\$ 0.89
				R\$ 22.08			
				R\$ 720.64			
8	Kit controlador de ronda com bastão contendo no mínimo 3 botões	UND	8	R\$ 678.57	R\$ 699.61	R\$ 5.596.88	RŚ 233.20
Ů	AL CONTINUADO DE FONDA COM DESTAD CONTENIDO NO MINIMINO S DOLDES	OND	٥	R\$ 815.97	11,035.01	11,000.00	N. 233.20
				R\$ 637.02			
VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL MENSAL							R\$ 422.91
QUANTIDADE DE EMPREGADOS						32	
			VA	LOR MENSAL DE	ITENS e EPIs P	OR EMPREGADO	R\$ 13.22

				VALORES DE REFERÊN VALOR VALOR MEDIANO MEDIANO CONTRATUAL (B)		NCIA			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. CONTRATUAL (A)	ATUAL VALOR MEDIANO MEDIANO	VALOR MEDIANO MENSAL				
					(B)	(C = B * A)	(D = C / 24)		
	ITENS E EPIs - MOSSORÓ (COMU	JM A TODOS	OS VIGILANT	TES)					
				R\$ 60.52					
1	Tonfa em fibra – 40cm	UND	27	R\$ 41.61	R\$ 43.90	R\$ 1,185.30	R\$ 49.39		
				R\$ 43.90					
				R\$ 38.96					
2	Porta cassetete padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	27	R\$ 29.93	R\$ 29.93	R\$ 808.11	R\$ 33.67		
				R\$ 27.63					
				R\$ 62.98					
3	Cinto de guarnição padrão do mercado/empresas de vigilância	UND	106	R\$ 64.32	R\$ 63.72	R\$ 6,754.32	R\$ 281.43		
				R\$ 63.72					
				R\$ 30.35					
4	Capa de chuva em pvc, com capuz, impermeável e reutilizável	UND	27	R\$ 36.09	R\$ 30.75	R\$ 830.25	R\$ 34.59		
				R\$ 30.75					
	Radio comunicador móvel e portátil, tipo 'talk about', alcance mínimo de 02			R\$ 108.26					
5	quilômetros em campo aberto, que não necessite de licença para operação de radiofrequência junto à ANATEL e alimentação através de pilhas/baterias	UND	27	R\$ 90.84	R\$ 108.26	R\$ 2,923.02	R\$ 121.79		
	recarregáveis (fornecimento constante)			R\$ 115.16					
				R\$ 90.26					
6	Lanterna tática de longo alcance, LED recarregável e 1.200 lumens de iluminação	UND	27	R\$ 117.08	R\$ 98.73	R\$ 2,665.71	R\$ 111.07		
				R\$ 98.73					
				R\$ 20.61					
7	Livro ata, capa dura, sem margem, 100 folhas numeradas	UND	7	R\$ 21.41	R\$ 21.41	R\$ 149.87	R\$ 6.24		
				R\$ 22.08	1				
				R\$ 720.64					
				R\$ 678.57					
8	Kit controlador de ronda com bastão contendo no mínimo 3 botões	UND	25	R\$ 815.97	R\$ 699.61	R\$ 17,490.25	R\$ 728.76		
				R\$ 637.02					
	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL MENSAL						R\$ 1,366.95		
QUANTIDADE DE EMPREGADOS						106			
			VAL	OR MENSAL DI	E ITENS e EPIs P	OR EMPREGADO	R\$ 12.90		
							NY 12.50		

				VA	NCIA		
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. CONTRATUAL (A)	VALOR UNITÁRIO	VALOR MEDIANO UNITÁRIO	VALOR MEDIANO CONTRATUAL	VALOR MEDIANO MENSAL
					(B)	(C = B * A)	(D = C / 24)
	ITENS E EPIs - MOSSORÓ (APENA	S VIGILANTE	S MOTORIZA	DOS)			
				R\$ 103.53			
9	Capacete injetado em ABS de alto impacto, forro antialérgico e cinta jugular com sistema de fecho micrométrico	UND	2	R\$ 135.68	R\$ 103.53	R\$ 207.06	R\$ 8.63
				R\$ 96.11			
	Motocicleta tipo 'on/off road', motor monocilíndrico de no mínimo de 124			R\$ 19,989.57			
10	cilindradas – 4 tempos, pneus de uso misto (para terrenos com e sem pavimentação), suspensão dianteira de curso longo – telescópico/180mm,	UND	2	R\$ 22,776.12	R\$ 11,388.06	R\$ 22,776.12	R\$ 949.01
	suspensão traseira monoamortecida ou 'monocross', (com giroflex e fornecimento			R\$ 22,954.96			
	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL MENSAL						R\$ 957.63
QUANTIDADE DE EMPREGADOS						8	
			VAI	LOR MENSAL DE	ITENS e EPIs P	OR EMPREGADO	R\$ 119.70

PROCESSO Nº: 04410035.001461/2025-42

Prestação de serviços terceirizados de vigilância e vigilância motorizada, preventiva e

contínua, com fornecimento de mão de obra e regime de dedicação exclusiva e eventual, OBJETO:

equipamentos de EPIs e equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, a

serem executados nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal.

Planilha: Despesas adm. e lucro

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DESPESAS ADMINISTRATIVAS (por similario		ERCENTUAL (%	MEDIANA DO PERCENTUAL UNITÁRIO
		1) Pregão № 90001- 2024 / UASG: 90004	3.32%	
1	Vigilância desarmada noturna 12x36h; 3) Vigilância desarmada diurna 44h; 4) Vigilância motorizada desarmada diurna	2) Pregao Nº: Pregao Nº: 90528-2024 / UASG: 158137	2.52%	2.90%
	12x36h; 5) Vigilância motorizada desarmada noturna 12x36h	3) Pregão № 90008- 2025 / UASG: 925538	2.90%	2.90%

	LUCRO (por similaridade para todos os cargos)						
	1) Vigilância desarmada diurna 12x36h; 2)	1) Pregão № 90001- 2024 / UASG: 90004	3.35%				
1	Vigilaticia acsarrilada alarria ++11, +1	2) Pregao №: 90528- 2024 / UASG: 158137	1.00%	2.89%			
	12x36h; 5) Vigilância motorizada desarmada noturna 12x36h	3) Pregão № 90008- 2025 / UASG: 925538	2.89%				

Fonte consultada	Fonte consultada
1) Pregão № 90001-2024 / UASG: 90004	2) Pregao №: 90528-2024 / UASG: 158137
Órgão: Poder Judiciário Feral / Justiça Federal de 1ª	Órgão: Ministério da Educação / Instituto Federal de
Instância do Maranhão - MA	Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais -
Empresa vencedora: AJP EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.	Empresa vencedora: ALGIZ VIGILÂNCIA E SEGURANCA
	EIRELI
Cargo referência: Vigilante 44h semanais	Cargo referência: Vigilante 12x36 diúrno
Data: 14/02/2025	Data: 07/01/2025
Portal:	Portal:
https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-	https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-
web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-	web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-
1?compra=09000405900012024	1?compra=15813705905282024
Acesso em: 07/08/2025	Acesso em: 08/08/2025
Fonte consultada	
3) Pregão № 90008-2025 / UASG: 925538	
Órgão: Estado do Rio Grande do Norte / Secretaria de	
Estado de Administração e Dos Recursos Humanos	
Empresa Vencedora: NEUTRON SEGURANCA PRIVADA LTDA	
Cargo referência: Vigilante Desarmado 12x36h diúrno	
Data: 20/03/2025	
Portal:	
https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-	
web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-	
1?compra=92553805900082025	
Acesso em: 07/08/2025	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210 Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://portal.uern.br/

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 04410035.001461/2025-42

Unidade Gestora: [digite aqui a sigla da unidade gestora]

CONTRATO	ADMINISTRATIV	O N	<u>o</u>	/202	5-FUI	ERN,	QUE	F/	AZEM	ENT	RE	SI	1
FUNDAÇÃO	UNIVERSIDADE	DO	ESTADO	DO	RIO	GRAI	NDE	DO	NORT	E –	FUE	RN	

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação para prestação de serviços terceirizados de vigilância e vigilância motorizada, preventiva e contínua, com fornecimento de mão de obra e regime de dedicação exclusiva e eventual, equipamentos de EPIs e equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, a serem executados nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação
 - 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 2. CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados do dia 05 de dezembro de 2025 ou outra data expressamente autorizada pela contratante, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14 133, de 2021
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Condições de execução

- 3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 3.1.1. Início da execução do objeto: Como indica o item 1.3 acima a execução contratual deve iniciar-se em 05 de dezembro de 2025, junto com a vigência contratual; contudo, caso se faça forçoso à Administração começar antes da data prevista, o início da execução do contrato deve ocorrer mediante expressa Autorização da Contratante à Contratada em documento que autorize o início da execução, reservando-se à contratada o prazo mínimo de até 5 (cinco) dias entre o recebimento do documento que a autorize e a efetiva prestação dos serviços.
- 3.2. Os mecanismos de comunicação entre a UERN e a prestadora de serviços serão, preferencialmente e-mail e contatos telefônicos, previamente informados.
- 3.3. A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento de todas as correspondências eletrônicas (e-mail) recebidas da CONTRATANTE.
- 3.4. A CONTRATADA ficará ciente de que a confirmação de recebimento automático (cadastrada no e-mail) de correspondências eletrônicas recebidas da CONTRATANTE também confirma/configura o seu recebimento.
- 3.5. Descrição sumária do que se espera ser realizado pela empresa:
- a) Contratação de posto de trabalho de vigilante para vigiar dependências de áreas públicas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos e outras irregularidades, com ou sem utilização de motocicleta conforme o caso;
 - b) Disponibilizar os trabalhadores para a prestação dos serviços;
 - c) Realizar o quantitativo de rondas/patrulhas em pontos/rotas demarcados pela administração;
- d) Controlar o acesso de pessoas/usuários, fornecedores e comunidade usuária, bem como de veículos em geral no Campus Central e demais Campi e prédios, principalmente em horários de menos movimento, com registro das movimentações da comunidade externa;
 - e) Abrir e fechar os portões de acesso ao Campus Central e demais *Campi* e prédios, por conveniência da administração, e horários indicados;
 - f) Ligar, monitorar e desligar o sistema de monitoramento, se necessário, e se demandado;
 - g) Manter um livro de registro diário;
 - h) Acionar a iluminação externa/pátio, se houver;
 - i) Comunicar ao fiscal de contrato sobre ocorrências, respeitando a ética profissional;
 - j) Fazer registro da entrada de veículo de carga em planilha específica, se demandado;
 - k) Guardar chaves de alguns setores quando solicitados, em claviculários instalados, quando for o caso, anotação da retirada e da entrega, colhimento da assinatura do responsável em planilha específica;
 - I) Horário de troca do pessoal: 6h e às 18h;
 - m) Outras demandas compatíveis ao posto de acordo com a CCT utilizada.

Local e horário da prestação dos serviços

- 3.6. Os serviços serão executados nas dependências da UERN, nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal, nos endereços indicados abaixo:
 - 3.6.1. SEDE: Mossoró/RN
 - a) Campus Central Av. Francisco Mota, nº 572 Presidente Costa e Silva.
 - b) Edifício Epílogo de Campos Praça Miguel Faustino, s/n Centro.
 - c) Faculdade de Enfermagem Rua Dionísio Filgueira, nº 383 Centro.
 - d) Faculdade de Ciências da Saúde Rua Atirador Miguel Antônio da Silva Neto, s/n, Aeroporto.
- e) Núcleo de Prática Jurídica/Arquivo Central Avenida Rio Branco, nº 1902 Centro.

- f) Reitoria Rua Almino Afonso, nº 478 Centro.
- g) Associação Cultural e Esportiva Universitária (ACEU) Rua Dr. Mário Negócio, nº 58-120 Centro.
- h) Almoxarifado Av. Lauro Monte, nº 340 Abolição.
- 3.6.2. SEDE: Natal/RN
 - a) Campus Avançado de Natal Av. Dr. João Medeiros Filho, nº 3419 Potengi (Zona Norte).
- 3.6.3. SEDE: Assu/RN
 - a) Campus Avançado de Assu Rua Sinhazinha Wanderley, nº 871, Centro.
- 3.6.4. SEDE: Caicó/RN
 - a) Campus Avançado de Caicó Av. Rio Branco, nº 725 Centro.
 - b) Clínicas Odontológicas Rua André Sales, nº 667 Paulo XI.
- 3.6.5. SEDE: Pau dos Ferros/RN
 - a) Campus Avançado de Pau dos Ferros BR 405, Km 3, Arizona.
- 3.6.6. SEDE: Patu/RN
 - a) Campus Avançado de Patu Rua Lauro Maia, s/n Centro.
- 3.7. Nas cidades de Mossoró e Natal: Os serviços serão executados através de postos fixos, e funcionarão ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, cada posto envolvendo 02 (dois) vigilantes, com ou sem utilização de motocicleta, em escala de 12 horas de serviço por 36 de folga (12x36).
- 3.8. Nas cidades de Assu, Caicó, Pau dos Ferro e Patu: Os serviços serão executados através de postos fixos, e funcionarão de duas formas:
 - a) Ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, cada posto envolvendo 02 (dois) vigilantes, em escala de 12 horas de serviço por 36 de folga (12x36);
 - b) Funcionando por dia, de segunda à sábado, inclusive feriados, com posto envolvendo 01 (um) vigilante, com 44 horas de serviço.
- 3.9. Requisitos da contratação:
 - 3.9.1. Fornecer mão de obra qualificada para o serviço, na quantidade pactuada em contrato, a fim de garantir a sua perfeita execução, distribuídos conforme orientação da CONTRATANTE.
 - 3.9.2. Atender todos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista previstos na Lei nº 14.133/21.
 - 3.9.3. Indicar a CCT a que se refere a Proposta, devidamente registrada no Ministério do Trabalho.
 - 3.9.4. Possuir qualificação econômico-financeira que contemple todos os itens da licitação.
 - 3.9.5. Atender todas as exigências previstas no processo licitatório.
 - 3.9.6. Alocar os empregados observando as descrições dos cargos, as atribuições e os requisitos de grau de instrução, exigências legais, experiências, conhecimentos e habilidades.
- 3.10. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), assim identificadas por órgão demandante é:

CBO - Código Brasileiro de Ocupações	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
5173-30 (Vigilante)	Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

- 3.11. Requisitos do profissional dos serviços de vigilância:
 - a) Ser brasileiro, nato ou naturalizado;
 - b) Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
 - c) Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
 - d) Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83;
 - e) Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental;
 - f) Não ter antecedentes criminais registrados;
 - g) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
 - h) Carteira Nacional de Habilitação-CNH, no mínimo na categoria A, para o caso de vigilância motorizada.
- 3.12. Será assegurado ao vigilante:
 - a) Uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;
 - b) Prisão especial por ato decorrente do serviço;
 - c) Seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

Discriminações das atividades a serem executadas por cargo

- 3.13. VIGILANTE DIURNO E NOTURNO (12x36): Postos fixos de vigilantes, funcionando ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, envolvendo 02 (dois) vigilantes desarmados, em escala 12 horas de serviço por 36 horas de folga, por posto, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes, nos prédios e dependências indicadas pela FUERN.
- 3.14. VIGILANTE DIURNO (44h): Postos fixos de vigilantes, funcionando por dia, de segunda à sábado, inclusive feriados, envolvendo 02 (dois) vigilantes desarmados, com 44 horas de serviço, por posto, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes, nos prédios e dependências indicadas pela FUERN.
- 3.15. VIGILANTE DIURNO E NOTURNO (12x36): Postos fixos de vigilantes, funcionando ininterruptamente por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, envolvendo 02 (dois) vigilantes desarmados, em escala 12 horas de serviço por 36 horas de folga, por posto, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes do Campus Central da UERN (Mossoró), através de patrulhamento motorizado desarmado, com a utilização de motocicleta.

Rotinas a serem cumpridas

- 3.16. Na execução contratual os vigilantes alocados para o serviço, deverão executar, entre outras tarefas correlatadas, as seguintes rotinas:
- necessárias
- b) Manter afixado no Posto de Vigilância, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados

a) Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto de Vigilância, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização

- para o melhor desempenho das atividades;

 c) Colaborar e acionar as Polícias Civil e Militar do RN e a Federal, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da CONTRATANTE, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
 - d) Acionar o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e apoiar a prestação dos primeiros socorros às possíveis vítimas;
 - e) Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados por ocasião da vistoria dos ambientes;
 - f) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;
 - g) Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
 - h) Zelar pela apresentação pessoal, mantendo unhas e cabelos limpos e aparados, sapatos e/ou coturnos engraxados, uniforme limpo e bem apresentável;
 - i) Efetuar revista em bolsas ou sacolas, quando conveniente e necessário, solicitando ao transeunte, abrir sua própria bolsa, em abordagem discreta, com polidez e respeito;
 - j) Receber e transmitir, de forma discreta, mensagens via rádio HT;
 - k) Organizar filas e o trânsito no acesso e interior dos prédios e dependências, quando houver necessidade;
 - l) Responsabilizar-se pela guarda, organização e controle das chaves das salas que forem colocadas sob seus cuidados pela CONTRATANTE;
- m) Verificar, diariamente, as portas, janelas, portões, etc., trancando os que forem encontrados abertos e desligando o ar-condicionado ao final do horário de aula, caso tenha sido deixado ligado, registrando a ocorrência em livro próprio, salvo instrução em contrário;
 - n) Acionar a iluminação dos pontos predeterminados pela CONTRATANTE e verificar se todas as demais luzes do prédio se encontram desligadas;
- o) Efetuar vistoria em todo o ambiente do posto quando da troca de turno, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível e de fácil leitura, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda;
- p) Controlar e acompanhar a circulação de veículos e pessoas, especialmente em horários além do funcionamento normal do setor, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, placa, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, agindo de modo preventivo a fim de evitar riscos à segurança do patrimônio e das pessoas;
- q) Controlar e acompanhar movimentação de materiais e equipamentos, observando que os bens patrimoniais de propriedade da CONTRATANTE, só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Materiais, após serem vistoriados, sendo imprescindível a sua descrição e número do Patrimônio;
 - r) Acompanhar e revistar a saída de lixo e entulhos;
 - s) Preencher corretamente quaisquer formulários de controle, na forma orientada pela CONTRATANTE;
 - t) Apresentar postura impecável, o que significa não se encostar a paredes e pontos de apoio, evitar as mãos nos bolsos, bem como permanecer de costas para o público;
 - u) Ajudar aos portadores de deficiência física na locomoção quando do acesso e trânsito pelo prédio do órgão, inclusive no que diz respeito ao desembarque de viaturas;

v) Proibir a colocação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita nos muros e paredes do órgão, sem a prévia autorização do responsável;

w) Impedir, pelos meios necessários, a circulação de animais de médio e grande porte no interior dos prédios e estruturas da FUERN, a fim de garantir a segurança e integridade pessoal e material da instituição;

x) Garantir a ordem e obediência quanto à organização e fluxo do trânsito de pessoas e veículos nos campi e órgãos da FUERN;

y) Atender demandas de setores relativas a reforço localizado de vigilância no âmbito da FUERN, de forma momentânea e em situações excepcionais devidamente justificadas, no interesse do serviço, desde que não incorra em prejuízo às rotinas ordinárias do serviço e da execução como um todo;

z) Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto de Vigilância, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;

aa) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

ab) Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros:

ac) Executar a(s) ronda(s) diária(s) em todas as áreas, nas dependências interna e externa, quando for o caso, conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, vias de acesso, corredores, garagem e pátios, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da segurança e tranquilidade dos ambientes, em especial às assinaladas pela Administração, onde deverão acionar o botão de ronda, no mínimo, 12 (doze) vezes por turno.

ad) Se adaptar e se integrar, conforme a necessidade, a sistemas de segurança eletrônicos e alarmes que a CONTRATANTE possua ou venha a possuir;

ae) Não se ausentar do posto de serviço, salvo por situação justificada e no interesse do serviço;

af) Utilizar telefone (fixo ou móvel) apenas no estrito interesse do serviço, quando autorizado pela CONTRATANTE;

ag) Se abster de conversas e relações interpessoais não relacionadas a sua tarefa no seu posto de serviço, a fim de evitar distrações que venham a prejudicar o serviço;

ah) Zelar pela ordem, segurança e limpeza no seu local de trabalho;

ai) Cumprir programação dos serviços feita pela Administração, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;

aj) Participar de treinamentos regulares e atualizações sobre práticas de segurança e procedimentos operacionais.

3.17. Os vigilantes alocados para o serviço de VIGILANTE DIURNO E NOTURNO (12x36), deverão executar, entre outras tarefas correlatadas, as seguintes rotinas:

a) Realizar patrulhas regulares e sistemáticas nas áreas designadas, utilizando motocicleta;

b) Monitorar e observar o entorno das instalações, identificando e reportando qualquer atividade suspeita ou anormal;

c) Verificar e registrar a entrada e saída de pessoas e veículos nas áreas sob vigilância;

d) Controlar o acesso a áreas restritas, conforme as instruções específicas fornecidas;

e) Reagir rapidamente a alarmes, incidentes ou emergências, e tomar as medidas iniciais necessárias até a chegada de suporte adicional, se necessário;

f) Comunicar qualquer ocorrência relevante ao centro de controle, se houver, ou à equipe responsável;

g) Manter comunicação constante com a central de monitoramento, se houver, e outros membros da equipe de vigilância.

h) Elaborar e submeter relatórios regulares sobre atividades realizadas, incidentes observados e outras informações pertinentes;

i) Realizar a manutenção básica das motocicletas e equipamentos de comunicação, assegurando que estejam em boas condições de funcionamento;

j) Reportar qualquer necessidade de manutenção ou reparo à CONTRATADA;

k) Fornecer informações e assistência básica ao público, conforme necessário;

I) Manter uma postura profissional e cortês em todas as interações

m) Apresentar-se com uniforme padronizado e identificável, conforme normas da empresa de vigilância, bem como a motocicleta deve permanecer em bom estado de conservação, equipada com sistema de comunicação e outros acessórios necessários;

n) Seguir rigorosamente os procedimentos de segurança estabelecidos e as políticas da empresa:

o) Participar de treinamentos regulares e atualizações sobre práticas de segurança e procedimentos operacionais.

3.17.1. As patrulhas/rondas serão realizadas na cidade de Mossoró, nos turnos (manhã, tarde e noite) de acordo com a planilha de estimativo de rondas/patrulhas, Id. <u>33082336</u>.

3.17.2. As patrulhas/rondas devem percorrer nas dependências da UERN a distância mínima de 900 (novecentos) Km/mês por motocicleta, no Campus Central - Mossoró.

Materiais a serem disponibilizados

3.18. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades suficientes à perfeita execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

3.19. Consta na Planilha de Itens, uniformes e EPIs relação de materiais, elencando-se os essenciais e necessários para a execução.

Especificação da garantia do serviço

3.20. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

3.21. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto na Planilha de Itens, Uniformes e EPIs id 33065028.

3.21.1. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, e, quando possível, <mark>sustentáveis ou reciclados.</mark>

3.21.1.1. A empresa deverá comprovar a entrega de 2 (dois) conjuntos de uniformes a cada colaborador, fazendo sua substituição sempre que necessário ou quando solicitado pela fiscalização contratual no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.

3.21.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

3.21.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do origianI para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

A transição entre a atual e a nova empresa deverá ser planejada para evitar descontinuidade dos serviços.

3.23. A nova empresa deverá iniciar as atividades imediatamente após o término do contrato vigente.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por 1 (um) ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do Art. 7º e 117 da Lei nº 14.133/2021.

4.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos acobjeto.

Preposto

4.1.

4.3.

4.8. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

4.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

4.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

4.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

4.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

4.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

4.17. A fiscalização da execução dos serviços pelo Fiscal Técnico e/ou Setorial abrange, ainda, as seguintes rotinas:

4.17.1. Acompanhar in loco a execução de serviço ou a entrega de material, dando recebimento e detalhando as quantidades recebidas e serviços executados, podendo excepcionalmente no caso de ausência do fiscal, esta atribuição ser exercida por outro servidor do quadro efetivo que esteja acompanhando in loco a prestação dos serviços, garantindo que:

a) os equipamentos que recebam o serviço componham comprovadamente o patrimônio da UERN;

b) sejam utilizados todos os materiais, insumos, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, com qualidade e quantidades adequadas ao Contrato, ETP, Termo de Referência e planilha de composição de custos.

- Se inteirar das quantidades, itens, planilha de composição de custos e rotinas operacionais vinculadas ao contrato, mantendo e guardando cópia desses documentos, para fins de controle e fiscalização, não permitindo 4.17.2. que as demandas, serviços e/ou materiais serviços superem as quantidades disponíveis ou estejam em desacordo com contrato.
- Manter contato direto preferencialmente por e-mail ou por telefone e correspondência oficial, com o fornecedor para encaminhamento de questões operacionais relativas ao serviço e às demandas; 4.17.3.
- Solicitar ao fornecedor, por escrito, providências de correção de eventuais falhas, faltas ou imperfeições identificadas, a fim de sanar problemas de execução contratual. 4.17.4.
- Elaborar e executar junto ao fornecedor cronograma de serviços, seguindo prioridades e orientações apontadas pelo gestor do contrato ou por superior hierárquico. 4.17.5.
- Elaborar, emitir e assinar relatórios quantitativos e, quando houver, qualitativo de prestação do serviço, verificando as quantidades fornecidos no período de referência, em consonância com o contrato. 4.17.6.
- No caso de serviços terceirizados, elaborar relatórios de frequência de funcionários, mediante conferência diária e verificação das folhas de registro de ponto/frequência, expedidas pela empresa prestadora do serviço. 4.17.7.
- Emitir e assinar relatórios relativos à medição da qualidade do serviço, quando houver (IMR), mensurando, ao final, o percentual do valor da fatura a ser paga. 4.17.8.
- 4.17.9. Remeter relatórios e toda a documentação probatória relativa a execução técnica do serviço à Fiscalização Administrativa
- Informar a fiscalização administrativa, acerca de ocorrências registradas na execução contratual não resolvidas no âmbito operacional, para fins de notificação formal ao fornecedor. 4.17.10.
- Se reportar ao Gestor de Contrato e, se necessário, à autoridade superior, no caso de dúvidas acerca da execução do serviço que porventura não estejam expressos no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato, possar 4.17.11. extrapolar a sua competência.
- 4.17.12. Controlar, organizar e registrar em documentos adequados os aspectos relativos à execução dos serviços, de modo que seja possível fornecer dados estatísticos acerca dos serviços e propicie a administração o ompanhamento do cronograma de execução.
- A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou 4.18. emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa 4.19 Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022
- 4.20. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial,
- 4.21. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.
- 4.22. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em 4.23. um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 4.24. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 4.25. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 4.26. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 4.28. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 4.28.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso
- 4.28.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 4.28.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso, 4.28.4.
- Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.
- Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa 4.30.
- 4.31. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 4.31.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 4.31.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

- O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, 4.32. solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, 4.33 quando ultrapassar a sua competência.
- ta Sessão, o(s) fiscal (is) de contrato deverão observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32,449, de 2022 4.34
- 4.35 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não aoebas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 4.36
 - 4.36.1. Abrir processos de despesas mensais e estimativas, de modo anterior ao período de execução do serviço, com base em valores previstos em contrato e/ou cota mensal destinada à execução do serviço.
 - 4.36.2. Verificar documentação apresentada pela Fiscalização Técnica, diligenciando em caso de incorreções, solicitando documentos e informações que forem necessárias à comprovação da despesa.
 - Se inteirar de todo o contrato, aditivos, termo de referência, planilha de composição de custos, valores, quantidades, convenção coletiva (no caso de terceirizadas), entre outros, para fins de controle e 4.36.3. amento administrativo do contrato, mantendo cópia desses documentos, sempre atualizados.
 - 4.36.4. Elaborar e registrar em planilhas próprias:
 - a) dados do contrato, com nome de fornecedor, CNPJ, vigência e valor global;
- b) controle de vigência, execução e saldo de contrato, com lançamento de processos abertos, notas fiscais atestadas, valores faturados, data de emissão da nota, período de referência, data do atesto, entre outros, stas informações sempre atualizadas.
 - Controlar todas as informações relativas aos contratos, dando início aos procedimentos de prorrogação, acréscimos e/ou supressões, reajustes e repactuações, mantendo sempre atualizados em planilhas próprias os processos abertos, as quantidades e os valores atualizados.
 - 4.36.6. Após verificação de conformidade, observar disponibilidade orçamentária (confirmação de empenho) e solicitar Nota Fiscal ao fornecedor.
 - No caso de contratos de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra: 4.36.7.
- a) elaborar e preencher relatório mensal administrativo do serviço, COM INFORMAÇÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO, CPF, data de admissão, data de demissão, dados bancários, salário bruto, salário líquido e benefícios, juntando ao relatório de freguência emitido pela fiscalização técnica e anexando ao processo de despesa
- b) verificar se os pagamentos de salários e benefícios realizados pela CONTRATADA estão em conformidade com a convenção coletiva vigente, realizando a comunicação com a empresa prestadora de serviço, para fins de regularização e não aceitando pagamento a menor do que o previsto em convenção e/ou acordo coletivo;
 - c) verificar se os encargos na folha de pagamento estão compatíveis com a planilha de composição de custos vigente da contratada;
 - d) elaborar e preencher relatório mensal de retenção em CONTA VINCULADA, regulada pela Instrução Normativa-SEI Nº 2, de 02 de julho de 2024, juntando no processo de despesa;
- e) elaborar e manter planilhas de controle de retenção de CONTA VINCULADA, por contrato, de forma a ser possível controlar os valores retidos por funcionário, bem como as liberações feitas para cada um destes e o
 - Juntar nos processos de despesas abertos, após a instrução e tramitação inicial: 4.36.8.
 - a) relatório técnico, com os devidos comprovantes do serviço prestado (expedido pela fiscalização técnica);
 - b) comprovante de pagamento dos salários do mês da prestação do serviço (apenas terceirizados);
 - c) comprovante de pagamento dos benefícios (vale-transporte, alimentação ou o que for exigido em convenção coletiva) do mês da prestação do serviço (apenas terceirizados);
 - d) folha de pagamento analítica, com detalhamento nominal dos contracheques dos funcionários;
 - e) relatórios e/ou documentos comprobatórios contendo a relação nominal dos trabalhadores e os encargos trabalhistas de FGTS e INSS (apenas terceirizados);
 - f) comprovante de pagamento de FGTS do mês de prestação do serviço ou da última competência vencida (apenas terceirizados);
 - g) comprovante de pagamento de INSS do mês da prestação de serviço ou da última competência vencida (apenas terceirizados);
- h) relatório mensal administrativo do serviço, COM INFORMAÇÕES DA FOLHA DE PAGAMENTO, constando atestados e faltas, CPF, data de admissão, data de demissão, dados bancários, salário bruto, salário líquido e benefícios (apenas terceirizados):
 - i) relatório mensal de retenção em CONTA VINCULADA (apenas terceirizados);
 - j) certificado de regularidade do FGTS CRF (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
 - k) certidão negativa de débitos trabalhistas CNDT (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
 - l) certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (obter pela internet ou, não sendo possível, solicitar do fornecedor);
 - m) nota fiscal;
 - n) planilha de saldo de contrato.
 - Juntar toda a documentação, expedir, no processo de despesa, despacho ao Gestor do Contrato, informando o valor a ser pago e solicitando atesto da despesa, indicando nota fiscal e relatórios correspondentes e descrevendo eventuais retenções e glosas.
 - Realizar cálculos e memórias de cálculo necessárias a procedimentos iniciais de prorrogação, repactuação, supressões e acréscimos. 4.36.10.

Quando de descumprimentos pelo fornecedor, abrir processos, organizar documentação, redigir notificações, entre outras tarefas administrativas relativas a registro, apuração e aplicação de penalidades por 4.36.11. mento de fornecedor, apontando as cláusulas contratuais/legais de descumprimento e as penalidades aplicáveis previstas em ETP, Termo de Referência e/ou no Contrato. descumpr

4.36.12. Verificar se há sub ou superdimensionamento da produtividade pactuada, comunicando à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

4.36.13. Apresentar ao representante da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada

4.36.14. Manter contato com o fornecedor sobre questões documentais, administrativas e burocráticas relativas ao contrato, diligenciando sempre que necessário com vistas às devidas correções.

4.36.15. Nos casos de empresas terceirizadas, a fiscalização administrativa deve cumprir o que segue abaixo:

a) efetuar fiscalização com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

b) na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

c) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

c.1) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

c.2) carteira de trabalho e Previdência social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

c.3) exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

d) entregar até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

d.1) certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União (CND);

d.2) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

d.3) certidão de regularidade do FGTS (CRF); e

d.4) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

e) entregar, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

e.1) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

e.2) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

e.4) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

e.5) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

f) entregar cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato administrativo, após o último mês de prestação dos serviços, ou no caso de demissão de trabalhador no curso do contrato, esentar no prazo de até 30 (trinta) dias do fato gerador:

f.1) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

e.3) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

f.2) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

f.3) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

f.4) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

g) a CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea "f" acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

h) sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados para início de contrato em relação ao novo funcionário deverão ser apresentados.

i) em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

j) em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

k) o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

4.37.

Sobre a fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

l) a CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade

c) O número de terceirizados por função poderá não coincidir com o previsto no contrato administrativo, nos casos de situações relacionadas aos postos de trabalho cuja execução depende do funcionamento de novos prédios e/ou instalações previstos para ocorrerem durante a vigência do contrato.

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

dias corridos

4.42.

a CONTRATADA:

h) Dentro do primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

h.1) relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g) A empresa deverá comprovar a entrega de 2 (dois) conjuntos de uniformes a cada colaborador, fazendo sua substituição sempre que necessário ou quando solicitado pela fiscalização contratual no prazo de até 30 (trinta)

h.2) CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

h.3) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

h.4) declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

4.38. Sobre a fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.39.

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto/representante da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto/representante.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, uniformes e equipamentos e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

Verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, 4.39.1. concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

Verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada. 4.39.2.

4.40. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados. 4.41

A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

Além da aferição quantitativa do serviço, por meio de fiscalização de frequência e assiduidade, a fiscalização técnica dos contratos avaliará qualitativamente o serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme parâmetros estabelecidos, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo: 4.44.

a) ao fechamento de cada mês, para fins de faturamento, a CONTRATADA deve emitir documentação comprobatória à fiscalização do contrato, para recebimento provisório, e posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, a qual deverá diligenciar junto à CONTRATADA eventuais inconformidades e incorreções, para imediata adequação, devendo, ao final da análise, dar visto e encaminhar documentação ao gestor do contrato, para recebimento definitivo.

b) os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades que forem consideradas cabíveis.

- 4.45. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.46. Os representantes da CONTRATANTE na gestão e fiscalização contratual deverão ter a experiência e disponibilidade necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 4.47. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato.
- 4.48. Os mecanismos de comunicação entre a UERN e a prestadora de serviços serão, preferencialmente e-mail e contatos telefônicos, previamente informados.
- 4.49. A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento de todas as correspondências eletrônicas (e-mail) recebidas da CONTRATANTE.
- 4.50. A CONTRATADA ficará ciente de que a confirmação de recebimento automático (cadastrada no e-mail) de correspondências eletrônicas recebidas da CONTRATANTE também confirmação de recebimento automático (cadastrada no e-mail) de correspondências eletrônicas recebidas da CONTRATANTE também confirmação de recebimento automático (cadastrada no e-mail) de correspondências eletrônicas recebidas da CONTRATANTE também confirmação de recebimento automático (cadastrada no e-mail) de correspondências eletrônicas recebidas da CONTRATANTE também confirmação de recebimento automático (cadastrada no e-mail) de correspondências eletrônicas recebidas da CONTRATANTE também confirmação de recebimento automático (cadastrada no e-mail) de correspondências eletrônicas eletrônicas recebimento automático (cadastrada no e-mail) de correspondências eletrônicas el
- 4.51. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 104, 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e outros dispositivos legais.
- 4.52. As disposições previstas nesta cláusula não exclui o disposto no Anexo VIII da IN nº 05/2017 SEGES/MP, aplicável no que for pertinente e/ou complementar à fiscalização e aferição do serviço contratado.
- 4.53. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 4.53.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 4.53.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
 - c) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- 4.53.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
 - a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - b) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
 - c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 4.53.2.1. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
 - b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
 - d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, valealimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 4.53.2.2. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos iniciais deverão ser apresentados.

Gestor do Contrato

4.54.

4.55.4.

- 4.55. Cabe ao gestor do contrato:
- 4.55.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 4.55.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 4.55.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução

- 4.55.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 4.55.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 4.55.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 4.56. Além do disposto nesta Sessão, o gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.
- 4.57. Receber e dar encaminhamento imediato:
- 4.57.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 4.57.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.
- 4.58. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

Das disposições do Decreto Estadual/RN nº 33.782/2024

- 4.59. Sem prejuízo do acima disposto, em relação a **fiscalização e gestão do contrato** o Decreto Estadual nº 33.782/2024 estabelece:
- 4.59.1. Os editais licitatórios e os contratos de prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, formalizados pela Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte deverão conter cláusulas relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas, constando especialmente:
 - I Os percentuais das rubricas (13º salário, férias e abono de férias, impacto sobre férias e 13º salário e multa do FGTS), para fins de provisionamento;
 - II A indicação de que eventuais despesas para abertura e manutenção da conta vinculada deverão ser suportadas pela própria empresa.
 - § 1º Independentemente da modalidade de contratação realizada, os contratos vigentes deverão se adequar às regras deste Decreto quando da renovação contratual porventura formalizada.
- § 2º As cláusulas e a obrigatoriedade disposta no caput deste artigo serão necessárias em todos os contratos celebrados pela Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte que possuem como objeto a prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, independentemente do tipo de vínculo estabelecido entre a empresa contratada e seus trabalhadores, objetivando seja garantido o cumprimento das obrigações trabalhistas dos empregados alocados para a execução do contrato.
- 4.59.2. Cada provisão constituirá percentual de retenção sobre o valor do salário bruto, e considerar-se-á como montante retido a soma dos percentuais individuais de cada uma delas.
- § 1º As provisões retidas do valor mensal do contrato serão depositadas exclusivamente em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em nome da empresa e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação mediante prévia e expressa autorização do órgão ou entidade contratante.
 - § 2º Para cada contrato formalizado com a Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, haverá uma conta vinculada aberta em nome da empresa.
- § 3º Os valores referentes às provisões (13º salário, férias e abono de férias, impacto sobre férias e 13º salário e multa do FGTS) serão destacados, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço e outros congêneres.
- 4.59.3. O prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da assinatura ou renovação do contrato de prestação de serviços, devem ser providenciados:
 - I Solicitação formal do órgão ou entidade contratante da abertura de conta corrente vinculada, em nome da empresa;
 - II Assinatura pela contratada de termo específico da instituição financeira que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos extratos diários e mensais; e
 - III Autorização da contratada para que a conta vinculada somente seja movimentada após determinação do órgão ou entidade contratante.

 IV As despesas de manutenção da conta vinculada são de responsabilidade da contratada (art. 1º, II), bem como o saldo da conta vinculada só será liberado após apresentação de documentação e declaração do sindicato (ou, em sua ausência,
- de comunicação e prazo de 5 dias), conforme art. 11.

 4.59.4. As empresas contratadas para prestação dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento de todas as obrigações contratuais, trabalhistas e com o FGTS em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto à(ao):
 - I Registro de ponto;
 - II Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e 13º salário;
 - III Comprovante de depósito do FGTS;
 - IV Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
 - V Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
 - VI Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva;
 - VII À promoção de formações e treinamentos dos trabalhadores quanto às atividades que demandem formação técnica específica;

VIII — Comprovação de que a contratada atende às exigências concernentes aos percentuais mínimos de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica ou de outros eventualmente existentes na legislação local com vistas à promoção do trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Todos os contratos de terceirização abrangidos pelo presente Decreto deverão possuir, no mínimo, um gestor de contrato e um fiscal de contrato, que se responsabilizarão pelo cumprimento das normas aqui inseridas, os quais deverão, periodicamente e ao final da vigência do instrumento celebrado, emitir relatórios acerca do seu cumprimento.

§1º Ao gestor do contrato caberá requisitar à empresa contratada para prestação dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra dados estruturados referentes aos trabalhadores contratados pela empresa, além de outras informações necessárias para a correta gestão e fiscalização contratual.

§2º Os dados estruturados tratados no §1º deverão contemplar o nome completo, a função, a formação, o registro de ponto e o tempo de serviço dos trabalhadores contratados pela empresa

§3º Desde que atendidos os parâmetros estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, os dados estruturados referentes aos trabalhadores contratados pela empresa deverão ser publicizados pela Administração

Pública.

- CLÁUSULA QUINTA SUBCONTRATAÇÃO 5.
- 5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- CLÁUSULA SEXTA PREÇO 6.
- 6.1.
- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais 6.2. incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos. 6.3.
- CLÁUSULA SÉTIMA CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO 7.
- Além da aferição quantitativa do serviço, por meio de fiscalização de frequência e assiduidade, a fiscalização técnica dos contratos avaliará qualitativamente o serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme parâmetros estabelecidos, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

a) ao fechamento de cada mês, para fins de faturamento, a CONTRATADA deve emitir documentação comprobatória à fiscalização do contrato, para recebimento provisório, e posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, a qual deverá diligenciar junto à CONTRATADA eventuais inconformidades e incorreções, para imediata adequação, devendo, ao final da análise, dar visto e encaminhar documentação ao gestor do contrato, para recebimento definitivo.

b) os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades que forem consideradas cabíveis.

A avaliação da execução do objeto pelo IMR servirá para a aferição/medição da qualidade do serviço, com impacto no faturamento mensal, com base nos serviços fornecidos e com base no resultado, conforme as seguintes

I - Medição pela quantidade mensal, na razão de trinta dias e/ou dias efetivamente trabalhados, na medida da comprovação do fornecimento de materiais e de mão de obra relacionados ao serviços;

II - Medição pela qualidade mensal do serviço, obtida através da soma das pontuações parametrizadas de indicadores previamente definidos, conforme tabelas A e B, apresentadas abaixo:

		TABELA A - INDICADORES E PARÂMETROS DE QUALIDADE				
INDICADOR № 01 - EXECUÇÃO D	OS SERVIÇOS					
Finalidade	Garantir a ad	equada execução dos serviços contratados, assegurando a qualidade, a continuidade e a eficiência das atividades.				
Meta a Cumprir	100% de qualidade na execução dos serviços contratados.					
Instrumento de Medição	Registros de 1	fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contr	atada.			
Forma de Acompanhamento	Monitoramer	nto diário pela fiscalização técnica do contrato.				
Periodicidade	Contínua, cor	m aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados.				
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada	a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.				
Início da Vigência	Prazo estabel	ecido contratualmente.				
		Falha em registro de controle de chaves e entrada e saída de garagem	0,5 ponto			
		Falta de registro de ocorrência em livro de ocorrências	0,5 ponto			
		Ausência comunicação do responsável da empresa junto à fiscalização do contrato de ocorrência, para registro, ciência e eventuais providências	1,0 ponto			
		Permissão de acesso em horários não habituais a repartição, sem prévia comunicação do setor interessado	1,5 pontos			
		Permissão de acesso a local de pessoa estranha a repartição, sem prévia comunicação do setor interessado	2,0 pontos			
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Ausência de comunicação junto à Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros em caso de flagrante aplicável	2,0 pontos			
		Satisfação do usuário (caso haja instrumento)	2,0 pontos			
		Sumiço de chave de porta, portão, cadeado ou de veículo, deixada sob sua guarda Euro ou queixo de equipamento	2,0 pontos			
		Furto ou sumiço de equipamento Roubo	5,0 pontos			
		Suspensão do serviço	20,0 pontos			
Faixas de ajustes no	C					
pagamento	Serão registra	adas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de desconto	<u> </u>			
	Os pontos ac	umulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.				
Observações	O acúmulo de	e pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.				
	A pontuação	será zerada para o mês seguinte.				
INDICADOR № 02 - FUNCIONÁRI	os					
Finalidade		antidade de funcionários necessários à plena execução dos serviços e conduta compatível com o objeto e local da prestação de serviços.				
Meta a Cumprir		sença dos funcionários e atendimento à conduta e demais condições previstas no contrato.				
Instrumento de Medição		fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contr	stada			
Forma de Acompanhamento		nscanzação, vermicações in loco, reciamações formais de usuanos e servidores, additionas internas, relativos de inspeção, e eventuais notificações enificias a contr nto diário pela fiscalização técnica do contrato.	ataua.			
Periodicidade		maferição diária e consolidação mensal dos dados coletados.				
Mecanismo de Cálculo		a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.				
Início da Vigência		lecido contratualmente.				
inicio da Vigencia	Frazo estabel	Aglomeração de dois ou mais vigilantes em um setor/prédio/área de atuação, sem prévia solicitação da UERN	0,5 ponto			
		Falta de polidez e presteza no atendimento ao público usuário	1,0 ponto			
		Vigilante flagrado usando celular para fins pessoais, sem prévia comunicação à empresa	1,0 ponto			
		Ausência do vigilante no posto	1,5 pontos			
		Permissão de prática de ato de violência física praticada por terceiros	2,0 pontos			
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Vigilante flagrado dormindo no posto	10,0 pontos			
		Uso de violência física ou verbal contra público usuário	10,0 pontos			
		Uso de arma de fogo em serviço sem autorização formal da Uern	10,0 pontos			
		Assédio	15,0 pontos			
		Acidente de trabalho ocasionado por negligência da CONTRATADA	15,0 pontos			
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registra	adas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de desconto	s.			
	Os pontos ac	umulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.				
Observações		e pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.				
		será zerada para o mês seguinte.				
						
INDICADOR Nº 03 - UNIFORMES	E EQUIPAMENT	OS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI				
Finalidade	Assegurar que todos os funcionários utilizem uniformes adequados e possuam os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para a execução segura e padronizada dos serviços contratados.					
Meta a Cumprir	100% dos funcionários devidamente uniformizados e equipados com os EPIs obrigatórios.					
Instrumento de Medição	Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada.					
Forma de Acompanhamento	Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato.					
Periodicidade	Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados.					
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.					
Início da Vigência	Prazo estabel	ecido contratualmente.				
		Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR.	2,5 pontos			
		Deixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade tenha sido recusada	2,5 pontos			
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Não utilização do uniforme; uso de uniforme incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa	2,5 pontos			
		Falta de fornecimento completo de equipamentos de proteção individual - EPI aos seus funcionários, nos prazos e condições previstas no TR	2,5 pontos			
Foiyas do aiyytas ya	Ausência de itens do equipamento de proteção individual - EPI de colaborador 2,5 pontos					
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registra	adas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de desconto	5.			
	Os pontos ac	umulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.				
Observações	O acúmulo de	e pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.				
	A pontuação	será zerada para o mês seguinte.				
INDICADOR № 04 – MATERIAIS E						
Finalidade	Garantir a qu	antidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços.				

DESCONTOS

Até 2,0
2,1 a 5,0
5,1 a 10,0
10,1 a 15,0
15,1 a 20,0
20,1 a 25,0
Acima de 25,1

OBSERVAÇÕES

,							
Meta a Cumprir	100% das ferramentas e equipamentos disponíveis, em conformidade com as exigências contratuais, sem atrasos na entrega ou substituição.						
Instrumento de Medição	Registros de 1	Registros de fiscalização, verificações in loco, reclamações formais de usuários e servidores, auditorias internas, relatórios de inspeção, e eventuais notificações emitidas à contratada.					
Forma de Acompanhamento	Monitoramer	Monitoramento diário pela fiscalização técnica do contrato.					
Periodicidade	Contínua, com aferição diária e consolidação mensal dos dados coletados.						
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada	Será aplicada a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.					
Início da Vigência	Prazo estabel	ecido contratualmente.					
		Atraso no fornecimento das materiais/equipamentos, conforme condições previstas em Edital, necessários à execução dos serviços	2,5 pontos				
Serviço/Ocorrência/Pontuação	VIGILÂNCIA	Atraso na substituição dos materiais/equipamentos que tenham sido danificados durante seu uso	2,5 pontos				
serviço/Ocorrencia/Pontuação	VIGILANCIA	Entrega de material em quantidade inferior ao estipulado no Termo de Referência	2,5 pontos				
		Não substituição de materiais/equipamentos em desconformidade com a qualidade especificada no Termo de Referência	2,5 pontos				
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registra	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.					
	Os pontos ac	umulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.					
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.						
	A pontuação	será zerada para o mês seguinte.					
		IGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS E OUTRAS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS À FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA FISCALIZAÇÃ	<u> </u>				
Finalidade ———————————————————————————————————	Assegurar que a empresa contratada cumpra integralmente suas obrigações fiscais e trabalhistas, garantindo a regularidade dos pagamentos e recolhimentos devidos aos trabalhadores e órgãos competentes.						
Meta a Cumprir	Manter a regularidade das obrigações fiscais e trabalhistas durante toda a execução do contrato, sem ocorrência de atrasos ou pendências.						
Instrumento de Medição	Registros de 1	fiscalização, verificação documental, registros de reclamações formais de trabalhadores ou entidades representativas.					
Forma de Acompanhamento	Monitoramer	nto contínuo pela fiscalização administrativa, por meio da análise de documentos apresentados pela contratada, fiscalização direta do contrato e registros formais	s de reclamações.				
Periodicidade	Mensal, com	análise sempre que houver denúncia ou indício de descumprimento.					
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada	a pontuação atribuída quando houver ocorrência do caso.					
Início da Vigência	Prazo estabel	ecido contratualmente.					
		Atraso na entrega da documentação mensal	0,5 ponto				
	VIGILÂNCIA	Falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE	0,5 ponto				
		Não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados	0,5 ponto				
		Ameaças públicas ou reservadas do sindicato sobre possível paralisação do serviço motivada por descumprimentos trabalhistas da empresa	2,5 pontos				
Serviço/Ocorrência/Pontuação		Certidões fiscais vencidas	2,5 pontos				
		Atraso na realização dos cursos de capacitação/reciclagem	5,0 pontos				
		Atraso no recolhimento de FGTS, INSS dos trabalhadores	10,0 pontos				
		Atraso no pagamento de benefícios previstos em convenção coletiva para os trabalhadores	10,0 pontos				
Faires de airestes na		Atraso salarial dos trabalhadores	20,0 pontos				
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.						
	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.						
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.						
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.						

INDEBTO INITIATION OF THE INTERFECTIVE CONTROL OF THE INTERFECTION
Medida
Não haverá desconto
0,1% de desconto sobre o valor mensal faturado
0,2% de desconto sobre o valor mensal faturado
0,3% de desconto sobre o valor mensal faturado
0,5% de desconto sobre o valor mensal faturado

- 7.4. A avaliação da qualidade de prestação será feita pela equipe de fiscalização técnica e setorial de cada Campi e pela fiscalização administrativa (no indicador que lhe compete), de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.
- 7.5. A nota final da avaliação ficará demonstrada em um único instrumento de medição de qualidade consolidado.
- 7.6. O resultado da avaliação incidirá sobre as faturas mensais da mão de obra, sendo estes pagamentos proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas, observando-se os indicadores acima mencionados.
- 7.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.8. Antes de encaminhar a respectiva fatura mensal ao Gestor de Contrato, para atesto, a fiscalização técnica/administrativa do contrato irá preencher Instrumento de Medição de Resultados, denominado IMR, informando a pontuação de cada indicador pré-determinado, seguindo o modelo sugerido no documento, Id. 33082378.
- 7.9. Tanto os indicadores (incluindo as pontuações), quanto o modelo de IMR poderão ser objeto de revisão e alteração, com inclusão ou supressão de itens, de modo unilateral, no interesse da FUERN, desde que sejam considerados pertinentes para a melhor avaliação da qualidade do serviço.
- 7.10. A alteração dos itens constantes no IMR não será objeto de aditivo contratual, devendo apenas ser informado à CONTRATADA, na medida do que for efetivamente alterado, sendo tais alterações efetivadas no mês seguinte,
- 7.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico/administrativo, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 7.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores (25,1 pontos), além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato.
- 7.13. O IMR não impede o faturamento. Caso ele não seja concluído a tempo no mês de referência, os seus efeitos poderão ser aplicado em faturas subsequentes.

efetivamente trabalhados, dados bancários, diárias, horas extras, férias, licenças, faltas, ocorrências, entre outras a serem exigidas pela fiscalização;

- 7.14. Os descontos serão aplicados em todas as notas fiscais/faturas emitidas pela empresa considerando que a avaliação da qualidade de prestação do serviço, apesar de ser realizada por cada campi, é depois consolidada de forma global para uniformizar os referidos descontos.
- 7.15. Do recebimento provisório e definitivo do objeto
 - 7.15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços
 - 7.15.2. Ao fechamento de cada mês, para fins de faturamento, a CONTRATADA deve emitir documentação comprobatória à fiscalização do contrato, para recebimento provisório, e posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, a qual deverá diligenciar junto à CONTRATADA eventuais inconformidades e incorreções, para imediata adequação, devendo, ao final da análise, dar visto e encaminhar documentação ao gestor do contrato, para recebimento definitivo.
 - 7.15.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ETP, Termo de Referência e/ou Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades que forem consideradas cabíveis.
 - 7.15.4. Antes de emitir a Nota Fiscal, para fins de comprovação dos serviços, controle, acompanhamento, conferência, recebimento e autorização de faturamento pela fiscalização, a CONTRATADA deve apresentar, de forma mensal documentação listada abaixo:
- a) Relação atualizada dos funcionários no mês da prestação de serviços, através de planilha, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo do empregado, CPF, CTPS, função exercida, local de lotação, dias
 - b) Relatório descritivo/analítico da folha de pagamento do mês da prestação de serviço, com listagem nominal dos empregados alocados na execução dos serviços contratados e detalhamento dos contracheques;
- c) Relatório de controle de rondas/patrulhas realizadas (motorizadas e a pé) informando, além do quantitativo de rondas realizadas por turno, a quilometragem percorrida por motocicleta, como também o número de toques nos buttons, estrategicamente localizados, contendo os respectivos horários. O referido relatório poderá ser extraído de software de monitoramento.
 - d) Comprovantes de frequência dos trabalhadores;
 - e) Comprovantes de pagamento salários e benefícios, bem como quaisquer outras obrigações definidas em lei, convenção coletiva acordo coletivo ou sentenças normativas, do mês de prestação dos serviços;
- f) Demonstrativos e respectivos comprovantes de pagamentos relativos ao FGTS e Previdência Social, referentes ao mês de prestação do serviço. Caso os prazos de pagamento de INSS e FGTS do mês de referência ainda não tiverem vencido, aceita-se a comprovação da última competência vencida.
 - 7.15.5. A CONTRATADA deve apresentar os relatórios e seus respectivos comprovantes até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao último dia do mês de execução dos serviços para recebimento provisório do objeto.
 - 7.15.6. A CONTRATADA se responsabiliza pela exatidão das informações prestadas e por elaborar, juntar e organizar os relatórios e toda a documentação comprobatória necessária, não podendo, ao longo da prestação do serviço, extrapolar os limites previstos em contrato.
 - 7.15.7. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de solicitar quaisquer adequações nos relatórios e documentação comprobatória, que forem necessárias à transparência e à conferência dos serviços prestados, que devem ser realizadas no prazo de 5 (cinco) dias corridos.
 - 7.15.8. A cada correção/adequação necessária o prazo de Liquidação retorna a estaca ZERO.
 - 7.15.9. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.
 - 7.15.10. Não será aceita pela CONTRATANTE, para fins de faturamento, nenhuma fatura/nota fiscal sem os devidos relatórios e documentação comprobatória.
 - 7.15.11. A emissão de Nota Fiscal pela CONTRATADA somente poderá ser feita após autorização expressa da CONTRATANTE, a qual está condicionada à análise dos relatórios e respectivos comprovantes exigidos.
 - 7.15.12. Após conferida a documentação e resolvidas eventuais pendências, a fiscalização administrativa da CONTRATANTE remete os autos ao Gestor do Contrato, que analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso identifique irregularidades que impeçam o atesto da despesa, devolverá à fiscalização, para providências de correções junto ao fornecedor.

- Resolvidas as pendências e conferida toda a documentação, o Gestor do Contrato autoriza a fiscalização administrativa a solicitar à CONTRATADA a emissão das Notas Fiscais, com valores proporcionais ao que foi 7.15.13. efetivamente comprovado, incluindo análises quantitativas (relatórios de prestação de serviço) e qualitativas (instrumento de medição de resultados) da prestação do serviço.
- A fiscalização administrativa remeterá comunicação a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado, com base na avaliação dos relatórios e Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto em até 20 (vinte) dias contados do recebimento provisório do objeto.
- 7.15.15. As Notas Fiscais devem vir acompanhadas dos documentos abaixo

a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

- 7.15.16. Após emitida a Nota Fiscal e havendo conformidade, a fiscalização administrativa junta as planilhas de controle de saldo de contrato e remete o faturamento para atesto pelo Gestor do Contrato.
- A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da Administração do UERN/RN, não exime a CONTRATADA de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, e se a Administração julgar necessário deverá a 7.15.17. ONTRATADA), corrigir falhas, sem que tal fato represente ou importe em ônus para a CONTRATANTE.
- O recebimento definitivo, concretizado com o atesto da Nota Fiscal, será realizado pelo Gestor do Contrato. 7.15.18.
- 7.15.19. Ressalvadas pendências e desconformidades documentais e comprobatórias por parte da empresa, o procedimento de análise, até o atesto da Nota Fiscal deve ser concluído em até 20 dias corridos.
- A cada pendência documental identificada pela fiscalização por culpa da empresa, o prazo de análise é retomado à estaca zero. 7.15.20.
- 7.15.21. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- Todos os fatos anormais, verificados no decorrer da entrega/execução do objeto contratado, deverão ter suas ocorrências registradas, pela equipe de fiscalização e gestão de contrato, no qual deverão ser registradas 7.15.22. também as providências tomadas pela CONTRATADA.
- Caberá à CONTRATANTE rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue em desacordo com as especificações ou com irregularidades. 7.15.23.
- A UERN, a seu critério e sempre que julgar necessário poderá designar pessoas devidamente qualificadas, para realizar verificações, testes ou inspeções que comprovem a perfeita execução dos servicos contratados. 7.15.24.
- 7.15.25 Será considerada falta grave, motivo de rescisão, a constatação através de comprovada inspeção pela UERN, da falsidade de quaisquer informações (quantitativos de peças ou serviços) constantes no orçamento orizado que não tenham sido efetivamente executados/empregados.
- 7.16. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.17. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.18. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.19. Ao final de cada período/evento de faturamento:
 - 7.19.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
 - 7.19.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.20. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais 7.21. empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.22. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.23. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis
- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 7.24.
- Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e 7.25 administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.26. Procedido o recebimento definitvo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
 - 7.26.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.26.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.26.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização
 - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão. 7.26.5.
- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal 7.27 quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.28. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.29 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.30. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.31 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.32. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - o prazo de validade;
 - II a data da emissão;
 - III os dados do contrato e do órgão contratante;
 - IV o período respectivo de execução do contrato;
 - ٧ -
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis
- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a 7.33 comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante 7.34 consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.35. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para
 - 7.35.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.37. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos
- Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa. 7.38.
- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. 7.39

Prazo de pagamento

7.40. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

- 7.41. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado
- 7.42. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável
- 7.43. 7.43.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente
- O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

- 7.45. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.
- 7.46. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- 7.46.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 7.46.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.
- 7.47. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 7.47.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.
- 7.48. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- 7.49. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.
- 7.50. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 7.51. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 7.52. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 7.52.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 7.52.2. A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma
- 7.52.2.1. Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.
- 7.52.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação)
- 7.53. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento <mark>Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA</mark>, com base na seguinte fórmula:
 - $R = V (I I^{o}) / I^{o}$, onde:
 - R = Valor do reajustamento procurado;
 - V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;
 - Iº = índice inicial refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;
 - I = Índice relativo ao mês do reajustamento
- 7.54. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.55. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.56. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.57. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 7.58. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.59. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.60. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.61. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.62. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão
- 7.63. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.64. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.65. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 dias (sessenta dias), contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.66. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.67. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.68. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.69. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.70. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.71. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
 - 7.71.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento

Cessão de crédito

- 7.72. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.73. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.74. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.75. A eficácia da cessão de crétido não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está consolidada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.76. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.
- 7.77. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.77.1. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 7.78. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

- 7.79. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.
- 7.80. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.
 - 7.80.1. Considerando decreto estadual nº 33.782, de 15 de julho de 2024, deve-se garantir implantação de conta vinculada, bloqueada para movimentação, relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas, previstas em lei, normas e regulamentos aplicáveis.
 - 7.80.2. A operacionalização da Conta Vinculada, seus limites de uso e seu funcionamento como um todo, devem atender Lei estadual nº 10.841, de 14 de janeiro de 2021, decreto estadual nº 33.782, de 15 de julho de 2024, bem como observar, no que couber e no que não conflitar com as regras estaduais, regras e procedimentos para Conta Vinculada estabelecidos nas minutas de Termo de Referência da AGU para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra
- 7.81. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 7.82. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 7.83. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 7.84. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
 - 7.84.1. 13º (décimo terceiro) salário
 - 7.84.2. Férias e um terço constitucional de férias;
 - 7.84.3. Multa sobre o FGTS; e
 - 7.84.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário
- 7.85. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- 7.86. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 7.87. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 7.88. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 7.89. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 7.90. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 7.91. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 7.92. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 7.93. Os editais licitatórios e os contratos de prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, formalizados pela Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte deverão conter cláusulas relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas conforme previsto no item 6.60 e seguintes.
- 7.94. Para a liberação parcial dos valores retidos, a empresa deve apresentar pedido formal ao órgão ou entidade contratante, mediante planilha eletrônica, acompanhada de documentos comprobatórios da ocorrência da situação que gere o pagamento das provisões, devidamente assinada pelo contador e pelo responsável pela empresa.

§ 1º A planilha eletrônica deve conter os seguintes dados:

I - Nome e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do empregado beneficiado;

II - Período da vinculação do empregado na empresa;

III - Período da vinculação do empregado no órgão ou entidade contratante

IV - Base salarial que alicerça o montante a ser liberado, por empregado e somatório;

V - Memória de cálculo individualizada por tipo de provisão; e

VI - Montante a ser liberado

§ 2º Para a movimentação da conta vinculada, em qualquer que seja o tempo de serviço prestado pelo empregado, a empresa deverá apresentar documento comprobatório dos cálculos dos valores a que o trabalhador faça jus, devidamente assinado pelo profissional responsável pelo cálculo, pelo empregador e pelo empregado.

§ 3º O órgão ou entidade contratante poderá requerer, a seu critério, outros dados e informações à contratada.

§ 4º Na hipótese de o empregado deixar de prestar serviços ao órgão ou entidade contratante, ainda que permaneça vinculado à empresa contratada, as provisões serão liberadas proporcionalmente ao tempo que tenha prestado serviços ao órgão ou entidade contratante, quando da ocorrência do fato gerador para a liberação das provisões.

7.95. Quando do encerramento do contrato, o saldo da conta vinculada somente será liberado à empresa contratada mediante apresentação da autorização do órgão ou entidade contratante, além da documentação indicada no item 6.60 e seguintes.

§ 1º Para a liberação do saldo da conta vinculada a empresa deverá, obrigatoriamente, comprovar a quitação de todas as provisões objeto deste Decreto e apresentar declaração formal do Sindicato da Categoria correspondente aos serviços contratados, que ateste a quitação de todos os direitos trabalhistas.

§ 2º Na ausência de declaração indicada no parágrafo anterior deverá ser juntado, pela contratada, documento comprobatório de comunicação ao Sindicato com prova de recebimento, para fins de verificação da ocorrência da previsão contida no art. 13 da Lei Estadual nº 10.841, de 2021.

§ 3º O órgão contratante entenderá como aceitação tácita da quitação de todos os direitos trabalhistas quando o Sindicato não se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de encerramento do contrato de

5 49 O árgã

trabalho.

9.4

§ 4º O órgão ou entidade contratante terá prazo de 48h (quarenta e oito horas) para liberar o saldo dos recursos provisionados na respectiva conta vinculada da empresa contratada, contado da apresentação dos exigidos no § 1º deste artigo ou do decurso do prazo para manifestação do Sindicato.

7.96. Serão considerados os seguintes percentuais para fins de retenção de acordo com o caderno de logística - CONTA VINCULADA (Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017):

I - 8,33% para 13º décimo terceiro salário

II - 12,10% para férias e 1/3 constitucional

III - 5,00% para multa sobre o FGTS;

IV - 7,39%, 7,60% ou 7,82% para os encargos incidentes sobre o pagamento de férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário considerando o grau de risco SAT/GIIL-RAT.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
 - 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
 - 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
 - 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
 - 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 dias;
 - 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

- acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas; 9.11.
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o 9.13. previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de 9.18. segurança, higiene e disciplina;
- Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere; 9.19.
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho:
- Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados; 9.21.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo 9.23 Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;
- 9.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
 - 9.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado 9.27. função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do 9.28. contrato;
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato; 9.32.
- 9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.36. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.37. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.38. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.39. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.40. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento
- 9.41. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.42. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.43 Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.44. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.45. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.46 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.47. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.48. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
 - 9.48.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 5% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica, conforme Lei estadual nº 10.171, de 21 9.49.
 - 9.49.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE
 - 9.49.2. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
 - Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 5% com a nova contratação. 9.49.3.
 - Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente 9.49.4.
 - 9.49.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.
 - 9.49.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.53.4.
 - O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço. 9.49.7.
- Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024, apresentando, quando solicitada, a respectiva docume 9.50 comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.
- 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
- A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as 10.1. regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
- As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da 11.1. apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. 11.2.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO. 11.4.
- Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de 11.5. ão para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações. docum
- É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. 11.6.
- O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância. 11.7.
- O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. 11.8.
- O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte 11.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual 11.10.
- e tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD. 11.10.1.

13.2.1.

- 11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações editadas na forma da LGPD.
- Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional. 11.12.
- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA GARANTIA DE EXECUÇÃO 12.
- Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o 12.1. optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 12.2. As demais regras são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 13.
- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que: 13.1.
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- i) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado
- De acordo com o Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: 13.2.
 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; 13.2.2.
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de 13.2.3. penalidade mais grave.
 - 13.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeicoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.5. Especificamente, serão aplicadas as sanções administrativamente de acordo com tabela abaixo elaborada com base na Lei nº 14.133/2021:

GRUPO	Infração cometida	Sanção aplicada
A	 dar causa à inexecução parcial do contrato: 1.1. atraso na entrega/substituição de uniformes e equipamentos/EPIs; 1.2. atraso na entrega da documentação mensal; 1.3. atraso na realização dos cursos de capacitação/reciclagem; 1.4. falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE; 1.5. descaracterização da prestação de mão de obra exclusiva; 1.6. conduta inadequada dos colaboradores na prestação do serviço; 1.7. não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados; 1.8. outras que derem causa à inexecução parcial do contrato. 	<u>Advertência</u>
В	1. dar causa à inexecução parcial do contrato; 1.1. atraso na entrega/substituição de uniformes e equipamentos/EPIs; 1.2. atraso ou falta da entrega da documentação mensal; 1.3. atraso e/ou falta de realização dos cursos de capacitação/reciclagem; 1.4. falta de confirmação de recebimento das correspondências recebidas da CONTRATANTE; 1.5. descaracterização da prestação de mão de obra exclusiva; 1.6. conduta inadequada dos colaboradores na prestação do serviço; 1.7. não manter os contatos de comunicação (e-mail e telefone) atualizados; 1.8. outras que derem causa à inexecução parcial do contrato.	Multa de 1% sobre 1/12 avos do valor global da contração em caso de reincidência no mês que ocorrer o fato
C	 pagamento de salários e benefícios em desacordo com a convenção coletiva de trabalho da categoria; atraso e/ou falta de pagamento de salário e benefícios; atraso ou falta de pagamento/depósitos referentes ao FGTS e INSS. 	Multa de 3% sobre 1/12 avos do valor global da contração no mês que ocorrer o fato
D	1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 2. dar causa à inexecução total do contrato; 3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame; 4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; 7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; 8. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 10. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; 11. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Multa de 5% do valor da contratação
E	 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. 	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos
F	 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013. 	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
G	 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. 	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar ou contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

- Entende-se como inexecução parcial do contrato o atraso/falta da prestação do serviço como também o descumprimento das demais cláusulas contratuais que não se enquadrem em outras infrações. 13.3.
- A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. 13.4.
- 13.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.
- Os demais atos referentes às irregularidades, prazos, impugnações, pedidos de esclarecimentos e dos recursos serão regidos pela Lei nº 14.133.2021. 13.6.
- 13.7. Os descontos serão aplicados em todas as notas fiscais/faturas emitidas pela empresa nas hipóteses previstas nos grupos B e C.
- O desconto referente ao grupo D será executado de acordo com a conveniência, podendo ser aplicado em todas as notas fiscais/faturas emitidas pela empresa caso exista. 13.8.
- A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante. 13.9.
- Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. 13.10.
- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. 13.11.
- 13.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 13.13.

- 13.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
 - 13.14.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
 - 13.14.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 13.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 13.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 13.17. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 13.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 13.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.20. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 14.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 14.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva
- 14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 - 14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 14.8.3. Das indenizações e multas.
- 14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:
 - 14.13.1. a garantia contratual prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
 - 14.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.
- 14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:
 - 14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.
- 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES
- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da FUERN deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

 Unidade Gestora
 182021 – Fundação Universidade do Estado do RN – FUERN

 Subação(ões)
 229501 - Manutenção e funcionamento da FUERN

 Fonte(s)
 0.5.00 - Recursos não vinculados de Impostos

 0.5.01 - Outros Recursos não Vinculados

 Natureza(s)
 3.3.90.37.03 - Locação de mão de obra (vigilância)

 Pré-Empenho:
 2025PE0001173

Valor R\$

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Mossoró, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1-2-

Modelo da AGU do Termo de Contrato para Licitações – Serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Atualização: Abril/2025, Id. 36026689



Documento assinado eletronicamente por Elza Thays Farias de Lucena, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade, em 18/09/2025, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro



Documento assinado eletronicamente por Irani Lopes da Silveira Torres, Diretor(a) da Unidade, em 18/09/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.



autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 36514853 e o código CRC E3047DFA.

Referência: Processo nº 04410035.001461/2025-42 SEI nº 36514853

Criado por iranisilveira, versão 24 por thayslucena em 18/09/2025 16:27:07.

30/09/2025, 18:24 SEI/SEAD - 36103894 - Minuta

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINUTA

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO SINDICAL

[PAPEL TIMBRADO E DADOS DA EMPRESA]

[FAFEE HIMBRADO E DADOS DA EMFRESA]		
DECLARO que a empresa, estabelecida em,, conforme Carta de Reg prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por e enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorre sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de	ente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência	ulada ao Sindicado eracidade das informações oletivo incompatível com c
Documento assinado eletronicamente por Jose Victor Pinh horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do D	neiro Azevedo, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade, em 01/09/	2025, às 16:08, conforme
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sit acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, in	te <u>https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?</u> nformando o código verificador 36103894 e o código CRC FE2F6CD2 .	
Referência: Processo nº 04410035.001461/2025-42		SEI nº 36103894

Criado por josevictor, versão 2 por josevictor em 01/09/2025 16:08:09.

30/09/2025, 18:25

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINUTA

ANEXO III – MODELOS DE CARTA PROPOSTA E DECLARAÇÕES

1. CABI	EÇALHO PARA TODOS OS D	OCUMENTOS (ELABOI	RADOS EM PAPEL TIMBRA	DO DA EMPRES	SA)		
À Licitações e Contrat Fundação Universio Mossoró-RN	os da UERN lade do Estado do Rio Gran	de do Norte					
	n.º/FUER						
	umento, vimos apresentar das na Concorrência acima		ços relativa ao objeto dest	ta licitação, ben	n como as inf	ormações, con	dições da proposta
	Razão Social:			CNPJ:			
	Representante Legal:			CPF:			
	Endereço completo:						
	Inscrição Estadual Nº:			Telefone			
	Inscrição Municipal Nº:			E-mail:			
	Banco:			Agência:			
	Conta-Corrente:			11			
	DELO DE CARTA PROPOSTA ados Senhores,	DE PREÇOS (ADAPTAR	CONFORME O CASO)				
	sentamos e submetemos à or qualquer erro ou omissã	-		a de Preços rela	ativa à licitaçã	ão em epígrafe	, assumindo inteira
	eço total desta proposta é nitários constantes da Plani		om base na data de aprese	entação dos do	cumentos de	habilitação e p	proposta de preços,
Em a	nexo está o cronograma fís	sico-financeiro da obra,	/serviço/aquisição.				
auxiliares, ferramento causado a terceiros para a execução to	sição, inclusive as despess ntas, encargos da Legislaçã ou dispêndios resultantes tal e completa das obras o caiba, em qualquer caso, o	ío Social Trabalhista, P de impostos, taxas, reg civis e das obras comp	revidenciária, da infortun gulamentos e posturas mu lementares, bem como no	ística do trabal nicipais, estadu osso lucro, con	ho e respons ais e federais forme projeto	abilidade civil , enfim, tudo o os e especifica	por qualquer dano que for necessário
	prometemo-nos a executa serviços serão pagos por o dos mesmos.						
	azo de execução total da: n de Serviço, conforme cro			eses consecuti	vos, contado	s a partir do (décimo dia após a
O propostas.	azo de validade desta prop	oosta é de 60 (sessenta	a) dias consecutivos, a cor	ntar do dia da a	presentação	dos document	os de habilitação e
Acor compreensão e ava	npanham nossa Proposta d liação da proposta.	de Preços, os documer	ntos previstos no Edital, be	em como todos	os demais ju	ılgados oportu	nos para a perfeita
obras/serviço/aquis	caremos os equipamento sição, comprometendo-nos ersidade do Estado do Rio	, desde já, a substituir	ou aumentar a quantidad	de dos equipam	nentos e do p	•	-
norma que garanta	xecução das obras/serviço a qualidade igual ou supe desde já, a integral respor	erior, bem como as rec	comendações e instruções	da fiscalização	da Universid	lade do Estado	do Rio Grande do
					Local,	de	de
			assinatura do representante de e/ou CPF (número e órgã	-			
3. MO E	DELO DE DECLARAÇÃO DE I	RECEBIMENTO DE DOC	CUMENTOS				
	natário da presente, em r em epígrafe, tendo total c						

30/09/2025, 18:25 SEI/SEAD - 36041171 - Minuta

Local	da	da	

Carimbo, nome e assinatura do representante legalidade carteira de identidade e/ou CPF (número e órgão expedidor)

4.	MODELO	DECLARAÇÃ	O DE INEXISTÊNCIA	DE TRABALHADO	OR MENOR					
	-				, por intermédio		_			
					o art. 62, da Lei nº 14 emprega menor de de		cido pela l	.ei nº 9.85₄	1/99, que	não emprega
menor de de	2010 01103	ciii tiabaiiio	noturno, perigoso o	a madiable e nao	emprega menor de de	22033013 01103.				
	Emnrega	menor a nai	rtir de quatorze ano	s na condicão de :	aprendiz () SIM () NÃ	0				
	Lilipicga	menor, a par	til de quatorze ario.	s, na condição de a	aprendiz () Silvi () IVA					
							Local	de		de
			Carin	mho nome e assina	atura do representante	legalidade	Local,	ue		ue
					ou CPF (número e órgão	_				
5.	MODELO	DE DECLAR	AÇÃO DE VISITA AO	LOCAL DA OBRA						
	s obras/se		ão, emde		el técnico, CREA nº tendo tomado conl					
	O	, , ,	,							
							Local,	de		de
			Carii	nbo, nome e assina	atura do representante	legalidade				
					ou CPF (número e órgão	-				
				Carimbo e assinat	e tura do responsável téc	nico				
					carteira do CREA					
•										
5.	MODELO	DE CRONOG	GRAMA FÍSICO FINA	NCEIRO		_	1			
	ITEM		S	ERVIÇOS		VALOR / PORCENTAGEM	30 Dias	60 Dias		
						PORCENTAGEN				
			VALOR TOTAL S							
			PERCENTUAL DO							
			WILDIN TOTAL MED	7110 L/ LD (114)			<u> </u>			
							Land	al a		مام
			Cont	h		la salk da da	Local,	de		de
					atura do representante ou CPF (número e órgão	-				
					е					
					tura do responsável téc carteira do CREA	nico				
7	MODELO	DE DECLAR		COLIENIA ENADDEC	Α.					
7.			AÇÃO DE MICRO E P	•			6	adiada (anderess	complete)
	A emp	oresa	, por inte	inscrita rmédio de seu rep	no CNPJ n° _ presentante legal o(a)	Sr.(a)	, se	cuidud (enuereço portador	(a) da carteira
		e do	CPF	, DECLARA, sob as	s penas da Lei, que a	tende os disposit	ivos da Le	i Complem	entar n°	123, de 14 de
dezembro de	2006, nota	adamente o a	art. 3°, tendo direito	aos benefícios es	tendidos pelo referido	Diploma.				
							Local,	de		de
					atura do representante	•				
			carteir	a de identidade e/C	ou CPF (número e órgão	expediabl)				
3.	MODELO	DE DECLAR	AÇÃO DE ELABORAÇ	ÃO INDEPENDEN	TE DE PROPOSTA					

Proponente) doravante denominado (Proponente), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(Identificação completa do representante da Proponente), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da

30/09/2025, 18:25 SEI/SEAD - 36041171 - Minuta

(A) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pela Proponente), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(B) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(C) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(D) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(E) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(F) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, _____de _____de_____

Carimbo, nome e assinatura do representante legalidade carteira de identidade e/ou CPF (número e órgão expedidor)

9. MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, para efeito de participação no processo licitatório em epígrafe, que a empresa não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação de sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade assina a presente.

Local, _____de _____de_____

Carimbo, nome e assinatura do representante legalidade carteira de identidade e/ou CPF (número e órgão expedidor)

10. MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL

A empresa ______, inscrita no CNPJ nº. _____, declara tácita e expressamente:

- (a) Que se submete a todas as condições deste Edital e das que constam de seus anexos;
- (b) Que garantimos o prazo de validade dos preços e condições constantes da presente proposta por 60 (sessenta) dias a partir da data da apresentação da proposta;
- (c) Que aceita imposição das multas na forma e seus valores estabelecidos neste Edital e seus anexos;
- (d) Que não foi considerada inidônea por ato do Poder Federal, Estadual ou Municipal e que não se encontra impedida de transacionar com órgãos da administração pública direta ou indireta;
- (e) Que participa desta licitação sem caráter de firma associada, não fazendo parte de firma associada, de consórcio ou grupo de firmas;
- (f) Que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

Local, _____de _____de_____

Carimbo, nome e assinatura do representante legalidade carteira de identidade e/ou CPF (número e órgão expedidor)



Documento assinado eletronicamente por **Jose Victor Pinheiro Azevedo**, **Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 28/08/2025, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, informando o código verificador 36041171 e o código CRC 0D23AB6A.

Referência: Processo nº 04410035.001461/2025-42

SEI nº 36041171



DESPACHO

Processo nº 04410035.001461/2025-42 Interessado: Pró-Reitoria de Administração

Em atenção ao despacho ID <u>33562330</u> no processo SEI Nº <u>04410035.001461/2025-42</u> (Gestão de Contratos: Processo de Contratação - Prestação de serviços terceirizados de vigilância nas dependências da FUERN); remetemos em anexo a pesquisa de preços e informamos:

01. Descrição do objeto a ser contratado (Art. 3º, I − IN 65/2021 − Seges/ME)

"Prestação de serviços terceirizados de vigilância e vigilância motorizada, preventiva e contínua, com fornecimento de mão de obra e regime de dedicação exclusiva e eventual, equipamentos de EPIs e equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, a serem executados nas cidades de Mossoró, Assu, Caicó, Patu, Pau dos Ferros e Natal.". Documento ID 35669232

02. Agente responsável pela cotação (Art. 3º, II - IN 65/2021 - Seges/ME)

Neyson Luan de Morais Farias / Matrícula 13.164-4;

Yasminn Dantas de Macedo Azevedo / Matrícula 13.666-2;

Mayara Medeiros Alves / Matrícula 13.806-1

03. Caracterização das fontes consultadas (Art. 3º, III – IN 65/2021 – Seges/ME)

Por se tratar de processo de contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços com uso de mão-de-obra exclusiva, foi utilizada a planilha de custos e formação de preços do Anexo I do Decreto Estadual do Rio Grande do Norte nº 20.866/2008, que em seu art. 1º A estabelece:

"Art. 1ºA. Os limites percentuais e itens de composição da planilha de custos para os procedimentos de contratação de serviços de limpeza, conservação, vigilância, vigilância armada e segurança, no âmbito da Administração Estadual, passam a ser os constantes das tabelas que integram os Anexos I e II a este Decreto."

Portanto, o delineamento deste orçamento estimativo foi concebido mediante a elaboração de uma Planilha de Custos e Formação de Preços que abrange os valores mensais e globais para cada um dos cargos a serem contratados: 1) Vigilância desarmada diurna 12x36h; 2) Vigilância desarmada noturna 12x36h; 3) Vigilância desarmada diurna 44h; 4) Vigilância motorizada desarmada diurna 12x36h; 5) Vigilância motorizada desarmada noturna 12x36h.

Importa destacar que a metodologia empregada é de uso compulsório também no âmbito federal (conforme Instrução Normativa Nº 5/2017), apresentando maior acuidade na estimativa orçamentária, dado que a maioria dos elementos que compõem o custo do posto são previstos em normativas como Leis e Convenções Coletivas. Portanto, a utilização desse método permeia boa prática à identificação dos valores estimados no âmbito desta licitação.

Informa-se que foi observada a Convenção Coletiva de Trabalho registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº RN000199/2025 (id 35716488), celebrada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SINDESP/RN, o SIND INT DOS TRAB VIG EM EMP DE VIG E SEG PRIV, MONIT. ELET, AG e a FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES VIGILANTES, EMPREG DE EMP DE SEG VIG E TRAN DE VAL, DOS TRAB EM SERV DE SEG, VIG, SEG PRESS E PATRIM, tendo em vista que a convenção coletiva de trabalho RN000117/2024, informada no item 5.2.2 do Estudo Técnico Preliminar (id 35669232) já não estava mais vigente.

Conforme consta no despacho id <u>35474729</u>, feito pela Diretoria de Contabilidade da FUERN, as planilhas de composição de custos (id <u>35326261</u>, id <u>35326315</u>, id <u>35326347</u>, id <u>35326381</u>, id <u>35326408</u> e id <u>35326430</u>) que foram preenchidas nos campos inerentes a remuneração, encargos sociais, benefícios, provisões legais e tributos estão em conformidade contábil.

Para a definição dos valores dos demais itens que compõem a planilha de composição de custos, a saber: uniformes (Módulo 3 - A.1), EPIs (Módulo 3 - A.2), despesas administrativas (Módulo 4 - A) e o lucro (Módulo 4 - B), itens estes não definidos em Convenção Coletiva, foram utilizados:

- Sistemas oficiais de governo, como Portal de Compras Governamentais, observado o índice de atualização de preços correspondente (Art. 5º, I, IN Seges 65/2021);
- Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente (Art. 5º, II, IN Seges 65/2021);

Durante a pesquisa de preços foram utilizados exclusivamente os critérios dos incisos I e II do Art. 5º da IN Seges/ME nº 65/2021 (Conforme determinação Art. 5º, §1º do mesmo instrumento normativo). Ressalta-se que não foram utilizadas as seguintes fontes suplementares:

- Sítios eletrônicos especializados (Art. 5º, III, IN Seges 65/2021);
- Sítios eletrônicos de domínio amplo (Art. 5º, III, IN Seges 65/2021);
- Pesquisa direta com fornecedores (Art. 5º, IV, IN Seges 65/2021).

O detalhamento individual de cada fonte utilizada encontra-se:

• Remuneração, encargos sociais, benefícios, provisões legais e tributos: legislação vigente e convenção coletiva (id 35716488);

- Uniformes: relatório do sistema "Banco de Preços", conforme Laudo de Cotação e Extrato de Fontes Utilizadas (documento id <u>35705037</u>, págs. 83 a 86);
- Itens e EPIs: relatório do sistema "Banco de Preços", conforme Laudo de Cotação e Extrato de Fontes Utilizadas (documento id <u>35705037</u>, págs. 185 a 189);
- Despesas administrativas e lucro: Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP (documento id <u>35705037</u>, pág. 302)

04. Série de preços coletados (Art. 3º, IV - IN 65/2021 - Seges/ME)

Reitera-se que o preço estimado mensal e total (24 meses) para cada posto de trabalho foi obtido a partir do preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme valores definidos na legislação vigente e na convenção coletiva para cada categoria profissional. Ademais, com relação aos demais itens para formação dos custos, foram obtidos com base em pelo menos 03 (três) preços (Art. 6º, IN 65/2021 – Seges/ME) e todas as contratações são inferiores ao prazo de um ano da realização da pesquisa. (Art. 5º, II da IN 65/2021 – Seges/ME).

Na pesquisa de preços, foram observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. (Art. 4º da IN 65/2021 – Seges/ME), cujo valor estimado restou determinado conforme **TABELA RESUMO** abaixo:

		QUAD	RO RESU	МО			
		ltem	Unidade	Quantidade	Valor estimado unitário (mensal)	l unitário (24	Valor estimado total (24 meses)
1	Patu/RN	CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAP – Campus Avançado de Patu.	Posto	1	R\$ 12.546,56	R\$ 301.117,44	R\$ 301.117,44
2	Patu/RN	CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAP – Campus Avançado de Patu.	Posto	1	R\$ 13.692,38	R\$ 328.617,12	R\$ 328.617,12
3	Patu/RN	CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAP – Campus Avançado de Patu.	Posto	1	R\$ 6.253,37	R\$ 150.080,88	R\$ 150.080,88
		TOTAL - PATU/RN		3	R\$ 32.492,31	R\$ 779.815,44	R\$ 779.815,44
4	Assu/RN	CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu.	Posto	2	R\$ 12.546,98	R\$ 301.127,52	R\$ 602.255,04
5	Assu/RN	CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu.	Posto	2	R\$ 13.692,80	R\$ 328.627,20	R\$ 657.254,40
6	Assu/RN	CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAA – Campus Avançado de Assu.	Posto	1	R\$ 6.253,58	R\$ 150.085,92	R\$ 150.085,92
		TOTAL - ASSU/RN		5	R\$ 32.493,36	R\$ 779.840,64	R\$ 1.409.595,36
7	Caicó/RN	CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAC – Campus Avançado de Caicó.	Posto	3	R\$ 12.547,30	R\$ 301.135,20	R\$ 903.405,60

			SEI/SEAD -				
8	Caicó/RN	CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAC – Campus Avançado de Caicó.	Posto	3	R\$ 13.693,12	R\$ 328.634,88	R\$ 985.904,64
9	Caicó/RN	CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAC – Campus Avançado de Caicó.	Posto	1	R\$ 6.292,05	R\$ 151.009,20	R\$ 151.009,20
		TOTAL - CAICÓ/RN		7	R\$ 32.532,47	R\$ 780.779,28	R\$ 2.040.319,44
10	Pau dos Ferros/RN	CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAPF – Campus Avançado de Pau dos Ferros.	Posto	2	R\$ 12.546,98	R\$ 301.127,52	R\$ 602.255,04
11	Pau dos Ferros/RN	CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAPF – Campus Avançado de Pau dos Ferros.	Posto	2	R\$ 13.692,80	R\$ 328.627,20	R\$ 657.254,40
12	Pau dos Ferros/RN	CATSER 23507 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a sábado, envolvendo 1 (um) vigilante por posto em jornada de trabalho de 44 horas semanais, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAPF – Campus Avançado de Pau dos Ferros.	Posto	1	R\$ 6.253,58	R\$ 150.085,92	R\$ 150.085,92
	T	TOTAL - PAU DOS FERROS/RN	ı	5	R\$ 32.493,36	R\$ 779.840,64	R\$ 1.409.595,36
		CATSER 23647 – Contratação de pessoa jurídica para					
13	Natal/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN – Campus Avançado de Natal	Posto	8	R\$ 12.603,34	R\$ 302.480,16	R\$ 2.419.841,28
13	Natal/RN Natal/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN –	Posto	8	R\$ 12.603,34 R\$ 13.749,16	R\$ 302.480,16 R\$ 329.979,84	R\$ 2.419.841,28 R\$ 2.639.838,72
		prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN – Campus Avançado de Natal CATSER 23957 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN —					
		prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN – Campus Avançado de Natal CATSER 23957 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN – Campus Avançado de Natal.		8	R\$ 13.749,16	R\$ 329.979,84	R\$ 2.639.838,72
14	Natal/RN	prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN – Campus Avançado de Natal CATSER 23957 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CAN – Campus Avançado de Natal. TOTAL - NATAL/RN CATSER 23647 — Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CC —	Posto	8 16	R\$ 13.749,16 R\$ 26.352,50	R\$ 329.979,84 R\$ 632.460,00	R\$ 2.639.838,72 R\$ 5.059.680,00

	,						
		de materiais/equipamentos, nas dependências do CC – Campus Central Mossoró.					
18	Mossoró/RN	CATSER 30129 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância motorizada desarmada noturna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes por posto em jornada de trabalho de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais/equipamentos, nas dependências do CC – Campus Central Mossoró.	Posto	2	R\$ 13.969,92	R\$ 335.278,08	R\$ 670.556,16
		TOTAL - MOSSORÓ/RN		53	R\$ 53.033,50	R\$ 1.272.804,00	R\$ 16.728.687,84
		TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		89			R\$ 27.427.693,44

O <u>detalhamento individual</u> de cada um dos preços utilizados no cálculo do valor estimado, com informações como número de procedimento licitatório, órgão e unidade federativa de referência, entre outros, está em anexo (documento id <u>35705037</u>), compreendendo as Planilhas de Custos e Formação de Preços (págs. 07 a 60), uniformes (págs. 64 a 82), Itens e EPIs (págs. 161 a 184) e despesas administrativas e lucro (págs. 303 a 395).

Obs.: Importante salientar que o item "Motocicleta tipo on/off road", utilizado no posto de trabalho de Vigilantes Motorizados teve seu preço estimativo determinado a partir de pesquisa de preços (observando-se as disposições da IN SEGES/ME nº 65/2021) e considerando a expectativa de vida útil para fins de depreciação, conforme Instrução Normativa RFB nº 1700/2017 - Anexo III - Taxas anuais de depreciação, item 8711).

05. Método matemático aplicado para a definição do valor estimado (Art. 3º, V - IN 65/2021 - Seges/ME) e justificativas para a metodologia utilizada (Art. 3º, VI - IN 65/2021 - Seges/ME)

A pesquisa de preços deu-se de forma ampla, de modo a contemplar variadas fontes e preços. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto (art. 4º da IN 65/2021 – Seges/ME).

Da análise crítica: Os Preços foram obtidos por semelhança, uma vez que não foram encontradas contratações nos exatos termos da presente contratação. Todos os preços obtidos não apresentam variações que demonstrem sua inexequibilidade ou excesso de valor, desta forma, todos os preços foram considerados exequíveis.

Método estatístico aplicado: Mediana dos preços obtidos - Preço calculado com base na mediana de todos os preços selecionados para aquele determinado Item. Sendo a mediana o elemento central dos itens, caso número de elementos seja ímpar, ou a média dos dois elementos centrais caso número de elementos seja par.

A mediana é um método estatístico mais robusto para representar o valor central de um conjunto de preços quando há a presença de valores extremos ou outliers, que são comuns em pesquisas de preços de licitação. Diferentemente da média, que pode ser fortemente influenciada por preços excepcionalmente altos ou baixos, a mediana reflete o ponto central da distribuição, garantindo que a análise não seja distorcida por ofertas atípicas. Isso é especialmente importante para obter um parâmetro mais realista e confiável, que represente de forma mais fiel o comportamento típico do mercado, facilitando a tomada de decisão justa e equilibrada na definição do preço estimado.

Dessa forma, a adoção da mediana contribui para uma análise mais precisa e justa, alinhada aos princípios da administração pública e da eficiência na gestão dos recursos públicos.

Quadro de descrição do método matemático:

Conjunto de observações Ímpar:

Md = Py
onde:
Md = Mediana
Px = Menor Preço; Py = Elemento Central; Pz = Maior Preço

Conjunto de observações for Par:

Md = Py
onde:
Md = Mediana
Px = Menor Preço; Py = Média Aritmética do Conjunto de Elementos Centrais; Pz = Maior Preço

A memória de cálculo pormenorizada e os documentos que lhe dão suporte encontra-se no relatório individualizado de pesquisa de preços ID <u>35705037</u>. (Art. 3º, VII – IN 65/2021 – Seges/ME).

06. Fundamento legal: Art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021; Decreto Estadual do Rio Grande do Norte nº 20.866/2008.

Mossoró/RN, 13 de agosto de 2025.

Yasminn Dantas de Macedo Azevedo Diretoria de Licitações e Contratos TNM - Matrícula 13.666-2

Mayara Medeiros Alves Diretoria de Licitações e Contratos TNS - Matrícula 13.806-1

De acordo. Ratifico os termos legais da presente pesquisa de preços. Retornem os autos ao(a) Agente de Contratação designado(a) para análise da Memória de Cálculo (Planilha id <u>35705168</u>) e continuidade dos trâmites processuais, salvo melhor juízo.

Neyson Luan de Morais Farias Diretoria de Licitações e Contratos Chefe do Setor de Pesquisa de Preços PORTARIA № 2653/2024-GP/FUERN TNS - Matrícula 13.164-4



Documento assinado eletronicamente por **Mayara Medeiros Alves**, **Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 14/08/2025, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do <u>Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Yasminn Dantas de Macedo Azevedo**, **Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 14/08/2025, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do <u>Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Neyson Luan de Morais Farias**, **Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 14/08/2025, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do <u>Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador **35704788** e o código CRC **033900B5**.

Referência: Processo nº 04410035.001461/2025-42

SEI nº 35704788

Criado por neysonluan, versão 12 por neysonluan em 14/08/2025 09:28:11.